



Francisco Iglésias



A obra que se vai ler aqui é o resultado de dedicação ampla a todas as dimensões da historiografia, mas, sobretudo, à história do Brasil. Intellectual pleno, atento a todas as manifestações do espírito, é possível dizer de Francisco Iglésias a frase conhecida — tudo o que é humano interessou-lhe: a literatura, as artes, as ciências, a filosofia, a política, o comportamento, e até os pequenos nada de que também a vida é feita. A tudo buscou entender.

Historiadores do Brasil é o resultado de uma vida dedicada ao estudo da história, de uma atilada sensibilidade crítica, de um conhecimento amplíssimo de nossa produção intelectual. Se é possível dizer que Francisco Iglésias foi um historiador de larga visão, que buscou a compreensão do todo e, portanto, transcendeu recortes regionais, setoriais, disciplinares, também é verdade que a história das idéias — a historiografia — teve lugar especial em seus estudos.

EDITORA
UFMG



SEMPRE
UM BOM
LIVRO



9 788520 91051

94(81)
124
e.3

Historiadores do Brasil

EDITORA
UFMG



EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

Francisco Iglésias foi um intelectual com amplos interesses no campo cultural. Cultivou temas literários e sociológicos, mas foi, sobretudo, historiador. Foi à história que mais se dedicou ao longo de sua carreira como professor, conferencista, escritor.

Formado em Geografia e História pela UFMG, em 1945, foi professor de História Econômica, Política e Social da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG entre 1949 e 1982, quando se aposentou. Mesmo antes de sua entrada no magistério já vinha afirmando seu nome entre os de sua geração, que é a de Otto Lara Resende, Hélio Pelegrino, Wilson Figueiredo, Autran Dourado, Sábato Magaldi, entre outros, como um ensaísta informado e lúcido. É dessa época seu encontro com Mário de Andrade e a definitiva influência que ele absorveu do grande modernista, sua paixão pelo Brasil e por sua gente, seu compromisso com a plena emancipação de nosso povo.

Seu primeiro livro é *Política econômica do governo provincial mineiro (1839-1889)*, de 1958. Em 1959 publica *Introdução à historiografia econômica*, e desenha-se um campo de interesse a que se dedicará sempre: a historiografia, e história das ideias.

Durante anos, por toda a sua vida profissional, buscou compreender seu ofício e dedicou-se a pensar os caminhos da historiografia. Tinha entre seus livros de absoluta eleição o pequeno grande

FRANCISCO IGLÉSIAS

Historiadores do Brasil

Capítulos de historiografia brasileira

2ª impressão



EDITORA
NOVA
FRONTEIRA



220937

EDITORA
UFMG

© 2000 by Terezinha Iglésias, Marlene Iglésias

Direitos de edição da obra em língua portuguesa adquiridos pela

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.

Rua Bambina, 25 - Botafogo

CEP 22251-050 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2537-8770 - Fax: (21) 2537-2659

http://www.novafronteira.com.br

e-mail: sac@novafronteira.com.br

EDITORA NOVA FRONTEIRA

Equipe de produção

Leila Neme

Regina Marques

Isabel Aleixo

Michelle Chao

Sofia Sousa e Silva

Marcelo Araújo

Revisão

Ana Lúcia Kronemberger

Denise Scofano Moura

Diagramação

Ahreu's System

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Biblioteca

Central, sala 405 - Campus Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 499-4650 / Fax: (31) 499-4768

E-mail: Editora@bu.ufmg.br

http://www.editoras.com/ufmg

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Francisco César de Sá Barreto

Vice-Reitora: Ana Lúcia Almeida Gazzola

CONSELHO EDITORIAL

Titulares: Heloisa Maria Murgel Starling,

Luiz Otávio Fagundes Amaral, Maria Helena

Damasceno e Silva Megale, Romeu Carlos

Guimarães, Silvana Maria Leal Côser,

Wander Melo Miranda (Presidente)

Suplentes: Cristiano Machado Gontijo,

Maria das Graças Santa Bárbara, Maurício

Nunes Vieira, Reinaldo Martiniano Marques

Projeto Presença de Francisco Iglésias -

UFMG/IPEA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

126h Iglésias, Francisco, 1923-1999

Os historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira
/ Francisco Iglésias. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

Inclui bibliografia

ISBN 85-209-1056-4

1. Brasil - Historiografia. 2. Brasil - História. I. Título.

CDD 981

CDU 981

SUMÁRIO

Nota sobre a edição	7
I. Francisco Iglésias — a história das idéias e a historiografia	8
II. O trabalho da edição	12
III. Breve bibliografia	15
INTRODUÇÃO	17
Periodização	22
PRIMEIRO MOMENTO: 1500-1838	25
SEGUNDO MOMENTO: 1838-1931	55
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	60
Martius	65
Varnhagen	72
Além de Varnhagen	94
TERCEIRO MOMENTO: 1931	181
A contribuição da universidade	230
Índice onomástico	243

NOTA SOBRE A EDIÇÃO

Para Hélio Gravatá

Historiadores do Brasil é o título que se deu a texto inédito do professor Francisco Iglésias, falecido em fevereiro de 1999. Trata-se, de um lado, de homenagem que a UFMG e o IPEA querem emprestar a esse homem que dignificou o ensino e a pesquisa entre nós, exemplo de dedicação e sensibilidade às melhores causas. De outro lado é também prêmio aos muitos leitores, que aprenderam a admirar tanto o estilo elegante e fluente, quanto a capacidade de pesquisa, quanto o espírito crítico e lúcido de Francisco Iglésias.

O trabalho que se vai ler é também o resultado da dedicação e da afetividade discreta e intensa das irmãs de Francisco Iglésias. Marlene e Teresa acompanharam este último trabalho do irmão e entenderam a importância de sua publicação. Também, generosamente, franquearam os arquivos de Francisco Iglésias permitindo a montagem desse texto.

A obra que se vai ler aqui é o resultado de dedicação ampla a todas as dimensões da historiografia, mas, sobretudo, à história do Brasil. Intelectual pleno, atento a todas as manifestações do espírito, é possível dizer de Francisco Iglésias a frase conhecida — tudo o que é humano interessou-lhe: a literatu-

ra, as artes, as ciências, a filosofia, a política, o comportamento e até os pequenos detalhes de que a vida também é feita. A tudo buscou entender. Pesquisador de arquivo, não se furtou às minúcias da papelada, dos manuscritos, dos códices. Pesquisador de bibliotecas, soube valorizar as fontes secundárias por meio da leitura crítica, do olhar que supera as aparências e revela os sentidos ocultos por detrás dos discursos: trabalho de historiador atento aos anacronismos, à lição de Lucien Febvre.

O trabalho que se está apresentando é o resultado de uma vida dedicada ao estudo da história, é o resultado de uma atilada sensibilidade crítica, de um conhecimento amplíssimo de nossa produção intelectual. Se é possível dizer que Francisco Iglésias foi um historiador de larga visão, que buscou a compreensão do todo e, portanto, transcendeu recortes regionais, setoriais, disciplinares, também é verdade que lugar especial teve em seus estudos a história das idéias, a historiografia.

I. Francisco Iglésias — a história das idéias e a historiografia

Não se pretende aqui catalogar a obra de Francisco Iglésias. Seus ensaios, prefácios, apresentações, artigos, resenhas contam-se na casa das centenas. Seus livros são mais de dez. O que se quer sublinhar aqui é a presença reiterada da história das idéias e da reflexão sobre historiografia em sua obra. No campo da história das idéias/historiografia escreveu sobre Mirabeau, Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana, Joaquim Nabuco, Pandiá Calógeras, Celso Furtado, Fernando Pessoa, Antonio Candido, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Diogo de Vasconcelos, o padre José Antônio Marinho, entre outros inúmeros autores. São estudos críticos, ensaios à moda de Montaigne, de Antônio Sérgio, dois de seus grandes mestres; a inteligência livre de cânones, aberta para explorar as diversas cintilações do objeto;

compreender o reacionarismo de Jackson de Figueiredo; revelar o ambíguo pensamento político de Fernando Pessoa; destacar as qualidades que se escondem na carapaça "cafardenta", diria Pedro Nava, da obra de Oliveira Viana. Francisco Iglésias, e a escolha dos seus temas, mostra isso, evitou as facilidades, as unanimidades, entendeu, superiormente, que a história da cultura é também a história das tensões, das contradições, do que se recusa à linearidade.

Destaquem-se aqui, como parte de sua bibliografia, seus livros publicados:

- IGLÉSIAS, Francisco. *Breve história contemporânea do Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- _____. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. *História para o vestibular*. Belo Horizonte: Júpiter, 1973.
- _____. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE/U.M.G., 1959.
- _____. *Periodização do processo industrial no Brasil*. Belo Horizonte: FCE/U.M.G., 1963.
- _____. *Política econômica do governo provincial mineiro: (1839-1889)*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- _____. *Revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Trajeto político do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Um tema importante e recorrente em sua obra já foi dito: é o referente à historiografia.

Em 1959 publica *Introdução à historiografia econômica*, em que há uma primeira tentativa de abordar, de forma sistemática, um

campo da historiografia. A partir daí, ele publicará sobre historiografia e pesquisa histórica no Brasil os seguintes trabalhos:

1. "Situação da história econômica no Brasil", em *Anais da história*, n° 2, Assis, Faculdade de Filosofia, 1970.
2. "A pesquisa histórica no Brasil", na *Revista de História*, n° 88, 1971.
3. "Comentários à introdução ao estudo de história do Brasil", no *I Seminário de Estudos Brasileiros*, do Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1971.
4. "A propósito da historiografia brasileira", na *Revista Debate e Crítica*, n° 5, 1975.
5. "A história do Brasil", no volume 1 da *História das ciências no Brasil*, organizada por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama, em 1979.
6. "Avaliação e perspectivas — História 1982", no *Relatório elaborado para o CNPq*, mimeo 1982.
7. "A historiografia brasileira atual e a interdisciplinariedade", na *Revista Brasileira de História*, em 1983.
8. "Fontes impressas para o estudo de Minas Gerais no século XVIII", na *V Semana da História*, UNESP, Franca, 1984.

Estes trabalhos são fragmentos de uma pesquisa que Francisco Iglésias sempre cultivou: a reconstituição de uma história das idéias no Brasil ampla e compreensiva, com ênfase na historiografia mas abrindo-se para o conjunto das ciências sociais, para a literatura, para as artes.

Francisco Iglésias exercitou um tipo de historiografia que poder-se-ia chamar de clássica. Se ele já é filho da época da institucionalização dos cursos de história — formou-se em 1945 — suas referências teóricas e metodológicas são universais. Leu Tucídides e Tácito, Voltaire e Montesquieu, Burckhardt e Michelet, Ranke e Fustel de Coulanges. Entendeu, desde logo, a revolução representada pela *École des Annales* e incorporou ao seu repertório de historiador os clássicos das ciências sociais, da geografia,

da literatura. No Brasil suas grandes referências são Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda: historiadores que combinaram a erudição e a inteligência crítica.

Sua obra, ampla e informada, dá conta de um interesse onívoro: as centenas de artigos, ensaios, prefácios que publicou, denotam um historiador, um intelectual, que esteve atento a todas as grandes questões do seu tempo. O mais representativo disto é seu livro *História e ideologia*, de 1971, em que Francisco Iglésias reúne alguns de seus melhores ensaios, atingindo nível de excelência raramente encontrado entre nós.

A redação do texto que se vai ler iniciou-se em 1985. É desta época um primeiro sumário, que tem anotação a caneta que diz: "sugestão inicial", onde no item 5.1 do original aparece a data 1985 como limite do que ele chamou "surto renovador" da historiografia brasileira, iniciado em 1920. No ano seguinte, 1986, há outro sumário, que ele entendeu ser "quase definitivo". É desta época, 1985-1986, e 1987, a redação de cerca de duzentas páginas de um texto básico sobre história da história do Brasil. Este texto básico contém uma "introdução" e os capítulos que ele chamou "momentos de historiografia".

Mais tarde, já na década de 90, em 1997/98, ele vai retomar o texto da década anterior, buscando reescrevê-lo. Deste esforço resultou a redação de 54 páginas, em 1998, que são uma nova versão da introdução, do capítulo I e parte do capítulo II, até o item "Além de Varnhagen". Disto é possível deduzir-se que estas 54 páginas são a última e definitiva forma que ele queria dar ao texto. Possivelmente ele teria feito o mesmo com o restante do material se tivesse tido tempo.

Neste sentido, o trabalho de edição constituiu-se basicamente em, tomando em conta o sumário de 1986, montar um texto que é a junção das 54 páginas da versão reescrita por Iglésias, mais 103 páginas do texto básico, com cerca de 35 linhas por página e setenta toques por linha, que complementam o capítulo II, e o capítulo III inteiro.

II. O trabalho da edição

No volume que se vai ler, tem-se um panorama geral da trajetória dos esforços de se escrever uma história do Brasil, desde o período colonial até as iniciativas derivadas dos estudos universitários recentes. Sobre as condições do material elaborado por Francisco Iglésias e as providências que foram necessárias para a edição, falar-se-á em seguida.

A montagem do texto foi possível porque, contemporâneo da redação da primeira versão do texto, como já se disse, ele elaborou dois sumários. No primeiro, datilografado, há uma nota a caneta que diz "sugestão inicial", entre parênteses, e é o seguinte:

1. Razões e natureza do livro
2. Por que estudar história do Brasil
3. O regional, o nacional e o universal
4. O Brasil no mundo. De 1500 a 1985
5. Situação da historiografia brasileira
 1. O esquema oficial
 2. Temas relativamente esquecidos
 3. O mito a ser feito
 4. Momentos da historiografia
 5. O surto renovador, de 1920 a 85
 6. Principais correntes
6. O ensino, arquivos e pesquisa: instituições e rendimento
7. Importância e significado do estudo da história, particularmente a brasileira
8. A história e o historiador, hoje
 - Vocabulário
 - Breve bibliografia
 - Índice analítico e onomástico

A outra versão do sumário, também datilografado, tem a observação "quase definitivo" e é o seguinte:

I – Introdução

1. Razões e natureza do livro
2. O regional, o nacional e o universal

II – Historiografia brasileira

1. Primeiro momento: 1500/1838
2. Segundo momento: 1838/1931
3. Terceiro momento: 1931/1986
4. Quadro atual: conquistas e carências
5. Dilemas da interdisciplinaridade

III – Ensino

1. Curso primário
2. Curso secundário
3. Curso superior
4. A pós-graduação

IV – Arquivos e pesquisa

1. Breve histórico
2. O impulso recente

V – Assistência à história

1. O poder público institucionalizado. E outros.

2. Financiamentos

VI – Perspectivas da história e do historiador

Breve bibliografia

Índice analítico e onomástico

Uma comparação entre os dois sumários permite dizer que houve considerável redução de amplitude entre o primeiro e o segundo. Se o primeiro sumário sugere tanto uma história geral do Brasil, quanto uma história da historiografia do Brasil, o se-

gundo reduz seu escopo à historiografia e ao ensino de história no Brasil. A ausência de um sumário contemporâneo da redação das 54 páginas da versão definitiva não permite afirmar se Francisco Iglésias modificou ainda mais seus planos. Contudo, é certo afirmar que ele fundiu muito o material na versão definitiva, não aproveitando um texto já pronto cujo título é "O regional, o nacional e o universal", cerca de sete páginas, que na versão definitiva é diluído na pequena introdução de apenas duas páginas e meia.

O segundo sumário, que Francisco Iglésias chamou de "quase definitivo", tem um único capítulo, o III, referente ao ensino, que não foi desenvolvido. Todos os outros temas listados no sumário mereceram dele algum tipo de abordagem.

Assim o que efetivamente se fez para montar o livro foi, além das 54 páginas da introdução, do capítulo I e parte do capítulo II, que estavam em versão final, aproveitar cerca de 103 páginas da versão original, para compor o final do capítulo II e o capítulo III. O editor do livro acrescentou uma breve bibliografia, que fazia parte dos planos do segundo sumário.

Foram acrescentadas algumas poucas notas do editor para esclarecer alguns pontos. Foram feitas algumas poucas, porque poucas foram necessárias, correções de datas e nomes. Pequenas imprecisões foram corrigidas e algumas repetições suprimidas. No geral, o texto de Francisco Iglésias tem a solidez e a penetração dos trabalhos pensados e pesquisados longa e criteriosamente.

Espero ter sido fiel ao que Francisco Iglésias projetou e quase inteiramente concluiu.

A edição deste texto foi possível pelo interesse e apoio dados pelos professores José Alberto Magno de Carvalho e Clélio Campolina Diniz, da UFMG, e Roberto Borges Martins, do IPEA.

Agradeço, também, a Fernando Novais pela apresentação deste volume, que é reiteração de amizade e reconhecimento pelo muito que Francisco Iglésias nos deu a todos.

III. Breve bibliografia

- BLAKE, A. V. Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v. Edição fac-similar.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISON, Jean. *História geral das civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Apêndice de Assis Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19-].
- FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A história no Brasil: (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992, 1994. v. 1, 2.
- GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 v. Edição fac-similar.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, USP, 1977-1979. 7 v.
- MORAIS, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: IEB/USP, 1969.
- MORAIS, Rubens Borba de, BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. 2 v.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, INL, 1979. parte 1: Historiografia colonial.
- _____. *História da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1988. 2 v., parte 2.

_____. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, INL, 1949.

_____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, INL, 1978.

_____. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: IPE, 1949.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

João Antonio de Paula,
janeiro de 2000

INTRODUÇÃO

Tornam-se comuns hoje os estudos de história da historiografia, sejam os da geral ou das especiais: da chamada universal e das de áreas — continentes, países, regiões (América, Brasil, Minas Gerais, Triângulo, Pirapora); das referentes à cronologia — antiga, medieval, moderna, contemporânea, século, década, ano; quanto à natureza do objeto — econômica, política, religiosa, artística. São úteis essas obras, pois dão uma imagem do conjunto que permite apreender a realidade, quanto foi feito e o muito que há para ser feito.

Na bibliografia brasileira só recentemente se atenta para esse tipo de trabalho. É natural que assim seja, pois o cuidado constante com a história é recente mesmo em áreas mais desenvolvidas do mundo. Vista agora como categoria científica, a história dispõe de técnicas e métodos particulares, que lhe dão operacionalidade e rigor. Com o surgimento de cursos de história e mais cursos de ciências sociais, o labor historiográfico deixa de ser amadorismo ou lazer para tornar-se profissão. Impõem-se ainda as obras de referência, com a organização de dicionários, bibliografias, catálogos, guias, repertórios, que ajudam o pesquisador ou intérprete da trajetória nacional.

O primeiro esforço do gênero foi o monumental *Catálogo da exposição de história do Brasil*, em três volumes, em 1881-83. Simples levantamento de material, é útil, mas não ultrapassa o nível a que se propôs, sem análise crítica. Em 1945 aparece *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, em pequeno volume, depois bastante ampliado, em sucessivas edições, e de ampla consulta. Esforço admirável é o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, sob a direção de Rubens Borba de

Moraes e William Berrien, de 1949, com várias bibliografias: algumas são de natureza historiográfica, às vezes precedidas de análises críticas, como as do período colonial (Sérgio Buarque de Holanda), Independência — Primeiro Reinado — Regência (Otávio Tarquínio de Sousa), Segundo Reinado (Caio Prado Júnior), República (Gilberto Freire), Bandeiras (Alice Canabralva), Holandeses no Brasil (José Honório Rodrigues).

No mesmo ano de 49 apareceriam duas obras significativas nessa direção, de José Honório Rodrigues: *Teoria da história do Brasil* e *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, iniciando um ciclo de estudos importantes: *A pesquisa histórica no Brasil* (1952), *Historiografia del Brasil, siglo XVI* (1957) e *siglo XVII* (1963), culminando com o primeiro volume de história do Brasil, referente ao período colonial, em 1979, além de muitos artigos e ensaios em revistas, livros, publicações de textos¹. O autor distingue-se nessa tarefa mais que qualquer outro, prosseguindo trabalho iniciado no século anterior por Varnhagen e Capistrano de Abreu, que vasculharam todos os arquivos possíveis, não só do país como europeus (caso de Varnhagen), revelando documentos originais, às vezes publicando-os, com pesquisas para atribuição de autoria, discussão das melhores versões. Outro bemérito foi Rodolfo Garcia.

Quem mais atuou nesse sentido foi mesmo José Honório Rodrigues, que organizou dezenas de edições de textos e fez bibliografias, em experiência de pesquisa ainda não igualada entre nós, sobretudo pelo exercício da direção da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional.

¹ Em 1988, apareceu, em dois volumes, a segunda parte da *História da história do Brasil*, dedicada à historiografia conservadora. É também digno de registro, pois é instrumento útil ao estudo de nossa historiografia, a *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, de Otto Maria Carpeaux, publicada em 1949. (N.E.)

O assunto se presta a muitos equívocos. Como exemplo de pretensa periodização, cite-se Sílvio Romero no *Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira*, de 1911, em que trata da poesia, em 17 períodos; do teatro, em oito; do romance e conto, em nove; da eloquência, em dez; da história, em sete; da crítica, em sete; da filosofia, em nove; da prosa como arte, em dez.

Quanto à história, para o autor, o primeiro período vai de 1500 a 1627; o segundo, de 1627 a 1730; o terceiro, de 1730 a 1820; o quarto, de 1820 a 1850; o quinto, de 1850 a 1870; o sexto, apresentado como de monografias eruditas, nem é datado; o sétimo, a última fase, até seus dias. Inconsistente, é dispensável ilustrar com nomes e obras. Dizer que o sexto período é o de monografias eruditas nada significa, pois estas existem antes e depois. O mesmo pode ser dito dos demais. Usa-se sempre a palavra período, na verdade não faz periodização, quando o certo é que a pretendeu, como se vê no final do primeiro gênero — a poesia —, afirmando não fazer aí, nem nos demais gêneros, “classificações de escolas”, mas “enumerações das fases de evolução dos aludidos gêneros”. Ora, “fases de evolução” significam propósito de periodizar, mas, no modo feito, constituem apenas aproximação ou forma imprecisa de periodização, trabalho difícil e dispensável na historiografia, pois a categoria básica do conhecimento histórico é o tempo, a compreensão de história sendo a das diferentes temporalidades, nas quais se apura e se afirma o verdadeiro cultor do gênero.

Já há agora alguns outros artigos ou livros sobre a historiografia, de diversos autores, com monografias sobre temas, biografias e bibliografias, em teses para conquista de postos na carreira de historiadores, arquivistas, professores, ou de simples títulos de doutoramento, buscados por muitos que se diplomaram no curso de história, bem como trabalhos originários dos cursos de pós-graduação.

O quadro nacional, portanto, já é apreciável, embora se possa lembrar que o trabalho a ser feito é incomparavelmente maior que o já feito. As obras instrumentais ainda são reduzidas: lembre-se, por exemplo, que se espera um razoável dicionário de história do Brasil, se os poucos existentes não primam pela qualidade. As grandes historiografias dispõem de amplo número de obras de referência: elas facilitam o pesquisador, dando-lhe instrumental de trabalho que muito os ajuda. Informam, dão conta das conquistas e das insuficiências. Aqui, interesse crescente por obras do gênero é sinal seguro de amadurecimento intelectual, já com uma ciência social densa e historiografia digna de nota.

Periodização

O assunto não se esgota com o autor que mais o cultivou: além de análises setoriais, lembrem-se as obras de Américo Jacobina Lacombe — *Introdução ao estudo de história do Brasil* (1973) ou José Roberto do Amaral Lapa — *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea* (1976).²

Além dos trabalhos globais sobre o assunto — que ainda são poucos —, citem-se as inúmeras biografias, que têm o ponto mais alto em *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, de 1899. Há muitas, de modo que se pode falar em exagero, com o predomínio do biografismo na produção nativa. Nos dias de hoje, entre os autores mais dignos de nota, colocam-se os nomes de Otávio Tarquínio de Sousa, Afonso Arinos de Melo Franco, Luís Viana Filho, outros mais ainda.

Deixando de lado as muitas tentativas já feitas, parece possível tentar uma periodização da historiografia brasileira. Nesse sentido pode-se falar em três grandes momentos. Convém tentar o esquema, ainda que se force por vezes a nota, como é comum em todas as tentativas de tal natureza, cometendo talvez certa arbitrariedade, com vistas a um modelo didático ou funcional.

O esquema seria:

1) de 1500 a 1838, ou seja, dos primeiros dias até a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que vai exercer papel notável na vida do país. Compreende o período colonial e o princípio do nacional, marcado, quanto à historiografia, por certo número de livros que são mais crônicas históricas que história, mais fontes que obras elaboradas. Mesmo aí já aparecem alguns títulos de apreciável consistência, como se verá.

2) De 1838 a 1931, com influência exercida pelo Instituto, organizado de acordo com o modelo francês, em época de certa ebulição na Europa, com a busca de documentos de todo tipo, devidamente valorizados. A consciência nacional, no século também chamado de liberal, e das nacionalidades, leva à elaboração de séries à maneira da *Monumenta germaniae historica*, instante significativo no desenvolvimento de um conceito de história. O Instituto exercerá influência por suas reuniões e iniciativas e, sobretudo, pela sua *Revista*. O primeiro sinal evidente, nesse sentido, é a *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, em dois volumes, em 1854 e 57.

3) De 1931 a nossos dias. A data inicial é a da reforma do ensino de Francisco Campos, sobretudo no grau superior, criadora das faculdades de educação, ciências e letras, depois multiplicadas com as faculdades de filosofia e de economia, que contam, entre outros, com um curso de história. Essa reforma do ensino tem profundo significado, pois até aí a área se é sempre cultivada, o é mais como sentimento patriótico ou simples exercício por pessoas que percebem sua importância e querem

² Lembre-se também o artigo de Pedro Moacyr Campos, inserido como apêndice ao volume complementar da *História geral das civilizações — Iniciação aos estudos históricos*, de Jean Glénisson, cujo título é "Eshoco da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX"; lembre-se também *A história no Brasil* (1980-1989), em dois volumes publicados em 1992 e 1994 por Carlos Fico e Ronald Polito. (N.E.)

preservá-la, descrevendo a trajetória da terra em que vivem. Seu estudo era feito com algum realce em algumas escolas, como as faculdades de direito de São Paulo e Olinda, criadas em 1828, de medicina e engenharia, com um natural viés jurídico, científico ou tecnológico, como se dá, por exemplo, nos textos de economia — ainda raros — ou no plano das preocupações de nossos primeiros cultores de ciências sociais.

PRIMEIRO MOMENTO

1500-1838

Aponta-se como o provável iniciador da especialidade o grande historiador português João de Barros, que teria redigido uma *História da província de Santa Cruz*. Se o fez, a obra se perdeu, o que é para ser lamentado, pois o cronista, além de dons de historiador e escritor, ocupou cargos eminentes na administração de seu país como feitor e tesoureiro da Casa da Índia, o que lhe permitia acesso à melhor documentação. Demais, foi contemplado com uma capitania no Brasil — a do Rio Grande (Norte), associando-se ainda ao donatário da capitania do Maranhão. Não as explorou convenientemente e elas deram muito prejuízo. Tratando de suas *Décadas*, com referência às da Ásia, que editou, anunciava o intento de fazer ainda as da Europa, da África e, em quarta parte, as de Santa Cruz. Possivelmente não as fez, ou, caso positivo, perderam-se, como se terão perdido outros escritos, cuja falta se deplora, com o título de *História do Brasil*, como se vê no prestimoso *A historiografia portuguesa*, de Joaquim Veríssimo Serrão (1972), no qual alguns são citados.

O primeiro a ser referido como do gênero é o de Pero de Magalhães Gândavo, que escreveu em 1573 e publicou em 1576 a *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. O autor não conheceu bem o país, questionando-se mesmo se o visitou ou aqui viveu — há mais indícios positivos que negativos. Para escrever como fez era desnecessária a visita. Tefá vivido algum tempo, mas o conheceu mais de referência. Não era de longas raízes portuguesas, pois procedia de flamengos (seu nome lembra a cidade de Gand). Sua obra é pouco historiográfica, parecendo mais um texto de propaganda da nova terra, louvando-lhe as vantagens, para atrair imigrantes. Não tinha sentido

propriamente didático, sendo antes um texto precursor dos atuais, produzidos por agentes de publicidade. Capistrano de Abreu, com agudeza, sintetizou-o na fórmula: "a sua história é antes natural que civil". De fato, aí não tem estrutura explicativa o processo brasileiro ou português, sendo mais um conjunto de informações sobre a nova terra. O país apenas começava, era mal conhecido e não despertava maiores atenções. O livro é pouco de história, mas é crônica cujo valor está nas descrições da natureza ou dos homens. Cabe a Gândavo o mérito de ter escrito a primeira obra com o título ambicioso de *História local*, embora o conteúdo não respondesse com rigor à promessa do título. Amigo de Camões, o poeta escreveu sobre ele.

Deve-se lembrar que outros portugueses dissertaram sobre a terra, fixando-a melhor, como se dá em crônicas de jesuítas. Caso de Fernão Cardim, que escreveu pouco depois de Gândavo; Cardim viveu quarenta anos no Brasil, descrevendo suas coisas, sobretudo terra e gente. Teve divulgação em inglês, no princípio do século XVII (1625), na coleção de viagens de Samuel Purchas, aparecida em 1625, sem a correta identificação. Seus textos mais significativos só apareceram no século passado, em edições fragmentárias. O principal está no volume publicado em 1925 com o título *Tratados da terra e gente do Brasil*, com introdução e notas de Capistrano de Abreu, Batista Caetano e Rodolfo Garcia.

Caso, sobretudo, de Gabriel Soares de Sousa, português que se fixou na Bahia, produzindo notável texto, que permaneceu inédito, só publicado no século XIX, de modo precário, por várias iniciativas, até sua melhor edição. Esta foi feita por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1851, com o título *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, pelo qual ficou conhecida. Residiu no Brasil durante 17 anos, como afirma na dedicatória do escrito, que deve ter sido elaborado depois de sua volta a Portugal. Teve pouca influência, pois o ineditismo lhe tirou a possível eficácia. O tex-

to de Gabriel Soares de Sousa é visto hoje como o que de melhor se produziu sobre a nova terra no primeiro século da colonização. Nenhum outro o iguala ou está próximo de seu valor. Não é, contudo, labor historiográfico. Como Gândavo, é mais rico em descrições da natureza que em reconstituição histórica.

No início do Seiscentos escreveu-se, por brasileiro, a primeira *História do Brasil*. Trata-se da obra de frei Vicente do Salvador, concluída em 1627. Baiano, esteve algum tempo em Pernambuco, na Paraíba e no Rio de Janeiro, permanecendo mais na Bahia. Foi a Portugal por breves meses, entre 1618 e 21. De novo na Bahia, caiu prisioneiro dos holandeses, durante o sítio à cidade. Frei Vicente era homem culto, versado em direito, teologia, história, filosofia e literatura. Tinha amplos estudos, feitos no Brasil e em Portugal. O historiador português Manuel Severim de Faria pediu-lhe um tratado sobre o Brasil e ele escreveu a sua *História*. Possivelmente inspirou-se em outros textos: Joaquim Veríssimo Serrão apontou como uma de suas fontes a *História do Brasil*, de Antônio Salema, cujos originais se perderam — fato lamentável, pois Salema ocupara lugares importantes na administração portuguesa, inclusive no Brasil, onde viveu alguns anos e foi governador da parte sul, de 1574 a 1578. Frei Vicente é marco significativo, pois, além de valer pelo pioneirismo, impõe-se pela composição da obra, marcada pelo significado de quanto diz, bem como pela forma, leve e agradável, e bem como pelo esforço, revelador do gosto literário em época de estilo árido e convencional.

O livro é simples, direto, com o máximo de naturalidade, quando a história, notadamente em Portugal, era tratada com eloquência e retórica. O autor conheceu documentos, leu quanto pôde e teve conhecimento de muita tradição oral, ouvindo pessoas de todas as categorias sobre tudo. Objetivo na exposição, era narrador pitoresco, não só pelo sentido do humor como pela simplicidade, que às vezes o levava ao tom ingênuo de aceitar

como verdadeiras algumas coisas absurdas. Essa linguagem talvez tenha sido obstáculo para sua publicação, como foi também para outro — a *História da custódia do Brasil*. O português Severim de Faria, com quem frei Vicente se deu em Portugal e em cuja casa começara a redação do seu livro importante, tinha o culto da linguagem pura e solene. Assim, não promoveu a publicação da *História da custódia do Brasil* (que afinal se perdeu) nem da *História do Brasil* (esta lhe era dedicada). A narrativa é límpida e prende a atenção até hoje. Talvez esteja aí, no culto do pitoresco, a origem do enorme número de casos que aparecem no texto, “uma coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos”. Capistrano de Abreu chegou a falar que o livro era “mais histórias do Brasil que História do Brasil” (hoje falaria, usando palavra ainda não de todo abonável, “mais estórias que História do Brasil”).

O frei faz descrições da realidade e trata da trajetória dos primeiros 125 anos, em cinco livros, dos quais só se conhecem partes, pois muito do texto se perdeu. Chega a falar da história dos seus dias, em boa prática da historiografia de todos os tempos, por uma sensibilidade aguda de sua problemática: fala do descobrimento da terra até a tentativa de conquista da Bahia pelos holandeses. Ao longo das partes vê-se o que foram os governos, com realce excessivo à ação dos governantes. Seu conceito de história é de seu ensinamento para que os estudiosos enfrentem as situações: “os livros históricos são luz da verdade, vida da memória e mestres da vida”, escreve no começo da obra. Chega a exacerbar o pragmatismo desse tipo de estudo, vendo-o como lição a ser sempre aproveitada. O certo é que o frei percebe o essencial do processo: trata das lutas entre os índios e o colonizador, com certa simpatia pelos dominados. Aponta os defeitos da colonização, no mau trato aos nativos, na subjugação dos brasileiros, nas práticas administrativas desonestas como o furto, o abuso do poder. O negro não era ainda presença marcante, mas já é considerado pelo autor, que tem o senso da realidade da

Colônia, embora não o aprofunde, por preferir a narrativa fluente, coloquial. Denuncia a falta de iniciativa do português, que não se embrenha pelo interior, permanecendo ao longo do litoral, “arranhando-o como caranguejo”, de acordo com a sua passagem mais citada. A seu ver, cuidam só de espoliar o país, levando o que podem, sem pensar na criação de riquezas.

Já se percebe um “nacionalismo” tímido, mal esboçado e pouco explícito, mas real no autor. Nessa “atitude franca para com a Metrópole”, frei Venâncio Willeke, biógrafo do historiador, viu com justeza, em 1975, um dos possíveis motivos para a não publicação do livro. De fato, frei Vicente é o primeiro censor do português, o primeiro a fazer crítica fundada e direta ao colonizador. Essa interpretação do silêncio em torno do texto existente em Portugal já fora dada e de modo enfático por Manoel Bomfim, em *O Brasil na história*, em 1931. O autor exalta a obra do baiano, na qual vê a semente do nacionalismo e da verdadeira compreensão de nossa trajetória. Acertou ao lamentar sua falta de edição imediata: “serviria de modelo”, em uma linha de amor à terra e sua gente, de condenação dos maus governos que a prejudicaram e até arruinaram. Frei Vicente é otimista, acredita no potencial de sua terra, embora não chegue ao ufanismo de uma literatura triunfalista, como se dá em certos cronistas possuídos de entusiasmo, antes e depois do texto de 1627, como se vê em Pero Vaz de Caminha e Gândavo, até mesmo em nossos dias.

A obra permaneceu inédita, sendo pouco consultada: desconhecida, poucos a leram nos originais em arquivos portugueses. Lida por alguns no século XIX, permaneceu inédita até 1886, quando Capistrano de Abreu a apresentou no *Diário Oficial*. Só teve algumas partes ou livros então editados. A Biblioteca Nacional a publicaria nos seus *Anais*, em 1888, integralmente. A história do livro, seu ocultamento, revelação de trechos e do que ficou — sabe-se que muitos capítulos se perderam — tem algo de romanesco ou suspeito. A edição exigida só é feita em 1918,

ainda por Capistrano, em um dos trabalhos exemplares de apresentação de textos no país.

É claro que não se pode pretender o encontro de uma versão da trajetória brasileira em 1627, pois a colonização mal chegava a cem anos. Demais, o frei não tinha propósitos tão ambiciosos, se não chegara ainda a vez dos historiadores que se pretendem com a missão de redimir o Brasil, colocando-o no devido lugar que, supõem, deve ter. O certo é que para a época e o meio baiano é admirável e revela-se um historiador com a lucidez do seu tempo, da sua terra e da função de quem se propõe a escrever o que escreveu. Ainda não chegara a hora da análise global.

Do mesmo século são outras obras, sobre aspectos particulares da conquista. Não fiquem sem referência os *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, de 1618, um dos principais livros de então. É um debate vivo e bem informado sobre a realidade da nova terra, seu potencial. Estudo erudito e de alto poder informativo, é fonte notável, mas não é história do Brasil. Também esse texto teve edição acidentada, só aparecendo, parcial e precariamente, em 1849, por iniciativa de José Feliciano de Castilho, que trouxe uma cópia de Portugal; depois, entre 1883 e 1887, edição mais completa, baseada sobretudo em cópia de Varnhagen, trazida de Leiden. A primeira edição condigna é feita por Capistrano de Abreu, em 1900: não só apresenta texto limpo, como esclarece a autoria, então controvertida e hoje definitivamente fixada, como de Ambrósio Fernandes Brandão.

O século XVIII não alteraria fundamentalmente o quadro. Continua a elaboração de obras históricas, tratando de aspectos particulares, sem nenhuma incursão séria no plano global. Há muitos textos de genealogia ou descrevendo entradas pelo interior e caminhos. São inúmeros os que tratam de São Vicente ou de São Paulo, descrevendo principalmente as entradas em busca de índios, metais e pedras preciosas. Pode-se falar, no caso, em uma visão bandeirante do país, em choque com a visão jesuítica.

Ela aparece em título como o de frei Gaspar da Madre de Deus, paulista exprimindo-se nas *Memórias da capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo do Estado do Brasil*, de 1797: escrita, como se vê, quando o movimento entradista terminara. Frei Gaspar era ligado a velhos troncos paulistas, largamente pesquisados em genealogias, que dão farto material à história social, política e econômica. Ficou da época imensa documentação, já publicada em livros e revistas, que alimentam uma das vertentes da historiografia — a das bandeiras. A falta de tentativa de estudo geral é explicável, uma vez que não havia consciência de Brasil, mas de áreas brasileiras. O desconhecimento de uma parte relativamente a outra ou a outras era total. Os estudos feitos só de vez em vez eram publicados; quando eram, tinham divulgação reduzida, atingindo a um mínimo de leitores.

Nesse século, escreve-se e publica-se a *História da América portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, em 1730. O título longo falava ainda: *desde o ano de mil e quinhentos de seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte quatro*. Rocha Pita era baiano, dedicado à magistratura. Teve importância social e política, prestígio junto aos administradores. Projetou-se na Academia dos Esquecidos, em 1724. Versado em línguas, mitologia, história, literatura clássica, usava fartamente esses conhecimentos em seus escritos. Exprime bem o que eram a literatura e a historiografia no começo do século: visão acadêmica, descambando para o preciosismo, retórica, discurso grandiloquente. Enquanto seu conterrâneo e antecessor frei Vicente era simples e coloquial, este baiano é oratório, afetado, solene. As tão procuradas galas do estilo acabaram por perdê-lo, seja pela prosa intolerável hoje, seja mesmo pela linha que deu a seu discurso, consumindo-se na oratória que chega à logomaquia. Foi pena, pois deve ter feito longas pesquisas em fontes originais e tinha capacidade de trabalho. Assim, a exposição se perde no hino de louvores à terra: a tendência vinha do primeiro século e continuará nos seguintes. Mesmo

hoje há o canto triunfalista das belezas naturais, superiores a quaisquer outras do mundo — até a aurora, o céu, o sol são aqui privilegiados. Para Rocha Pita, o Brasil é “terrenal paraíso descoberto”. A falta de objetividade e mesmo certa insensatez perderam o autor.

Lembre-se, contudo, que a obra não se esgota aí: ela procurou ver o que foi a trajetória nativa dos primeiros anos até a vinda dos holandeses para a sua Bahia. Queria exprimir a verdade, pesquisando, lendo, atento à tradição oral e aos depoimentos de quantos conheceu. Concentrou-se sobretudo na exterioridade política, falando dos governos, suas lutas e vitórias. Seguidor da cronologia, arrolava governantes e seus feitos. Citou as rebeliões de todo tipo, mas não as aprofundou. Foi, por exemplo, dos primeiros a falar nas chamadas guerras dos mascates e dos emboabas, episódios tão importantes e cujos significados não captou. Aliás, como censurá-lo pelo fato, se ainda hoje, mais de 250 anos depois, continuam a ser indevidamente vistos? De um homem oficioso, convencional, conservador e áulico, não se pode esperar entendimento das lutas que atravessam toda a história nativa. Era naturalmente contrário a elas, pelo empedernido conservadorismo. É difícil a um reacionário escrever sobre a trajetória brasileira, pois ela é feita de contestações da ordem estabelecida. E o autor baiano era exaltadamente favorável à situação. Considerava desejável o domínio metropolitano. O próprio título do livro ilustra o servilismo de quem o escreveu: é uma *História da América portuguesa*, não do Brasil, para convencimento do colonizador, não do colono.

Como escreveu José Honório Rodrigues, na primeira parte de sua *História da história do Brasil* (1979), o texto de Rocha Pita “é antígeno, discriminatório, preconceituoso”. Mais: “anti-índio, antinegro, pró-escravidão, antijudeu, antipaulista, antiBrasil, pró-Portugal”. Foi possível, no entanto, a Américo Jacobina Lacombe, em sua *Introdução ao estudo da história do Brasil* (1973),

falar no nacionalismo de Rocha Pita, apontando duas formas de expressão: “primeiro, pelos louvores delirantes a tudo que se refere à terra”. Em segundo lugar, a insistência do colonizador português em incorporar os brasileiros aos quadros da direção. Assim, chega a fazer um apêndice com a lista das “pessoas naturais do Brasil que exerceram dignidades e governos eclesiásticos e seculares na pátria e fora dela”, que Lacombe realça, mas aponta como “bastante incompleta”. Não se trata, na verdade, de nacionalismo, mas de manifestação da consciência ingênua, destituída de crítica. O autor não diz uma só palavra de simpatia ao país na subjugação que sofre do colonizador. Está sempre do lado dos que mandam, jamais na perspectiva do povo.

A obra de 1730 vem sendo sempre julgada. É natural, pois é um momento de nossa historiografia. Os julgamentos são quase sempre contrários, como se vê ainda no século XVII. Só os primeiros juízos, feitos por portugueses, eram favoráveis. Se a publicou a Academia Real da História Portuguesa, entende-se o entusiasmo de seus membros por escrito que via mais Portugal que o Brasil (o autor chegou mesmo a dedicar parágrafos à história de Portugal, sem qualquer vínculo com o Brasil, como, aliás, tratou de outros assuntos que lhe eram estranhos, relativos à mitologia ou ao passado, por falta de rigor na estruturação do livro). Frei Gaspar da Madre de Deus o censura, bem como Pedro Taques, no que são secundados por Taunay em nossos dias, como lembra José Honório Rodrigues em seu estudo citado, acrescentando ainda os juízos severos de Capistrano de Abreu, em ensaios críticos e cartas. Tentam por vezes alguns autores ressuscitar o historiador, atribuindo-lhe qualidades que não tem. Decerto seu livro tem importância histórica; como empreendimento, tem de ser citado e estudado, mas não merece realce especial pela qualidade.

Se o julgamento é severo, note-se que, do ângulo de nosso interesse — ou seja, o esquema oficial hoje e sua evolução —,

a obra de Rocha Pita conta bastante. É que ele dá para esse esquema ponderável contribuição. Seu conservadorismo chega à reação mais enérgica, tornando-o um representante eminente da linha antipopular. Só aceita o estabelecido, a ordem vigente, refratário a qualquer inovação. Ora, a historiografia brasileira oficial é entranhadamente conservadora e não recua mesmo do reacionarismo ante a ameaça a qualquer dos privilégios do grupo dominante. Poder-se-ia dizer, assim, que Rocha Pita é o seu primeiro representante, com uma obra coerente, sem concessões, ortodoxa na defesa do *status quo*. Tem pretensão de ser global. Se não formula um esquema, quando se lembra que ela se baseia na linha dos governos, na cronologia das administrações, tudo marcado pela apologia do autoritarismo e da negação de qualquer direito popular, pode-se dizer que a *História da América portuguesa* é seu primeiro momento de conformação severa, cerrado, lógico. Tem-se pois, que a obra e seu autor merecem destaque na estruturação de um modelo que tem sido o mais cultivado na historiografia brasileira.

O principal livro do Setecentos não foi o de Rocha Pita, mas o de Antonil, como o do Quinhentos não foi o de Gândavo, mas o de Gabriel Soares de Sousa. A historiografia só ganhou a palma no Seiscentos, com frei Vicente, tão bom ou até melhor que o de Fernandes Brandão. André João Antonil era o nome com o qual se apresentou João Antônio Andreoni em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, em 1711. Andreoni era jesuíta da Toscana e veio para o Brasil cedo, onde desempenhou cargos de relevo junto aos jesuítas, possuidores de um importante engenho — o do Sergipe do Conde. Lidou com o ensino, em colégios. Veio para o Brasil em 1681 e aqui ficou até morrer, em 1716.

Fino observador, notadamente da economia, escreveu com profundidade e erudição sobre a realidade econômica. Observou o essencial em matéria de produção de açúcar, tabaco, mineração (nesta, contou apenas com informações) e criação de gado, abordando a tecnologia usada, as condições de trabalho, as

produções, fornecendo números das atividades. Ao lado das observações técnicas, teve sensibilidade para o problema social e político. Em época de predomínio da retórica, apresentava exemplar maturidade como cientista social, atendo-se apenas ao básico. Apesar de seu título sugerir ufanismo, era eminentemente crítico. Em tempo de rara capacidade de análise econômica, já tinha a argúcia de observador que fez dele um autor de história econômica. Como observa Alice P. Canabrava — um de seus principais estudiosos —, “é um empirico que se desvela na descrição fiel e pormenorizada dos fatos. (...) Por esse motivo, nenhum o substitui na história das técnicas coloniais”.

Por todos esses atributos, Antonil é nome privilegiado para a historiografia brasileira, que tem em seu livro um dos títulos fundamentais. Poucos outros ensinam tanto. A obra apareceu com todas as licenças necessárias, mas logo o governo foi advertido para o perigo que significava o conhecimento das drogas e minas aí apontadas. E o livro foi proibido e recolhido, da edição só ficaram poucos exemplares, raridades bibliográficas. No século seguinte, porém, apareceu algumas vezes, em 1808, um extrato da parte referente ao açúcar, em Lisboa; o texto literal em 1837, no Rio de Janeiro. Depois, muitas outras edições, algumas de boa qualidade, como a de Taunay, em 1923; a de Alice P. Canabrava, em 1967; a de André Mansuy, com a tradução francesa, notável introdução e amplas e importantes notas, em 1968; a de Pernambuco, em fac-símile do original e posfácio de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, em 1969. Sendo uma das fontes mais usadas de todo o período colonial — alguns de seus trechos se tornaram clássicos, de tão citados —, até a decifração da autoria foi um feito admirável: Capistrano de Abreu, em 1886, dava mais um exemplo de finura crítica, esclarecendo que André João Antonil era João Antônio Andreoni.

Outro nome do Setecentos a ser lembrado é o de Cláudio Manuel da Costa. Aparece no primeiro plano na poesia, como

um dos dois grandes da chamada Escola Mineira, ao lado do português Tomás Antônio Gonzaga — que viveu alguns anos em Minas —, seguido por poeta carioca — Alvarenga Peixoto —, Cláudio foi estudar em Portugal em 1749 e voltou em 1754, fixando-se na capitania do Ouro, que era então, apesar da fase de decadência em que se encontrava, o eixo não só da vida brasileira, mas do Império português. Cláudio editou em Coimbra, em 1768, o seu livro intitulado *Obras* — antes publicara dois poemas, em opúsculos, também em Coimbra —, que lhe garante um lugar na poesia de sua língua. Escreveu ainda um poema épico, *Vila Rica*, datado de 1773, inédito até 1839, tendo depois algumas edições, mesmo hoje. Deixou muitos inéditos, que vêm sendo publicados, aumentando-lhe a obra.

Se o épico não tem o vigor do lírico, deve ser lembrado não só na literatura como na historiografia, pois o poema trata da criação da vila em 1711 e é precedido pelo *Fundamento histórico*, editado em jornal em 1813, peça significativa pelo que revela de conhecimento, obtido pelo muito que sabia de sua região e pelas relações pessoais com outros cultores da história de então — notadamente de São Paulo, como frei Gaspar da Madre de Deus. *Vila Rica* é obra literária com sólida base na história, expressa não só na poesia como no texto do *Fundamento*. Se este é referido, é menos por seu valor como pesquisa e mais pelo fato de ter sido escrito por um grande poeta e que teve papel na administração e na política. Infelizmente para Cláudio, seu nome é mais lembrado como protagonista da célebre Inconfidência Mineira, um dos mais fortes prenúncios da independência nacional, que teria lugar pouco mais de trinta anos depois. Sua morte na prisão tem suscitado interminável debate que nunca será esclarecido: suicídio ou assassinio, vítima da repressão. Preso no dia 25 de junho de 1789, é encontrado morto na Casa dos Contos, na mesma Vila Rica, no dia 4 de julho.

Ainda no século XVIII aparece uma obra de gênero a ser muito cultivado na primeira metade do seguinte: o dos anais,

espécie de arrolamento de quanto sucedeu em certa área. Assim, publica-se em Lisboa em 1749 o longo e paciente texto de Bernardo Pereira de Berredo, *Anais históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*, em 710 páginas. Trata-se de matéria importante, pois o chamado Estado do Maranhão foi instituído no princípio do Seiscentos, amplo território da Amazônia até o Ceará, com administração própria, desligada da Bahia, sede do Estado do Brasil. É a crônica pormenorizada da vida política, religiosa, militar. O econômico e o social são quase de todo ausentes. A linguagem é afetada, o texto se compromete pela prolixidade. Contém matéria substancial sobre penetrações do território, expulsão dos holandeses e outros temas relevantes.

A administração portuguesa recomendava às suas autoridades no Brasil que fizessem relatórios de suas atividades, sobretudo ao passar o posto a sucessores. As câmaras municipais deviam anotar quanto fora feito cada ano. Demais, os homens incumbidos dos cargos recebiam às vezes instruções minuciosamente formuladas de seus deveres. Conhecem-se dezenas de documentos do gênero. Se nem todas as Câmaras cumpriam a determinação e nem todas as autoridades prestavam as contas que lhes eram pedidas e às quais eram obrigadas, conhecem-se dezenas de documentos dessa espécie de alto interesse para a história, pelo muito que informam. Alguns atingem mesmo o nível da historiografia, fazendo a reconstituição e a análise de períodos e às vezes até retrospectos históricos.

Por certo, o mais notável de todos é o de José João Teixeira Coelho, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, que é citado aqui como paradigma. Tendo vivido em Minas durante 11 anos como funcionário da Coroa, ao afastar-se, de volta a Portugal, mostra ao sucessor o que deve ser feito. Minucioso, erudito, competente, analisa com profundidade o que é a vida

na região, notadamente nos aspectos administrativos. Sua crítica é certa e aguda, atingindo o âmago das questões. É a época da decadência do labor mineiro; José João aponta com sabedoria suas causas, não se atendo a aspectos superficiais. Pode-se dizer que sua análise não foi ainda superada. O que se escreve de melhor hoje, mais de duzentos anos depois — seu texto é de 1780 —, é, em grande parte, repetição do que disse. Para nosso interesse no momento, lembre-se de que o amplo manuscrito faz uma reconstituição histórica preciosa, pela lucidez do autor e pelo fato de ter ocupado cargos que exigiam conhecimento do quadro em sua plenitude. Demais, conheceu várias autoridades, presidentes da capitania de Minas com os quais trabalhou.

A *Instrução* terá sido muito consultada e lida. Não foi escrita como livro, permanecendo inédita até 1852, quando a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* a divulgou, à vista de um manuscrito que recebeu em 1841. A *Revista do Arquivo Público Mineiro* reeditou-a em 1903. Sabe-se da existência de inúmeros códices do documento. O Arquivo Público Mineiro possui um, adquirido em Lisboa, em 1896, no leilão da Livraria do Conde de Linhares. Apesar de ter um códice, o Arquivo publicou o texto em sua *Revista* em 1903 usando a edição feita em 1852 por outra revista, sem o necessário confronto. Pior ainda, suprimiu algumas partes, o que torna sua edição menos valiosa. A nova publicação, como aquela, aparece sem notas. Trata-se de documento fundamental, não só de história, mas de historiografia, à espera de merecida edição, com introdução, notas e um texto limpo, resultado da colação dos vários códices conhecidos. Varnhagen usou-o bastante em sua obra, citando-o com elogios — prática a que era pouco dado. A mais recente edição é a da Coleção Mineiriana, da Fundação João Pinheiro (1994).

Chega-se ao século XIX, conhecido como o século da história. Ela é renovada e enriquecida fundamentalmente na Europa, devido, sobretudo, à constituição sistemática das chamadas

disciplinas auxiliares da história, que vão dar ao trabalho o necessário instrumental para rigor e êxito na pesquisa. Entre elas se distinguem a paleografia e a diplomática. Se vinham de antes, notadamente do século XVI, com a Renascença e a Reforma, para provar, através de documentos, propriedades contestadas de mosteiros e castelos, de ordens religiosas ou de senhores supostos proprietários, são técnicas que se aprimoram e garantem ao pesquisador cada vez mais segurança. Tenta-se reunir o maior número possível de documentos, seja de produção atual seja de mais antiga, com a recuperação de papéis perdidos ou desgastados pelo tempo. Sua leitura e decifração se impõem. E firmam-se ainda outras disciplinas, como a filologia, a arqueologia, a cartografia, a genealogia (são cuidados universais e têm passado remoto, que recebem agora atenção especial), mais a epigrafia, a sigilografia, a numismática, a heráldica. É o esplendor da erudição. Revelam-se documentos até aí desconhecidos de todos, ao mesmo tempo que se aperfeiçoa o modo de tratá-los e aproveitá-los. Aparecem publicações especializadas, os arquivos despertam atenções de ordens religiosas ou dos poderes públicos.

Nesse clima, ganha vigor a idéia de edição sistemática das fontes. Certas nações adquirem técnicas eficazes, criam uma escola de pesquisa, com historiografia fundada em documentos, comprovação de quanto se afirma e única base para especulações explicativas ou interpretativas. Distinguem-se no esforço os alemães, entre os quais Niebuhr e Ranke. Cogita-se de apresentar *Monumenta germaniae historica*, um marco na historiografia e erudição.¹ Como decorrência, supervaloriza-se o fato, para rigor na

¹ Em 1819, por iniciativa do barão Von Stein, foi constituída a Sociedade para o Conhecimento da Antiga História Alemã, em Frankfurt, que teria como objetivo editar todas as antigas fontes da história da Alemanha. O primeiro diretor da instituição, G.H. Peretz (1795-1876), formulou plano, em 1824, dividindo a temática em cinco partes, sendo a primeira publicada em 1826. (N.E.)

tarefa: impunha evitar qualquer acento pessoal na exposição: esta devia ser conduzida *sine ira et studio*, com o ideal da imparcialidade, neutralidade. Problema de difícil encaminhamento, uma vez que se sabe, sobretudo hoje, que não há neutralidade científica, principalmente nas ciências humanas. O objetivo de Ranke e sua escola era assegurar a pesquisa, o uso das fontes, a prova documental, para erigir um monumento científico. Daí a explanação objetiva, sem partidarismo, que levou ao chamado positivismo, às vezes confundido com o factualismo. O propósito era justificável na época e hoje, pela idéia de que o conhecimento histórico deve ser científico, a história precisa ser vista como ciência.

O anseio de narrar o passado tal como ele foi é a base do pensamento de Ranke, que trabalhou como pesquisador e historiador. Com o tempo, a escola caminha e constitui o que se chamou de *historicismo*, de florescimento sobretudo nos Estados alemães, terra em que se desenvolve, desde o princípio do Oitocentos, a escola histórica de direito, depois a escola histórica de economia, duas correntes geradoras de amplo debate, contribuindo não só para obras significativas de direito e economia como para amadurecimento do debate metodológico. O historicismo combina bem com o sentimento característico dos vários Estados alemães e da Alemanha, de modo geral. Entre os grandes historiadores da época, os alemães têm lugar proeminente, como se poderia demonstrar com os nomes de autores e obras — ponto alto da historiografia universal.

Sua relativa superação pelo debate científico ou estritamente historiográfico tem lugar em várias partes. Cite-se o instaurado na França do fim do século, entre uma história factual e outra interpretativa ou explicativa — a *histoire historisante*, de Charles Seignobos, e a *synthèse historique*, de Henri Berr. Há outro debate mais alto, no plano filosófico, que não é alcançado por esses franceses interessados na questão básica do método. O debate francês prossegue e atinge o ápice com a criação da escola dos Annales,

que se poderia datar de depois da primeira grande guerra, principalmente com os trabalhos notáveis de Marc Bloch e Lucien Febvre. A revista *Annales*, de 1929, é o marco mais visível do grupo. A pregação da interdisciplinaridade das ciências sociais, com nova prática da historiografia, chegaria a extremos, acabando até por comprometer a história, ameaçando-lhe a identidade, com o realce de outras ciências sociais, das quais a história seria uma espécie de auxiliar, invocada só para ilustrar com exemplos. Cria-se um impasse na ciência social hoje, sobretudo na história: já se fala mesmo, ainda na França, na volta do fato (*le retour de l'événement*), como prega Pierre Nora em capítulo notável da metodologia de agora). É a velha dialética, a alternância de orientações, umas corrigindo os excessos das outras: fica sempre dessa instabilidade um saldo admirável, que representa o progresso do conceito e da prática da história, como das ciências sociais genericamente.

Voltando à proeminência concedida ao documento, que leva à *Monumenta germaniae historica*, tem-se que o impulso dado aos documentos na Prússia, desde 1819, tem repercussão em outros centros. Na França, o ministro-historiador François Guizot começa a coleção de *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*. O mesmo se verifica na Bélgica e no Piemonte, com a *Historiae patriae monumenta*. Ou na Rússia, com a *Coletânea completa dos anais russos*, começada em 1841. Instituições oficiais ou oficiosas, como academias, centros de estudo, entregam-se à pesquisa, à busca de fontes. Portugal não fica atrás: a antiga Academia Real das Ciências trata de editar *Portugaliae monumenta historica*, a contar de 1856, graças ao empenho de Alexandre Herculano, talvez o principal conhecedor das fontes portuguesas, como comprova sua *História de Portugal*. Sabe-se que também a Polônia promoveu *Monumenta poloniae historica*, entre 1864 e 93.

Essas referências visaram apenas a explicar o quadro renovador do século XIX na historiografia do mundo europeu, ao qual o Brasil se vinculava. O país não podia ficar indiferente a

esse surto. Repercussões aqui se dariam com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, bem como a figura de um pesquisador e escritor incansável, que foi Francisco Adolfo de Varnhagen. O Instituto e a obra do historiador sorocabano são marcos na produção nacional, como se verá.

✦ Entende-se melhor o quanto representaram com a lembrança do que era a produção nativa antes. O século XIX tem início com o término da elaboração de uma obra admirável, em 1802, escrita na maior parte do século anterior: *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas em vinte cartas*, por Luís dos Santos Vilhena; português, professor de grego na Bahia, era homem extremamente culto, agudo observador da realidade. Descreve-a de modo lúcido, em uma série de 24 cartas (algumas além das anunciadas no título), em que Amador Veríssimo de Aleteya escreve a Filipono e Patrífilo, correspondência imaginária, retratando o Brasil no fim do século anterior e início do XIX. Eram, coisa comum na época, dedicadas e oferecidas "ao soberano e Augustíssimo Príncipe Regente o Muito Alto e Muito Poderoso Senhor dom João", pelo "mais humilde dos seus servos". Redigidas no fim do Setecentos e começo do Oitocentos, só foram editadas em 1921, por Brás do Amaral, que as copiou de um manuscrito existente na Biblioteca Nacional. O mesmo editor completou o trabalho em 1935, com o que chamou a 21ª carta, com o título *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo*, oferecida e dedicada a d. Rodrigo de Sousa Coutinho (as três outras, além das vinte anunciadas, foram publicadas junto com aquelas em 1921).

Note-se, como se lembrou, que no referido *Notícias soteropolitanas e brasílicas* aparecem mais quatro cartas: na dirigida a Patrífilo, fala das vinte que constituem o corpo da obra, seguramente escritas até 1798, quando vai do Brasil para Portugal. As três dirigidas a d. Rodrigo encaminham-lhe as vinte cartas, para que as apresente ao príncipe d. João, a quem são dedicadas. As três últimas falam de Pernambuco, de Goiás e "a recopilação de

alguns apontamentos políticos aplicados em parte às colônias portuguesas no Estado do Brasil", em uma espécie de súmula.

Não publicada quando redigida, a obra ampla, erudita e culta não exerceu a influência que poderia ter exercido. Contudo, está influenciando ainda, como se vê pelo seu uso por muito da melhor historiografia atual. Vilhena, cuja vida é quase completamente ignorada (viveu entre 1744 e 1814), era homem lúcido e sabia ver a sua época. A análise correta de seu pensamento foi feita por Carlos Guilherme Mota em *Idéia de revolução no Brasil* (1979; a primeira edição em 1971, com outro título), estudo do ideário político de 1789 a 1801 — época de crise no sistema. Segundo o historiador, o português, escrevendo da Bahia, não se apresenta como revolucionário ou exaltado, nem como criatura ajustada ao sistema e ao consenso do período: "suas idéias correspondem, antes, à versão colonial do reformismo ilustrado. (...) Nele encontram-se, ao mesmo tempo, o colonizador e o crítico da colonização. O que vale dizer: colonização em crise."

Era instante privilegiado, pois o sistema colonial agonizava e tinha os dias contados, como se verá logo com o surto emancipacionista americano, a contar da segunda década. Vilhena o exprime à perfeição, com inteligência e cautela. Erudito, leu quanto encontrou, em manuscritos. Nada ingênuo, tinha alta percepção crítica. Trata sobretudo da Bahia, mas descreve também, embora de forma bem menos convincente, as outras áreas. Conhecia bem aquela, não conhecia estas. O retrato social do fim da Colônia está vivo em suas páginas: quem deseja saber como era o país então deve recorrer a elas, como fez Caio Prado Júnior para elaborar *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*, de 1942, onde Vilhena é invocado 51 vezes e muito mais vezes usado. O professor via além de seus contemporâneos, captava a sociedade em mudança. E dava amplas informações que seriam muito usadas depois. Básico para a história e entendimento do pensar da época, não é ainda historiografia, mas é das que mais serviços lhe prestam.

Parece que Vilhena tinha em alta conta os seus escritos, no que estava certo. Não os via como historiográficos, mas de material para o futuro estudioso, como se dá em algumas passagens. Entre outras, lembre-se o que diz no envio das três últimas cartas ao ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Na primeira: "feita [a recopilação nas vinte primeiras cartas] e ordenada para servir na parte que convier de Elementos para a História Brasileira". Na segunda,

persuado-me que uma e outras serão indispensáveis a quem Vossa Excelência se digne de incumbir a composição de uma nova História Brasileira, pois que nas minhas cartas (...) achará tantos elementos, quantos não encontrará juntos em alguma outra parte (...). Não me consta que se tenha aberto uma porta mais ampla para penetrar até uma grande parte dos sertões da nossa América (...). Meus escritos, feitos só para que deles se escolha o que convier para a História do Brasil.

Não era jactância, pois Luis dos Santos Vilhena estava certo.

Autor considerável no princípio do século é Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, com dois preciosos textos. O primeiro é a *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Datado de 1806, repete passagens de memórias anteriores, como a de José Joaquim da Rocha, *Memória histórica da capitania de Minas Gerais*, talvez de 1797, como será copiado depois pelo medíocre cronista oficial português frei Cláudio da Conceição, na desimportante coletânea *Gabinete histórico*, de 17 volumes, entre 1818 e 1831 (o capítulo sobre Minas está no volume X). O procedimento era comum na época, quando mal contava o conceito de plágio. Diogo era português, mas viveu muito em Minas, participando de suas coisas. Culto, era bastante voltado para a história, na qual produziu dois textos. Ocupou cargos e foi pai de 11 filhos — entre eles o estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos. Conservador exaltado, amigo de Cláudio Manuel e de Gonzaga (de quem era afilhado de casamento), bem como de outros conjurados, acabou suspeito de participar

do episódio libertador. Prestou dois depoimentos perante a Devassa, sem neles se comprometer e sem envolver ninguém. Depois, foi o orador oficial da festa pública de 22 de maio de 1792, *Te Deum* pelo malogro da conjuração e suplicio de Tiradentes. Afinal, era português e conservador. Contudo, não era preciso exagerar tanto no aulicismo.

O principal trabalho do velho Diogo é um dos primeiros de autêntica historiografia. Trata-se de *Minas e quintos do ouro*, exemplar monografia de história econômica. Revelou-a Capistrano de Abreu, em 1892, em vinte partes, no *Diário Oficial*: edição fraca, sem nome do autor e sem nota introdutória. Foi reproduzida na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1901, sem tratamento superior, com supressões e mutilações injustificáveis. Merece edição convenientemente anotada, pois é magnífica, dos melhores textos do período colonial. De aspecto árido, mas indispensável, foi com justeza julgada por Capistrano de Abreu como "a mais completa que até hoje se escreveu do regime tributário colonial". Poder-se-ia apresentá-la como a fundadora da historiografia financeira. Absolutista, não é só conservador, defendia toda a política da Coroa. Por certo, é admirável como pesquisa, informação, crítica, além da teorização desenvolvida. Mais: o tema é básico para entender a capitania e quanto rendeu o ouro no século XVIII, objeto permanente de especulação. Deve ter usado muito o texto de José João Teixeira Coelho — do qual já se falou —, certamente o mais valioso para Minas. O de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos é marco na historiografia mineira e na econômica, tão pobres na época e que com ele começa a ganhar corpo e consistência.

O velho Diogo deixou ainda estudo mais dilatado — a *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*, de 1806. Valiosa pelas muitas informações, pois a viveu quase sempre em Minas onde ocupou cargos administrativos. Nascido em 1758, veio para Minas Gerais aos nove anos e só saiu para estudar

em Coimbra, em cuja universidade se formou em 1783. Áulico, deixa em suas páginas exaltada admiração pelo colonizador, elogiando até governos como os do conde de Assumar, Luís da Cunha Menezes (o Fanfarrão Minésio das *Cartas chilenas*), visconde de Barbacena. Defendia o poder constituído, o branco, o senhor (se fala do negro, considera o índio um animal). Raramente alguém revelou tanta subserviência. A *Breve descrição* teve algumas edições, sendo a mais digna de nota a recente — 1994 —, na Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro.

No começo do século XIX, um historiador inglês escreverá a primeira história do Brasil verdadeiramente monumental: trata-se do poeta Robert Southey, que editou entre 1810 e 1819 a sua *History of Brazil*, em três volumes (1810, 1817 e 1819). Antes, em 1809, outro inglês fizera uma *History of Brazil*, mas de nível inferior: Andrew Grant. E pouco depois, em 1821, aparecerá um terceiro, James Henderson, ainda sem a qualidade do segundo. Southey, escritor de prestígio em sua época (secundário em relação a outros românticos mais notórios, como Byron ou Coleridge, seu concunhado), não visitou o Brasil, mal conhecia Portugal de duas visitas, mas pelo fato de ter um tio que aí vivia, possuidor de ampla biblioteca e de muitos documentos sobre o país e seu Império, pensou em escrever uma história do mundo português. Fez amplas pesquisas e chegou a escrever vários capítulos alentados da *História de Portugal*, sem concluir a projetada obra, pela exigência de mais aprofundamento nas fontes. Nela trabalhou até morrer.

Fez apenas a do Brasil, de modo superior, tanto que foi por muitos considerada como a principal *História do Brasil*, seja pela informação e correção como pela superior forma artística. Teve e tem elogios da crítica contemporânea, como em Capistrano, por exemplo. Quem mais carinhosamente o estudou foi Oliveira Lima, em conferência publicada em 1907: viu sua *História* como "a mais conscienciosa, detalhada e exata antes de

Varnhagen, a mais literária, formosa e cativante mesmo depois da de Varnhagen". Esta deve-lhe muito, apesar de críticas ao texto do inglês, nem sempre justas. Southey, se a escreveu e publicou, enquanto a obra maior, pensada e parcialmente escrita, mas não concluída, foi por ter acesso sobretudo a papéis referentes ao Brasil, bem como pela notoriedade da Colônia, com a vinda da Corte, em 1808. Impôs-se assim o interesse pela parte americana do Império. Demais, devia despertar a atenção do autor a imagem de terra distante, na comum idealização romântica, da qual ele é uma das principais expressões.

Curiosamente, amou o Brasil, prevendo sua breve emancipação de Portugal, pois a Colônia era mais rica e dotada, não podia ficar presa à Metrópole frágil e desgastada. Fazia sérias reservas à colonização portuguesa, apontando-lhe defeitos. Denunciou o péssimo estado da Colônia, em regime de miséria, fome, doenças. O escravo contribuía para piorar o quadro, impedindo o trabalho, melhor, de outros elementos. Compreendeu bem a paisagem e o homem, percebeu o processo de revelação e ocupação do território. O privatismo da sociedade levava só à busca do lucro, gerando faltas de todo tipo. Destaca o fortalecimento do Estado desde o começo do século XVIII, com as minas de ouro. Pombal dará passo mais firme nesse sentido. A presença inglesa parecia-lhe a favorável do país, vendo o caso do ângulo de sua pátria. Em narrativa minuciosa até demais, descreve a trajetória brasileira em múltiplos aspectos, com a apreensão de seu sentido e inegável simpatia pelos nativos. Pela formação pessoal, repugnava-lhe a prática espoliativa, desejoso de ver no colonizador o aspecto cultural e civilizador, não a espoliação ou o comércio que encontra. Romântico, de corte tradicionalista, preferia ver aqui traços não encontráveis. Nota barbaridade nas práticas indígenas, agravadas pelo comportamento bruto do português. Tem entusiasmo pelos esforços dos jesuítas, apesar da perspectiva de protestante, condenadora dos católicos.

Escreveu e editou, de modo que teve alguma eficácia. E não custou a ser traduzido ao português: em 1862 aparecia aqui o texto, em seis volumes, superando as dificuldades da época e o vulto do empreendimento. Não foi muito lido, entretanto, tal como se esperava, pois não se percebe sua influência nos brasileiros de então: preferiam seguir Varnhagen, quando Southey abria algumas perspectivas bem interessantes e não era tão conservador. Certa prolixidade perturbou a obra do inglês. Entretanto, ele merece mais atenção e culto do que teve até agora. Inicia magnificamente a produção dos hoje chamados *brazilianists* — estrangeiros preocupados com o estudo de nossa terra. Se não foi cronologicamente o primeiro, foi-o por certo pela qualidade de seu escrito.

Em carta de 1819, estava seguro da falta de repercussão: "algumas vinte pessoas na Inglaterra e uma meia dúzia em Portugal e Brasil o lerão (referia-se ao terceiro volume, a ser logo publicado) com avidez e deleite. Talvez uns cinquenta o comprarão por causa do assunto (...)". Contudo, estava certo de sua importância: "minha obra, daqui a largos tempos, se encontrará entre as que não são destinadas a perecer (...)". Na época, o livro teve detratores: Byron, constante desafeto, considerava sua leitura como o melhor remédio contra a insônia. Já Walter Scott o exaltou. Na verdade, três sólidos volumes sobre uma colônia americana pareciam despropósito. Hoje tem boa acolhida pela crítica brasileira, quase toda sua entusiasta. Continua a ser editado, embora lido só para consulta. Quem melhor o estudou e escreveu sobre ele foi Maria Odila da Silva Dias, em *O fardo do homem branco*, de 1974, além de outros escritos nos quais é focalizado.

Ainda na primeira metade do século, o Brasil é objeto de variantes da historiografia. Em geral é uma obra fragmentária, escrita sobre aspectos do país, datas ou épocas, eventos. Alguns dos autores eram dados à pesquisa e traçaram quadros válidos em seus livros. A maior parte se consumia em transcrever docu-

mentos ou narrar certa trajetória, sem visão articulada do processo nacional, alheios ao conjunto.

Como exemplo de historiografia do princípio do século XIX podem ser referidos: José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu, político e publicista, que tem importante obra de economia — *Princípios de economia política*, de 1804 —, a colocá-lo em posição de realce como cientista social. Deixou ainda vasta obra de direito, notadamente de direito comercial. Como historiador é bem menos expressivo, mas não menos fecundo — nada produziu a alçá-lo além de cronista. Textos como *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor d. João VI*, de 1818, *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de 1830, atestam pouco mais que aulicismo e certa operosidade, justificadora de consulta pelos especialistas. José da Silva Lisboa foi um apaixonado pelos governos e pelo sistema, por ele defendido até fanaticamente. É expressivo de conservadorismo e até reacionarismo — marcas pouco recomendáveis de historiografia desde o princípio.

A outra obra, supostamente de história, de então é a de Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil, divididas em três épocas de felicidade, honra e glória* — o título já diz da falta de visão crítica —, escritas no Rio, em 1821, e publicadas em Lisboa em 1825. Perde-se no factual, no anedótico, na *petite histoire*: a seu favor, lembre-se o título de *Memórias*. Dá muitas informações, sem qualquer método. É quase a crônica diária, arrolando tudo. Conhecido como padre Perereca, a ele recorrem muito os estudiosos da fase da independência e das figuras de d. João VI e do príncipe d. Pedro.

O mais comum foi o gênero de *Anais*, que se multiplicaram no período, em nota de extremado acento conservador — marca freqüente na historiografia do país, da qual Cairu é um paradigma.

Citem-se alguns exemplos do gênero tão cultivado, o dos *Anais* ou memórias de certas áreas. Raimundo José de Sousa

Gaioso publicou, em Paris, *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, em 1818. Embora anuncie tratar apenas de lavoura, quase só do algodão, dá algo mais sobre a área, que passava por breve período de prosperidade. Os números fornecidos, de produção e exportação, enriquecem-lhe o conteúdo.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, escreveu e editou em dois tomos os *Anais da capitania de São Pedro*, em 1819 e 1822, em 1839 reeditados com o título de *Anais da província de São Pedro*. Grande pesquisador, o livro é bem composto. Daí continuar a ser editado e valorizado ainda hoje pelos críticos. Não tentou a visão global. Em 1816, Paulo José Miguel de Brito, um militar, autoridade no governo de Santa Catarina, escreveu no Rio de Janeiro a *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina*, editada em Lisboa pela Academia Real das Ciências, em 1829. Pizarro e Araújo, eclesiástico dedicado à pesquisa, escreveu e editou em nove tomos as *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, em 1820-22. Era carioca. Conheceu documentos e aproveitou-os, mas não tinha noção do conjunto, não sabia explorá-los. Não é original nem consistente, mas deixou obra útil, de consulta ainda hoje. Varnhagen foi severo demais em seu julgamento a Pizarro e Araújo, a ponto de desejar omiti-lo, o que felizmente não fez. Acusa-o de ter-se aproveitado do trabalho de outros, produzindo "uma obra confusa, difusa e às vezes até obtusa". É correto ao criticar o escrito por falta de ordem e consistência — o que poderia dizer de todos ou quase todos os outros cronistas do gênero. O certo, porém, apesar do juízo extremado de Varnhagen, é que Pizarro forma entre os melhores autores daquela linha de trabalho. Baltazar da Silva Lisboa deixou *Anais do Rio de Janeiro*, em sete volumes, entre 1834 e 35. Não ultrapassou a categoria de catalogador de nomes, datas e eventos, preso só ao regional.

Inácio Acioli Cerqueira e Silva escreveu as *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, em seis volumes, entre 1835 e 42. Português, veio cedo para a Bahia, reunindo a documentação que pôde, sem fazer a elaboração característica da história. Também regional é Antônio Ladislau Monteiro de Baena, com o *Compêndio das eras da província do Pará*, em 1838. Sem muito senso crítico, não ultrapassa a catalogação. Obras do gênero de *Anais* ou *Memórias* cronológicas de províncias continuariam a ser produzidas mesmo depois.

Outros nomes poderiam ser referidos, em espécie de catálogo ou arrolamento de certo modo sem interesse, pois um pouco é maneira dos cronistas antes citados, sem elaboração crítica das informações. O que se quis destacar é que nenhum deles se alçou à verdadeira historiografia. Foram cronistas, não mais. Alguns se distinguiram como pesquisadores, apresentando, de modo correto, o fruto de investigações. Daí serem úteis. Outros, pelo empenho no trabalho, deram a primeira nota para o desenvolvimento da história regional, importante em área ampla como o Brasil. Alguns foram pobres mesmo como cronistas. Nota-se, pois, que a jovem nação não tivera ainda quem a estudasse e a pensasse, colocando uma problemática sobre a formação e os rumos do país que em 1822 iniciaria sua vida livre, com uma experiência política rica e original no mundo americano.

Nenhum deles, portanto, contribuiu para um esquema da história do Brasil, distinguindo-se apenas pelo labor erudito realizado ou pelo tom predominantemente conservador de seus escritos — marca freqüente na historiografia nacional, repita-se. É o julgamento que da produção do primeiro momento fazem os seus conhecedores mais seguros. É o que se vê, por exemplo, em José Honório Rodrigues, em sua importante *História da história do Brasil*, primeira parte, *Historiografia colonial*, de 1979, na distinção entre documento histórico e documento historiográfico, ou na consideração das "diferenças entre a Crônica e a

História" (prefácio), decerto o estudo mais completo do assunto. Ou Américo Jacobina Lacombe, em *Introdução ao estudo da história do Brasil*, de 1974, tratando de quanto se escreveu nos três primeiros séculos: "Os nomes (...) pertencem a uma fase ultrapassada na historiografia brasileira. Contribuíram valiosamente para a elaboração da história, são hoje utilizados como fontes de informação, mas não suficientes para a compreensão dos fenômenos. São mais objetos da história do que historiadores" — afirmativa a ser relativizada, parece-nos, pois alguns deles, por vezes, chegaram ao verdadeiro entendimento.

Na atmosfera morna da primeira metade do século, como produção historiográfica, só se destaca um valioso estudo — o do viajante e cientista alemão Martius.

A nova orientação, representada por essa iniciativa e outras, já pertence à fase seguinte — a segunda de nossa divisão —, cujo estudo passa a ser feito agora.

SEGUNDO MOMENTO

1838-1931

Se no início do século o inglês Robert Southey escreveu a primeira *História do Brasil* realmente importante, como estrutura, análise e estilo, antes que qualquer brasileiro o fizesse — a de Varnhagen será de 1854-57, bem mais pesquisada e rica como erudição, mas inferior como plano e sobretudo forma —, na década de 1830 outro inglês escreverá outra história digna de nota. John Armitage, jovem de 21 anos que vive no Rio de Janeiro como comerciante desde 1828, ou como adido da legação britânica, freqüenta círculo de pessoas eminentes, entre as quais o jornalista e político Evaristo da Veiga, que foi caixeiro como ele e depois se estabelece como livreiro. Como livreiro, Evaristo trabalhara com o pai, depois com o irmão; em 1827 tem sua casa própria na rua dos Pescadores, a ser freqüentada por quem procura livro ou boa conversa, aí reunindo-se gente que terá muito peso na política nacional, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Antônio Feijó, o padre José Custódio Dias, Rodrigues Torres, Teófilo Otoni, Sales Torres Homem, alguns já ocupando postos no Legislativo, outros ainda jovens. Armitage freqüentava a casa, vendo e ouvindo essa gente. No fim do mesmo ano de 1827, Evaristo funda o jornal *Aurora Fluminense*, bem feito, liberal contido, sério em época de imprensa desabrida e de enorme influência na política. O inglês recém-chegado e o livreiro, jornalista e político, tornam-se amigos. Das muitas conversas e do jornal sairá muito de sua visão do país em que se encontra. Quando publica sua *História do Brasil*, em Londres, em 1836, Evaristo será dos primeiros a receber um exemplar. Mais ainda: no livro há apenas dois retratos — um de José Bonifácio, outro de Evaristo.

O inglês atento e curioso tem enorme interesse pelo novo país, vê, ouve e lê quanto pode, de modo a ser capaz de redigir o livro básico. É curioso que um estrangeiro consiga tal percepção de período tão rico, de transformações rápidas e profundas, quando se supera o estatuto colonial com o estabelecimento de nação livre, juridicamente organizada, acompanhando as vicissitudes do Primeiro Reinado. Diretamente, vendo e ouvindo protagonistas, de 1828 a 31, obtém a informação e o entendimento. O texto foi publicado em 1836, em Londres, em dois volumes: *The History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza Family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831. Compiled from State documents and other original sources. Forming a continuation to Southey's History of that Country*. Já no ano seguinte (1837) aparece a tradução brasileira — *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador d. Pedro I, em 1831*. Foi traduzida do inglês por um brasileiro, como se declara no volume de 323 páginas.

Estranhou-se o fato, havendo até quem duvidasse da existência do autor, atribuindo o volume a Evaristo da Veiga, a quem outros atribuíam a tradução. Armitage teve que afirmar em carta ser o autor questionado. Apresentada no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, nos textos inglês e português (números 5.369 e 5.370), Ramiz Galvão sugeriu ter sido traduzida por Joaquim Teixeira de Macedo, o que deve ser certo. Demais, anotou: "excelente obra para a história do primeiro reinado".

O jovem inglês tem muito de romanescos: recebe incumbência da embaixada de seu país para ir ao sul, convulsionado por lutas no Uruguai; não é pessoa convencional, pois acusado de levar vida livre, não ter religião, ser republicano e revolucionário, falar mal das autoridades de seu país e do que o abriga. O texto tornou-se imprescindível, pois Armitage fala muito do que viu ou ouviu de protagonistas centrais, além de compilar documentos públicos e outras fontes originais, como declara no

próprio título de original inglês. Em geral é correto nas informações e no julgamento das figuras, algumas das quais conhecidas. Semível e intuitivo, sua força está mais nos *insights* inteligentes que no acento erudito, que não podia ter, pela falta de formação, pouco tempo na terra e pela vida excessivamente ocupada com o trabalho. Nada tinha de *scholar*. Deve estar aí um dos encantos do escrito. Publicado em 1837 em português, teve outras edições, em 1914 e 1943, continuando agora em edições populares, lidas com interesse e proveito. Um dos maiores conhecedores do período estudado — 1808 a 31, sobretudo 1828 a 31 —, Otávio Tarquínio de Sousa usou abundantemente o texto do inglês, gabando-lhe sempre os méritos, na vasta obra a que deu o título geral de *História dos fundadores do Império do Brasil*.

Nas primeiras décadas do século XIX o mundo ligado ao Ocidente europeu vive o estágio mais avançado do sistema capitalista, então em fase de acentuada mudança, por causa do industrialismo crescente. Este altera a sociedade, a economia e a política — a ponto de falar-se em revolução industrial. Além do novo quadro jurídico, com os princípios liberais consagrados na revolução francesa de 1789, há as inovações tecnológicas, sobretudo na área inglesa, na chamada "revolução industrial". A burguesia conquista o poder político, é a era do liberalismo e do nacionalismo. O Brasil, como toda a América Latina, é parte desse mundo. Ele é sacudido com a emancipação das antigas colônias espanholas e portuguesa, que se beneficiam das dificuldades de suas metrópoles ante o avanço de Napoleão na Europa. A contar de 1810, multiplicam-se os movimentos de independência: pelas alturas de 1825 já várias nações latino-americanas têm liberdade política, verificando-se depois alguns ajustes entre elas e mais outras nações, enquanto se emancipam as da América Central.

O Brasil também vive intensas mudanças, com a vinda da Corte portuguesa em 1808, que dá ao caso uma fisionomia especial, distinguindo-se o processo nacional dos demais do continen-

te. A independência é o coroamento de longa luta que vem dos séculos anteriores, não resulta da benevolência do príncipe, colocado pelas circunstâncias à frente dos acontecimentos e beneficiando-se da situação, como também o grupo que o cerca. A nova nacionalidade distingue-se das demais, com a única experiência expressiva de regime monárquico em terras americanas. O Brasil herda a obsoleta estrutura administrativa da Colônia, reforçada com a presença da Corte, com seus preconceitos que tanto contribuem para manter a velha estrutura, marcada pela rotina e pelo atraso. Ganha corpo, no entanto, a hostilidade ao antigo dominador, marcando os primeiros decênios com sua lusofobia. A pregação do romantismo na Europa, atitude de vanguarda na época, repercute aqui e logo há poetas e ficcionistas românticos, que, na linha geral dessa corrente de literatura e pensamento, cantam a nova pátria.

A historiografia continua a ser praticada, como se viu no item anterior, fixando o primeiro período. Mesmo antes de 1838 alguns títulos são assinaláveis, como se verá, mas configuram um clima que é bem diverso do dominante na Colônia (no caso, como nos demais, é sempre difícil — senão impossível — delimitar com rigor uma data). Daí certa precariedade no desejo de periodizações. A atmosfera intelectual de então é morna, embora a quarta década fosse fase de intensa ebulição: de 1831 a 40 vive-se a Regência, uma das fases mais vibrantes da vida nacional, senão a mais viva, pela participação popular em movimentos libertários até aí desconhecidos, não igualados nem mesmo em nenhum momento posterior.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

É na Regência que se assiste ao primeiro esforço ou interesse pela historiografia, de real eficácia, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, de papel importante na vida intelectual, então e depois. Daí o alto sig-

nificado dessa data, que a impõe como um marco de nossa periodização na história da historiografia que modestamente intentamos — o fim de uma fase e o início de outra, embora reconhecendo a precariedade e a relatividade de todo esquema do gênero. A proposta da entidade deveu-se ao cônego Januário da Cunha Barbosa e ao brigadeiro Raimundo de Cunha Matos, que a apresentaram à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional — o organismo criado em 1828, com atuação no campo da economia, notadamente na propaganda do aprimoramento tecnológico da agricultura, pois a palavra indústria é usada em sentido muito lato, sem o significado comum de hoje. A proposta é aprovada e o Instituto teve instalação no dia 2 de outubro.

A idéia é bem respaldada pelo clima intelectual da época no Brasil e mesmo nos centros internacionais aos quais o país é ligado, sob o signo do romantismo. Há no Instituto, no início, uma linha nativista. Seu primeiro secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa, é nativista exaltado, como se compreende pela proximidade da independência, quando se busca toda e qualquer afirmação. Em palavras daquele fundador há vivas reminiscências de Rocha Pita, com seu ufanismo ingênuo e até delirante: à maneira da *História da América portuguesa*, Januário fala na "grandeza de seus rios e baías, variedade e pompa de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos (...), constante benignidade de um clima, que faz fecundos os engenhos de nossos patricios como o solo abençoado que habitam". Exalta não só a natureza, mas também os homens. Os traços mais notáveis do órgão, no entanto, são o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Pretende-se fazer uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito da história como a mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares.

Mais importante que essa nota é o gosto pela pesquisa, o cuidado com a documentação. Repercute aqui a palavra de ordem de ponderável corrente da historiografia europeia, notadamente alemã, pregadora da necessidade do uso de fontes para abonar todas as afirmativas. Um dos resultados mais notáveis da instituição será a *Revista*, com a publicação dos textos fundamentais do período colonial, como documentos do governo português, memórias e escritos, de toda natureza, de séculos anteriores, notadamente do Setecentos. Assim, o Instituto trabalha com intensidade em seus primeiros decênios, quando realiza esforço na linha do que há de mais atualizado na historiografia geral. Sempre com sentido conservador, liga-se às autoridades, das quais recebe favores, como se dá com a atenção que lhe dedica d. Pedro II, freqüente às suas sessões, presidindo-as muitas vezes e com financiamento pessoal de pesquisas no país e no estrangeiro, em busca de documentos que dêem mais vigor e rigor à produção.

Trata-se, evidentemente, de influência da recente criação do Institut Historique de Paris, fundado no dia 29 de dezembro de 1833 e com sessões regulares a contar de março do ano seguinte. Seu principal inspirador e quem mais lutou pelo seu aparecimento foi um historiador secundário, de muitas ligações com o Brasil — Eugène de Monglave, figura romanesca, mais interessante como pessoa que como autor. Ele estivera no Rio em 1821, percorrendo algumas províncias, apaixonando-se pelo país, cuja língua aprendeu — traduziu para o francês *Marília de Dirceu*, as liras de Tomás Antônio Gonzaga (1825), com certa repercussão, e consta haver traduzido também *Caramuru* (1829), de Santa Rita Durão, seguramente não editado; admirador de d. Pedro I, traduziu e publicou em 1827 um alentado volume de 360 páginas, *Correspondance de don Pedro premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal, don Jean VI, série de 32 cartas entre o príncipe Regente e seu pai, em 1821 e 22, além de outros documentos relativos à independência, tradução*

de cartas e mais peças oficiais dirigidas a Sua Majestade o senhor d. João VI pelo príncipe real o senhor d. Pedro de Alcântara, editado em Lisboa em 1822 e mais conhecido na edição francesa de Monglave, de 1827. O Institut Historique de Paris custou a firmar-se, por disputas personalistas de Monglave, seu primeiro secretário, em freqüentes atritos com os colegas.

A principal realização do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi editar a sua *Revista*, também à maneira do modelo francês: a deste começa em 1834; a brasileira, em 39. A publicação brasileira foi valorizada sobretudo pela edição de documentos básicos, mais que por estudos originais; seguia assim uma linha de trabalho comum na Europa, como se vê com obras cujo paradigma é a *Monumenta germaniae historica*, um dos aspectos do romantismo, muito voltado para a história, pela valorização do passado, do tradicional, como se vê em sua vertente saudosista, bem numerosa. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a entidade de mais êxito, mas não propriamente a primeira no Brasil a dedicar-se à história.

Lembre-se, por exemplo, a Academia Brasilica dos Esquecidos, criada na Bahia em 1724, fundamentalmente preocupada com o que chamava a história brasilica — um dos principais acadêmicos era Sebastião da Rocha Pita e o objetivo central era um estudo da história brasileira, em quatro partes (política, eclesiástica, militar, natural). Viveu apenas um ano. Programa parecido terá, pouco depois, em 1759, na mesma Bahia, a dos Renascidos. Por ter vivido também só um ano, não realizou o vasto programa pretendido, mas algumas obras representativas da historiografia setecentista estão ligadas a essas academias, como a *História da América portuguesa*, de Rocha Pita (1730), sócio da anterior, como se disse; sócios da dos Renascidos foram José Miralles (*História militar do Brasil*, 1772?), frei Antônio Santa Maria Jaboatão (*Novo orbe séráfico brasileiro*, 1761). A dos Renascidos teve 115 sócios supranumerários, entre os quais Cláudio Manuel da Costa, poeta e historiador; frei Gaspar da Madre de Deus

(*Memórias para a história da capitania de São Vicente*, 1797); Antônio José Victorino Borges da Fonseca (*Nobiliarquia pernambucana*, inédito publicado em 1925 e 26); frei Domingos do Loreto Couto (*Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*), obra de 1757 inédita e da qual se perdeu uma parte, sendo, a que ficou, editada em 1900, pelo entusiasmo de Capistrano de Abreu. Sem falar em obras que terão sido escritas e, não publicadas, ficaram perdidas.

O Instituto em seus começos estava em consonância com o mais atual nos centros avançados. Teve sempre um caráter quase oficial, marcado pela simpatia que lhe teve d. Pedro II. Esse caráter agravou-se com o tempo, como se deu há alguns decênios, quando o Instituto não estava mais em consonância com o mais avançado, embora ainda trabalhasse com constância e méritos. Além da *Revista*, editada até hoje — está no número 396 (julho-setembro de 1997, só impresso em 1998) —, deve-se ao órgão a realização de conferências, cursos, um arquivo rico, biblioteca notável — magnificamente organizados e abertos ao público —, uma experiência de ensino com a criação da Academia de Altos Estudos, em 1915, funcionando de 1916 a 1920. Por algum tempo, foi uma espécie de faculdade de filosofia e letras, com a proeminência da história. A faculdade existiu com certa precariedade, muito combatida e sem obter o devido reconhecimento. Valeu como tentativa e experiência pioneira. Alguns cursos importantes foram aí dados.

Essa Academia de 1915 é o amadurecimento de iniciativa de 1913 no Rio de Janeiro de uma Escola de Altos Estudos. Proferiram curso aí alguns nomes importantes, como Alberto Rangel, Basílio de Magalhães, Aurelino Leal, Viveiros de Castro; alguns desses cursos são a origem de livros marcantes da historiografia nativa, como os referentes ao bandeirismo de Basílio de Magalhães, à história constitucional, de Aurelino Leal — *História constitucional do Brasil*, 1915 —, à história tributária, de Vi-

veiros de Castro. A Academia de Altos Estudos foi planejada com base sobretudo em plano de Oliveira Lima.

Deve-se ainda ao Instituto Histórico a promoção de vários congressos, reunindo muitos historiadores com teses, às vezes de alto valor, publicadas nos *Anais*; o primeiro Congresso de História Nacional é de 1914 e seus *Anais* têm cinco tomos; há outros congressos mais vultosos — o quarto, de 1949, tem 13 tomos. Realizou também o Congresso de História da América, em 1922; o do Bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro, em 1963 (quatro tomos). José Honório Rodrigues, quem mais extensa e profundamente estudou a pesquisa entre nós — em seu *A pesquisa histórica no Brasil*, 1952 —, escreveu com autoridade: “a pesquisa histórica no Brasil nasceu da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. O trabalho anterior, que conhecia bem, era individual e episódico, sem continuidade.

Assinale-se ainda que o Instituto teve ramificações pelo país. Hoje, é possível que quase todos os estados o tenham. A formação da maioria é desse século. Os nomes por vezes variam, mas têm os mesmos objetivos e quase a mesma organização, assemelhando-se também no sentido que dão ao trabalho, certo oficialismo e convencionalismo. Alguns têm revistas preciosas, sobretudo pela divulgação de documentos, como se dá com os de Pernambuco, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, e outros ainda. Além das instituições estaduais, alguns municípios também os têm, como se vê em Minas e em outras unidades.

Martius

O Instituto se interessa pela recuperação das fontes, edita documentos básicos. Se suas sessões nem sempre têm interesse, mesmo no começo, já na quinquagésima primeira, em 1840,

Januário da Cunha Barbosa propõe um prêmio para quem apresentar monografia sobre a melhor forma de escrever a história do Brasil. A sugestão não ficou sem resposta. Um naturalista alemão, que percorrera várias partes do país colhendo material de sua especialidade — era botânico —, candidatou-se ao prêmio e o obteve. É interessante lembrar que Karl Friedrich Philipp von Martius veio ao Brasil em 1817, juntamente com J. von Spix e outros sábios, enviados pelo grão-duque da Toscana, animados por Maximiliano José I, rei da Baviera, por ocasião da vinda de d. Leopoldina, pelo casamento com o príncipe d. Pedro. Vieram em missão científica, aqui permanecendo até 1820.

Martius viveu muito e reuniu ou descreveu milhares de espécies, como se verifica pela monumental *Flora brasiliensis*, em quarenta volumes (organizou e publicou os primeiros, a obra foi continuada por outros). Von Spix e Martius escreveram contando quanto viram ou ouviram em notável livro publicado em Munique, em três volumes, em 1823-31, só editado aqui em 1938, pelo Instituto Histórico, em quatro volumes, com o nome de *Viagem pelo Brasil*. É quando mais acorrem viajantes estrangeiros, com a permissão oficial de entrada, antes proibida. O Novo Mundo atrai, é percorrido por alguns dos maiores cientistas da época, como se pode exemplificar com o mais importante — Alexander von Humboldt, que visitou e escreveu com lucidez e repercussão sobre o México. Pretendeu então visitar a Amazônia, mas o governo português, bitolado e obscurantista, deu ordem de prisão a “um tal senhor de Humboldt”. Agora o quadro é outro e tornam-se possíveis as viagens. Dezenas foram feitas, algumas até mais importantes que a de Martius. A de Saint-Hilaire, por exemplo.

Para a historiografia, porém, ele tem interesse especial. Se sua visita não foi longa, muito obteve de sua preocupação de naturalista, enriquecendo a ciência de seu tempo. Lançou as bases da botânica brasileira, sendo mesmo visto por autoridades como quem mais realizou por essa ciência no país. Para nosso interesse agora,

deve-se destacar que sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil* impressiona pela assimilação das grandes linhas, revelando fina sensibilidade de historiador. Datada de 10 de janeiro de 1843 em Munique, foi escrita para concorrer ao prêmio oferecido pelo Instituto, em 1840. Aprovada, com parecer favorável de Francisco Freire Alemão, em 20 de maio de 1847, foi publicada na *Revista* do mesmo Instituto, em 1845. Para que se evidencie a justeza do prêmio, basta assinalar que concorreu com ele, obtendo o segundo lugar Júlio de Wallenstein, com proposta da escrita por décadas — critério que dera obras significativas, com Tivo Lívio, João de Barros, mas já obsoleto, sem maior sentido crítico.

É claro que o modelo de Martius não é perfeito, mas representa avanço para o seu tempo. Fala em uma historiografia filosófica do Brasil, em um “historiador filosófico” (quatro vezes), historiador reflexivo, em historiador pragmático, história pragmática do país (duas vezes). Pretende pois reflexão crítica, de modo a atender “às exigências da verdadeira historiografia”, como pede; a seu ver, as obras dedicadas até então à história das províncias (quer significar por certo todos os textos da história nacional), “se ressentem demais de certo espírito de crônicas”, em justa observação. Vai contribuir para superar esse estado, lançando algumas idéias a serem seguidas.

Deixando de lado o epidérmico da vida política, com a referência a governantes e suas ações, insiste sobretudo no exame dos contingentes étnicos: o papel do português, do índio e do negro. Quer o estudo do índio (fala na “raça cor de cobre”), não só do atual, mas do que era quando da chegada do português; propõe seja visto no quadro americano, em comparação com os vários grupos do continente; a sua língua deve ser considerada, bem como “a Mitologia, as Teogonias e Geogonias”; sua organização social e o direito; as construções que tinham ou fizeram (pode haver muita coisa significativa a ser descoberta, uma vez que não se pesquisou ainda a respeito). Considera como definiti-

vo o português e a sua parte; não só o aspecto da dominação pela força das milícias, mas também as instituições municipais, que vê como livres; realça a importância dos movimentos de busca de nova terra como ligados ao comércio de então, entrosando a história do Brasil e Portugal na história do mundo, com o sentido de abrangência nunca antes apontado; a legislação e o estado social da nação portuguesa; as relações eclesiásticas e monacais, com a pesquisa nos arquivos europeus que contêm a documentação de ordens como as dos jesuítas, franciscanos, capuchinhos, agostinhos, carmelitas, paulinos; as ciências e as artes; o ensino; a vida militar; realça o significado das viagens ao longo do país, ao sertão. O negro, sua origem, condição na África, os vários grupos lá e sua vinda como escravo.

A visão de Martius dos problemas é cívica de idéias comuns na época, quando tais estudos eram ainda bem ignorados. Fala demais em raça — branca, índia e etiópica, como exprime em geral —, supõe caracteres fixos imutáveis, pois insiste em "indole inata", "particularidades físicas e morais", "raças inferiores", "sangue português", "classe baixa", "classes superiores". Não condena nenhuma: a seu ver, os estudiosos mais esclarecidos "acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda têm as raças índia e etiópica no desenvolvimento do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo". Vê no cruzamento um sinal positivo, a criar forças e novas virtualidades.

Sem tratar de governos e administrações, em que se detinha a historiografia comum, lembra que

o historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Ele deve juntar-nos o estado da igreja, a escola, levar-nos para o campo, as fazendas, as roças, plantações e engenhos.

O trecho da monografia é expressivo de uma sensibilidade histórica pioneira, antecipadora da atual história do cotidiano ou das mentalidades, que só agora, no fim do século XX, começa a ser feita e preconizada como programa. Antes, só historiadores de gênio, como Voltaire em *Le siècle de Louis XIV* (1751) ou *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1754), por exemplo, trabalhavam com certa afinidade em tal orientação. Ela só se afirmará de fato em nosso século.

A monografia termina com uma parte "sobre a forma que deve ter uma história do Brasil". Aparece aí uma das idéias mais lembradas, às vezes exageradamente vista como modelo a ser seguido. Denunciando o caráter de crônica do maior número das obras brasileiras, assinala a vastidão do país e suas regiões diferentes, com traços peculiares a serem levados em conta. Produzem-se então obras sobre as diversas províncias, quando

deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará, e à roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural as do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro não será senão a da Bahia.

Atentar-se-á para essas características, depois de traçar "o estado do país em geral.

Se há alguma verdade na observação, não fique sem nota que essa história tem a sua especificidade, é algo mais que a soma de suas partes. O autor tem senso crítico e lembra antes, no mesmo parágrafo, que a obra deve começar pelo geral, pelas relações do país com Portugal e as mais partes do mundo. O que deseja é evitar a referência a cada província, pois tornaria o escrito longo demais e repetitivo. Como não é ingênuo, escreveu no parágrafo antecedente que o autor preso à preocupação com os traços locais "corria perigo de não escrever uma história do

Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias". Observe-se que, tratando de regiões e não de províncias, não evita o inconveniente senão em parte, pois continua com a visão do todo como soma de várias unidades, quando o Brasil como conjunto é bem algo mais. Martius vem a ser, assim, o patrono da história regional.

Se tem visões originais, como o entendimento dos grupos humanos, a vida religiosa e intelectual, as entradas pelo sertão, o processo colonial como parte do comércio entrosado no plano maior da área que conhece e vê como universal, Martius às vezes escorrega e realça a ida ao sertão como aventura romanesca. Estranha-se a falta de recomendação mais clara e até insistente da necessidade de pesquisa de documentos, cuidado com as fontes, sobretudo em um autor alemão, de terra em que se pregava tanto o valor da base documental. Sua visão é bem conservadora, como está no final do texto, "sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria". A obra a ser feita — pensa — deve "despertar e reanimar em seus leitores amor à pátria, coragem, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas".

Teme "idéias políticas imaturas (...), republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades". É um monarquista exaltado, acha que tudo deve ser feito pelo sistema. Reforça, com essas palavras, uma tendência da historiografia nativa, como se viu no já referido José da Silva Lisboa, o Cairu. Se diz que "o historiador do Brasil, para prestar um serviço à sua pátria, deverá escrever como autor monárquico constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra", diz também que a obra "não devia exceder a um só forte volume", devendo "ser escrita em um estilo popular, posto que nobre". O Brasil "é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular" — o que não é fácil conciliar com a defesa intransigente da ordem, afastadas as "idéias políticas imaturas".

A proposição de 1843 tem sido apreciada de formas diferentes, como é natural. No parecer que lhe deu o prêmio, em 1847, Freire Alemão reconhecia suas qualidades, mas julgava não ser logo exequível, pelas pesquisas requeridas, pelas áreas ainda não consideradas pelos estudiosos: via-a como base de trabalho para eles. É sensível sua influência na obra de Varnhagen, escrita na década seguinte, embora pouco citada — só em duas passagens Martius é referido, mas como naturalista, não como autor de um plano para a história, embora seja visível ter o brasileiro bebido em idéias do alemão. Capistrano de Abreu, conhecedor profundo do campo, pode escrever com justeza: "com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo". A influência de Martius é completa na *História do Brasil*, de João Ribeiro, de 1900, obra que marcou época. O plano geral do livro segue as linhas de Martius; o prefácio é quase sua literal aplicação.

Se muitos outros o elogiam, às vezes de maneira exagerada — ainda há poucos anos em um Congresso de História alguém afirmou ser preciso voltar a Martius, em atitude absurda, pois o plano é agora superado —, não faltou quem lhe negasse tudo, como se viu em estudo de Sílvio Romero publicado em 1912: para ele, a memória só diz trivialidades, coisas repetidas de Cardim aos historiadores da primeira metade do século, próximos de 1843: "no espólio de Martius existe notável a *Flora brasiliensis*; tudo mais é de valor secundário". Sílvio Romero, com seu gosto de polemista e freqüentemente contraditório em seus muitos escritos, é coerente no caso: já na sua obra mais famosa — a *História da literatura brasileira*, de 1888 — vê com muitas reservas o texto premiado pelo instituto, denunciando o exagero do apreço despertado, escrevendo que fora o primeiro a chamar a atenção da crítica nacional para o escrito, a seu ver apenas mediano. Ora, o estudo de Sílvio é passível de muito reparo, como quase tudo que produziu. Aponta erros de história e de antropologia no texto de 1843, em considerações com erros e

desatualização maiores, bem mais injustificáveis em 1912. O mais singular é dizer que são trivialidades "a divisão do país por zonas, a necessidade de considerar as três raças que constituíram o povo". Podiam ser no começo do século XX — quando escreve —, mas não o eram em 1843, quando a idéia foi lançada, ou pouco depois, quando de sua publicação. Dizer serem idéias sabidas pelos brasileiros de há muito é cometer injustiça, pois, na verdade, o comum da historiografia nativa é a crônica de mera descrição, sem qualquer problemática, como se assinalou aqui. Falar ser tudo consabido desde Cardim chega a ser despropósito. O primeiro a propor questões, teorizar sobre a história foi Martius, como escrevera com exatidão pouco antes, em 1900, T.A. Araripe Júnior: "Martius incontestavelmente foi o iniciador da filosofia da história da civilização brasileira", assinala com acerto no prefácio da *História* de João Ribeiro.

Varnhagen

O primeiro fruto expressivo e marcante da renovação característica do novo período tem lugar quase em seu começo, com a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro visconde de Porto Seguro. Pesquisador incansável, no país e em vários pontos, na Europa e América do Sul, o autor havia assimilado bem a nova historiografia praticada em centros como alguns estados alemães, valorizadora do documento, a ser buscado em arquivos, divulgado em revistas, livros ou coleções, fonte indispensável para comprovar qualquer trabalho. Pouco se interessou por outro aspecto inovador de então, a teoria, para fundamentar o esforço do historiador, colocando-o além da narrativa, na busca da compreensão ou da interpretação. Faltou-lhe sensibilidade, não dedicando a esse aspecto o empenho posto no outro.

Decerto, construiu enorme obra, com dezenas de títulos sobre documentos básicos, que editou, nem sempre com o de-

vido rigor; com preocupações literárias, publicou também alguns textos de criação artística coligidos em pesquisas, notadamente de poesia. Ele mesmo cultivou a ficção, com uma lenda, um drama e um romance, destituídos de qualidade. Teve pretensões, mas não era particularmente dotado para a arte de escrever: seu texto é destituído de qualquer garra de escritor (coisa comum na historiografia nativa, aliás, na qual poucos revelam a qualificação de bom gosto, linguagem, estilo).

Antonio Candido acertou mais uma vez ao dizer dele: "amante sincero da literatura, apesar do mau gosto (...)". Estudando a "formação do cânon literário", em *Formação da literatura brasileira*, concede-lhe importância:

Varnhagen reúne o *Caramuru* e o *Uruguai*, em 1845, nos *Épicos brasileiros* descobre frei Vicente do Salvador, redescobre praticamente a *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, publica o *Diálogo das grandezas* e o *Roteiro*, de Gabriel Soares, sem contar que o seu *Florilégio* é a mais rica antologia do tempo, proporcionando pela primeira vez um conjunto apreciável de poemas de Gregório de Matos, descoberto pelo Romantismo (...).

Antonio Candido, como Joaquim Norberto de Sousa e Silva, considera o autor um benemérito. Todos os historiadores da literatura recorrem a Varnhagen, como se vê em Sílvio Romero, José Veríssimo, Nelson Werneck Sodré, Antonio Candido.

Sem ser um criador, Varnhagen ajudou, e muito, o conhecimento literário com pesquisas e edições como a dos três volumes do *Florilégio*, em 1850 e 1853 e apêndice de 1872. Mesmo os livros mais sólidos que deixou se ressentem de uma forma tosca, são de leitura pouco agradável. É pobre na composição da obra, de débil arquitetura, pouco atraente, e às vezes pouco funcional, desequilibrada. Seus capítulos misturam assuntos que diminuem a eficácia do texto. Faltaram-lhe dotes de escritor, enfim.

Autor de dezenas de publicações, não vem ao caso apresentar sua biografia, já feita mais de uma vez por especialistas.

Entre outros, a constante do volume que lhe dedicou Nilo Odália — Varnhagen —, na coleção Grandes Cientistas Sociais (número 9), da Editora Ática, em 1979, como "Bibliografia parcial", com pouco mais de cinquenta títulos. Lembre-se apenas seu começo, bem jovem, com *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI* impresso com o título de *Notícia do Brasil*, que prova a autoria de Gabriel Soares de Sousa, o autor mais significativo do século, quanto ao Brasil. Seguida, no mesmo ano, pela edição do *Diário de navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Afonso de Sousa*, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa. Peça essencial, é sua primeira divulgação, com o uso de mais de um códice, devidamente cotejados. Teve várias outras apresentações, como a quarta, também feita por Varnhagen.

Começava a carreira como erudito, talvez o mais completo até hoje no país no campo historiográfico. Já em 1843, na mesma linha erudita, inicia edições de textos literários, como *Épicos brasileiros*; em 1850 e 1853 lança *O florilégio da poesia brasileira*, em três volumes, com um apêndice em 1872. É obra valiosa, coligindo textos esparsos, alguns dos quais foram salvos por ele.

Sua obra mais notável apreço em 1854, no primeiro volume da *História geral do Brasil*, quase quinhentas páginas, seguida em 1857 pelo segundo volume, igualmente alentado. Continuou a editar muito, às vezes mais de um livro por ano. Entre os grandes títulos, lembrem-se *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, de 1872, e *História da independência do Brasil*, de 1874, inédita até 1916. Se são esses os textos principais, modeladores de seu perfil como historiador, produziu dezenas de outros, em labor sem pausa. Cultivou alguns temas desligados da história do Brasil, mas não de todo: caso de folhetos ou pequenos livros sobre a literatura trovadoresca ou de cavalaria — ela está na origem da fixação da língua portuguesa —, ou sobre Américo Vespúcio, a quem dedicou pelo menos sete títu-

los, entre 1858 e 1878. Mais que a Colombo, pensava caber-lhe mérito nas viagens ao Novo Mundo.

Varnhagen impõe-se em lugar de relevo em estudo como o aqui esboçado, sobretudo por sua *História geral*, que criou uma forma e um modelo de colocação da trajetória nacional. Depois de Vicente do Salvador no século XVII, Rocha Pita no XVIII e Robert Southey no início do XIX, Varnhagen é o primeiro a tentar obra sistemática, com a pretensão de síntese. Se os dois primeiros não podiam realizar trabalho mais valioso, pela precariedade dos conhecimentos quando escreveram — como se dá sobretudo com Vicente do Salvador —, mesmo Southey, de visão rica, não por sua condição de estrangeiro que não conheceu o Brasil, mas pelo acesso a fontes limitadas.

Antes das contribuições dos cronistas do Oitocentos, com os *Anais* — como foi lembrado —, Varnhagen tem um domínio de fontes primárias até aí não conhecido. Sabia do factual pela leitura de documentos e de quanto se escrevia e se publicava nas crônicas. Delas, muitas foram lidas em originais por suas pesquisas em arquivos e viriam a ser apresentadas por ele. Tinha capacidade de trabalho e visão de conjunto, embora carecesse de uma teoria que lhe enriquecesse a capacidade de intérprete, permitindo-lhe organizar o material, ajudando-o a captar o fio do processo, que às vezes lhe escapava e nem percebia. Para tanto contribuíam ainda os seus preconceitos de conservador-reacionário, de visão mais estática que dinâmica.

O texto de Martius, primeiro a tratar de sua problemática, foi de grande valia para ele, aproveitando-o nas linhas gerais. Fiel à historiografia tradicional, Varnhagen é excessivamente conservador — repita-se. Exaltava a monarquia, venerando-a na figura de d. Pedro II, que o auxiliou em seus trabalhos. Tinha o culto da ordem, abominava todos os movimentos de liberdade, sempre com uma palavra de condenação para qualquer rebeldia. Respeitável pelo trabalho, produziu muito, mas não es-

creveu nenhuma página que provocasse entusiasmo, seja pela forma, seja pela mensagem. Era seco, árido, destituído de lirismo, nunca entusiasmante, apesar de dizer-se inspirado em Walter Scott. Varnhagen é desses autores que provocam admiração pelo vulto de seu trabalho, mas jamais fascinam.

O certo é que construiu alguns livros importantes, sobretudo a *História geral*, fundadora de uma escola e de esquema depois muito repetido e que até hoje subsiste, 140 anos depois. Não só por sua coerência e lucidez, mas também pelo pequeno vulto de quanto se faz aqui, com a aceitação do que é imposto, sem crítica e com receio de qualquer revisionismo.

Já era tempo de cogitar-se de outra síntese grandiosa, como a que fez. Depois dele, houve muitos autores; a pesquisa tornar-se-ia mais constante, técnica e científica; o ideal de monografias cobrindo os campos menos conhecidos, que tanto marcou o trabalho de Capistrano de Abreu e outros, foi em parte atendido, notadamente em anos recentes. O texto de 1854 e 1857 revela insuficiências ou mesmo erros. A pesquisa é hoje incomparavelmente mais completa, sobretudo com a criação dos cursos de história e ciências sociais em geral, a contar da década de 1830, com a reforma do ensino. O modo de ver e sentir a trajetória é outro, enriquecido com a reflexão de várias teorias problematizadoras do processo social. Há condições, pois, para uma nova história do Brasil, mas esta ainda não foi feita de modo impositivo.

Se o texto de Varnhagen subsiste, por ser um marco e de valor permanente, é também pelo oficialismo da cátedra e de instituições que não se renovam. Essa permanência tem sua razão de ser, não só pelo valor da obra como pela preguiça de quantos dominam a cena, como se procurará demonstrar. Demais, a revisão correta que lhe é imposta ainda não deu os frutos desejados e esperados.

É interessante que o historiador não tivesse muito de nativo. Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em Sorocaba, na província de São Paulo, em 1816. Filho de alemão e portuguesa, o pai pertencia a família conceituada, de algumas figuras intelectuais: uma delas, Karl August, viveu de 1785 a 1858, foi amigo de Humboldt e nobilitado pelo rei da Prússia; uma de suas irmãs teve salão literário muito freqüentado. Frederico Luís Guilherme, o pai, era engenheiro militar. Tinha boa formação técnica e prestou serviços ao governo, em Portugal e no Brasil. Em Portugal em 1802, formado em Freiburg, trabalhou, bem como outros alemães, na fábrica de ferro de Figueiró dos Vinhos. Veio para o Brasil convocado por dom Rodrigo de Sousa Coutinho para trabalhar na fábrica de ferro de Ipanema. Outros profissionais, tão eminentes quanto ele, também foram convocados e vieram, como o barão Ludwig von Eschwege: este, além dos estudos especializados, escreveu livros notáveis, como *Pluto brasiliensis* (editado em Berlim em 1833), ainda hoje lido com proveito. É geralmente visto como "o pai da mineralogia brasileira".

A fábrica de Ipanema é uma fase da história da exploração de ferro, vagamente começada no fim do século XVI. No fim do XVIII ainda não se consolidara, conhecendo muitas vicissitudes. Ressurge no princípio do XIX, pela ação do ministro dom Rodrigo, no governo do príncipe dom João, na época, no Brasil. Frederico Luís chegou no fim de 1809, Eschwege em 1810. Entregaram-se ao trabalho, realizando o que seria descrito pelo filho em sua *História*, em capítulo passionai de defesa da obra paterna. É questão irrelevante saber a quem cabe a glória de iniciador da siderurgia no país — se Eschwege, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen ou o brasileiro Manuel Ferreira da Câmara, o intendente Câmara, pois todos atuaram na mesma época, com diferença de um ano ou mesmo de meses. O assunto já ocupou muitos estudiosos, no desejo de fixar prioridades, em conhecido e explicável viés de historiador. Como

elucidou Hélios Viana em várias ocasiões e repetiu em sua *História do Brasil*,

coube à Fábrica Patriótica, situada perto de Congonhas do Campo (...) dirigida pelo alemão (...) Eschwege, fundir, pela primeira vez, ferro no Brasil, a 17 de dezembro 1812. Ao Intendente Câmara competiu (...) a primeira fabricação de ferro gusa, no Pilar, em 1814. Nisto foi seguido, em 1818, pela Fábrica de São João de Ipanema (Sorocaba), dirigida pelo alemão Frederico Luís Guilherme Varnhagen.

Na *História geral* o historiador Varnhagen na "Secção LIII — Minas de ferro. Primeiras fundições em ponto grande" (mudando o título adotado na primeira edição) trata da matéria, conferindo a glória ao pai. Justificara o capítulo: "além de que a história da mineração de ferro no Brasil não deixa de ser digna de estudo, não só porque veio a compreender em conjunto o primeiro estabelecimento industrial que se levou no Brasil em ponto grande" (Tomo V da 4ª edição integral, com revisão e notas de Rodolfo Garcia, 1953), insiste ainda, em justificativa desnecessária, que não é por ser obra principalmente de seu pai e de ser em Sorocaba, sua terra natal, que realça e importância do empreendimento. Ato pioneiro, vegetou ao longo do século, em um dos aspectos que mais comprovam a rotina, a resistência à mudança. De fato, a exploração de ferro com significado econômico só se fará quase 130 anos depois, já na Segunda República.

Em 1822 o engenheiro Frederico Guilherme regressa a Portugal; a mulher e os filhos só iriam no ano seguinte. Francisco Adolfo contava com pouco mais de sete anos. Em Portugal, matriculou-se no Colégio Militar da Luz, para seguir a carreira das armas. Lá, aos 17 anos, em 1833, apresentou-se a d. Pedro I, que abdicara da coroa brasileira, então envolvido na disputa com o irmão d. Miguel, a fim de recuperar o trono português para a filha. Aceito, integrou-se na luta. Podia ter títulos em Portugal e

os teve, mas não se apegou a eles. No Colégio dos Nobres, na Academia de Fortificações e na Marinha, concluiu o curso de engenharia.

Jovem, entrega-se sobretudo a um trabalho de história, que submete à Academia de Ciências de Lisboa — as *Reflexões críticas*, sobre um texto de Gabriel Soares de Sousa, publicado em 1839. É o primeiro passo de uma carreira de erudito e historiador. Aos 23 anos terminou o curso de engenharia militar. Já membro da Academia de Ciências de Lisboa, volta ao Brasil e é admitido em 1840 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de recente criação. Ligado ao representante do Brasil em Portugal, Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond, este desejava a sua presença na legação. O fato teria muito eco em sua vida, pois na diplomacia fez a carreira profissional. Seu protetor, legado em Lisboa, queria, desde 1839, aproveitá-lo para "coligir documentos e diplomas para a história do Brasil". Esteve rapidamente aqui em 1840 e princípios de 1841, para tratar de sua nacionalidade, às vezes questionada: decreto de 24 de setembro de 1844 garantiu-lhe a cidadania brasileira.

Na breve temporada, freqüentou assiduamente o Instituto Histórico. Conheceu então, pessoalmente, d. Pedro II, que seria seu protetor. Em 1846 tem missões na Espanha, para onde se transfere no ano seguinte, já em posição de certo relevo. Se em Portugal vasculhou os arquivos, fez o mesmo na Espanha, como no de Simancas, de documentação preciosa para a nossa História. Vem de novo ao Brasil em 1851, quando é eleito secretário do Instituto, cargo que lhe permite certa convivência com d. Pedro II, pois este costumava presidir as sessões do novo organismo. Valeu-lhe a proximidade para pleitear postos, condecorações, honrarias, obtidos aos poucos; em 1872 é barão de Porto Seguro, em 1874 visconde de Porto Seguro. Embora breve a passagem, com eficiência melhorou, senão organizou, a biblioteca e o arquivo do Instituto. Diligente, não perdia tempo. Man-

teve ampla correspondência com o imperador e dedicou-lhe livros. Volta à Europa e aí permanece até 1858, quando é designado ministro residente no Paraguai (permanece pouco no posto, abandonando-o sem mais, por aversão ao governo local).

Durante essa permanência faz algumas publicações, entre elas mais um volume do alentado *Florilégio da poesia brasileira* (três volumes entre 1850 e 1853) e, mais importante, a *História geral do Brasil*, em 1854 e 1857, seu grande livro.

Curioso, do nascimento a 1858 só vivera no Brasil os sete anos da infância e mais poucos meses com suas vindas rápidas, em 1842 e 1851 — cerca de nove anos, em quarenta anos de vida. Se em 1859 vai para o Paraguai, em 1861 é transferido para a Venezuela, Nova Granada (Colômbia) e Equador, aí permanecendo até 1863. Além dos afazeres da carreira, continuou as pesquisas e publicações.

Em 1864, em rápida passagem pelo Chile, casa-se com uma chilena. Outra curiosidade: filho de alemão e portuguesa, marido de chilena. Em 1868 é enviado para a Áustria e em 1871 é ministro plenipotenciário em Viena. Continua a viver fora do Brasil. Dedicar-se no novo posto ainda às pesquisas, com grande proveito, explorando os arquivos de Viena.

Trata não só da história de seu país como de temas que o apaixonam — Américo Vespúcio e suas viagens, sobre o qual publicou vários pequenos títulos, folhetos ou artigos. Sobre o Brasil, em Viena, em 1871, publica *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, bem como estudos sobre literatura de cavalaria, velha paixão. Fez pesquisas no norte da Europa, até em Estocolmo, das quais dá notícias em páginas não oficiais: *Em serviço do norte da Europa*, em 1874. Foi intensa sua produção de pesquisador e escritor no período, com artigos e pequenos volumes sob vários assuntos. Não voltaria ao Brasil: morreu em Viena em 1878. A esposa, chilena, exigiu que fosse enterrado em Santiago, no Chile, embora ele houvesse pedido,

por escrito, sua inumação no local do nascimento. Seus restos só vieram para Sorocaba cem anos depois, hoje guardados em uma praça da cidade. Os filhos viveram no Chile, sem nada a ver com o país para cuja história o pai contribuiu mais que qualquer outro.

A obra do historiador revela sólida formação e consciência de quanto faz. Já nas *Reflexões críticas*, de 1839, muito novo, obedece às regras pregadas e seguidas pelos alemães quanto aos documentos — na Alemanha, como é notório, consolidou-se o labor científico quanto às fontes para embasar qualquer estudo. É o primeiro escrito de quem não descansará mais. Daí até 1854 faz dezenas de publicações, edita documentos de todo tipo, organiza livros, acumulando erudição para o seu próprio uso e de outros. Preparava-se para sua obra máxima — a *História geral do Brasil*, cujo primeiro volume é de 1854.

Em maio de 1853 escreve a d. Pedro II, dizendo estar a obra concluída, lamentando não poder trazê-la até 1825, ano do nascimento do imperador, a quem a dedicará. Curiosamente, seu nome não aparece na folha de rosto, quando escreve apenas “por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba”, falsa modéstia desmentida com a dedicatória, convenientemente assinada. Varnhagen tinha consciência do valor do trabalho, era orgulhoso até, como se vê na sua correspondência, editada por Clado Ribeiro Lessa, em 1961 (infelizmente, só a correspondência ativa). Assim, na carta de 8 de julho de 1853 a d. Pedro II:

quando me lembro do trabalho que tenho tido em juntar documentos quase desde a minha infância e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto a convicção de que se os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de muitos erros — quem sabe por quanto tempo.

O texto de 1854 foi publicado em Madri. Constituía peça rara na bibliografia nativa, em geral pobre e poucas vezes indo além da simples crônica. Como levantamento factual era de fato extraordinário. Demais, tem uma arquitetura imponente, como

não acontece no comum da nossa produção. Muito apegada à cronologia, mantém esse traço convencional. Pelo simples índice, com capítulos sobre índios e sua cultura, legislação adotada na nova terra e outros dados revela ser fiel à pregação de Martius. Predomina o político sobre tudo o mais, como é típico da historiografia dominante.

Varnhagen se impõe pela pesquisa, pelo vulto da obra, pela quantidade de coisas não tratadas por outros, não por um pensamento original, uma concepção pioneira da matéria que cultiva. Seu livro é mais um caso comprovador de quantidade às vezes significar qualidade. Quer fazer e faz o histórico da colonização portuguesa. Reverente ante o poder metropolitano, não o censura, compreende-o e até o exalta. Tem mais sensibilidade e receptividade para o colonizador que para o colonizado, como se evidencia na condenação de todos os protestos ou rebeldias: não fica a favor do índio que não se submete às tentativas de subjugação, nem do negro que foge, une-se aos seus e faz quilombos; tem palavras acres para toda desobediência às autoridades. Condena as conspirações, como se dá com os conjurados mineiros de 1788 e mais ainda com os baianos em 1798. O capítulo sobre o episódio de 1817 é deplorável como incompreensão e intolerância.

Fala freqüentemente, quanto ao índio, em "ferozes assassinos de nosso primeiro bispo". Quanto ao negro, em "bárbaro aquilombado"; quanto ao branco, em "ferozes mascates". Nunca teve simpatia pelo índio. Sua época assistiu à escola literária do indianismo, tão festejada em verso e prosa. Não participou da onda. Interessante consignar, no entanto, o fato de entregar-se ao estudo de problemas ligados ao nativo. Parte de sua obra é dedicada à etnografia, à lingüística americana, uma das cinco categorias em que sua ampla produção se divide, segundo Sílvia Romero.

Promoveu as edições: *História da Paixão de Cristo e Tábuas dos parentescos em língua tupi*, de Nicolas Yapuguay, 1876; *Arte de*

la lengua guarani, de Antonio Ruyz de Montoya; do *Vocabulário y teatro de la lengua guarani*, do mesmo autor. Além desses, citados por Sílvia Romero, lembrem-se a "Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil", 1841; "Informação dos casamentos dos índios do Brasil, pelo padre José d'Anchieta", 1846; "O Caramuru perante a história", 1848; "Etnografia indígena, línguas, emigrações e arqueologia", 1849 e 1858; "Naturalidade de dom Antônio Felipe Camarão", 1867, todos na *Revista do Instituto Histórico*.

Varnhagen, apesar de conservador, adepto da ordem e dos grupos dominantes, dá em suas páginas muito que a contraria: vê-se, por exemplo, a referência de desentendimentos entre as autoridades, abusos praticados por elas, como corrupção e perseguições, desrespeitos à justiça, bem como a falta de lucidez de governantes sem apreço pelo ensino, apegados só a interesses particulares ou da Metrópole. Se apesar de tão conservador e favorável a Portugal não pode omitir esses aspectos e que a colonização era de fato espoliativa, não primava pela exatidão. No universo do factual esses traços negativos avultam, embora o autor não chame a atenção para eles com a palavra condenatória. Esta ele só a tem para os grupos menos favorecidos, como se vê nas sentenças contra os conjurados do movimento baiano de 1798 — o dos soldados ou alfaiates, de alto conteúdo social, mais de negros, em contestação profunda da ordem. É menos incisivo quanto à conjuração mineira, pois esta não tem a virulência daquela; a baiana é mais popular, feita por grupos agressivos das camadas mais humildes, enquanto a mineira foi conduzida por segmentos da sociedade de alta e média expressão da capitania.

Defende a escravidão do africano, a guerra aos índios. Exalta figuras que considera cultas ou superiores, só vê a elite, não vê nem sente o povo. A tentativa holandesa é bem estudada, em vários e minuciosos capítulos; dedica-lhe mesmo um livro especial, em 1871 — um dos mais importantes na bibliografia

de tema tão estudado. As questões de fronteiras e diplomáticas são consideradas. As minas merecem atenções. A vinda da Corte e quanto se passa sob o governo do príncipe d. João e depois d. João VI é estudado. Aparece aí um capítulo — o penúltimo — sobre as minas de ferro, quando trata da obra do pai como engenheiro em Ipanema, São Paulo, exaltando-lhe o esforço, com visão até sectária, como foi aqui referido. Mesmo os escritores, viajantes e imprensa periódica merecem-lhe um capítulo — o último —, coisa que não aparecera para épocas anteriores, ou fora vagamente referida, de mistura com outros assuntos, pela falta de distribuição razoável da matéria.

Detém-se em 1820, no limiar da independência. Na primeira edição estudou os antecedentes imediatos, vindo até 1822, mas suprimiu os capítulos na segunda edição, certamente por ter já o pensamento de livro especial sobre o assunto, como o fará na *História da independência do Brasil*, pronto em 1875, mas inédito até 1916.

Se se revela ao longo do escrito — *História geral* — interessado na política, compreende-a pelo prisma do dominador, tem pouca abertura ou é até insensível para aspectos sociais e econômicos. Quase nada se encontra no texto para a exploração da terra, com o extrativismo de madeira, óleos e essências, plantio de cana, fabrico de açúcar, cultura do algodão ou do fumo, do café ou outras. A ocupação do território com a conquista do interior também não o comove, deixa-a de lado.

Tem-se, pois, em Varnhagen um estudioso em grande parte convencional, não além do entendimento de seu tempo. De quem viveu tanto na Europa, versado em línguas, podia-se esperar mais. Podia e devia conhecer as historiografias inglesa, francesa e alemã, que faziam colocações superiores da economia, do social, do intelectual, mas não leu essas obras, ou pior, se o fez, não captou seu sentido superior, incorporando-o à sua visão e análise.

Mais ainda: já havia na Europa certo cuidado com a interpretação do processo histórico, em parte pelas obras de cientistas sociais no começo de suas teorizações. Varnhagen desconheceu essa corrente historiográfica, ou não lhe deu importância. Os modestos cronistas brasileiros, seus contemporâneos ou imediatamente anteriores ou posteriores, podiam ter o universo limitado que tinham. Dele, porém, seria lícito pedir mais.

Enfim, tem-se de examinar um autor e obra pelo que foram, não pelo que poderiam ser. Varnhagen tomou da historiografia europeia de seu tempo o cuidado com as fontes, valorizando o documento. Está aí sua grande contribuição, suficiente para dar-lhe lugar de relevo na historiografia patricia. Pelo que fez, tem de ser apreciado. Considerá-lo desvalioso por não atentar para o mal da escravidão, por seu conservadorismo ou reacionarismo, por não apreciar questões hoje tão vitais, para nós, é não só procedimento duvidoso como denunciador de falta de sentido histórico. Varnhagen foi homem de sua época, pensou e agiu como a maioria de seus contemporâneos. O mais é crítica passível de reparos.

A obra foi bastante revista para a segunda edição, em 1877, com acréscimos, cortes, alteração de juízos. A edição de 1854, do primeiro volume, teve 496 páginas; o segundo, em 1857, teve 484 páginas. A segunda edição, muito aumentada e melhorada, teve mais de 1.200 páginas. As edições subseqüentes são ainda maiores, não por alterações feitas por ele, é claro, mas pelas dezenas de preciosas notas, por historiadores do porte de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, esclarecedoras sobretudo das fontes do autor, que, à maneira dos historiadores românticos, não costumara citar.

De seus críticos, o mais cuidadoso foi José Honório Rodrigues, no estudo "Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira", constante do livro *História combatente* (1982). Apontam-se aí as variantes expressivas de uma edição para outra,

fruto de confronto. O segundo texto parece-lhe bem melhor que o primeiro. Algumas passagens do crítico devem ser lembradas: "nenhum historiador nacional contemporâneo o igualou no conjunto da obra; poucos — Joaquim Caetano da Silva, Cândido Mendes de Almeida, João Francisco Lisboa e Joaquim Felício dos Santos — o nivelam nas monografias, pelo rigor das pesquisas e pela capacidade construtiva da obra". O crítico de hoje repete em parte Capistrano de Abreu em 1882: "só dois brasileiros poderiam escrever a história da nossa pátria melhor do que ele fez — Joaquim Caetano da Silva (...) e João Francisco Lisboa (...) Seriam dois belos livros, se fossem escritos. Não o foram".

Os grandes historiadores brasileiros de então o aplaudiram. Também estrangeiros notáveis, como Alexander von Humboldt, Martius, Ferdinand Denis, Rebelo da Silva, Pedro de Angelis. O crítico de hoje diz ainda: "os historiadores antecessores e contemporâneos estrangeiros, como Robert Southey e G.H. Handelmann, que escreveram histórias gerais do Brasil, lhe são superiores, especialmente na concepção histórica, na organização e distribuição da matéria, na interpretação crítica e filosófica". José Honório Rodrigues pode também dizer: "O que em Varnhagen admiro, embora dele divirja, é seu constante julgamento histórico". Mais: "era um historiador comprometido, como somos todos".

Além da *História geral* e dezenas de outros títulos — livros, opúsculos, artigos, memórias —, que perfazem número superior a cem, Varnhagen escreveu pelo menos mais dois livros importantes com lugar na historiografia: um dedicado à luta com os holandeses e outro sobre a independência. A *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654* foi publicada em Viena, em 1871, com 365 páginas. Já no ano seguinte aparecia outra edição, melhorada e acrescentada, em Lisboa, com 401 páginas. O assunto lhe ocupara a atenção na *História geral*, em

que aparecem sete capítulos, com cerca de trezentas páginas (assim na quinta edição). A matéria foi amplamente pesquisada em Portugal, na Espanha e mais arquivos europeus — nos holandeses de Amsterdã e Haia —, em que teve oportunidade de trabalhar, por suas longas permanências como diplomata na Áustria, com viagens por outros países.

Varnhagen foi o primeiro brasileiro a dedicar ampla atenção ao tema, que já provocara livros de seus contemporâneos portugueses, bem como de holandeses, continuando a provocar depois. Caso, entre muitos de seus patrícios, de Hermann Watjen, autor de *O domínio colonial holandês no Brasil*, de 1921, que duvida tenha Varnhagen conhecido arquivos holandeses, citando-os através do livro de Netscher (1851) ou das cópias feitas naquele país por Joaquim Caetano da Silva, diplomata apaixonado e competente pesquisador, em serviço na França e sobretudo na Holanda, de 1852 a 1861. Obra mais recente ainda é a do notório *brazilianist*, o inglês C.R. Boxer, da Universidade de Londres — *The Dutch in Brazil (1624-1654)*, em 1957. É possível haja até outras, elaboradas por europeus, das quais não se tem notícia. O certo é que o tema continua a despertar atenção. Na ampla bibliografia sobre essa tentativa de domínio — a mais longa e de episódico êxito —, o livro de Varnhagen, de 1871, tem lugar de realce.

Hoje, há principalmente três especialistas com contribuições decisivas: José Antônio Gonçalves de Melo Neto, José Honório Rodrigues e Evaldo Cabral de Melo. O primeiro é autor de estudo de conjunto em 1947 com o título *No tempo dos flamengos* e depois inúmeras monografias, sobretudo biográficas, mais análise que síntese. Outro é José Honório Rodrigues, cujo começo foi um livro a respeito, *Civilização holandesa no Brasil*, de 1940, em parceria com Joaquim Ribeiro, sem maior interesse. Continuou dedicado à matéria, agora sob o aspecto de levantamento e crítica de bibliografia, no que é forte e superior, com

duas obras significativas: o estudo "Os holandeses no Brasil", seguido de ampla e pormenorizada bibliografia comentada, no *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, de Rubens Borba de Moraes e William Berrien, de 1949, com 227 verbetes; no mesmo ano publicou *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, com estudo preliminar muito erudito — em linhas gerais é o mesmo já referido —, mas com bibliografia bem ampliada, com arrolamento de 1.098 títulos, bem situados, em admirável esforço bibliográfico, dos mais assinaláveis já feitos. Esta é bem mais rica que aquela, não só pelo número de obras como pelo comentário. O terceiro é Evaldo Cabral de Melo, decerto a última grande revelação de historiador, responsável por uma obra já digna de nota: *Olinda restaurada* (1975) e *Rubro veio* (1996).

Segundo o próprio Varnhagen, uma das razões para escrever o livro, que publicou em 1871, foi a necessidade de recordar aos brasileiros, envolvidos na Guerra do Paraguai (estava-se em 1866), que seus patrícios já haviam enfrentado outro país quando ainda colônia.

Varnhagen domina o estudo no trato de aspectos administrativos e militares, sem maior empenho pelos econômicos e sociais — como de hábito, por entendimento limitado —, que dariam mais consistência e sedução ao escrito. É mais fundamentado que o do holandês Petrus Marinus Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, de 1853, criticado na *História geral*; Netscher escreveu um folheto em resposta ao livro de 1871 do brasileiro, em 1873, respondido por outro de Varnhagen, em 1874. Este ficou sem resposta, pois Netscher não chegou a vê-lo.

Outro texto de referência obrigatória é *História da independência do Brasil*. A matéria não fora tratada na *História geral*, pois esta se detém exatamente quando o movimento emancipador ganha corpo. Em 1874 já o teria pronto, mas precisava de revisão. Preferiu, contudo, dedicar-se à segunda edição da *História*, a aparecer em 1877. Não tinha pressa no novo livro, pois era

dominado ainda por algumas dúvidas. Entre a data de 1854 da *História geral* e o novo livro o autor pudera aprimorar muito seus conhecimentos, pelas pesquisas realizadas na Europa. Morrendo em 1878, não o publicou, embora já pensasse nele desde 1854. A viúva, chilena como se viu, deixou em boas mãos os originais, passados a José Maria da Silva Paranhos Júnior, depois barão do Rio Branco, historiador notável. O jovem começou a copiar a obra com a ajuda inicial de Eduardo Prado, anotando-a. O trabalho foi lento, pois o diplomata e ministro, também historiador, era excessivamente ocupado: morreu em 1912, sem realizar seu intento. O sucessor no Itamarati passou os originais ao Instituto Histórico, com as notas de Rio Branco. O instituto nomeou comissão para o preparo do livro, só publicado em 1916 na *Revista*. A edição ora encontrável é a terceira, e tem, além das notas de Rio Branco e da Comissão do Instituto, as de Hélio Viana, o que muito a valoriza.

O novo escrito de Varnhagen tem dez capítulos: tratam do regresso de d. João VI a Portugal; da reunião das Cortes de Lisboa, em dois capítulos; da regência do príncipe d. Pedro até a entrada de José Bonifácio; da partida de Avilés até o manifesto maçônico do príncipe; da jornada a São Paulo e da proclamação da independência; dos sucessos imediatos até a coroação de 1º de dezembro; depois, até a reunião da Constituinte; da Constituinte e sua dissolução, e do reconhecimento da independência, de 1825. Segue-se o estudo dos sucessos nas províncias da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará.

O texto é um perfil apaixonado de d. Pedro I, bem na linha conservadora do autor, de culto da personalidade. Menos preza a ação decisiva de José Bonifácio, atribuindo maiores títulos a José da Silva Lisboa, a Azeredo Coutinho, a Hipólito José da Costa, os dois primeiros notórios reacionários, muito comprometidos com Portugal. É injusto com o principal dos Andrada, bem como com seus irmãos. Talvez seja até questão pessoal, pois

José Bonifácio fez críticas severas ao trabalho do velho Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, seu pai, na produção do ferro na segunda década do século nas minas da província de São Paulo; em capítulo da *História*, bem passional, e que deu muito que falar, Varnhagen tratou do trabalho paterno, enaltecendo-o, em detrimento de outros técnicos.

Por outro lado, não vê a independência como revolução, ruptura com Portugal, mas simples desacordo episódico, em visão ultraconservadora. Seu estudo das lutas nas províncias mais hostis à emancipação, pelos laços portugueses, deixa muito a desejar e comete injustiças. De fato, um conservador de seu porte não podia entender a Confederação do Equador e o ideário de frei Caneca. De qualquer modo, apesar dos preconceitos do autor e de a obra ter sido editada mais de quarenta anos depois de escrita, ainda é uma contribuição significativa ao esclarecimento do episódio. Como escreveu com autoridade Otávio Tarquínio de Sousa em "Independência, Primeiro Reinado, Regência", do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, "a *História da independência do Brasil*, ponto de consulta obrigatório, deve ser lido com as restrições que o estudo objetivo da história exige dos que se esforçam por atingir o mais possível a verdade".

A obra só seria ultrapassada bem depois, com os livros de Tobias Monteiro, e agora mais ainda, com textos recentes. Entre eles, avulta *Independência, revolução e contra-revolução*, em cinco volumes, de José Honório Rodrigues (1975). A obra de Varnhagen fica, apesar de tudo, como ponto de referência. E, no cômputo de sua produção, ocupa o terceiro lugar, após a *História geral* e a *História das lutas*... Esses três livros, mais as dezenas de folhetos, volumes, com contribuições para a história da literatura, edição de textos fundamentais para a trajetória do Brasil, descobertos em arquivos, cuja autoria esclareceu, além de muitos outros sobre temas cultivados por gosto, como os dedicados à literatura dos trovadores ou à figura de Américo Vespúcio,

fazem de Varnhagen um dos maiores trabalhadores da história do Brasil, para cuja bibliografia contribuiu decisivamente, criando um modelo de síntese que seria muito adotado e repetido; e informa ainda a versão oficial, às vezes até em aspectos convencionais e contestáveis.

Como afirmou Wilson Martins no terceiro volume de sua *História da inteligência brasileira* (1977), Varnhagen "configurava (...) a nossa consciência da história brasileira: pode-se dizer, por isso, que, além de escrever uma história do Brasil, ele fez, em larga medida, a História do Brasil, pois a sua ficou sendo, afinal de contas, desde então, a nossa própria visão da história pátria".

De fato, ele criou uma espécie de modelo rígido, esquema de ferro, do qual só há pouco se começa a libertar, com uma historiografia mais temática e menos cronológica, mais aberta à nação no seu todo que aos grupos dominantes, mais social e econômica que estritamente política, mais de quotidiano que de supostos momentos decisivos, privilegiadores da ação de personalidades tidas como condutores. O paulista de Sorocaba, nem sempre vivendo no Brasil, mas sempre a seu serviço, é marco na historiografia, ponto de estudo impositivo e inarredável, pelo que fez e rumos que traçou.

Varnhagen é, em geral, apontado como a primeira figura da historiografia pátria. Como se viu, tem de fato méritos notáveis, como trabalhador e erudito. Apontou-se como insuficiência sua falta de visão da dinâmica social, má organização da matéria, arquitetura imprecisa (embora imponente), pobreza de estilo, desconhecimento de ciências sociais — denúncia feita quando de sua morte, em artigo famoso, por Capistrano de Abreu, que tanto o admirou a ponto de consumir anos anotando-o. Escreveu então, com justeza: "a falta de espírito plástico e simpático — eis o maior defeito do visconde de Porto Seguro". A essas faltas, graves e impeditivas de obra de mais alto nível, contrapu-

na a capacidade de trabalho, o gosto pelo documento, a pesquisa incansável. Demais, fizera um modelo do processo brasileiro, tão coerente que vem atravessando decênios, enquanto os outros modelos não tinham visão de conjunto, capacidade de síntese. Daí a permanência de seu nome.

Capistrano de Abreu observou, em crítica de 1882, ter sido Varnhagen quem "mais fez para ser conhecido o século XVI", observando ainda que "só outro brasileiro lhe pode ser comparado — Cândido Mendes de Almeida". Se fez também muito pelo XVII, com achados felizes, quanto a este a história não lhe deve tanto. Se trabalhou muito no XVIII, "aqui a tarefa é mais difícil (...), foi a primeira pessoa que escreveu a história do século XVIII. É o mesmo que dizer que o seu trabalho deixa muito a desejar". Também o século XIX foi bem estudado. É aí que Capistrano escreve uma de suas passagens mais citadas, "cada século exige certas qualidades especiais em quem o estuda".

Nunca faltaram críticas a Varnhagen. Sílvio Romero soube reconhecer-lhe qualidades, lembrando que "Varnhagen é um dos brasileiros mais conhecidos nas rodas intelectuais do mundo", destacando que "Ferdinand Denis (...), Gaffarel, Richard Burton (...) o tinham em alto apreço". Não deixou, contudo, de apontar com acerto as faltas, como se vê no exame objetivo e isento — não comum no crítico: na *História da Literatura brasileira*, de 1888, bem como no *Compêndio de história da literatura brasileira*, de 1906. Naquela, começa a parte de Varnhagen — a mais longa do livro quanto aos historiadores dizendo: "é até ao presente o segundo em mérito de nossos historiadores". Não fica bem claro, aí, qual é o primeiro — é opinião quase unânime atribuí-lo ao sorocabano —, mas é possível afirmar que Sílvio Romero pensava em João Francisco Lisboa, do qual diz, com palavras convencionais e ingênuas, ocupar "o posto de príncipe de nossos historiadores", tanto no texto de 1888 como no de 1906.

Outro crítico, bem mais contundente, é Nelson Werneck Sodré, na *Historiografia da literatura brasileira* (1938, muito melhorada em edições subsequentes). Faz-lhe justiça ao dizer:

Varnhagen dedicou-se afincadamente à história e nela é que firmou a sua reputação. Com ele, realmente, vamos nos emancipando da monotonia da crônica ou das narrativas de viagens ou das memórias descritivas. Varnhagen é, além de tudo, um pesquisador, trabalhando nos arquivos e determinando esclarecimentos interessantes em torno de pontos e trechos obscuros do passado colonial. Com o lançamento do primeiro volume da *História geral do Brasil* aparece como o renovador da história nacional.

Se acerta aí, acerta também na ressalva:

(...) mas a verdade é que essa longa crônica, essa acumulação de materiais os mais diversos, não revelam argúcia mas esforço, não denunciam um pensamento crítico, mas uma energia plana e uniforme. Não traduzem simpatia pelo formidável esforço da gente brasileira (...), construindo (...) um país; não denunciam calor patriótico e afinidade de sentimentos; não traduzem uma posição revisionista (...). O esforço deve ser reconhecido (...), como todos os pioneiros (...). Seu método histórico, simplesmente expositivo, enquadra-se na escola romântica e a sua erudição, seca, personalista e orgulhosa, distancia-o da nossa gente.

São palavras justas, a nosso ver, embora se pudesse contrapor o fato de que esse homem dedicou toda a sua vida a estudar o Brasil. Pleiteou e obteve a nacionalidade brasileira, que lhe questionavam, pouco vivendo no Brasil, filho de estrangeiros e casado com estrangeira, parece não ter perdido o sentimento do país que reivindicava como seu. Acusá-lo de assim proceder por interesse é cair em subjetivismo discutível. Sodré fala no "providencialismo de Varnhagen, moralizante e estreito" — afirmativa pouco clara, talvez equivocada. Em que se manifestou tal providencialismo? Em outra passagem, a propósito de José Inácio de Abreu Lima, fala estar o Instituto Histórico sob o comando de Varnhagen. Se havia muita afinidade entre o pensamento do histo-

riador e o do órgão, este não esteve sob o seu comando, pois ele passou largo tempo fora do Brasil, em Portugal quando da infância e mocidade, depois como diplomata em Portugal, Espanha e em Paris, na Alemanha, depois na Áustria. Foi secretário do Instituto só por breves meses; colaborou sempre em sua revista, mesmo longe do país, mas às vezes se posicionava contra a sua linha. O Instituto era nativista, Varnhagen jamais o foi. Colocou-se contra o indianismo, como se lembrou antes.

Crítico mais interessante e severo foi Manoel Bomfim, a ele se fará referência em lugar próprio. Como se tentará mostrar também — o que já se fez aqui —, a razão do êxito de Varnhagen, por seus méritos e certa preguiça da inteligência nativa e da falta de preparo mais consistente do pensamento menos conservador ou progressista — passe por uma vez a expressão, em geral meramente retórica. Tanto que esse pensamento ainda não conseguiu a síntese da *História geral*, capaz de impor-se como é exigido e já possível. Continua-se a esperar por ela, pois as tentativas até agora feitas não se impuseram.⁴

Além de Varnhagen⁵

Nem tudo no período ora considerado é de fato historiografia. Podem ser representadas três linhas de trabalho: 1) autores e obras na antiga orientação de crônica; 2) cultivo do eruditismo cujo nome principal foi Varnhagen; 3) autores e obras com nível moder-

⁴Neste ponto interrompeu-se o texto preparado por Francisco Iglésias para publicação. O que virá a seguir é o resultado de seleção de material deixado em estágio ainda não definitivo. Procurou-se, neste sentido, conservar a estrutura geral do argumento e as variantes mais completas dos temas já que para algumas partes há mais de uma apresentação. (N.E.)

⁵Subtítulo dado por mim. (N.E.)

ado, de pesquisa intensa, metodologia segura, temática original, elaboração superior. Tentar-se-á dar alguns exemplos, sem a tentativa de levantamento exaustivo, pois não se pretende catalogação completa, mas fixar o perfil definidor de quanto se fez.

Continuam a aparecer escritos no velho estilo, à maneira dos *Anais*: caso de J.B. Fernandes Gama — *Memórias históricas para a província de Pernambuco*, em quatro tomos, em 1844-47. Digno de nota é Francisco Muniz Tavares, com a edição em 1840 de *História da revolução pernambucana de 1817*. Se é antes a crônica do movimento, vale pelo que dá para entendê-lo. O autor tinha ciência de tudo, e, como participante, fala do que fez, viu ou ouviu. Sabe-se do amplo envolvimento de padres no episódio. De 1817 a 1840 alguns anos se passaram e o padre é agora monsenhor; tinha 24 anos, agora quase cinquenta; fora capitão de guerrilhas, agora está distante da política. Dedicara-se à teologia e à diplomacia. Manteve-se, contudo, fiel ao ideário de 17, mas faz a reconstituição sem tom apologético. Apegado à cronologia, fornece material informativo. Demais, em país de natureza conservadora, quebra o silêncio sobre o evento e dá uma nota pelo menos liberal.

Outro é Domingos Antônio Raiol, com *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835*, cinco volumes entre 1865 e 1890. Depõe sobre área de intensa fermentação contestadora, embora o mais significativo tivesse lugar exatamente quando termina a obra, em 35, com a cabanada. Se não a defende, pois fala no clima de "doutrinas subversivas", de ameaça da ordem "pela influência perigosa (...) sobre as massas", torna-a protagonista da história, instante expressivo de explosão popular na época da Regência.

Lembre-se ainda o mineiro cônego José Antônio Mariinho, com a *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*, de 1844. É outro padre liberal depondo sobre o episódio seu conhecido, como participante.

Cansado de falsidades em torno do assunto, escreve para repor a verdade, como a vê. Mesmo sectário, é depoimento fundamental. Faz concatenação cronológica, transcreve documentos, mostra os acordos e discordâncias dos chefes de movimento de difícil condução. De estilo sóbrio e narrativa direta, deve ser consignado não só pelas qualidades como pela pobreza da bibliografia de então sobre as contestações da ordem.

Há no período escritores de larga produção, mas de reduzido alcance, por vícios de várias espécies. Como, por exemplo, João Manuel Pereira da Silva, autor de muitos livros, a serem usados com reserva, pelas incorreções. Jornalista e político, o carioca escreveu demais: *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, dois volumes, em 1858; *História da fundação do Império brasileiro, de 1808 a 1825*, em sete volumes, entre 1864 a 1868; *Segundo período do reinado de d. Pedro I: de 1825 a 1831*, editado em 1871; *História do Brasil de 31 a 40. Governos regenciais durante a minoridade*, de 1878. Usa precariamente as fontes com descuidos e inexatidões. Abundante e pouco crítico, é um dos atacados por Manoel Bomfim nos autores por ele vistos como sub-Varnhagen.

Do mesmo teor são os dois Alexandre José de Melo Moraes, pai e filho. O pai era médico e dedicou-se a pesquisar e coletar documentos, escrevendo muito, mas nada importante. Resumia, transcrevia papéis, sem o mínimo rigor. Teve certo faro, é certo, pois foi o primeiro a ver os Autos da Devassa da conjuração mineira, revelou preciosidades da revolução de 1817 e viu os processos da Sabinada, salvando-os de serem queimados, pela compra para sua coleção. Nos vários livros misturava assuntos e fontes de valor, com transcrição duvidosa. Entre outros, cite-se *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, de 1871-73. Considerava-se "a crônica viva deste meu país". Trabalhador incansável, era destituído de talento. O filho não lhe foi superior. Também escreveu muito, distinguindo-se mais como folclorista

(*Festas e tradições populares no Brasil*, de 1895, por exemplo). Nos textos de história, seguiu o pai, com farta reprodução de documentos, sem cuidados. Pena, pois era operoso. No fim do século já não era razoável tal procedimento, comum e explicável no princípio, não agora, quando alguns nomes haviam trilhado caminhos bem superiores.

Na linha erudita devem ser lembrados estudiosos regionais que produziram livros significativos, além do alcance das antigas crônicas. Com a República e o regime federalista, a história regional ganha vigor, pela importância dos estados. Alguns são de autores sem maiores marcas. Lembrem-se, contudo, o de Oliveira Lima, *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, de 1895, ou os de Diogo Vasconcelos, *História antiga e História média de Minas Gerais*, de 1904 e 1918. Diogo era bem dotado para o ofício, como se vê nas duas obras e mais outras, como *A arte em Ouro Preto*, de 1911, *Linhas gerais da administração colonial*, de 1914, ou o póstumo *História do bispado de Mariana*, de 1935. Outro abnegado é o cearense Guilherme Studart, ocupado quase só com sua área. Não deixou livro de síntese ou mesmo de análise, resumindo-se à pesquisa, de modo que seu nome não tem a mesma ressonância dos dois citados.

Em direção mais alta, pela categoria, lembre-se gente como João Francisco Lisboa, maranhense erudito e de fina sensibilidade para a história. Foi de todos os autores de então o de mais potencial, pela inteligência ou características de escritor. Jornalista e político, deixou obras notáveis. Em 1852 começa a publicar o *Jornal de Timon*, dez folhetins em 1852 e 1853, mais dois em 1858. Em Portugal dedicou-se, profissionalmente, à cópia de documentos, seguindo instruções de Varnhagen e Gonçalves Dias, que o haviam antecedido na tarefa. Suas obras foram editadas em 1864-65 (morrera em 63) pelo conterrâneo Antônio Henriques Leal, em quatro volumes: os dois primeiros contêm o *Jornal de Timon*, com variada matéria, na qual se projeta "Parti-

dos e eleições no Maranhão", clássico para a história e a política do Império; o terceiro tem *Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*, um dos melhores textos de história regional; o quarto, a *Vida do padre Antônio Vieira e Biografia de Manoel Odorico Mendes*. De formação clássica amenizada pela influência do romantismo, poderia ter feito mais se não fosse tão tímido e despretensioso. O apurado senso crítico e os conhecimentos o credenciavam para obra superior. Não muito lido, quando bem o merecia, teve críticas exaltadamente favoráveis, no século passado e agora. Sílvio Romero deu-lhe o título desfrutável de "príncipe dos historiadores brasileiros".

Outro maranhense erudito e operoso é Cândido Mendes de Almeida, historiador e jurista. Deixou *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, dois volumes, em 1860-74; *Direito civil e eclesiástico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico*, três volumes em 1866-73; *Código filipino*, de 1869-70, exemplo de edição crítica, ricamente anotada do ângulo jurídico, filosófico, histórico.

Também pela erudição se afirma o gaúcho Joaquim Caetano da Silva. Dedicou-se à história geográfica. Com alguns cursos na França, foi diplomata a vasculhar arquivos europeus. Não tinha pretensões de historiador, mas queria ver documentos. Preocupa-o a história das fronteiras, sobretudo com a Guiana Francesa; conhecedor de arquivos holandeses, escreveu com superioridade sobre a presença do pequeno e poderoso país no nordeste. Se muito produziu como documentação, fez monografia exemplar na cartografia histórica: *L'Oyapoc et l'Amazone — question brésilienne et française*, dois volumes em 1861.

No período considerado aqui, aparece outro significativo estrangeiro dedicado a nossos temas. Não inglês, como Southey ou Armitage, mas alemão, como Martius. Trata-se de Gottfried Heinrich Handelmann, com a edição, em 1860, de uma *História do Brasil*, obra de síntese, pouco depois de Varnhagen. É interes-

sante como um alemão, sem nunca ter vindo ao Brasil, tenha sido capaz de acumular tal massa de conhecimento, só com a frequência de bibliotecas e alguns informantes, entre os quais gente conhecedora do Brasil, de várias nacionalidades, não só alemães e brasileiros. Handelmann nasceu em Altona, em 1827, morreu em 1891, em Kiel, onde passou quase toda a vida. Teve boa formação: estudou em Kiel com Droysen, quando a Alemanha era o centro mais dinâmico de estudos de história — de certo modo estava mesmo criando-a como ciência. Foi professor, diretor de museu.

Entre suas muitas obras, destaca-se a *História da colonização e independência da América*, planejada em 1856, que teria três partes: *Os Estados de raça branca e preta*, sobre os Estados Unidos e o Haiti, dois textos editados em 1856, outra sobre o Brasil, quando fala em raças branca, preta e vermelha. O mais valioso, sem dúvida, é a *História do Brasil* — e não só para nós —, reeditou em 1860 amplo volume de 1.013 páginas (1.002 na primeira edição brasileira de 1931). Devia causar espanto livro de tal vulto dedicado a uma jovem nação americana. A repercussão não foi grande, não sendo traduzida para outras línguas. Importava a tradução para o português, pois a influência sobre autores patrióticos podia ser grande. O alemão era língua pouco conhecida. Assim, poucos tomaram conhecimento dele: João Ribeiro, Oliveira Lima, Capistrano, Alfredo de Carvalho, manifestando-lhe apreço. Max Fleiuss recomendou a tradução em 1914: esta começou a ser feita e, já em janeiro de 1918, a *Revista Americana* publicou alguns capítulos — trabalho de Rafael de Mairinius.

A iniciativa não teve prosseguimento. Coube ao Instituto Histórico incumbir-se da tarefa: realizou-a Lúcia Furquim Lahmeyer, reviu-a Bertoldo Klinger, anotou-a Basílio de Magalhães. E em 1931 a *Revista* do Instituto apresentava-a ao público. Dedicada ao príncipe Adalberto da Prússia, teve reedições, encontrando-se agora na quarta (1982), com as mesmas notas e mais as de

Odilon Nogueira de Matos já constantes da 3ª edição, de 1978. A repercussão, em 1860 ou mesmo hoje, não foi medida. A crítica brasileira por vezes o supervalorizou, como se vê em Nelson Werneck Sodré, ao apontar-lhe prioridades discutíveis. "Supera todos os historiadores que escreveram antes dele" — afirma no seu *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de 1945. O mesmo se dava antes com Oliveira Lima. Por certo, falta ainda estudo crítico fundamentado do enorme texto, à espera de justa avaliação.

Handelmann escreveu livro abrangente, tratando da política e da administração, da sociedade e da economia — mais daquelas, como era convencional, que destas. Vê a terra e o homem, preocupando-se muito com a vinda de estrangeiros: as colônias de imigrantes são objeto de notícias ao longo do século XIX e de capítulo final sobre o Brasil e imigração. Espaço talvez excessivo no conjunto mas compreensível em quem é "movido pelos interesses alemães", como afirma na dedicatória citada. Para ele, estava aí a solução do trabalho, pela imperiosa necessidade de fim do sistema escravo. Atém-se ao cronológico, mas sem muito rigor. Chega a seus dias — examina a independência, a organização do Estado nacional, a Regência. Dá muito realce à história regional. Pode escrever assim pelo uso da historiografia brasileira do começo do século, com os *Anais* de muitas áreas, bem como pelo uso da farta produção de viajantes: sabe-se que os estrangeiros eram proibidos de entrar, interdição suprimida no início do governo de d. João. E cientistas e aventureiros de todo tipo acorrem, alguns produzindo livros extraordinários sobre a terra. O alemão os conheceu e usou-os fartamente, subsídio precioso, tanto como os *Anais*, produzidos exatamente quando Southey começava seu labor: o inglês não dispôs de tão preciosas fontes.

A principal crítica à obra deve ser a sua má estrutura. É quase um bloco compacto, sem divisões nítidas, em mescla pouco funcional dos assuntos. Ocupação da terra, lutas com índios, negros e estrangeiros, informações econômicas — técnicas de

trabalho, produtos, agricultura, indústria —, lutas internas, tudo aparece em capítulos longos, com títulos de pouca objetividade, maus orientadores da leitura. Esta é difícil, por vezes árida. O desbaratamento podia ser contornado com apresentação mais inteligente e criteriosa, como não acontece ainda, pois a quarta reproduz as anteriores. Falta justificável em 1860 ou 1931, é hoje inadmissível, revelando no mercado editorial brasileiro despreparo ou poupança mesquinha. Livro de tal importância e de elaboração pouco funcional exige índices até agora não feitos, quando a moderna técnica já apontou caminhos: índice de nomes, lugares e assuntos ajudaria o leitor. Não faltam agora especialistas capazes de fazê-lo, com a multiplicação dos cursos de biblioteconomia nas universidades. Cumpre realizar essa tarefa, pois a alta qualidade de Handelmann a justifica e exige. Handelmann tem lugar de reserva entre os *brazilianists*, pois é um marco na elaboração da *História do Brasil* com sentido de síntese.

Cândido Mendes de Almeida figura em lugar digno de nota entre os historiadores pela erudição. Maranhense, nascido em 1818, viveu 63 anos intensos. Estudou em São Luís e Olinda, foi professor de história e geografia no Liceu Maranhense, por concurso, em 1840. Promotor público, deputado de 40 a 43; depois, de 50 a 60, só voltando em 68. Em 71, foi eleito e escolhido senador, mantendo, aí como na Câmara, intensa atividade. Destacou-se sobretudo na defesa da Igreja, como católico ultramontano, intransigente quanto à dogmática e à política. Além de questões religiosas, tratou da reforma eleitoral, de problemas de fronteiras do Maranhão com o Pará e Goiás, da reforma judiciária, política internacional e abolicionismo — discutiu a *lei do Ventre Livre* com amplitude de vistas; foi sempre anti-escravista convicto, embora não radical na pregação, desejando o fim do estatuto de maneira gradual. Tratou da imigração, contra a entrada de portugueses. Mediu-se com figuras da altitude do visconde do Rio Branco, Nabuco de Araújo, o barão de São Louren-

ço. Escreveu muito, sob tríplice aspecto: geografia, história e direito. A história está presente em quanto fez. Em seus muitos, longos e bem elaborados discursos na Câmara e no Senado há notáveis lições de história, além do muito de direito.

Seu primeiro trabalho histórico são as *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, de 1860-74, em dois volumes. Transcrevem-se aí as obras básicas escritas por José de Moraes, Simão Estácio da Silveira, Cristóbal de Acuña, Diogo Campos Moreno, José Gonçalves Ferreira e Antônio Vieira. Há rico material sobre a ocupação holandesa. Escreveu várias memórias sobre temas do século XVI, do qual era grande conhecedor, publicadas na *Revista do Instituto Histórico*. Deixou três obras de mais vulto, que o credenciam entre os trabalhadores da área.

Uma delas é o *Direito civil eclesiástico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico*, em 1866-73, em três volumes. Somem-se aí seus imensos conhecimentos históricos, jurídicos e canônicos. Quanto se refere ao assunto é tratado, com informações minuciosas e seguras, destacando-se a transcrição dos documentos básicos — breves, bulas, concordatas, toda a matéria de natureza religiosa em suas relações com o Estado, bem como as dioceses, ordens. Nunca se publicara trabalho do gênero, no qual é possível encontrar tudo de interesse para a Igreja no país. Havia algo de direito canônico universal, não do referente ao caso nativo, fazendo da obra fonte permanente de consulta para legisladores civis e religiosos, em época como a do Império, na qual o catolicismo é religião oficial, como diz o artigo 5º da Constituição de 1824. O prefácio, de 424 páginas, é erudito e contém a lição de um jurista e de grande conhecedor de história: está aí o processo religioso de Portugal e do Brasil.

Outro trabalho a ser destacado é *Código filipino*, de 1869-70, exemplo de edição crítica, ricamente anotada do ângulo jurídico, filológico, histórico. Tem-se uma história do direito português, desde seus documentos medievais até 1603, bem como

a matéria posterior, as leis extravagantes. Valeu-se das melhores edições, desde a primeira de 1603 até a de 1865, em trabalho severo de colação de textos. Completa seu *Auxiliar jurídico*, de 1869, valiosa compilação de textos fundamentais e de difícil acesso. Cândido Mendes de Almeida reeditou *Princípios de direito mercantil e leis da Marinha*, de José da Silva Lisboa, em 1874 — dois volumes, com um prefácio de 648 páginas, com uma história do comércio. Se são obras jurídicas, têm profundo interesse histórico, pelas introduções e anotações. Como se vê, fez obra erudita, sem pretender temas de maior amplitude ou sem buscar a visão poderosa das sínteses, característica dos grandes historiadores. Escritor sem brilho e sem vibração, nele não se sente o pulsar da nacionalidade em formação. Não ultrapassou a fase das monografias eruditas, mas aí ocupou o primeiro plano.

Também pela erudição superior afirma-se Joaquim Caetano da Silva. Capistrano de Abreu chegou mesmo a escrever, em 1882: “é o homem mais erudito que o Brasil tem dado”. Bacharel em humanidades e belas-artes em Paris e doutor em medicina em Montpellier, dedicou-se mais à história geográfica da América, notadamente do Brasil, além de ter escrito sobre filologia e ciências físicas e médicas. Natural do Rio Grande do Sul, onde nasceu em 1810, foi jovem para a França. Conheceu como poucos alguns arquivos brasileiros e holandeses. Não tinha pretensões de historiador, mas a de encontrar, coligir e editar documentos. Diplomata em Haia, entregou-se a vasculhar arquivos. Preocupava-o, antes da missão no exterior, o problema de fronteiras, voltado para a história diplomática ou atividades do gênero. Assim editou, em 1851, na *Revista do Instituto Histórico*, a “Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo 6 do Tratado de Utrecht”. O trabalho despertara o entusiasmo de d. Pedro II, que o incumbiu de pesquisar a matéria na Europa. Esteve de 1852 a 61 principalmente na França e na Holanda, em infatigáveis pesquisas. Colheu

material para fixar com rigor os limites do Brasil com a Guiana Francesa, bem como de questões referentes à presença holandesa aqui. Trabalhou tanto como Varnhagen, com método bem mais severo, mas em campo limitado. Quanto aos holandeses, por exemplo, sua contribuição é muito superior à do sorocabano; como autor, porém, é bem menos importante, pois atuou em campo restrito.

O Instituto Histórico possui enorme coleção de papéis trazidos por ele, apresentados na Exposição de História do Brasil realizada na Biblioteca Nacional em 1881 e da qual se publicou precioso catálogo — primeiro levantamento bibliográfico, jamais igualado em sua monumentalidade. Aí, sob o número 10.628, aparecem "Documentos para a história do Brasil, coligidos na Holanda pelo encarregado de negócios Joaquim Caetano da Silva". Como consta do verbete, são cópias autênticas, executadas com cuidado e esmero em 1853 e 54, constantes de oito tomos, pormenorizadamente especificados. Os documentos são em holandês, com traduções francesas nos sete tomos, só no oitavo em português e latim. Curioso como Pernambuco cuidou de sua documentação: depois de Joaquim Caetano da Silva, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e a Assembléia Provincial promoveram a viagem à Holanda de José Higino Duarte Pereira, de 1885 a 86, com excelentes resultados, pelo preparo e disposição do escolhido. Mais ainda seria feito, com as missões de Ramiz Galvão, e, recentemente, com a de José Honório Rodrigues e José Antônio Gonçalves de Melo Neto, na década de 1950.

Além de quanto fez pela documentação, Joaquim Caetano da Silva afirmou-se como historiador, com monografia considerada modelar para a cartografia histórica: *L'Oyapoc et l'Amazone — question brésilienne et française*, dois tomos editados em Paris, em 1861. O texto, além de seu valor científico, serviu de base para a defesa dos interesses do Brasil na questão de fronteira com

a Guiana Francesa, criadora de disputa entre as duas nações, em 1895. Nela atuou, como advogado da causa brasileira, o barão do Rio Branco. Submetida ao julgamento pelo governo da Suíça, o laudo arbitral deu ganho de causa ao Brasil, em 1900 garantiu o rio Oiapoque como limite, no Amapá, com a Guiana Francesa, pela sólida argumentação e demonstração feita pelo historiador Joaquim Caetano em seu livro, esclarecedor do rio, citado como base dos limites. Rio Branco usou-o abundantemente. O autor não foi só um pesquisador e organizador de documentos, mas alguém que soube trabalhá-los em estudo de história cartográfica — gênero difícil e exigente, a pedir paciência e modéstia. Com ele, Joaquim Caetano inscreve-se entre os eruditos consideráveis. Conquista posição, mesmo com um livro de propósitos limitados, capaz de despertar interesse só em um público restrito e altamente especializado e motivado.

Em 1866-67 Agostinho Marques Perdigão Malheiro lançava o importante *A escravidão no Brasil: ensaio jurídico-social*, em três volumes. Não era uma obra de história, mas de direito, pois o problema é focalizado eminentemente sob o aspecto jurídico. A parte primeira trata dos direitos sobre escravos e libertos; a segunda, sobre índios, fornecendo bom material sobre o bandeirismo predador e a legislação sobre os nativos; a terceira trata dos negros. É obra pioneira, pois não era moda ainda objetos de estudo originários da África. Erudita e bem documentada, estuda a escravidão em meados do século, quando ela já caminha para o fim. Cuida do povoamento, do número e das condições raciais das populações, da vinda de africanos, do movimento abolicionista, da assimilação e da aculturação. Temática variada, com aspectos até aí descurados e que dão ao texto caráter pioneiro. Valoriza o volume farta transcrição de leis, projetos, discursos, editoriais. O acento é marcadamente abolicionista. Embora não seja volume de história, contém muito de interesse para a história. Demais, o autor já publicara antes, em 1858, *Índice cronológi-*

co das fontes mais notáveis da história do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849, seguido de um sucinto esboço do estado do país ao findar o ano de 1849. Está injustamente esquecido.

Joaquim Felício dos Santos, natural de Diamantina, escreveu muito e sobre vários gêneros, como ficção, direito, jornalismo, história. Exatamente nesta deixou a sua marca, com um livro que se impõe na bibliografia nacional: *Memórias do distrito Diamantino da comarca do Serro Frio*, aparecido em 1868. Publicou-o aos poucos no jornal *Jequitinhonha*, de Diamantina, em 1862. De fato, seus capítulos prestavam-se à divulgação assim, com algo de literatura folhetinesca, tão cultivada por ele várias vezes. Trata-se de livro notável sob vários títulos: o autor pesquisou muito, lendo quanto encontrou impresso ou em documentos; recolheu a tradição local, tendo conversado com dezenas de pessoas de todas as condições; é um exemplo típico da historiografia romântica, contando casos, fazendo perfis, reproduzindo diálogos. Nesse particular, é único, sem igual na produção nativa. Trata de gente de várias origens, de ricos, poderosos, médios e até escravos. Coloca o povo como protagonista, nota rara no país de seu tempo. Liberal extremado, nacionalista, ardoroso na crítica a Portugal. A linguagem é fluente e nada convencional, aproximando-se às vezes da ficção — a leitura é agradável e há quem o leia como romance. Reconstitui a história da região diamantina, com as descobertas, a aventura da busca das pedras, a forma de cobrança do imposto, os sistemas adotados pela administração portuguesa. O perfil dos contratadores é fascinante, quase ficção. Atém-se aos aspectos administrativos e jurídicos — não fosse o autor uma eminente autoridade em direito, para o qual contribuiu com um *Projeto do código civil brasileiro*, em 1884. O distrito Diamantino teve características únicas, com legislação própria, severa ao extremo; aí o policialismo das minas atingiu a plenitude, em uma espécie de Estado dentro do Estado, com autoridades e normas específicas, diversas das de Minas Gerais e do Brasil. É essa re-

gião singular que aparece viva, palpitante, em livro singular na bibliografia histórica, como algo único, nunca repetido nem imitado.

Outro nome do período é Joaquim Norberto de Sousa e Silva, com a *História da conjuração mineira*, em 1873. Carioca, nascido em 1820, esteve no Seminário do Rio, mas não concluiu o curso. Dedicou-se ao comércio e depois ao funcionalismo. Sua atividade foi eminentemente literária, dirigindo coleções divulgadoras de poetas como Silva Alvarenga, Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Laurindo Rabelo, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias ou publicando estudos filológicos, aos quais era particularmente devotado. Dedicou-se ainda à ficção, ao teatro e ao romance, e também à poesia. Deixou vasta bibliografia, de dezenas de títulos, sobressaindo biografias de escritores. Foi dos primeiros a contribuir para a realização de estudos de história da literatura no país. Nada produziu, no entanto, que lhe fixasse o nome. Este ficaria como historiador pelo estudo da conjuração mineira.

O livro é fruto de muita pesquisa e tem sentido crítico, na exposição dos 19 capítulos. As fontes disponíveis foram usadas, muitas delas até aí desconhecidas. É o primeiro escrito considerável sobre o movimento de 1788-89, pois, apesar da distância de mais de oitenta anos, ainda se temia tocar no assunto. Afinal, a dinastia bragantina, firme no trono, fora a grande repressora. Norberto estuda o ambiente, os motivos, a trama. A principal acusação até hoje feita à obra é o tratamento severo a Tiradentes, cuja atuação é menosprezada ou subestimada. O certo é que o livro é bem construído, de estrutura harmoniosa. Sílvio Romero exaltou-lhe os méritos, mas foi ampla a contestação depois, como se vê em autores mineiros, magoados com o tratamento dado a Tiradentes: o melhor exemplo é *A verdade sobre Tiradentes*, de Valdemar de Almeida Barbosa, de 1961, excessivamente apaixonado. Lúcio José dos Santos, autor de outro livro importante sobre o assunto — *A Inconfidência Mineira*, publicado em 1926,

mas escrito em 1922 (já tratara do tema em 1911) —, faz sérias reservas a Norberto, apontando erros e contradições, mas conclui ser “uma obra de grande valor”. Crítico que a exaltou várias vezes foi Eduardo Frieiro.

Dedicado à história, esta forneceu-lhe material para poesia, romances e peças de teatro, como *O Brasil, poema do descobrimento*, em dez cantos em oitava rima, do qual só fragmentos foram publicados em jornal em 1857; *História do Brasil*, contada em verso, em quadrinhas para melhor memorização, em 1850; *Colombo ou o descobrimento da América*, ópera lírica, com as palavras postas em música por Domingos José Ferreira; *Amador Bueno ou a fidelidade paulistana*, drama em cinco atos, publicado em 1854. Além do texto principal, sobre a conjuração mineira, escreveu outros, de bem menor significado, como *Sobre o descobrimento do Brasil*, debatendo a questão do acaso ou intencionalidade da viagem, publicado em 1852, rebatido por Gonçalves Dias em 1855; Norberto escreveu longa *Refutação às reflexões do digno membro*. A favor de Norberto, lembre-se que ele sustentava a intencionalidade, enquanto o poeta preferia a tese do acaso. Escreveu *Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro*, alentado volume de 450 páginas, objeto de prêmio imperial, em 1852, com edição em 1854. O mais valioso escrito histórico, além do dedicado à conjuração, é de 1870: *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje*, 167 páginas constantes do *Relatório do ministro dos Negócios do Império Paulino José Soares de Sousa*, até hoje consultado com proveito.

Fala-se agora em um autor que não se enquadra na linha das monografias eruditas nem anuncia ainda a linha moderna. É alguém que se aproxima da história, mas não a cultiva. Deve ser invocado, contudo, pelo fato de ser talvez o precursor de uma linha a ser seguida neste século XX por muitos autores. É regra, até então, o elogio do *status quo*, quando não a sua apologia. A his-

toriografia é eminentemente conservadora, ou até reacionária. José da Silva Lisboa é seu paradigma: áulico, convencional. O poder para ele e quase todos os outros é tudo, as autoridades sagradas, intocáveis. Poucas pessoas terão sido tão homenageadas como d. Pedro II: muitos dos livros de história são dedicados a ele, às vezes com palavras encomiásticas que chegam à bajulação ingênua ou desprezível. Se na historiografia essa é a regra, há algumas vozes discordantes, que aparecem na Assembléia Geral ou no Senado, em número reduzido; há vozes exaltadas e radicais na imprensa, quanto esta não prima pelo comedimento ou justiça, descambando para o ataque virulento e até para a injúria, como se dá sobretudo na Regência, com jornais cujo nome é gozativo ou mesmo insultuoso. O ataque às instituições vai em aumento, como se vê na fase final da monarquia, com o abolicionismo e o federalismo, a pregação republicana e a mudança do quadro no fim dos anos 80. A denúncia do artificialismo institucional e sua indispensável revisão crescem, como se poderia demonstrar. É só no fim do século XIX e no atual que se critica de modo frontal a política, a sociedade, a administração, o pensamento dominante. Quanto a este, procura-se mostrar sua inadequação à realidade: o Brasil seria fruto de modelo elaborado em outro mundo, em outro meio, com a conseqüente desadaptação ao real, origem das frustrações nacionais. É o que se chama de cópia, mimetismo, alienação, como se repete no século XX. O primeiro a fazer análise contundente deve ser Manoel Bomfim, objeto de exame pouco adiante.

Deve ser lembrado aqui um livro publicado em 1865 que talvez seja o primeiro título nessa linha contestadora e para ele se chama a atenção. Não é uma obra historiográfica, mas econômica. Por excessiva e injustamente esquecida, quase de todo desconhecida, é que é invocada na presente análise. Trata-se de *Elementos de história nacional de economia política*, com a crítica da economia do país, suas insuficiências, o empenho só na agricul-

tura e o menosprezo da indústria, a dependência do exterior, o domínio da vida nacional por normas inadaptáveis, por serem provindas de quadro diferente. Temática de hoje, inusitada então. Seu autor foi João Coelho Gomes, comerciante, industrial e diretor do Banco do Brasil. Pensa na economia não em termos abstratos e gerais, à maneira da economia clássica, eminentemente inglesa, mas em termos específicos, como se vê no uso da expressão nacional: ela nos remete, de imediato, à importante obra de Friedrich List, que critica o esquema clássico, abstrato e generalizante, com pretensão de realidade no tempo e no espaço. Às análises gerais dos fundadores da ciência econômica do fim do XVIII ou começo do XIX, opõe outro modelo. Na linha bem alemã da escola histórica, começada no princípio do Oitocentos na Alemanha, no direito e pouco depois na economia, List pensa em situações especiais para cada região. O livro clássico do protecionismo e do nacionalismo é expressivamente chamado *Sistema nacional da economia política*, de 1841.

João Coelho Gomes é um pioneiro entre nós, não pensa à maneira comum dos outros. Contra o que é regra no Brasil e na América Latina, fala na especificidade de cada área, na denúncia do caráter alienante das formas políticas e econômicas adotadas. Seu título já é indicador seguro: *Elementos de história nacional de economia política*. O autor é lúcido, correto, em quase tudo. Não se revela um erudito, tudo indica desconhecer a obra de List, protecionista e nacionalista, de certo eco entre os alemães, mas de pouco eco em outros centros, nos quais só se torna famoso em nosso século. João Coelho Gomes é um nacionalista, protecionista, com críticas à situação e denúncia do passado. Daí as breves incursões na história, que não chegam a fazer dele um historiador.

Algumas de suas passagens, rapidamente citadas, ilustram modo novo de ver:

(...) bem raras são as regras gerais que absoluta e invariavelmente podem ser aplicadas a todas as existências deste mundo. (...) O cor-

po de doutrinas econômicas concebidas e ditadas pelas conveniências e necessidades européias poderá ser proveitosamente aplicável a todos os países do mundo, sem exceções e modificações exigidas pelas condições locais? Não é provável que isso seja possível. O nosso país, por exemplo, há de ter suas condições especiais.

Em busca da peculiaridade nacional, pesquisa e escreve. Não aceita a teoria elaborada fora: "naqueles dias (...) não possuíamos as doutrinas econômicas por cuja influência até vassouras importamos atualmente". Implica com Rodrigo de Sousa Coutinho — que responsabiliza pelos desacertos de d. João, a seu ver o período que assinala a origem da pobreza nacional —, atribuindo-lhe "as más doutrinas econômicas que nos perderam (...), idéias econômicas que hoje são exportadas para a nossa terra, por assim dizer, encaixotadas em livros dourados". É ardoroso industrialista, vê na Grã-Bretanha a inimiga, que nos leva a riqueza e nos envia pensamento econômico adotado pela ingenuidade nativa.

Como fica nítido, em forma pobre, mas contundente, colocou naquela época o que seria recolocado hoje, com mais veemência e base, por autores que se supunham os verdadeiros descobridores do Brasil, inflamados pelo nacionalismo, esquecidos de seus antecessores. João Coelho Gomes é o anúncio de Manoel Bomfim, Alberto Torres, Azevedo Amaral, o nacionalismo desenvolvimentista, o ISEB, que não lhe revenciaram o nome, de todo esquecido. Não foi historiador, mas colocou idéias muito seguidas depois por historiadores.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, é figura famosa na história do Brasil, pela ação como diplomata e ministro das Relações Exteriores, cargo que exerceu de 1902 a 1912, data de sua morte, durante quatro presidências da República. Sua extraordinária carreira política dá-lhe direito a título de estadista, a ser atribuído a poucos patrícios. Foi, ao longo de toda a vida incansável, estudioso e trabalhador. Filho

de estadista também eminente — o visconde do Rio Branco —, esteve muito no exterior, no serviço público e em estudos. Nomeado cônsul em Liverpool — bem antes esteve em missão no Prata, acompanhando o pai —, viveu em várias cidades importantes da Inglaterra, França (de 1876 a 1901, em Paris, mais que no seu posto de Liverpool, com breves pausas para serviços na Suíça e nos Estados Unidos), Alemanha e outros centros. Em todas frequentou bibliotecas e arquivos, vasculhando quanto dissesse respeito ao Brasil. Leu também os grandes historiadores, notadamente ingleses e alemães, dos quais absorveu a lição do elo íntimo entre história e política. Como a maioria deles, sobretudo alemães, hipertrofiou a política, em detrimento do social e do econômico.

Paciente e metódico, anotava tudo de modo a formar uma erudição e cultura que talvez nenhum de seus contemporâneos teve. Dedicou-se mais à história e à geografia, em longos estudos em Liverpool e Paris, com certa premonição do que teria de fazer como diplomata. Quando foi exercer o posto de ministro, tinha o preparo ideal. Talvez nunca tenha passado pela vida pública alguém assim equipado para o cargo, tão superiormente exercido. Já servira em causas de disputa de fronteiras: na disputa de linhas exatas com a Guiana Francesa, 1889 e 1899; com a Argentina, na zona de Palmas — indevidamente conhecida como das Missões (seis volumes, 1894) —; escrevera memória sobre limites com a Guiana Britânica, 1897. Suas defesas das teses brasileiras são momentos de saber geográfico, histórico e de direito. Como que passou a vida preparando-se para essas funções. Escreveu muito, em geral para atender a solicitações, às circunstâncias. Tinha, porém, planos de obras maiores, no trato de temáticas de sua preferência no campo da história, seu preferido. A temática era eminentemente política, administrativa, militar. Sua visão tinha sérios entraves — pode-se dizer —, pois não levava em conta o social ou o econômico. Nesse sentido, tem certo ranço de passadismo.

Entre seus textos mais importantes estão alguns de caráter pragmático, feitos para determinada conjuntura, como as memórias referidas — vastas, eruditas, elaboradas. Assim é a ampla produção de 1889, quase toda de textos solicitados. É o caso de *Le Brésil*, escrito para a *Grande encyclopédie*, coordenada por E. Levasseur: *accompagné d'un album de vues du Brésil, exécuté sous la direction de M. de Rio Branco*, dois volumes ilustrados. Escreve aí um capítulo sobre belas-artes, sendo o segundo volume álbum de vistas, para interesse do estrangeiro. Dedicou-se com afinho e produziu magnífico trabalho. Em *Le Brésil* alguns capítulos são de Rio Branco — o de história e o de Forças Militares —, outros seus de parceria com Levasseur, o visconde de Ourém e Zaborowski. Eduardo Prado também colaborou no empreendimento, com Henri Gorceix, Paul Marry e E. Trouessart. Escreveu mais ainda: uma biografia de d. Pedro II, que lhe custou muito esforço: um francês, rabino em Avignon, B. Mossé, devia fazê-la, por encomenda, mas produziu algo visto pelo barão como tão insuficiente que ele escreveu tudo, na verdade sendo o autor do livro, aparecido em 1889; *D. Pedro II, Empereur du Brésil*, de Benjamin Mossé.

Mais importante é sua colaboração com o *Esquisse de l'histoire du Brésil* feita em apenas 15 dias para uma coletânea organizada por J.F. de Sant'Ana Nery, *Le Brésil en 1889*, editada nesse mesmo ano em Paris. Na verdade, parte do texto escrito para Levasseur, ampliando-o consideravelmente. O texto do barão destinava-se aos estrangeiros, como esboço da trajetória nacional, dos primeiros tempos até 1889, coincidentemente o fim da monarquia. Em pouco mais de oitenta páginas (é o capítulo V, na primeira edição), ou em pouco mais de cem, na edição das *Obras* feita pelo Itamarati em 1948, no (volume VIII), o autor consegue sintetizar erudita e brilhante, só possível por quem tivesse total domínio do assunto. Condensava-se aí a história nacional, com muita leitura e pesquisas em fontes. Predominam as notas política, admi-

nistrativa, diplomática, militar, com insuficiência para o social e econômico. Padece de esquematismo, explicável por suas características. O escrito provocou tamanho entusiasmo em Capistrano de Abreu que ele pensou em traduzi-lo, idéia também de Ramalho Ortigão. Eça de Queiroz também o exaltou. Editado em coletânea e em separado, teve muitos leitores na Europa e no Brasil, onde é reeditado até hoje e pode e deve ser lido. O fato, porém, é que Rio Branco era pouco conhecido no Brasil e não o sabiam historiador: quem chamou a atenção para o fato foi Rui Barbosa, em artigo no *Diário de Notícias* de 14 de outubro de 1889. Outra obra realizada por essa época seria o livro *Efemérides brasileiras*. O gênero tem tradição na historiografia universal e já fora cultivado no Brasil por vários autores, seja tendo em vista o conjunto ou algumas de suas áreas ou unidades. Fundara-se no Rio o *Jornal do Brasil* e Rodolfo Dantas convida o barão para escrever diariamente em suas páginas os fatos do dia ao longo da história. No dia 9 de abril de 1891 comparecia a primeira colaboração. O *Jornal do Brasil* publicou em 1892 a primeira edição das *Efemérides*, correspondente a dois semestres, de 1º de abril a 30 de setembro. As do último semestre saíram no jornal, mas ficaram de fora, enquanto faltava de todo o primeiro semestre. O barão morreu sem organizar o volume completo. Em 1916, o ministro Lauro Müller ofereceu ao Instituto Histórico os originais da obra, existentes no arquivo do antecessor. O Instituto designou comissão para examinar o caso e esta fez editar de novo a obra, em 1918, com o texto do volume de 1892, mais o último trimestre, publicado apenas em jornal. Os meses de fevereiro e março foram redigidos por outros. A edição definitiva é de 1946, organizada com a devida competência pelo historiador Rodolfo Garcia. Criteriosamente, eliminou os meses escritos por outros e fez com que fossem constituídos de informações extraídas da obra do próprio barão, que fica sendo assim o autor integral do volume. Útil, contém muita originalidade para o conhecimento

do processo, pois o autor pesquisava e sabia de coisas ignoradas pelos outros. Presta serviços, é claro, mas o gênero não é propício a uma grande obra. Entende-se a história por anos ou décadas no passado, não no fim do século XIX. Por mais feliz fosse o autor — como nesse caso —, o resultado é sempre fragmentário e não permite visão de síntese ou conjunto. É pena que inteligência erudita e culta como essa se empenhasse em tarefa do gênero.

Deixou ainda uma biografia do pai — o visconde, que amava como filho e admirava como cidadão. Ambos os sentimentos procediam, pois o velho Paranhos foi uma das maiores figuras do Império. Bem escreveu dele Joaquim Nabuco: "a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado" Logo depois da morte do visconde, em novembro de 1880, entregou-se à tarefa da biografia. Foi pouco personalista, tratando quase só da vida política do pai, sem minúcias particularistas. O excesso de objetividade perdeu-o, resultando em livro frio e sem maior importância. Nem cogitou de publicá-lo — a edição é feita em revista a contar de dezembro de 1916 a julho de 1918. Livro póstumo.

O que o barão apreciava mesmo, como historiador, era a história militar ou naval. Pode-se dizer também que foi uma pena, pois se tivesse um cuidado mais amplo com o social, o econômico ou o cultural poderia oferecer visão mais rica. Tal aspecto apreciado sempre o dominou. Assim é que se preocupou com a tradução do alemão da vasta obra de L. Schneider *A guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai*, escrita em 1872-5 e traduzida por Manuel Tomás Alves Nogueira e anotada por Paranhos em 1875-6, em dois volumes, a pedido do ministro de Guerra. Continuou alguns anos trabalhando em mais anotações ao texto, para o terceiro volume. Empenhou-se tanto na tarefa que a obra de Schneider passa a ser também sua. Pretendia escrever uma história da Guerra do Paraguai, mas nunca o fez. Preocupou-se também com a história naval, acalentando a

idéia de uma *História militar e diplomática do Brasil*, também não realizada. Fez muitas biografias de militares. Seus amigos o animavam à tarefa, para a qual se preparara convenientemente. Capistrano de Abreu cobrou-lhe a obra em muitas cartas, mas o excesso de trabalho não lhe permitiu a tarefa. Dela deixou as anotações a Schneider, dezenas de notas nas *Efemérides*, biografias como a do general José de Abreu, barão do Serro Largo (escrita aos vinte anos de idade, é fruto de muitas pesquisas, que o leva a retificações valiosas de quanto se escreveu a respeito) e outros, que constam do volume de suas *Obras* — *Biografias*, de 1947. Deixou *Apontamentos para a história militar do Brasil*, publicados em 1916 em revista, constantes do volume VIII das *Obras* — *Estudos históricos*. Curioso lembrar que o volume se abre com *Episódios da Guerra do Prata*, publicado em revista em 1864, quando o autor contava com 19 anos e cursava a Faculdade de Direito de São Paulo. Comprova-se assim sua fidelidade ao assunto: é seu segundo trabalho, pois ainda no curso preparatório, em 1861, já publicara um artigo.

Rio Branco manteve sempre íntimo convívio com historiadores brasileiros e portugueses. Entrou muito jovem para o Instituto Histórico, proposto em 1855, tomando posse em 58, como sócio bem recebido. Ministro, em 30 de janeiro de 1908 ocupou a sua presidência, lembrando o apreço de d. Pedro II pela casa. Em pleno regime republicano, ministro, mantém-se fiel à memória do imperador, sempre invocado.

Como historiador o barão é nome a ser lembrado em livro como o presente, em lugar de destaque, pela alta qualidade de quanto fez, como pesquisa ou elaboração. Lugar de destaque apenas relativo, pois se deixou obra considerável pela consistência e alto critério, não deixou um grande livro. Deve-se lamentar não tivesse dedicado tanta lucidez e labor a uma temática mais rica, de maior teor explicativo e compreensivo para a trajetória nacional. Outros temas ou uma síntese mais ampla, como a que pretendeu e

fez bem no *Esquise*, de 1889, dariam contribuição bem mais significativa que a deixada. Melhor seria tivesse desenvolvido o *Esquise* em uma *História do Brasil*. Não nos parece que uma *História militar do Brasil*, por mais admirável, seja capaz de transmitir uma imagem profunda e fiel do país. Pode ser até um grande livro de história deve haver em algumas bibliografias de certas nações —, mas não será a história do Brasil. No campo da historiografia, Rio Branco não correspondeu ao que era lícito esperar dele.

O melhor início para esta parte do estudo é a evocação de Capistrano de Abreu. Poucos brasileiros se dedicaram tanto à história e fizeram tanto por ela. Se não escreveu uma obra maior que a pedida pelo país e pela época e para a qual estava como ninguém capacitado, quanto deixou é suficiente para garantir-lhe lugar de máximo relevo. Capistrano nasceu no Ceará em 1853 e foi estudar em Recife, mas não teve interesse pelo direito. Aluno displicente, consumia-se em leituras de obras literárias, de geografia, história, psicologia, sociologia, antropologia, economia. Sem cursos regulares, foi um autodidata que soube encontrar o próprio caminho.

Começava a década de 1870, de muita transformação no Brasil. Terminara a guerra do Paraguai, a política continuava o jogo de alternância de liberais e conservadores, surgia o partido republicano e a campanha pelo novo regime iria desenvolver-se. A causa máxima da escravidão despertava interesse cada vez maior. Capistrano lia incessantemente, passando pelo positivismo, do qual se desencantaria rápido. Aberto à teoria, mas historiador voltado para o real, não podia admitir o que via como “camisa-de-força”. Em 1875, vem para o Rio, quando sua personalidade desabrocha em plenitude.

Em país dominado pela cultura francesa, descobre o pensamento alemão: estuda a língua, lê os alemães que lhe dão o essencial para o entendimento da geografia e da história. Conheceu e aplicou as idéias de Ratzel, o criador da antropogeografia,

como conheceu e cultivou Taine e Buckle. Traduziu livros alemães sobre a geografia e a antropologia do Brasil. Entusiasmou-se por Bucher e Schmoller, os economistas alemães que tanto fizeram pela escola histórica de economia, aplicando-os ao estudo do país. Teve entusiasmo quase exaltado por Spencer. Conheceu os historiadores alemães, renovadores da metodologia e, de certo modo, os criadores da história científica, com seus métodos de trabalho e a valorização dos documentos.

De que outro autor brasileiro se podia dizer o mesmo? Não é afirmativa enfática apresentar Capistrano como o primeiro patricio com o sentido interdisciplinar da ciência social. Essa formação, de um autodidata lúcido e com o sentido da realidade, deu-lhe a visão inovadora do quadro historiográfico, permitindo-lhe a obra superior que realizou. Fugiu à história política então predominante, escrevendo com superioridade de vistas desconhecida até então. Se fez história política, fez também história social e econômica. A geografia e antropologia, que cultivou — até traduzindo livros —, alargaram-lhe o horizonte.

No Rio, em 1879, fez concurso para a Biblioteca Nacional, na qual passa a trabalhar. O fato terá reflexo transcendente em sua vida e carreira, pois entra em repartição vivendo momento de brilho, com funcionários competentes e dedicados. Prepara-se a Exposição de História do Brasil, a ter lugar em 1881, com o catálogo que é o maior empreendimento de levantar a produção escrita sobre o país. Com Ramiz Galvão e Alfredo Vale Cabral passa a lidar com livros raros, a ler o que só aí se encontrava; a lidar com documentos, aprendendo a lê-los e interpretá-los convenientemente. Sem a passagem pela Biblioteca não teria realizado quanto realizou. Pouco depois, em 1883, faz concurso para professor de história do Colégio Pedro II, ganhando a cadeira. Escreve uma tese sobre *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, primeiro trabalho de vulto, um livro. Censor severo do ensino de história no colégio, contra os

livros usados para os alunos, interessou-se pelo magistério, mas não estava aí o seu forte. Em 1899 abandonou a tarefa desgastante, livrando-se, como disse em carta, “de alunos ignorantes e desatentos”. A cadeira fora extinta, em estranha reforma que a associou à história universal, retrocesso lamentável.

Ao longo de todos esses anos, escreve artigos para jornais e revistas, lê e pesquisa. Seria interessante acompanhar o que foi essa produção, mas a tarefa exigiria espaço superior ao determinado aqui. Assinalem-se apenas algumas indicações. Ainda no Ceará, em junho de 1874, publicara os primeiros artigos — críticas dos poetas românticos Casimiro de Abreu e Junqueira Freire. No Rio publica na imprensa seus primeiros grandes estudos históricos, como, em 78, o necrológio de Varnhagen. O livro inicial é de 1880 e foi *O Brasil no século XVI. Estudos, I. A armada de d. Nuno Manuel*, pequeno volume de oitenta páginas, reunindo quatro artigos publicados na *Gazeta de Notícias*. Curiosamente, a matéria seria depois muito revista por ele, por pesquisas aprofundadas. Em 1883 escreveria a tese de concurso referida, editando-a. Em labor contínuo, fez descobertas importantes e editou textos enriquecedores da bibliografia. Já em 81 publica trabalhos mal divulgados de Fernão Cardim, esclarecendo-lhes a autoria e fixando o melhor texto. É quando faz e publica a tradução da obra alemã *Geografia física do Brasil*, em 1884, de J.E. Wappaeus; outra do mesmo título e traduzida do alemão é a de A.W. Sellin, em 89. Edita dezenas de documentos, todos de enorme valor. Seguiu o caminho de Varnhagen, que tantos documentos publicara, embora Capistrano o fizesse com mais rigor e correção.

Edita textos de Anchieta e se empenha no que será seu maior título no gênero — a edição da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. Escrita em 1627, só agora vai ser publicada. Capistrano o fará no *Diário Oficial*, de 1886/7, dando o texto definitivo em 1918, com notas e o admirável “Prolegômenos”. É

também de 86 a identificação da autoria de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, de André João Antonil, na verdade João Antônio Andreoni, como prova, em uma das mais notáveis críticas de atribuição aqui feitas. Retoma a atividade de tradutor, com obras de etnografia, como a de Paul Ehrenreich, em 1891, do alemão; ou de outra natureza, como as de Emílio Augusto Goeldi, *Os mamíferos no Brasil* e *As aves do Brasil*. Não perdeu jamais o interesse pela antropologia e etnografia, dedicando-se ao estudo dos bacauis e dos caxinauás, cujas línguas estudou. Escreveu o notável *Ra-txa hu-ni-ku-i*, editado em 1914. Em 1900 escreve o artigo "O Brasil no século" com balanço dos primeiros anos até o governo de Campos Sales — prova de que não se interessava só pela Colônia, mas também pelo presente. A data (1900) proporcionou-lhe oportunidade de escrever mais e muito sobre o que via como "o descobrimento do Brasil", segundo modo de dizer da época.

Dedica-se então a uma obra básica da bibliografia, os *Diálogos das grandezas do Brasil*, de 1618, analisando-a devidamente e fixando a autoria de Ambrósio Fernandes Brandão, outro achado desses que fazem a delícia dos historiadores. Traduz em 1902, do alemão, de Alfredo Kirchoff, *O homem e a terra — esboço das correlações entre ambos*, a seu ver utilíssimo para a história. Admirador de Varnhagen, ao qual dedicou admiráveis artigos, via-o como historiador significativo pela síntese *História geral do Brasil*, de 1854 e 57, reeditada com revisão em 77. A admiração não eliminava a crítica, e Capistrano apontou-lhe erros, defeitos e omissões. Incumbido de organizar a terceira edição, dedicou-se intensamente à tarefa, por alguns anos. Anotou, corrigiu, revelou as fontes, em notas preciosas — um dos momentos altos da erudição entre nós. Só em agosto de 1906 deu por terminada a primeira parte, alentado volume de 530 páginas, com os primeiros 23 capítulos. Um incêndio destruiu as oficinas em 1907, de modo que da edição apenas poucos volumes ficaram.

Dos estudos para essas anotações resultou a obra mais importante de Capistrano — *Capítulos de história colonial*, de 1907. É seu melhor livro, o mais orgânico, trabalhado, original e fecundo. Síntese poderosa, foge ao esquema tradicional de uma história só política e administrativa para fazer uma história também social e econômica. Mais: chama a atenção para aspectos fundamentais até aí descurados, como o caso do estudo do interior, devassamento e ocupação do território. Se o português ficava no litoral, a historiografia não tomava conhecimento da maior parte do solo, avançando pelo vasto sertão. Capistrano insiste no tema, depois cultivado por muitos cultores. Cabe-lhe a iniciativa. Demais, a obra trata do cotidiano, do homem comum, dos modos de vida, das mentalidades, em perspectiva até aí ignorada e só hoje em moda. Capistrano pode ser visto como um precursor da historiografia do cotidiano, modismo atual já por ele visto no que tem de significativo. Sente o povo, o caboclo, o índio, o sertanejo, como autêntico homem do interior do Ceará, intelectual refinado e destituído de afetação. O livro trata de 1500 a 1800.

Já pensava na obra ainda no Ceará, quando pretendia fazer uma história do Brasil; não a escreveu lá nem no Rio. Depois, consumiu-se em anotar Varnhagen. Já em carta ao barão do Rio Branco, de 17 de abril de 1890, falava nela:

(...) uma história modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos. (...) Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen. (...) As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que são ainda desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas.

Usou viajantes estrangeiros, usou o folclore. Fez uma síntese admirável, pelo rigor e justeza. Demais, é bem escrita, com estilo e estrutura notáveis, não comuns na produção nacional,

como se sabe. Contém visões pioneiras, julgamentos audaciosos, mas quase sempre justos. É um dos grandes livros da historiografia: foi o primeiro grande sobre a Colônia, a ser atingido como o maior só em 1942, quando Caio Prado Júnior lançou *Formação do Brasil contemporâneo*. Por 35 anos dominou absoluto e continua a ser lido com prazer e proveito.

Descobrimento do Brasil, Caminhos antigos e povoamento do Brasil, de 1930, e *Capítulos de história colonial* são os três livros que deixou, pois os outros são prefácios, anotações, coletâneas de artigos. *Caminhos antigos*, publicado após sua morte, é obra importante, pois trata de temática que sempre atraiu o autor, qual seja, o devassamento do território, sua ocupação, o povoamento — tema que foi o primeiro a sugerir e ao qual deu contribuição com esse livro, depois muito seguido por outros.

Continuou a escrever, com apreciável quantidade de artigos de excelente nível, como sempre, prefácios, críticas de livros. Parte ponderável é a correspondência. Ao longo da vida escreveu cartas sem conta. Já Paulo Prado — amigo e um dos correspondentes — escrevera: "a obra principal de Capistrano está talvez em sua formidável correspondência". Incumbiu-se de sua edição José Honório Rodrigues, quem mais ampla e carinhosamente se dedicou à sua memória, escrevendo muitos artigos, conferências, prefácios, organizando reedições e edições de livros novos (como a 4ª série de *Ensaio estudos*). Além desses vastos três volumes de cartas, há outros ainda, como o volume com as dirigidas ao português Lino de Assunção. Tratam, em geral, de temas históricos, no comentário de idéias, fatos e livros. Capistrano fornece pistas, incumbe-se de obter documentos, envia cópias, como também pede documentos, como faz com o barão de Studart, Pandiá Calógeras, Paulo Prado, o barão do Rio Branco, João Lúcio de Azevedo. As dirigidas a esse historiador português apresentam nota singular: na quase totalidade da correspondência Capistrano é discreto, trata de assuntos gerais, predomina-

temente os de sua especialidade, sem acentos de intimidade. É curioso notar que no muito que escreveu a João Lúcio de Azevedo — o correspondente mais aquinhado, com 267 cartas, de 1916 a 27 —, que não foi seu conhecido pessoal — Capistrano nunca esteve em Portugal e o português só esteve no norte do Brasil, não no Rio —, há várias notas íntimas e certa maledicência. Aí está, por exemplo, a enorme carta com um retrato cruel de Rui Barbosa. Cruel, mas correto; faltou-lhe generosidade no julgamento do baiano, tão diferente dele. Há notas de extrema beleza, como a carta a Mário de Alencar com o comentário da morte de Raul Pompéia. Correspondeu-se sobretudo com Calógeras, Mário de Alencar, Afonso E. Taunay, Paulo Prado. Em suma, a correspondência deve ser colocada ao lado dos livros e estudos de Capistrano de Abreu, pois se completam. Na verdade, é também notável obra historiográfica, a ser lida com deleite e proveito.

Capistrano tem sido objeto de crítica por não deixar obra maior, mais coerente e sistemática. Livros, na verdade, só escreveu três, como se viu, dispersando-se em artigos, prefácios, anotações. Comentando a obra de Varnhagen, gostava de lembrar a afirmativa de João Francisco Lisboa de que depois daquela síntese não se escreveria outra tão cedo. De fato, já quase 130 anos se passam sobre aquela, sem que outra tivesse aparecido. Parecia-lhe prematuro escrever uma história do Brasil enquanto não se fizessem muitas pesquisas que originassem monografias. Parecia-lhe presunçoso quem a escrevesse enquanto não se possuísse uma história dos jesuítas no Brasil — tarefa só executada de 1938 a 1950, nos dez volumes do jesuíta Serafim Leite. Capistrano era exigente em excesso, como se viu nos seus escritos e anotações a Varnhagen: poderia passar a vida na tarefa, tais os desdobramentos que lhe dava. É ocioso divagar sobre as razões da falta de uma obra de síntese que ele podia fazer: se ausência de melhor preparo metodológico, de um sistema filosófico,

da idéia de ambição temerária de tal trabalho. Pode-se atribuí-la também a certa dispersão natural, modéstia, falta de sentido promocional.

Capistrano era pessoa afável, generosa ao extremo; ninguém mais solidário com os amigos, destituído de inveja ou ressentimento; solícito, passava dias pesquisando para esclarecer pedido de um companheiro. Desambicioso, ele, amigo fraterno de ministros como Rio Branco e Calógeras, nunca pleiteou nada. Não quis pertencer à Academia Brasileira de Letras, para a qual foi convidado quando de sua criação; tinha aversão às sociedades, pensando ser já uma demasia a humana. Cético, não acreditava na política ou em qualquer salvação do processo social. Se achava absurda a idéia de um terceiro reinado, não lutou pela República. Foi germanófilo na guerra de 1914, sem maiores ostentações. Na verdade, o ceticismo não lhe permitia atuação política mais decidida. Quando quiseram homenageá-lo com um livro, em 1923, respondeu indignado não admitir essa "patulécia, poliantécia, ou coisa pior e mais ridícula, se for possível". Os amigos, que bem o conheciam, desistiram do projeto, pois ele dizia "não poder manter relações com quem tenta desmoralizar-me". Às vezes excêntrico, deixou rico anedotário.

Viveu no trabalho, no amor à história. Teve seus sofrimentos, como a demência do amigo Alfredo Vale Cabral, colaborador em pesquisas e traduções: doente de 1890 até a morte, quatro anos depois, Capistrano visitava-o emocionado. A morte da mulher, em 1891, abalou-o, com a agravante da separação dos filhos, então com a sogra, a quem dedicava grande estima. A entrada da filha para o convento, em 1905, deu-lhe imensa tristeza; a morte do filho Fernando — que ele belamente chamava de Abril —, na epidemia de gripe espanhola de 1918, transbordou-o. Só no trabalho encontrava lenitivo para os sofrimentos e razão para viver. Teve assim uma nobre e fecunda existência esse homem que abre uma fase na historiografia brasileira. Se

teve desafetos, teve mais amigos fiéis, que o veneravam. E a posteridade tem exaltado a sua memória. Morrendo em 1927, criou-se a Sociedade Capistrano de Abreu, para divulgação de suas obras. E os juízos favoráveis predominam: Hélio Viana, que lhe dedicou livro compreensivo, considerou-o "o maior de nossos historiadores". E José Honório Rodrigues, seu editor, anotador e admirador, disse em 1953: "Capistrano foi a mais lúcida consciência da historiografia brasileira." E em 1977: "(...) foi o primeiro historiador moderno e progressista do Brasil".

Joaquim Nabuco projeta-se de modo extraordinário como político, diplomata, escritor. Em todas as atividades deixou marca profunda, e, mais ainda, vigor, brilho e até luminosidade. Nasceu em Recife em 1849, filho de político importante — deputado, senador, presidente da província, ministro, conselheiro de Estado, jurista. Fez estudos no Rio e na Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo-os na sua cidade. Eleito deputado geral em 1878, já nessa disputa colocava como centro da vida política a escravidão e a campanha que devia suprimi-la. Esta teve em sua figura o mais ardoroso e conseqüente batalhador, como jornalista, panfletário, autor do principal livro sobre a matéria, *O abolicionismo*, como orador na tribuna da Câmara dos Deputados ou nas conferências e comícios que arrastavam multidões sideradas pela sua palavra. Pretende a reeleição, mas pela capital do país — o município neutro —, pois era precário o quadro para ele em Pernambuco. Perde-a e vai para Londres, correspondente do *Jornal do Comércio*, lá permanecendo até 1884, em fecundos trabalhos. Volta e é de novo deputado por Pernambuco. Em 86 é novamente derrotado, mas no ano seguinte é eleito,* quando assiste à vitória da causa de sua vida, com a abolição, da qual foi o maior agente no parlamento e nos comícios. Afasta-se da atividade pública, pois era monarquista. Só voltará a ela quando convocado para defender a causa do Brasil na luta de limites com a Guiana Inglesa, em 1899. Vai para Londres, durante al-

gum tempo servindo como chefe da diplomacia brasileira. O novo caso era difícil, nossos direitos não eram tão nítidos como em questões anteriores, nas quais atuara Rio Branco; este atuou também, no começo, no caso da Guiana Inglesa. Nabuco escreve correto trabalho, com argumentos e farta documentação, em 18 volumes. Contudo, o laudo arbitral do rei da Itália, em 1904, foi-nos desfavorável. Em 1905, é designado para embaixador nos Estados Unidos: jovem, em 1876, fora adido da legação aí e em Londres. Em 1910, morre na cidade de Washington.

Pode-se distinguir em sua vida a fase abolicionista, até 88; depois, o retraimento, entregue a uma atividade eminentemente de escritor; finalmente, o retorno à vida pública, como diplomata. Só nos interessa fixar aqui o historiador. Nabuco desde cedo se dedicara às letras. De rígida formação clássica, tinha bom gosto e estilo, aprimorado cada vez mais. Seu primeiro livro é *Camões e os Lusíadas*, de 1872 (sem importância na rica bibliografia camoniana). Cultiva a poesia desde estudante, escreve em francês *Amour et Dieu*, em 74 (escreveu outros textos em francês, língua que dominava a ponto de marcar a sua própria expressão em português: dizia-se que sua frase era tradução do francês). No período de Londres, de 1882 a 84 — o “meu exílio” — estudou intensamente o problema da escravidão — o Museu Britânico tinha tudo e ele o frequentaria, como centenas de intelectuais do mundo inteiro —, escrevendo e publicando, em 1883, *O abolicionismo*, a reflexão mais coerente, profunda e completa já feita no Brasil sobre o assunto.

Aí está o homem que conheceu e viveu um problema, examinando-o como historiador, sociólogo, antropólogo, cientista político. Não é vaga visão humanitária que apresenta, mas a percepção do tema em sua totalidade, ligado à terra e sua propriedade, à forma de trabalho e seu rendimento, aos entraves à imigração e à produtividade. Condena o escravismo como anti-humano e antieconômico, prejudicial ao dominado e a toda a sociedade. Tem superior entendimento do problema, que em

vão buscaríamos em qualquer de seus contemporâneos. É a visão do político e do cientista social, com alguns *insights* que o colocam entre os primeiros a terem sensibilidade para o estudo global da sociedade. Vê a escravidão no seu estado e em seus desdobramentos, prevendo a próxima supressão do estatuto e a situação a ser gerada para os ex-escravos, revelando compreender a realidade em sua abrangência. Fosse ele governo e a trajetória do negro seria bem outra, pois a extinção formal do sistema era só o mínimo.

Na verdade, a escravidão foi tema essencial para Nabuco: na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Editora Ática, o volume que lhe é dedicado coube a Paula Beiguelman, em 1982. Não podia ser melhor a escolha, pois se trata da maior conhecedora dessa obra, à qual já dedicara parte substancial de seu livro *Teoria e ação no pensamento abolicionista*, de 67. Depois de excelente introdução, nos moldes da série coordenada por Florestan Fernandes, vem a antologia: de 130 páginas, 46 são de *O abolicionismo*; 51 de conferências e artigos, de épocas diversas e hoje constantes dos volumes *Conferências e discursos acadêmicos* e *Campanhas de imprensa*, reunidos na edição das *Obras completas*, em 14 volumes, organizada por Celso Cunha; de *Um estadista do Império* há só 22 páginas e de *A intervenção estrangeira durante a revolta*, 11. Poderia ter usado ainda *Discursos parlamentares*, volume no qual a causa abolicionista é predominante, quase exclusiva. O estudo acurado da literatura e dos pensadores sociais dar-lhe-ia superioridade sobre os contemporâneos, acrescida pelo vigor e até cintilação de sua palavra de orador inigualável.

No início da República cresce o escritor, sobretudo como historiador: em 95 publica *Balmaceda*, análise de crise política do Chile em que se evidenciam traços da política latino-americana, carregada com as cores da tragédia. O episódio chileno dar-lhe-á substância para melhor entender a situação que o ocupará no livro a seguir comentado.

No mesmo ano, Nabuco escreve série de artigos no *Jornal do Comércio* sobre a revolta da Armada no Rio de Janeiro e no sul, que implica delicado problema de direito internacional: reúne-os no livro *A intervenção estrangeira durante a revolta*, de 1896. Em capítulos bem pensados e escritos, por quem viveu a situação e dominou-a em todos os aspectos, é texto de história de fase decisiva da vida do país, nas dificuldades iniciais da República. O autor comprova a legalidade da ação dos comandantes de navios no porto do Rio de Janeiro, como as tergiversações de Floriano, que de tal ação tanto se beneficiou. Sua leitura é importante, pois dá muita luz para entendimento da figura de nosso primeiro político populista, gerador de culto até fanático, de certo modo alimentado até hoje por parte da historiografia esquerdista, em posição discutível. Bem dizia Euclides da Cunha em página forte de 1904, recolhida em *Contrastes e confrontos*, em 1907, ao tratar do Marechal de Ferro: "o destaque de uma glória personalíssima. Mais tarde, o historiador não poderá explicá-la" Famoso pelo silêncio, Floriano, visto em seu tempo como esfinge, assim continua, sem decifração.

Desde 1893 Nabuco trabalha no que será sua obra-prima de história: *Um estadista do Império*, publicado em três volumes de 1897/8 (a terceira, no plano das *Obras completas*, tem quatro, perfazendo 1.563 páginas). A vastidão não leva a nenhuma parte frouxa. O livro tem sempre o mesmo alto nível. Ficou assim pela riqueza documental do arquivo paterno, admiravelmente organizado, como também pelo fato de que não se fizera panorama do período até então. Ele o tentou e fez, e hoje, noventa anos depois, mantém-se insuperado, embora passível de reparos aqui e ali, o principal dos quais é relativo ao entusiasmo do autor por época não tão perfeita como lhe parecia. Afinal, não foi a Grande Era Brasileira, como diz assim, com maiúsculas, no prefácio de 96.

Um estadista do Império tem significado transcendente na bibliografia nativa: servindo-se do amplo material do arquivo do pai, José Tomás Nabuco de Araújo, por ele mesmo organizado,

é baseado em fontes severas, autênticas e diretas, aproveitadas com perfeição pelo biógrafo. Demais, íntimo do pai, conheceu a política por dentro. Viu em sua casa, mesmo quando menino, reuniões em que se decidia o destino do país, como conta em passagens das memórias que escreveu. Traçou perfis de protagonistas que viu, ouviu, com os quais conversou. Recolhe muita tradição oral, depõe às vezes como testemunha. Nabuco não faz uma biografia convencional, exaltando a ação paterna, mas dá panorama completo do Segundo Reinado. Como Nabuco de Araújo ocupou muitas funções, viveu momentos bem marcados, o pano de fundo adquire relevo em abrangência que prima pela agudeza. Vários capítulos constituem monografias que esgotam assuntos: assim, no Livro primeiro, no capítulo III, sobre a Praieira, em que há estudo admirável do movimento de 48, apreendido na sua totalidade. Nabuco de Araújo era juiz no Recife; como tal, devia presidir o julgamento dos rebeldes. O biógrafo escreve então capítulo até hoje não superado, em 36 páginas. Destaque-se aí a terceira parte — "Caráter da agitação praieira" —, notável como captação do sentido de movimento de cujas idéias o pai não participava, o que não impediu ao biógrafo entendê-lo finamente. Assim em muitos outros capítulos, como nos que falam na ação do pai como presidente da província de São Paulo, como ministro do gabinete da Conciliação, com os problemas da política do Prata, o tráfico de escravos, vida financeira, a ação do ministério da Justiça. Depois, capítulos sobre a Liga Progressista e a sucessão de gabinetes, dos quais dá imagem completa. No livro V, sobre a queda dos progressistas e o começo da situação conservadora, destaque-se o capítulo II, com a história da lei de 28 de setembro de 71 — do Ventre Livre. No livro VI, o capítulo II, sobre a Questão Religiosa. No livro VII, os capítulos sobre o jurisconsulto e o conselheiro de Estado. Nabuco de Araújo morre em 1878, mas o biógrafo continua no estudo do Reinado até 89.

Nabuco de Araújo foi realmente um estadista, distinguindo-se como jurista. Orador notável, conhecedor da problemática da época, discutiu-a em discursos primorosos na Câmara e no Senado. Sua biografia pelo filho, pela amplitude da base documental, pelos quadros de políticos e situações, pela acuidade das análises psicológicas e sociológicas, pela profundidade de interpretações, pela estrutura severa e linguagem perfeita — clássico de estilo fluente, elegante e agradável —, pode-se dizer que este é um livro sem igual na bibliografia brasileira. Embora sabendo do perigo das afirmativas enfáticas, diria que é o ponto mais alto de nossa historiografia. Lendo-o, não se tem a sensação pedestre da quase totalidade da produção local, mas a de que se está lendo uma grande obra da historiografia inglesa, por exemplo. Nabuco conseguiu o que até então não se conseguia.

O livro é apaixonado, um monarquista que escreve na República nascente. O quadro, no entanto, não chega a ser idílico, só de loas aos protagonistas — parlamentares, ministros, imperador —, mas é crítico. Mesmo assim, pode dar a impressão de ter sido feito para contrapor uma ordem — a do Segundo Reinado — à relativa desordem do novo regime, com suas lutas como a Federalista e a da Armada, com o começo do episódio de Canudos, tudo um pouco à maneira latino-americana. Ora, a ordem imperial também era uma desordem, com suas injustiças, o trabalho escravo, a totalidade da população excluída da vida pública. O autor o sabia, tanto que se empenhou na luta contra o estatuto do trabalho, mas o leitor comum pode ser levado a uma visão simplificada da realidade. Demais, por ser uma biografia, o livro vai exacerbar o gosto do estudo de figuras tidas por excepcionais — os estadistas — provocando imitadores e o excesso de biografismo na historiografia. Ora, quem escreveu, em 1883, *O abolicionismo* já revelara funda compreensão do social e da necessidade de mudanças permanentes na sociedade, tão conservadora e estreita.

Cite-se ainda o livro de memórias, *Minha formação*, de 1900. É um dos clássicos da literatura. Vale para o historiador como depoimento de uma época, de uma classe, de certo padrão senhorial. Vale pela finura das análises psicológicas, os retratos firmes e por vezes soberbos de parentes e amigos, gente simples, que não figurou nos anais de uma historiografia oficial, só apegada ao supostamente grandioso. Admirável como evocação, às vezes parece-nos ter imponência excessiva. Falta-lhe mais coloquialismo, depoimento espontâneo, como se pode notar em certos livros de memórias de nosso tempo (só como exemplo, *História da minha infância*, de Gilberto Amado, *O menino e o palacete*, de Thiers Martins Moreira, *Bau de ossos*, de Pedro Nava). Nabuco assume com frequência atitudes de estátua, monumento a ser reverenciado em museu ou praça pública. No conjunto, o texto é lido com agrado e proveito, pelo que informa como pelo lirismo que atravessa suas páginas. Não fique sem referência sua linguagem — bela, correta, sem o rigor parnasiano cultivado por muitos de seus contemporâneos, nunca desligados de Portugal. Nabuco o era, pois tem uma frase francesa, sem ostentações de vocabulário, à maneira de Rui Barbosa ou Coelho Neto.

Há historiadores que representaram promessas, sem deixar a esperada obra. Assinale-se entre eles o nome de Eduardo Prado. Profundamente dedicado ao assunto, estudou-o sempre, conviveu com alguns dos seus mais eminentes cultores, pesquisou arquivos, freqüentou bibliotecas, não só no Brasil como em outros centros. Adquiriu documentos preciosos, em leilões ou antiquários, muitos dos quais seriam trabalhados mais por outros. Rico, viveu vários anos em Paris, passou temporadas em Londres e Lisboa, além de ter viajado por quase todo o mundo. Joaquim Nabuco viu nele um "Tácito sibarita", enquanto Luís Viana Filho uma "agradável combinação de erudito, janota e errante". Foi mais, porém, como homem de estudo, escritor de bons recursos, com idéias firmes e apaixonadas, como as de mo-

narquista e católico. Teve vida curta: nasceu em São Paulo em 1860 e aí morreu em 1901. Personalidade de marcas profundas, era conversador admirável, capaz de prender gente como Eça de Queirós — que lhe dedicou estudo compreensivo e carinhoso —, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Rio Branco, Afonso Celso, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Capistrano de Abreu, entre muitos outros. Sua residência em bem montado apartamento em Paris era centro de encontro de brasileiros, portugueses, franceses. Houve mesmo a crença de que Eça se inspirava nele, no apartamento e no seu morador, para criar a figura de Jacinto de Tormes, personagem central de *A cidade e as serras*. Terá tomado traços de sua pessoa ou modo de ser, mas o modelo principal deve ter sido o próprio romancista. Se se realizava em Paris e outros centros cosmopolistas, realizava-se mais ainda na fazenda do Brejão, perto da cidade de São Paulo. É interessante que esse homem rico e mundano, ao mesmo tempo estudioso incansável, fosse capaz de conciliar aparentes contrários. Mais: era de combate, idéias firmes. Manteve-se fiel ao sistema depositado em 89, quando se desdobra em atividades, como jornalista, polemista, lutador conseqüente.

Já publicara, em 1886, *Viagens a Sicília, Malta e Egito*, como aparecerá póstumo, em 1902, mais uma obra de viagens (em dois volumes), pela América, Oceania e Ásia. Entre obras históricas, destaquem-se: artigos em *Le Brésil*, de 1889, obra coordenada por Levasseur; os dois longos estudos em francês para a obra *Le Brésil en 1889*, organizada por Sant'Ana Nery, em Paris: *L'Art et immigration*. O primeiro vale como levantamento da arte no Brasil, dos primeiros tempos aos seus dias, mas deixa muito a desejar: Eduardo, se tanto viajou pelo mundo, conhecia pouco a própria terra, de modo que mal pode falar de seus monumentos, arquitetura e pintura, pois quase nada viu: fala mais fundado em viajantes estrangeiros ou pesquisadores nativos; curiosamente, trata melhor de música e manifestações de arte popular. Au-

tor com o culto da segurança, comete vários erros graves. Como exemplo, lembre-se que dedica 12 linhas ao Aleijadinho, nas quais comete cinco erros: troca-lhe o nome de Antônio Francisco Lisboa para Antônio José da Silva; diz ter nascido em Sabará em 1750, quando nasceu em Vila Rica em 1730; ter morrido no Rio de Janeiro, quando morreu onde nascera; fala em suas obras em "São João Del Rei e outras cidades" quando o principal e mais vultoso está em Vila Rica. Muito erro para tão poucas linhas, quando nem viu as obras referidas, das quais soube por viajantes estrangeiros. Já o estudo da imigração é bem superior, como informação e interpretação. Conhecia o problema como estudioso e fazendeiro.

Escreveu mais alguns estudos históricos, breves, encontráveis na série de quatro volumes de *Coletâneas*, edição póstuma de 1904 a 1906. Há pouco de historiográfico aí, predominando artigos sobre pessoas que conheceu (assim no primeiro volume, o mais rico, no qual são transcritos os dois estudos em francês, citados); o segundo — o mais alentado — só cuida de política, a crítica constante e apaixonada do regime republicano, em artigos de jornal; é o cotidiano, não é história; o terceiro tem as mesmas características, menos o estudo "Os espanhóis no salto do Avanhadava, no século XVI"; o quarto traz a conferência "O catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização no Novo Mundo", proferida em 1896 no ciclo de conferências comemorativo do tricentenário de Anchieta: brilhante como forma e exposição, nada traz como pesquisa ou enfoque original. Encontra-se aí um momento de regionalismo exaltado, passível de reparo: "O Brasil foi feito pelos paulistas" Escreveu mais de uma vez sobre Anchieta. O volume tem ainda a longa polêmica com Pereira Barreto, destituída de interesse para o leitor de hoje, como é comum em polêmicas.

Outros livros: *Fastos da ditadura militar*, edição de 1902, de artigos contra a República, aparecidos na *Revista de Portugal*,

entre dezembro de 1889 e julho de 1890. Para eles contou com a ajuda de Rio Branco. Vale como depoimento, fonte para a história, mas ainda não é historiografia. Seu título mais ecoante foi *A ilusão americana*, aparecido em São Paulo em 1894 e confiscado pelo governo. Teve duas edições depois, logo no ano seguinte em Paris, republicado até hoje. Queria evidenciar a falsa ligação entre o Brasil — como de resto a América Latina — e os Estados Unidos, como contrária à nossa tradição. Mal sabia que seus amigos Rio Branco e Nabuco trabalhariam ativamente nesse sentido, como diplomatas. É ataque violento aos Estados Unidos, escrito mais por sua hostilidade à República brasileira. Nada tem de original, sumariando a vida da nação do norte em suas relações com o Brasil e a América Latina em geral, com a denúncia do imperialismo e da espoliação do continente. Não se pense que tinha lúcida consciência do problema: tanto que diz palavras lisonjeiras sobre o capitalismo inglês, predominante então, que vê como um bem em investimentos pelo mundo — destaca mais o continente americano —, como se o fenômeno não fosse o mesmo. Não entendeu o imperialismo, em suma. Monarquista, defende a intervenção francesa no México, com Maximiliano no trono. Acha que lá “o sentimento monárquico é irresistível”. Como lhe parece também no Brasil, pela tradição e pela índole do povo. *A ilusão americana* tem inúmeras afirmativas assim, contestáveis, erradas mesmo. Demais, Eduardo era excessivamente europeizado para entender os Estados Unidos, tal como o amigo Eça. Este poderia escrever o que Eduardo escreveu: “decididamente o mundo é Paris”. Eça, aliás, tem muitas frases do gênero. O êxito do livro é devido à brutalidade policial da interdição e do confisco, apenas.

Qual a origem do mito Eduardo Prado historiador? As longas pesquisas que fez, preparando as biografias dos jesuítas Manuel de Moraes e Antônio Vieira, que enriqueceriam o conhecimento da história colonial, pelos achados em Simancas, Lisboa,

Londres, Roma e pelo que delas disseram conhecedores de seus planos ou de algumas de suas páginas. Sabe-se ter recolhido amplo material, como haver escrito obras alentadas, mas não as publicaria. Foi só promessa, portanto, confirmando o dito de Graça Aranha da infecundidade de Eduardo. Deviam ser valiosas, pelo entusiasmo de um Capistrano de Abreu, por exemplo. Perfeccionismo exagerado ou falta de constância no trabalho talvez expliquem a falta de produção. Quando vem para o Brasil, ao que parece para ficar, já no fim do século, cansado de terras estranhas, parece estar disposto ao trabalho, como se vê em discursos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico de São Paulo. É homem de quarenta anos, quer dedicar-se à sua terra e às suas coisas. A morte, porém, o surpreendeu em pleno vigor. De febre amarela, ele que escreveu tanto sobre o mal, condenando a incúria das autoridades. Deixou muitos documentos, principalmente sobre a Inquisição, que seriam trabalhados mais por Paulo Prado, Capistrano e Rodolfo Garcia, entre outros.

Eduardo Prado foi mais uma personalidade sedutora que um historiador, pois se teve entusiasmo e paixão pelo assunto, não chegou a produzir. Se lhe dedicamos tanto espaço em um resumo da historiografia é pelo equívoco freqüente de sua inclusão entre os grandes nomes. Tinha tudo para uma obra, só conhecida em esboços ou anotações. Uma pena, que se deplora.

Oliveira Lima nasceu em Recife em 1867 e morreu em Washington em 1928. Vivendo 61 anos, deixou ampla obra a ser estudada, fruto de pesquisa e reflexão. Filho de português e pernambucano de origem portuguesa, teve formação em Lisboa, onde fez os primeiros estudos e diplomou-se em letras e filosofia na Faculdade de Letras. Em Portugal de 1873 a 90, entra na carreira diplomática em 1890, como adido à Secção do Brasil. Estava aqui quando nomeado. Permaneceu em Portugal de 91 a 92, quando vai para Berlim; em 95 é removido para Washing-

ton, onde fica de 1896 a 1900, quando designado para Londres; de 1901 a 1903 está no Japão. Passa pouco mais de dois anos no Brasil e vai para a Venezuela em 1905; no ano seguinte segue para Bruxelas, posto em que fica até 1914. Com 23 anos de vida diplomática, aposenta-se; faz conferências em vários países, fixa-se em Pernambuco de 1916 a 20, quando se dirige para os Estados Unidos; realiza ainda algumas viagens, passando a viver em Washington, em cuja Universidade Católica é professor de direito internacional. Organiza aí a sua biblioteca, constituída de mais de 30 mil volumes. Se a doou a essa universidade, foi pela garantia que lhe deram de mantê-la como centro de estudos brasileiros, como se dá até hoje. Fez escrever no seu túmulo, em cemitério em Washington: "aqui jaz um amigo dos livros".

Se permaneceu mais tempo fora do país que aqui, manteve sempre o sentido profundo de brasileiro, mais ainda o de pernambucano. Nos vários países em que permaneceu foi homem de permanente estudo, freqüentando bibliotecas e arquivos, como os de Portugal, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e outros que visitou ou para os quais foi convidado como conferencista. Jornalista ativo, escreveu para folhas do Rio, São Paulo, Recife, Buenos Aires, Caracas, além da eventual colaboração em outros centros internacionais. Operoso, deixou obra de muitos volumes, que poderia ser acrescida de outros tantos, se se reunisse toda sua produção na imprensa. Ao contrário de Capistrano de Abreu — que não lhe tinha maior apreço ou estima, com pronunciamentos contraditórios sobre seus livros —, publicou muitos volumes, todos de história ou de viagens.

Entre os de história, assinalem-se: *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, em 1895, publicado na Alemanha. Era estreia notável, saudada com louvores exaltados ou com louvores e algumas restrições (como se deu em artigo de Capistrano de 22 de dezembro de 1894 — a data de 95, constante da folha de rosto, é errada, pois o livro teve divulgação em 94 e o

prefácio é datado de 29 de junho de 93. Não representa pesquisa original, mas leitura amadurecida de quanto se escrevera. Encontram-se na obra idéias que Oliveira Lima sustentou sobre as origens portuguesas do Brasil, o surgimento de um ideal nacionalista ainda no século XVI, compreensão generosa dos movimentos nativistas em Pernambuco ou de outras áreas. Já em 1896 aparece, publicado ainda na Alemanha, *Aspectos da literatura colonial brasileira*, com assuntos e julgamentos originais. Edita obras de menor tomo nos anos seguintes. Em 1901 publica em Paris *O reconhecimento do Império. História diplomática do Brasil*. Devia ser o primeiro de uma série que não se realizou; foi pena, pois o autor era talhado para ela, como diplomata que sempre foi, bom conhecedor dos segredos da profissão. Demais, culto, de muita leitura — veja-se a *História da civilização: traços gerais*, em 1921, livro didático de ampla influência, base de estudo por quase trinta anos, com muitas edições —, conhecia bem a história de outros países, notadamente europeus e americanos. Arquivos importantes ingleses e outros foram a fonte para o livro, fundamental em assunto já de ponderável bibliografia. Sua estada em Londres permitiu-lhe não só muita consulta como a "Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico", editada em 1903 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Completava trabalho iniciado por La Fignière, em 1853, e Varnhagen, em 1863, seguindo sugestão de Eduardo Prado, que o retomara e, desistindo, passou-lhe as notas, para que o continuasse.

Sua obra mais importante, sem dúvida, é *Dom João VI no Brasil*, editado no Rio em 1908. Valeu-lhe o conhecimento de arquivos europeus, notadamente ingleses. Não podia ter melhor comemoração o centenário da vinda da Corte, de tantos ecos na vida brasileira. O tema era polêmico, pois havia livros a respeito, ora louvaminheiros, ora detratores da figura do príncipe e

rei, em geral visto como sem vontade e decisão, quase abúlico, no estereótipo do gordo e comilão, amigo de música e sermões, em uma Corte numerosa de parasitas e com ministros de linha política atritante — ora anglófilos, ora francófilos. Oliveira Lima tenta ser objetivo e se em sua obra a imagem é mais favorável que negativa, a crítica está sempre presente. Entende os interesses portugueses e brasileiros, tomando posição por estes, em nacionalismo nunca negado. Com a presença da Corte o Brasil se transforma, com as obras conhecidas e muito proclamadas em todos os campos. A permanência de d. João vai marcar o país e o processo de independência, por deixar aqui o filho como regente — principal origem do processo singular da emancipação da colônia portuguesa relativamente às espanholas. Critica-se o texto de Oliveira Lima como responsável pelo culto do período, visto por uma crítica severa, mas objetiva, como base de muitos males da estrutura política da jovem nação, que herda a obsoleta estrutura administrativa portuguesa, como já se viu na lembrança do curioso e pioneiro livro *Elementos de história nacional da economia política*, de 1865, de João Coelho Gomes. O certo é que o texto é grandioso na pesquisa e na construção, o mais importante até hoje sobre período decisivo da trajetória nacional. Otávio Tarquínio de Sousa, em prefácio à segunda edição, em 1944, chega a dizer que é “talvez o ponto mais alto de nossa historiografia”. O cauteloso talvez deve ser levado em conta, para evitar juízo tão categórico e sempre discutível.

Como se disse, o autor fez muitas conferências. Algumas deram títulos importantes em sua bibliografia, como *Formation historique de la nationalité brésilienne*, série de 11 conferências na Sorbonne, publicadas em 1911 na França e em jornal do Brasil (em livro, em outra tradução, só em 1944). Seis conferências nos Estados Unidos, na Universidade de Stanford, em 1912, originaram *The Evolution of Brazil Compared With That of Spanish and Anglo-Saxon America*, editadas em 1914 em inglês, português e

espanhol (no Brasil, América Latina e América Inglesa; na Espanha, *La evolución histórica de la América Latina*). No mesmo ano de 1912 fez várias conferências em diversas universidades americanas. Outra obra importante é a reedição, amplamente anotada, da obra de Muniz Tavares sobre a revolução pernambucana de 1817, já referida aqui. Tratara do assunto no livro sobre Pernambuco e no livro sobre d. João VI, sempre com interesse e mesmo paixão pelo tema, sobretudo no primeiro. Monarquista de formação, admirador de d. Pedro II, foi republicano no início da República, publicando mesmo pequeno volume em 1896, *Sept ans de république au Brésil*, defesa do novo regime contra seus detratores na imprensa européia, entre os quais o amigo Eduardo Prado. Voltou a ser monarquista depois, o que lhe valeu dificuldades na carreira e apressou a aposentadoria. O republicanismo de 1817, o extraordinário movimento em Pernambuco e áreas vizinhas, com uma experiência de governo e a brutal repressão bragantina — tudo lhe despertava interesse e até paixão, como se evidencia nestas notas de 1917 e em escritos posteriores, como, antes, no volume *Pan-Americanismo (Monroe — Bolívar — Roosevelt)*, de 1907, reunindo artigos de jornais, nem sempre convenientes a um diplomata, dedicado a Rio Branco e com epígrafe de Muniz Tavares.

De 1922 é *O movimento da Independência, 1821-22*, rico de informações, sempre seguro. O autor sente-se bem no assunto, como conhecedor de história diplomática que é. Em 1923, edita *Aspectos da história e da cultura no Brasil*, com as conferências na Universidade de Lisboa na inauguração da cadeira de Estudos Brasileiros. Em 25 publica *D. Pedro e d. Miguel: a querela da sucessão, 1826-28*, referente tanto a Portugal como ao Brasil, sobre a disputa pela sucessão portuguesa em 1826, com a morte de d. João VI. Importante por esclarecer o desgaste da imagem do Imperador brasileiro com o Tratado de 1825, que reconhece a independência e coloca d. Pedro como sucessor no trono de

Portugal — desgaste que culmina com a abdicação do 7 de abril de 1831. O volume enriquece a bibliografia do autor e atesta mais uma vez sua cultura histórica. O último livro é *O Império brasileiro (1822-89)*, em 1927, bem elaborada síntese da época, na qual transparece excessivamente o monarquismo, como se vê desde a epígrafe, com as palavras de Bojas Paul, presidente da Venezuela, ao tomar conhecimento da queda da monarquia: "Se ha acabado la única República que existia na América: el Império del Brasil"

Póstumo é o volume de *Memórias*, publicado por Gilberto Freire — seu mais exaltado admirador, que o conheceu pessoalmente e com quem se iniciou nas letras —, em 1937. Tem enorme interesse, pelo muito que conta quem muito viveu. Espontâneo, sincero, diz com clareza o que sentiu e viveu, como traça retratos de amigos, pessoas de seu convívio. Obra inacabada, não revista, dá idéia de fragmentos de trabalho maior. Algumas raras vezes descamba para a maledicência ou comentários cruéis, como faz relativamente ao político Francisco Glicério, ao historiador Tobias Monteiro, ao diplomata Assis Brasil e outros colegas de função, não lhe escapando mesmo figuras que admirou, mas com as quais se desentendeu, como Rio Branco e Nabuco. Barbosa Lima Sobrinho, na lúcida biografia que lhe dedicou — às vezes excessiva na defesa de alguns traços —, procura atenuar essa crítica, mas não chega a convencer. Aí, na edição da *Obra seleta*, de 1971, o historiador de hoje faz antologia original, precedendo-a da biografia, publicando preferentemente matéria não incorporada a livros, com a transcrição de artigos de jornais de difícil acesso. Muitos artigos de viagens são encontrados na *Seleção*, agora ao alcance do leitor comum. Esses artigos confirmam a temeridade de Oliveira Lima, diplomata a falar da política nacional, dos problemas da carreira, de política internacional, não fugindo a questões delicadas e até explosivas. Está aí, sem dúvida, a origem das dificuldades encontradas na carreira. Póstumos também são *D. Miguel no trono, 1828-33*, aparecido em 1933 (deve

ser de 25), e *Impressões da América espanhola, 1904-6*, de 1953 (artigos em jornal em 1904-5, em livro com anotações de Manoel da Silveira Cardoso, conservador da biblioteca Oliveira Lima, em Washington).

Ao lado da historiografia, Oliveira Lima publicou alguns livros de viagens, como *Nos Estados Unidos*, em 1899; *No Japão*, em 1903; *Na Argentina*, em 1919. Se se fizesse a reunião de muitos artigos de jornais sobre viagens, como "Terra basca" em 1906; "Cartas de Estocolmo" em 1909, e vários outros, como lembra Barbosa Lima Sobrinho, sua biografia seria bem aumentada. Seguindo a correta orientação que se impôs na *Seleção*, publica-os em grande número aí.

Demais, escreveu e publicou em 1904 peça de teatro, *Secretário del rei*, cujo personagem central é Alexandre de Gusmão. Nunca foi representada, apesar dos elogios de José Veríssimo e Machado de Assis, pouco convincentes aliás.

Lembre-se ainda sua vasta produção na imprensa, de 1882, quando, aos 15 anos, edita em Lisboa o *Correio do Brasil*, até sua morte, em 1928. Amigo da verdade, desabusado na linguagem, tal colaboração criou-lhe graves problemas e valeu-lhe o estrequecimento de algumas amizades, como se deu com Rio Branco e Nabuco. A carreira exigia tato e discrição, como até falseamento e simulação, incompatíveis com seu temperamento e modo de ser: franco, aberto, desprevenido, generoso. As *Memórias* esclarecem alguns desses episódios.

Oliveira Lima representa outra fase na historiografia brasileira, na superação da crônica ou do eruditismo. Operoso e lúcido, fez uma obra crítica, na qual dados, informações e cronologia se organizam de modo superior. As condições peculiares de diplomata, em mudanças freqüentes, explicam produção ampla e necessariamente diversa. Capistrano considerava-o superficial. Trabalhador, não o era tanto como Varnhagen ou Capistrano. Deu expressão a quanto sentiu, escrevendo muitos li-

vros. Marca-o posição conservadora, às vezes até tradicionalista. De formação monarquista, teve encanto pelo Império e pelos Bragança. O breve intervalo republicano é devido em parte ao sentimento de necessidade de apoio ao governo. Volta a ser monarquista, com horror pelo que considera desordem no novo regime. Oliveira Lima identificava-se muito, intelectual e sentimentalmente, com seus amigos europeus ou europeizados, como Eça de Queirós, Eduardo e Paulo Prado. Se teve amor aos Estados Unidos, em suas *Memórias* há críticas ao país denunciadoras de incompreensão de aspectos do moderno, só considerando como superior a Europa. Não compreendeu o problema racial brasileiro: as *Memórias* são cheias de preconceitos de cor. Contraditório, tinha aspectos ora avançados, ora conservadores e até retrógrados. Foi germanófilo na guerra de 1914-18. Teve, entretanto, sedução socialistas, resultado de viagem à Suécia em 1909. Teve grandes frustrações, como a de não ser ministro em Londres, dirigir o governo de Pernambuco ou ocupar o posto de ministro das Relações Exteriores. Se defendeu o pan-americanismo, teve lúcido entendimento do imperialismo norte-americano e seu perigo — conhecia como poucos o problema, pois vivera nos Estados Unidos e na Venezuela, além de conhecer de visita quase toda a América Latina, bem como sua literatura e história, aprofundadas pelas necessidades da função, pelo gosto do estudo — daí alguns livros sobre a América espanhola, pouco comuns na produção de seu tempo e mesmo de hoje. Oliveira Lima é expressão da *intelligentsia* nacional do fim do Oitocentos e das três primeiras décadas do século XX, embora fosse sempre uma personalidade singular, com traços que o distinguiam dos outros intelectuais patricios.

Panorama da historiografia nacional, mesmo sumário como o aqui pretendido, levaria a falar de inúmeros autores que deixaram alguma obra significativa, mas não chegaram a marcar a ciência social que escolheram para episódico cultivo, detendo-se antes

em outras, como direito, filosofia, sociologia, política, literatura, lingüística, folclore. Ficam sem estudo ou nem são referidos, embora empenho mais abrangente e amplo devesse fazê-lo. É o caso mesmo de escritores que só se dedicaram à história, mas o fizeram de modo parcimonioso e sem qualquer contribuição pessoal, seja pela pesquisa ampla e reveladora de algum aspecto menos conhecido ou documento ignorado ou pela interpretação nova, enfoque original. Caso mais perturbador para quem se aventura a trabalho do gênero aqui tentado é o de autores que marcaram o pensamento brasileiro, em diferentes campos, só episodicamente tratando de história. Entre eles, lembrem-se nomes como os de Sílvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Ronald de Carvalho, João Ribeiro. Breve referência a eles deve ser feita.

Com destaque na história da literatura, mas de interesse para problemas gerais, há alguns. Como Sílvio Romero, nascido em 1851, em Sergipe; fez curso secundário no Rio e de direito em Recife. Foi político e professor, vindo para o Rio outra vez em 1876; volta a Sergipe e retorna ao Rio em 94, onde reside até a morte, em 1914. Dedicou-se sobretudo à história da literatura, desde *Literatura brasileira e crítica moderna*, de 1880 (alguns dos artigos aí contidos datam de 1873), e depois, em 1888, com a monumental *História da literatura brasileira*, em dois volumes, além de muitas outras obras de história ou crítica literária. Imbuído da cultura germânica, à maneira de seu amigo Tobias Barreto (sem o fanatismo deste, tem abertura para a crítica de tal atitude e para o entendimento de outras culturas), vê a literatura como englobando todas as manifestações intelectuais, não só como cultivo das belas-letas: esta é uma espécie de síntese de sua obra, sobretudo na terceira edição, de 1943, em cinco volumes, organizada com arbitrariedade pelo filho Nelson Romero. Crítico apaixonado, Sílvio emite juízos radicais, na afirmação ou negação: tais juízos marcam-lhe a fisionomia, com o tom polêmico. Muitos deles foram injustiças gritantes e singularidades que não

permaneceram. Tinha um gosto literário duvidoso, descrevia mal, compensando essas faltas com um senso da totalidade do social. Escreveu bastante sobre obras de historiadores, como crítico de literatura, com julgamentos nem sempre criteriosos. Produziu muito: ele mesmo relacionou sua obra, dividindo-a em gêneros: de crítica e história literária, 17 títulos (muitos de grande interesse historiográfico, como *Ensaio de sociologia e literatura*, de 1901, com análises do direito colonial, demografia e outros assuntos, mais de sociologia); de folclore, cinco; de etnografia, quatro; de política e sociologia, sete (dois são eminentemente historiográficos — *A história do Brasil pela biografia de seus heróis*, de 1890, e *O Brasil na primeira década do século XX*, de 1912; se é sem maior importância o primeiro — destina-se às escolas primárias —, o segundo é valioso); de filosofia, três; de poesia, dois. Sem falar nos 17 opúsculos. A relação pode ser ainda ampliada. Nos escritos historiográficos é excessivamente irregular: na coletânea *Provocações e debates*, de 1910, há muitos deles. Em um — “O Duque de Caxias e a integridade do Brasil”, conferência de 1903, dá uma visão convencionalíssima e até banal da trajetória do século XIX; antifederalista, para exaltar a tarefa do militar na repressão das lutas internas ou das guerras externas, chega ao reacionarismo primário e condena todas as rebeldias, da Regência e outras, como simples e infrutíferos levantes, chefiados por desordeiros, em linguagem policalesca. Ingênuo, vê Caxias como “belo tipo de ariano ocidental (...) contra as tendências dispersivas de desagregação tribal de índios e africanos...” Um racista em visão tacanha da trajetória nativa. Já no mesmo livro há outro estudo, “As oligarquias e sua classificação” de 1908, em que a atitude é outra, mais lúcida e compreensiva de problema básico a viciar a República; releva alcance sociológico, embora se perca no palavroso sem objetivo, talvez pelas características de ser um discurso. Outro documento de fina apreensão das mudanças: “Academia Brasileira de Letras” — discurso

de 18 de dezembro de 1906, na recepção de Euclides da Cunha. Instável e contraditório é sabidamente o autor, como coletânea de muitos e diferentes trabalhos confirma.

Em suma, obra múltipla e variada, é altamente meritória, pelo conjunto, pelas inovações, pela amplitude. Sílvio foi o primeiro a ter uma visão da ciência social como totalidade, um precursor da interdisciplinaridade. Sob esse aspecto, em país de inteligências medianas, foi de fato extraordinário.

José Veríssimo nasceu no Pará em 1857 e morreu no Rio, em 1916. Veio para a capital adolescente, freqüentando o Colégio Pedro II e a Escola Politécnica. Voltou à sua província e cedo começa atividade literária, tratando de sua terra, a Amazônia, que lhe deve agudas e belas páginas. De novo no Rio, em 91, em caráter definitivo, dedica-se mais à história literária, interesse iniciado ainda no Pará. Sua obra mais consistente é a série de seis volumes de *Estudos de literatura brasileira*, entre 1901 e 1907. Escreveu admirável *História da literatura brasileira*, editada postumamente, em 1916, criteriosa e contida, na qual se encontram análises de historiadores, em geral corretas. Deixou escritos antropológicos, etnográficos, filológicos; valiosos, datam em geral do início de sua carreira.

Ainda predominantemente ligado à literatura, foi Ronald de Carvalho, autor brilhante, precoce, por vezes temerário. Viveu pouco, de 1893 a 1935, quase sempre no Rio de Janeiro, cidade de seu nascimento e morte. Esteve na Europa por algum tempo, às vésperas da guerra de 1914, mais em Paris; em Portugal participou do intenso movimento literário do grupo *Orfeu*, conhecendo Fernando Pessoa, sua expressão máxima. Publicou livros de poesia com certa repercussão, hoje pouco lidos. Foi simbolista em 1913, depois parnasiano, aderindo em 1922 ao modernismo. Na verdade, não se fixava, talvez por sua formação clássica, erudito e culto. Conversador extraordinário, era figura sedutora, centro de vasto círculo de amigos e admiradores — o

mais alto e melhor da intelectualidade de sua época. Com menos de 26 anos, em 1919, publicou *Pequena história da literatura brasileira*, de êxito extraordinário, com várias edições e até hoje consultado, embora visto como mais brilhante que consistente, mais ligeiro que denso. Viajou mais ainda, pelo Peru, México, Estados Unidos e Cuba. Diplomata, pouco esteve no exterior, na França e na Holanda. Publicou três séries de *Estudos brasileiros*, em 1924 e 31. Como a *Pequena história da literatura*, mais brilho que densidade. Alguns estudos são substanciosos, como o referente à arte, no primeiro volume; todos, porém, são lidos com prazer, pela inteligência e graça do estilo. Consta ter deixado, entre muitos inéditos (dois livros de viagens apareceram postumamente, em 35), uma obra que seria eminentemente historiográfica — *O Império do Brasil e as fronteiras do Prata*. Sob a custódia do Itamarati, não foi publicada até hoje, apesar do prestígio do autor. O título sugere estudo e pesquisa de natureza que não a revelada por ele. Intelectual de êxito, a história não era sua área; o que deixou do gênero não lhe dá lugar de relevo.

Outro importante autor de temas brasileiros foi João Ribeiro, mais dedicado à filologia do que à história. Nascido em Sergipe em 1860 e falecido no Rio em 34, escreveu muito, notadamente sobre temas lingüísticos. Vindo para o Rio em 81, foi funcionário da Biblioteca Nacional e do Colégio Pedro II; aí teve a cadeira de português e lecionou história. Exerceu amplamente o jornalismo, em crônicas de tamanho médio ou pequeno: algumas sobre historiadores, no exercício da crítica literária. Generoso e até bonachão, elogiava sempre, de modo que seus juízos costumam ser precários. O melhor conhecedor de sua obra, Múcio Leão, reuniu esses artigos em um volume — *Historiadores* —, em 1961, no qual há matéria interessante, mas destituída de rigor. João Ribeiro deve figurar em um livro como este por ter escrito o primeiro livro importante de história do Brasil, de natureza didática, para curso superior. Publicou-o em 1900, cau-

sando sensação. As edições se sucedem até hoje. Bom conhecedor da historiografia alemã — era dos mais eminentes germanistas —, trouxe para nós o que havia de melhor no gênero. O texto revela erudição, bom conhecimento de história, excelente distribuição da matéria. Escreveu-o sob o signo da memória de Martius, de 1843, analisada aqui em lugar próprio. Muitas gerações se formaram na leitura de tal compêndio, que vai além do que se pede de textos com esse fim. João Ribeiro, pensando em seus alunos e percebendo a falta de textos, escreveu alguns, como *História Antiga, Oriente e Grécia*, em 1892; em 1900, os três cursos de *História do Brasil*, o principal, evidentemente o dedicado ao ensino superior; em 1918 publicaria a *História universal*. Escreveu muito, com livros de poesia, filologia, história, memórias, crítica. Na sua bibliografia, criteriosamente feita por Múcio Leão, há seis livros de poesia, 15 de filologia (alguns didáticos, para cursos médios), dez de história, três de memórias, nove de crítica, seis de antologias, sete de ensaios (aí estão alguns de seus melhores títulos), quatro de ficção, dois de traduções (entre eles o famoso *Coração*, de Edmundo de Amicis), dois almanaques e dois dicionários. A tarefa de edição de suas obras foi começada, mas não teve continuidade, ao que parece.

O nome de maior eco nos estudos brasileiros no fim do Oitocentos e início do Novecentos — a ser evocado aqui, embora não fosse historiador — é o de Euclides da Cunha. E com toda a justiça, pois publicou um livro considerado dos maiores — senão o maior — de nossa bibliografia. Tem mais obras de alta expressão e foi personalidade dramática, contestadora e solitária, de fim trágico. Se quanto produziu é importante e fonte para elaboração de obras históricas, na verdade não foi um historiador, a não ser episodicamente.

De vida breve — de 1866 a 1909 —, nasceu e morreu no Rio de Janeiro. Estudou na Escola Militar e na Politécnica, adquirindo boa formação científica. Começa a escrever como jor-

nalista, em 1888, em exaltada linha republicana. O movimento messiânico de Canudos iria decidir sua vida. Já em 1897 escreve sobre o assunto, designado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para acompanhar o episódio, com reportagens e artigos. Em agosto de 97 embarca para a Bahia, assistindo, de setembro a outubro, os últimos dias da campanha.

Já no ano seguinte anuncia, no mesmo jornal, um livro sobre o assunto. Passa o ano de 99 em São José do Rio Pardo, como engenheiro, na reconstrução de uma ponte. Passa, principalmente, escrevendo, em folgas e condições adversas, o livro *Os sertões*, mal sabendo que sacudiria a literatura e o país com o texto, só editado em 1902. A repercussão é forte e imediata. Surgia um livro clássico, com características de genialidade.

Obra complexa, tem longa parte de pretensões científicas, na reconstituição do meio e do homem. É de leitura difícil e grandemente superada, pois a ciência ultrapassou seus conhecimentos geográficos ou invalidou seus supostos conhecimentos antropológicos. Já a reconstituição da luta, o drama do sertanejo desamparado, místico e messiânico Antônio Conselheiro, chefe do maior episódio de milenarismo da vida do país (que tem tantos outros), a desigualdade das forças — homens rústicos e desapaarelhados contra as forças da polícia da Bahia e do Exército —, o sacrifício da resistência, a brutalidade da repressão, tudo ia representar em páginas soberbas, das maiores da literatura.

O livro se eterniza como obra de arte, pela visão poderosa, a palavra contundente, o estilo forte e original. O país inteiro, assustado, percebeu a ilusão em que se mantinha, com as tricas da política e certo ar civilizado no litoral; com a denúncia da existência do sertão mais vasto e populoso, sofrido, marginalizado pelo governo. *Os sertões* valem como documento para a história, mas não são historiografia, a não ser na reconstituição da campanha e na rememoração das secas. Euclides, porém, o viu como trabalho de história, e, mais, nas linhas de Tucídides.

Como valem também outros livros publicados depois, à margem dele, como *Canudos (Diário de uma expedição)*, póstumo, de 1939.

Euclides publicou um livro tipicamente de história: *À margem da história*, em 1909. Mais da metade, porém, é constituído de páginas como "Terras sem história" talvez o que de melhor já se escreveu sobre a Amazônia: há pouco de histórico aí, no entanto, e mais de geográfico ou até de visionário. A terceira parte intitula-se "Da Independência à República (esboço político)" apreciável análise histórica, que não chega a nenhuma nota pioneira ou observação notável.

Livro anterior — *Contrastes e confrontos*, de 1907 — é coletânea de muitos estudos, artigos e conferências, sobre vários assuntos, alguns históricos. Publicou ainda *Relatório da comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do rio Purus*, com muito de histórico e mais de geográfico. *Peru versus Bolívia*, de 1907, revela amplo conhecimento de história diplomática, mas a nota geográfica é ainda sobrelevante.

Na edição de sua *Obra completa*, em 1966, com reunião do vasto trabalho jornalístico realizado, os responsáveis organizaram mais títulos ou livros, como *À margem da geografia*, *Outros contrastes e confrontos*, *Retratos e relíquias* (todos com algumas páginas de interesse histórico), mas não conseguiram apresentar novo *À margem da história*. Não haveria matéria para tanto. O estudioso de história do Brasil tem na obra de Euclides fontes para elaboração e mesmo matérias elaboradas, mas se seu nome figura em uma história da historiografia é pela grandeza quase transcendental de seu trabalho máximo e de alguns outros, que não têm no histórico a nota mais forte.

Caso singular no quadro do pensamento, especialmente na historiografia, é o de Manoel Bomfim. O autor nasceu em Sergipe, em 1868, estudou medicina na Bahia e no Rio, foi jornalista e exerceu ampla atividade, no setor particular e no público, na área da educação. Professor, escreveu livros didáticos

alguns em colaboração com Olavo Bilac —, ou sobre o ensino, no qual teve responsabilidades administrativas. Além de estudos médicos e obras didáticas para o primeiro e segundo graus, produziu outros. Não nos interessam aqueles, mas os dedicados a problemas sociais: *A América Latina*, *O Brasil na América*, *O Brasil na história*, *O Brasil nação*. Singulares na bibliografia, tiveram edição precária. Se repercutiram quando do aparecimento, certo não tiveram o eco devido. Depois, o silêncio. Mais de cinquenta anos se passam sobre as edições ou morte do autor — em 1932, no Rio — e há pouco ele começa a despertar interesse da crítica.

Examinem-se brevemente seus títulos principais, procurando-se vê-los sobretudo como obras de história. Começa a série *A América Latina* (males de origem, o parasitismo social e evolução). O prefácio é datado de Paris, de março de 1903, mas apareceu em 1905 (é o único reeditado, em 38). Trata-se de alentada análise do continente, em que se busca, como consta dos subtítulos, a origem dos males que o atormentam, sob o signo do parasitismo. Se o autor pensa no continente, é mais preocupado pelo próprio país. Quer saber dos males de origem para sua superação no presente, ante a perspectiva do futuro e melhor encaminhamento. Já aqui está presente o pedagogo, em busca de soluções, não o simples erudito empenhado em análise supostamente científica.

O mal, a seu ver, está na dominação colonial, que leva ao parasitismo dos dominadores: espoliam, sangram o dominado — o parasitado —, impedindo-lhe o desenvolvimento. A análise está baseada no evolucionismo: o autor escreve no princípio do século, quando esse pensamento tem ainda muito eco entre nós, visto como forma superior de ciência. Bomfim fala demais em organicismo, em fatores biológicos, hereditariedade, degeneração. Denuncia a alienação dos grupos dominantes, fruto de sua falta de sentido do real, excesso de cultura livresca. Daí a falsidade das soluções. Vê o continente dominado por metrópo-

les em processo de decadência, sobretudo o Brasil. Se o português foi pioneiro nos séculos XV e XVI, logo perdeu a vitalidade e o senso criativo, preso a formas retrógradas que ele mesmo superara antes, enquanto partes da Europa conhecem o Renascimento e a Reforma, preparando-se para agentes superiores da Idade Moderna, na qual os iberos perdem terreno, passando a irremediável segundo plano. Sobretudo o Brasil, a contar da Restauração portuguesa em 1640 e do reinado dos Bragança, em cuja dinastia só vê atraso, reação, beatismo, falta de entendimento do real e do melhor. Esta será uma das molas de seu modo de ver, repetida até a exaustão. O Brasil, que se impusera logo no século XVI — afirmativa discutível —, é colonizado por metrópole desgastada. A independência, no começo do Oitocentos, não representa vitória, pois não rompe com o peso do passado, antes o adota e cultua, para sua desgraça. Outra tese do autor, muito repetida aqui e em livros posteriores.

Na sua lusofobia, chega a afirmações duvidosas, como a da inferioridade de Portugal relativamente à Espanha: até Camões é imitação de outros, não tem vigor próprio. Prospectivo, vê a saída na instrução, em tese frouxa, pois não apreende o caráter real do domínio estrangeiro, do imperialismo; vê a dominação de nações, não vê a classe. Privilegia a instrução, o que retira muito da força de sua análise, esquecido do principal. Tem conclusão otimista. Anti-racista, condena a teoria das raças superiores e inferiores. Tem apreço pelo índio, negro, mestiço, atitude que o recomenda, quando o comum era o desentendimento desse problema básico. Veja-se a crítica feita por Sílvia Romero, dedicando livro de certas proporções, com o mesmo título *A América Latina*, em 1906, para rebater Bomfim. Ora, este estava certo, Sílvia equivocado, como o desenvolvimento da ciência comprovou. O anti-racismo de Bomfim aproxima-o do contemporâneo Alberto Torres — como também certa suspeita ante o imigrante —, de quem, quanto ao mais, afasta-se muito: se também é

nacionalista, não é autoritário em política, tem abertura para o socialismo e chega até a algumas de suas formas radicais. Importante a destacar na historiografia de Bomfim: vê o povo, não só as elites, como é comum entre seus colegas de ofício. É um pensamento ousado, com exatidões e equívocos.

Vista a obra no ângulo estritamente historiográfico, deve-se consignar-lhe certa fragilidade. Quem a produziu não é pesquisador, não freqüentou arquivos. Faz interpretações, usa o material divulgado e seu interesse está na leitura que dele faz, quase sempre com originalidade. Tem assim visão vanguardista da trajetória do continente ou do país, amparado em teorias de cientistas sociais europeus — evolucionistas do fim do século passado, lidos com sentido crítico. Dá ouvido a alguns secundários, como Max Nordau. Sua base em historiadores é restrita e passível de reparos: o mais citado, a propósito do mundo ibérico, é Oliveira Martins — só no Brasil há 18 citações de sua obra. Ora, o antropólogo e historiador é mais fascinante que convincente. Há na historiografia portuguesa gente bem mais habilitada que ele para fonte. Oliveira Martins é muito invocado, às vezes com censuras, como na denúncia de seu racismo, de um evolucionismo mal assimilado. Cita Teófilo Braga também. De brasileiros, frei Vicente do Salvador, sempre invocado com elogios. Rocha Pombo é visto como autoridade, como Pereira da Silva e Melo Moraes. Não há citações de fontes: as citações costumam ser confusas, longas, por trechos do autor invocado ou pelo seu resumo, deixando o leitor em dúvida se se trata de citação ou do próprio Bomfim.

O importante é que ele tem agudo senso crítico, fala da necessidade de repensar a história do Brasil, a seu ver mal captada por quase todos os cultores. Denuncia a história oficial terá sido o criador da expressão? —, seu caráter conservador, retrógrado. Em síntese, como historiador dá contribuição apreciável, pela releitura do processo convencional e dos autores,

mas não pesquisa. E nas interpretações, como é regra, pode ser discutido, contestado. Acresce lembrar a importância de um brasileiro escrever sobre a América Latina na primeira década deste século, pois pouco se fazia do gênero, ao qual só hoje se voltam algumas atenções. De fato, as nações latino-americanas se desconheciam e ainda se desconhecem. Seu interesse pelo tema é mais um aspecto de pioneirismo.

Passam-se os anos e Bomfim só volta à história, desta vez mais frontalmente, com *O Brasil na América* (caracterização da formação brasileira). Escrito em 25 (o prefácio é de julho), indo à impressão em setembro de 27, só é editado em 29. A dedicatória é esclarecedora do seu pensamento, aqui e nos livros posteriores: "À memória de frei Vicente de Salvador, primeiro definidor da tradição brasileira" A temática anterior reaparece, com mais profunda fixação no caso brasileiro, o que lhe aumenta o interesse. Trata da colonização, do século XVI à independência, reafirmando a análise anterior, com aprofundamento e pormenores. Há relativa atenuação das teses, em certos pontos menos extremadas: no julgamento do esforço dos jesuítas ou da Igreja em geral; se continua lusófono, reconhece traços positivos na colonização. O maior estudo da realidade leva a conhecimento mais compreensivo, quando antes pensava mais em modelos teóricos, nem sempre aplicados com critério, mas com certo mecanicismo, como é comum em quem sabe mais de teoria que de fatos. Um dos méritos do volume é o relacionamento do Brasil com a América, já patente no livro anterior, expressivamente chamado *A América Latina*. Realça-se aqui o trabalho do índio, ao qual se atribuem as grandes conquistas de nacionalidade. É entranhado o seu brasileirismo. Bomfim é o historiador patricio que mais destacou esse aspecto do processo social, com insistência e justeza, ante os preconceitos lusitanizantes de seus colegas de ofício. O texto tem boa estrutura e é mais composto e rico. O autor depurara seus instrumentos de trabalho e expressão, embora se ressentindo ainda de falta de ri-

gor: tal como o de 1903, ganharia em ser mais enxuto. Bomfim se perde pela prolixidade, que atrapalha a compreensão, em vez de ajudá-la.

Bem mais digno de nota é *O Brasil na história* (deturpação das tradições, degradação política). O prefácio é datado do Rio, outubro de 1926; dado a imprimir em 29, aparece na capa com a data de 31 e na folha de rosto com a de 30. As teses anteriores são aí reforçadas, adquirem contundência: a condenação do processo colonial pela metrópole decadente, reacionária, dirigida pela dinastia bragantina. O Brasil que se estiola e tem suas qualidades degeneradas. A independência é vista como a consolidação do retrocesso, pela presença da Corte no Rio desde 1808, que degrada a nação e deixa um príncipe como o beneficiado de falsa independência, pois continua a subjugação; os donos da ordem são os velhos delegados da decrepitude bragantina. A jovem nação herda máquina emperrada, cada vez pior nos reinados de d. Pedro I e do filho. Realce-se no texto a frustração do povo e dos verdadeiros patriotas. Estes não têm lugar, pois tudo vai para os continuadores do domínio colonial. Bomfim destaca até mesmo a deturpação da tradição: o melhor é ocultado. Realça sobretudo a revolução de 1817, na qual reconhece o verdadeiro país e patriotismo, subjugada pela violência e falseada pela historiografia oficial. O livro é mesmo dedicado aos "heróis e mártires de 6 de março de 1817 — homenagem brasileira e livre" Justa reivindicação, lembre-se que o autor, aqui como em textos anteriores, revela e exalta as contestações ao português.

Sua reconstituição histórica nem sempre é a melhor emboabas e mascates, se lhe merecem atenção, podiam ter análises superiores. Fala pouco dos baianos de 1798 — soldados ou alfaiates. Menospreza a conjuração mineira de 1789, referindo-se a ela, pelo menos quatro vezes, como movimento de poetas. Trata Tiradentes com desdém: "a conspiração de Vila Rica, no entusiasmo fácil de poetas e jactância simplória de Tiradentes,

parece-nos de somenos importância" Refere-se ao "pobre homem de São João Del-Rei (...)" Ele e o movimento são coisas menores, tão menores que o governo não se preocupa tanto em ocultá-los, o que é falso, pois o movimento mineiro foi abafado ao longo dos governos bragantinos. Como se vê, o autor também incide em preconceitos e restrições pouco recomendáveis. Ou afirmativas duvidosas: por exemplo, no capítulo "Deturpações e insuficiências" desenvolve a idéia de que "o Brasil modelou a América" ou apresenta o país como "indefectível defensor do continente" — idéias não comprovadas. Outro ponto: acredita em caráter brasileiro, coisa comum na época, hoje condenada como história psicologizante: o capítulo com o título "O caráter brasileiro" desdobra-se em subtítulos, entre os quais os traços infalíveis de "pacífico e dútil" "a tranqüila bondade" e outros preconceitos populares encampados até por cientistas. Continua a denunciar a história oficial, o que é um bem, em alerta a ser tido em conta. Aqui também não há pesquisa na fonte: pior é o autor amparar-se em autoridades débeis — Max Nordau e Blasco Ibañez, por exemplo — invocar demais Oliveira Martins, Carlos Maul, Antônio Torres, Assis Cintra, como o faz também com Southey, Capistrano, Paulo Prado, Alcântara Machado e frei Vicente, em confusão de valores.

Este livro é fundamental no conjunto de Bomfim, sobretudo pela primeira parte, "Deturpação das tradições": destaque-se o capítulo "Os que fizeram a história do Brasil". Este é estudo de historiografia, com seus títulos "História para o trono" "Some-se a História de frei Vicente" (recorde-se a já citada dedicatória do volume anterior a frei Vicente, "primeiro definidor da tradição brasileira"), "Da história geral do Brasil" (a mais virulenta catilinária contra Varnhagen), "Os sub-Varnhagen" e "História pela República". Estudo provocativo, com muitas injustiças e até erros: certo, Varnhagen foi um áulico, mas deixou obra importante, básica, pelo trabalho, pela pesquisa, pela estrutura,

como se viu antes. Fala depois dos sub-Varnhagen, arrolando Pereira da Silva, Fernandes Pinheiro, Macedo, Moreira de Azevedo. Chega à República, e fustiga Oliveira Lima, Euclides da Cunha, para exaltar Capistrano de Abreu e João Ribeiro, em julgamentos às vezes esdrúxulos.

A segunda parte — “Trama e infecção” — repete muito o já dito em livros anteriores, espichando desnecessariamente o volume. O texto ganharia em ser enxuto e mais comedido. O certo, porém, é que nesse relativo descomedimento está o interesse de Bomfim, cuja obra se impõe exatamente pela denúncia, contundência, a ser tida em conta para fugir ao convencionalismo e ao conservantismo da quase totalidade de nossa produção.

Também importante é o mais alentado dos livros, *O Brasil Nação* (realidade da soberania brasileira), em dois volumes, redigido em 28 e editado em 31. O autor progrediu muito no breve tempo entre o anterior e este. Se não perde a prolixidade, tem melhor estilo e é bem mais pensado nas idéias, chegando ao radicalismo. Se antes pensava em superar os males pela instrução, agora está convencido da necessidade da revolução. Não pensa mais em regenerar o país, mas tudo espera da explosão revolucionária. Fala muito em nação, mas já percebe a luta de classes e vê aí o eixo de tudo. Quer uma revolução, coisa nunca havida no país, que só conhecera mudanças de cúpula, quarteladas. Agora quer a “conquista do poder por uma classe que nunca o ocupara”. Fala em capitalismo e sua espoliação. Já não é mais o parasitismo de *A América Latina*, mas algo avançado e consistente.

O autor toma conhecimento da revolução russa, apreciando-a. Lê algo de Marx: não terá sido uma leitura apurada ou profunda, mas capta o não captado pelos contemporâneos e conterrâneos. Se algumas das citações do teórico do socialismo são banalidades, outras revelam justa apreensão. Ao lado de afirma-

tiva sem força, como “não há, na história, vitória revolucionária que não seja vitória de um ideal”, que poderia ser de um articulista qualquer, há citações a denotar correto entendimento do revolucionarismo marxista. E vem o essencial, como: “quando, há decênios, já eram conhecidas as concepções de Karl Marx, esses aspectos político-sociais não existem, no entanto, para os revolucionários que pregaram a República brasileira”. Bomfim amadurecera, não espera a salvação pela instrução, mas pela luta do povo. Reconhece não haver possível conciliação entre as classes. Em dois escritos de conclusão do livro — “Por fim...”, datado de março de 28, e sobretudo o posfácio, de agosto de 31 — há afirmativas radicais: “o remédio para o caso brasileiro está na revolução...” E estuda com sentido sociológico o que é uma revolução, coisa que nunca se conhecera entre nós. Vê a República com desencanto. Não crê em uma revolução à maneira russa, a seu ver inadaptável a nosso país, mas em algo do tipo da mexicana.

É curioso verificar como autor tão instigante e provocativo ficasse em segundo plano, pouco conhecido. Vamireh Chacon na *História das idéias socialistas no Brasil*, de 1965, concedeu-lhe destaque e elogios, perguntando: “Por que não se fala neste Manoel Bomfim?” E responde: “(...) o filiteísmo reacionário, e seu irmão, o filiteísmo pseudo-revolucionário fazem questão em escondê-lo. (...) Muito mais eficiente é o silêncio, que caiu sobre sua pessoa e sua mensagem, desde quando notaram ser ela perigosa para os bem-pensantes”. Souberam evitá-lo e escondê-lo os amigos da versão tradicional, lusófila e monarquista, conservadora. Outro a estranhar o caso é Dante Moreira Leite, em *O caráter nacional brasileiro*, de 1969: supõe ver a causa na sua pouca objetividade e largo sentimentalismo, bem como no seu pioneirismo em relação ao tempo.

O melhor estudo é o recente *História e dependência — cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, de Flora Süssekind e Roberto Ventura, de 1984. Para eles,

não é pelo rigor teórico que se diferencia a produção de Bomfim da de seus contemporâneos, mas pela perspectiva crítica. (...) O texto de Bomfim se inscreve no panorama intelectual que lhe é contemporâneo como contradiscurso; discurso crítico que se elabora no interior do próprio discurso ideológico dominante, como o seu "negativo", a sua "contradição"

Realce-se ainda no trabalho a excelente antologia, colocando Bomfim ao alcance dos desejosos de sua leitura — que não é fácil, além de seus livros serem de acesso difícil. Fazia falta volume como esse, pela análise inteligente e uso de critérios modernos de crítica; pena sejam antes literários que historiográficos. A antologia é notável, relegando definitivamente a segundo plano a única até agora existente — a constante do livro *O Brasil*, de 1935, dado como de Bomfim, feita por Carlos Maul, que nem dá as fontes dos textos.

Bomfim negou a visão da história oficial, quis fazer a sua, mas não a sistematizou; poder-se-ia mesmo afirmar não poder ir a tanto, pela falta de domínio maior do assunto. Teve *insights* admiráveis, mas não conhecimento para elaborar com coerência e rigor a visão da qual tinha vislumbres, não a abrangência do conjunto. Deu contribuição à historiografia, mas não podia fazer mais.

Como última nota, consigne-se Bomfim mais como pensador social que historiador. Não era dado a pesquisas de arquivos. Não conhecia documentos impressos, já existentes em número apreciável em sua época. Mesmo da produção elaborada tinha conhecimento lacunoso. Dispunha, no entanto, de instrumental teórico que lhe possibilitava melhor visão do processo. Com esse domínio, leituras, sentido crítico, sensibilidade e intuição, pôde construir obra que lhe assegura lugar na ciência social e mesmo na historiografia do país. Se lhe dedicamos espaço maior aqui é pelo fato de ser desconhecido ou negado, por preconceitos conservadores ou apego às idéias feitas, aos modelos estabelecidos, dos quais escapou por superioridade intelectual digna de reverência.

João Pandiá Calógeras, conhecido político mineiro, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1870, de origem grega e francesa. Estudou na Escola de Minas, em Ouro Preto, formando-se em 1890. Seria engenheiro, geólogo e mineralogista, mas também político — deputado federal várias vezes, ministro da Agricultura, Fazenda e Guerra — jornalista, diplomata, escritor. Nessa atividade dedicou-se sobretudo à história, à qual deu contribuição significativa. Escreveu também livros como *Problemas de administração* (em 1918, mas publicado em 33), *Problemas de governo*, em 1918, além de muitos estudos de natureza técnica em sua especialidade e do texto místico-religioso *Ascensões d'alma*, póstumo, de 34.

De sua produção historiográfica destacam-se seis títulos. O mais significativo é o primeiro, *As minas do Brasil e sua legislação*, em três volumes, de 1904 e 1905. Contribuiu para o êxito o conhecimento profundo da matéria do ângulo técnico e dos aspectos jurídicos. Só o longo preparo permitiu sua elaboração em prazo rápido, como parecer na Câmara dos Deputados, na discussão do encaminhamento do problema da riqueza do subsolo. Como se sabe, o Brasil tinha a tradição de distinguir a propriedade do solo da do subsolo: esta pertencia ao Estado, na Colônia e no Império. Já na República a matéria não foi devidamente colocada na Constituição, gerando dificuldades para o legislador. Daí as tentativas de regulamentação, todas sem resultado, em busca de um Código de Minas (que só viria em 1934). Calógeras, como deputado mineiro e técnico, não podia ficar ausente, colaborando de modo decisivo com projetos, análise em plenário e comissões, discursos. O principal é o parecer, publicado em três volumes, em 1.681 páginas: o primeiro sobre ouro, diamantes e pedras coradas; o segundo sobre ferro, manganês e outros; o terceiro sobre legislação. Deve ser a maior contribuição de um parlamentar dada de uma só vez no Congresso brasileiro. Não é um parecer comum, mas profundo e minucioso.

so estudo de problema básico para o desenvolvimento industrial. É notável obra historiográfica — a maior do autor. Mais que texto de ocasião, é texto definitivo. De imensa leitura, pesquisador de arquivos, era amigo dileto de Capistrano de Abreu, que lhe terá dado ajuda.

A historiografia deve ainda a Calógeras mais títulos: *A política monetária do Brasil* apareceu em 1910, em francês. Escrito a pedido de Rio Branco para a Quarta Conferência Pan-americana, em Buenos Aires, consumiu-lhe três meses de intenso labor. É importante obra de história econômica, especialidade pouco cultivada até então (aí também inscreve-se o livro antes analisado). Só Calógeras podia escrevê-lo — como se pode dizer também do título anterior —, sobretudo nas condições de urgências em que o fez. O conhecimento de economia e finanças e a erudição histórica o haviam preparado convenientemente. A primeira parte é sobre o período imperial, em 12 capítulos; a segunda, bem mais desenvolvida, examina o período republicano. Texto básico na historiografia econômica, então indigente, exprimia o pensamento liberal de quem só acredita na economia clássica, tem horror à emissão de moedas, a títulos, à inflação, à dívida externa, às intervenções do Estado, ao desequilíbrio orçamentário. Só foi editado em português em 1960. Tornou-se uma espécie de breviário da economia ortodoxa, sempre cultivada entre nós, não obstante seus resultados negativos.

Outro título é *A política exterior do Império*. Sempre afeiçoado ao Ministério das Relações Exteriores, amigo de Rio Branco, Calógeras discutia os assuntos de sua política na Câmara, sobretudo o orçamento, em que era a maior autoridade. Escreveu o trabalho para participar das comemorações do centenário de d. Pedro II, em 1926, convocado pelo Instituto Histórico. Cabia-lhe tratar do período de 1850 a 57. Imaginara a obra em 1918, quando começou a pesquisa. Frequentou o Arquivo do Itamarati como se fosse funcionário da casa. Fez mais do que pensava a

princípio, publicando o primeiro volume em 1927, dedicado às origens — dos primeiros tempos à Independência; o segundo, sobre o Primeiro Reinado, é de 28; o terceiro, da Regência à queda de Rosas, é de 33. Pensava em chegar à República, mas não conseguiu, pois morreu em 1934. É nessa obra de história diplomática, de muita abrangência que mais aparece seu pensamento conservador, temeroso do povo, como se vê nas referências às lutas da Regência, cujo sentido social não podia entender.

Ligado à temática do livro citado é *O marquês de Barbacena*, de 1932. Felisberto Caldeira Brant Pontes, o marquês, é mesmo figura sedutora. O volume é de leitura agradável, mas tem lugar de segundo plano na produção de Calógeras.

Outro título significativo é *Formação histórica do Brasil*, editado em 1930 e sempre reeditado. Se todo autor deseja uma obra de síntese, este é o seu momento. Da realização, destaque-se o tratamento erudito; destaque-se, sobretudo, o plano geral, a compreensão de longa trajetória. O certo, porém, é que não inova, não acrescenta nenhum enfoque particular, mas é, nas grandes linhas, correto, significando na época boa introdução ao conhecimento do processo nacional. A imagem transmitida é a consagrada, no sentido conservador típico de quem escreveu, com preconceitos racistas e outros, comum aos liberais ortodoxos, no fundo pouco liberais em seu elitismo. Padeceu de certa nostalgia da monarquia. Feito para divulgação, especialmente para estrangeiros, resultou de uma série de conferências no Instituto Histórico, em 29. A tradução para o inglês foi muito divulgada, como síntese pedida por desejosos de saber do Brasil.

Lembre-se, por último, *Estudos históricos e políticos (Res nostra)*, também de 30. É reunião de 35 escritos diversos, como artigos de jornal e revistas, conferências, dos quais dez são eminentemente de natureza histórica, sem falar que os outros, sobre religião, moral, política externa, educação, economia e finanças, têm muito a ver com a história.

Calógeras foi autor criterioso, em geral exato nas informações e análises. Inscreve-se bem na linha tradicional da historiografia nativa, conservadora e até reacionária, embora se proclamasse liberal em economia. Como escritor, nem sempre é correto (parece que sabia mais francês, língua de expressão de suas páginas íntimas), não se distinguindo pela fluência ou forma literária. Homem público notável, foi historiador eficiente e deixou pelo menos um livro básico — *As minas do Brasil e sua legislação*. Integra, a seu modo, a linha dos escritores que só tiveram o Brasil como tema, como, por exemplo, Alberto Torres e Manoel Bomfim, dos quais às vezes se afastava muito, sobretudo do segundo, de visão radical, na verdade um anti-Calógeras. Vendo sua obra em conjunto tem-se de consignar ser digna de consideração.

Merece referência especial Tobias Monteiro, pela singularidade de sua obra. Pesquisador criterioso, não só em fontes secundárias como primárias, tinha o gosto da reconstituição em pormenores, detendo-se mesmo em elementos irrelevantes. Apegava-se a fatos e figuras, descrevendo-os com minúcias que lembram a narrativa ficcional de um Thomas Mann e às vezes as crônicas do princípio do século XIX. Para ficar ainda no domínio de ficção, seja realçado seu gosto pelo enredo, que o levou a comprazer-se em aspectos de mínimo significado do processo social: vejam-se os retratos de figuras como Carlota Joaquina, d. João VI, d. Pedro I e outros. A vida íntima de tais personagens o atraía, a elas dedicando páginas e capítulos que mais parecem romances, com apego até excessivo à *petite histoire*, não recusando mesmo a atenção — antes fixando-a com prazer — aos amores ou erotismo, com verdadeiro deleite, que chega a comprometer seus livros principais pelo apelo ao escândalo, como se, pelo sensacionalismo, procurasse despertar os leitores. Tinha entendimento do processo político, mais pelas intrigas da luta pelo poder, absorvendo-se muito nos aspectos diplomáticos. O social na sua essência, bem como o econômico até em sua

natureza mais evidente, diziam-lhe pouco. Por certo faltou-lhe compreensão mais abrangente e profunda da dinâmica da sociedade, que lhe compromete a obra. Compensa as faltas com certo rigor na pesquisa do factual e na reconstituição de ambientes, homens e acontecimentos, em que é forte. Demais, fazia-o com certo gosto literário, que dá à sua escrita superioridade relativamente à maior parte dos colegas de ofício.

Tobias começou — sem falar em publicações menores, folhetos ou artigos de jornal — com *Pesquisas e depoimentos para a história*, em 1913, no qual reúne ensaios, às vezes bem desenvolvidos, sobre momentos do Império, como a lei do Ventre Livre, a eleição direta, o abolicionismo, a questão militar, ou sobre a instituição da República, com o relato do banimento da família imperial — embarque, viagem, doação de recursos —, o 23 de novembro e o golpe de Deodoro, com a dissolução do Congresso. Para esses estudos valeu-se não só da bibliografia, mas de muitos depoimentos de protagonistas, que lhe deram a versão do que viveram, como se deu com entrevistas com João Alfredo, o visconde de Ouro Preto, o barão de Lucena, o general Mallet, Serzedelo Correia, Francisco Glicério, o general Cunha Matos, os comandantes José Carlos Palmeira e José Maria Pessoa. Essas entrevistas ou depoimentos aumentam o valor do livro, feito não só de pesquisas em documentos ou na bibliografia. Aparece aí certo acento de saudosismo monarquista, como o preconceito racista ao falar de Patrocínio: “era mameluco e se porventura tinha todos os defeitos daquela origem próxima, possuía entretanto em alto grau grandes qualidades de inteligência humana”, como está em *A evolução abolicionista*.

Pouco depois, em 1917, publicava *Funcionários e doutores*, breve mas inteligente estudo de aspecto fundamental da realidade: a atração do título de doutor, o empenho pelo diploma consagrador de profissões como a de advogado, médico e engenheiro — gente que não trabalha com as mãos, eco do estigma do

sistema escravo — em detrimento do comércio e atividades manuais, como de profissões como a de agrônomo e outras. Eram titulados sem operacionalidade, a se refugiarem no funcionalismo, inchando o quadro burocrático e inútil. O livro revela acuidade sociológica e política, que valoriza muito o autor, pois então não se compraz em reconstituir o passado, mas na análise da realidade objetiva, alcançada pelo conhecimento histórico. O tão proclamado mal do funcionalismo inoperante tem aí um de seus exames mais agudos.

A obra mais importante de Tobias Monteiro é a *História do Império*, iniciada em 1927 com *A elaboração da independência*, alentado volume de 869 páginas. Em 35 capítulos, faz o estudo da política da vinda da Corte, educação do príncipe d. Pedro, personalidade de d. João VI, sua volta para Portugal, a política metropolitana relativamente ao Brasil; a regência de d. Pedro, de 1821 à independência, com os problemas das províncias, a difícil união, o 7 de setembro, o custoso apoio das unidades contrárias à separação, as vicissitudes administrativas, os Andrada, a Constituinte até a dissolução, o Brasil unido em torno de d. Pedro I. Entra-se pois no Primeiro Reinado. Temas já tratados por outros, Tobias lhes dá contribuições originais, pelas pesquisas em arquivos brasileiros e estrangeiros. Encontram-se aí muitas das virtudes e cacoetes do historiador: a minúcia excessiva, a crônica de alcova, em capítulos que lhe alimentam o gosto pelo gênero, como se dá com a educação do príncipe, o meio em que se faz, o casamento em Viena, por procuração, em 1817 — não trata, contudo, da importante revolução de 1817 em Pernambuco —, a vinda de d. Leopoldina e suas peculiaridades, a sensualidade exacerbada do Imperador. O crítico é quase tentado a fazer uma análise freudiana — fácil e vulgar, é claro —, tão insistente é a nota. Se o texto chega a descambar para o pormenor desnecessário, há muito de objetivo em matéria de história diplomática, a política de 1821 a 1823, méritos e deméritos da

Constituinte. Um livro importante, que podia ser menor se não fosse o factualismo exagerado do autor, já na plenitude de seus dons. José Honório Rodrigues, quem mais conhece o assunto hoje, escreve ser “a melhor história da independência, apesar de faltar-lhe o estudo da base econômica e social”.

Tobias Monteiro prometia em 1927 uma *História do Império*: ao volume referido seguir-se-iam outros, sobre o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado. Só escreveria mais um, relativo ao Primeiro Reinado. Como a anterior, é obra alentada, em dois volumes, perfazendo 822 páginas e cinquenta capítulos. Vai da Constituição outorgada ao 7 de abril de 1831, cobrindo praticamente tudo de importante ao longo desses anos decisivos de construção do novo Estado. Os traços positivos e negativos, já vistos antes, aparecem reforçados nesta obra, cujo primeiro volume é de 1939, datando o segundo de 46. O autor usa como epígrafe palavras de Sainte Beuve, capazes de explicar a minúcia até prejudicial à exposição: “O demônio da exatidão é aperreador como nenhum outro. Dele só me livro, quando os pobres volumes já estão impressos; irei ao fim do mundo em busca de uma minúcia, como um geólogo maníaco atrás de um calhaus.” A obra deteve-se em 1831, pois não se publicaram as partes referentes à Regência e ao Segundo Reinado. Lamenta-se, mas o fato é que uma história até 1889, nos moldes da feita até aí, consumiria seguramente mais, no mínimo, seis volumes, com muitos anos de labor.

Tobias Monteiro publicou ainda *O presidente Campos Sales na Europa*, volume com as cartas que estampou no *Jornal do Comércio*, entre maio e agosto de 1898. Essas e mais uma, de 1900, apareceram em volume em 1900, de “edição e venda restritas”. Mais um depoimento para a história que história. Foram reeditadas em 1928, com uma introdução de 86 páginas, na qual se faz a história da República, de 1889 até a eleição de Campos Sales: só esta parte é de natureza historiográfica. O presidente foi à Europa, inaugurando prática muito seguida depois, sobretudo em

nossos dias. Foi para negociar empréstimos com os banqueiros europeus, dos quais o Brasil estava dependendo em situação financeira difícil, vinda com o primeiro empréstimo, logo no começo da vida nacional, em série nunca detida. As negociações que o presidente eleito fará vão marcar o seu governo, com uma nota já largamente examinada e por vezes censurada. As cartas são excessivamente discretas e nada adiantam de substancial sobre as negociações financeiras de Londres. A impressão que deixam da viagem é ter sido esta mais de cordialidade, ou simples passeio. Os acordos financeiros não foram negociados então, mas antes ou depois, em outro cenário e com outros protagonistas. Na introdução, Tobias fala com excessivo entusiasmo do governo de Campos Sales, ao qual serviu com dedicação. É um estudo convencional, depois muito repetido por quantos cuidaram do período. O volume contém ainda discursos de Campos Sales, em diferentes oportunidades. A matéria do livro, além da longa introdução de 1928, de natureza historiográfica, é constituída pelas cartas do jornalista, espécie de crônica de viagem, amena e recreativa, com impressões de Portugal, França, Inglaterra, Escócia, Alemanha, Áustria-Hungria, Itália. A leitura é instrutiva e agradável, pois o autor é inteligente, culto, requintado no gosto, com alto sentido de observação e dotes de escritor.

Pouco se escreveu até hoje sobre Tobias Monteiro. Era do Rio Grande do Norte e viveu de 1866 a 1952, quando morreu em Petrópolis. Exilado em Buenos Aires no governo de Floriano Peixoto. Foi jornalista, atuou como secretário particular de Campos Sales, elegeu-se senador em 1921, pelo Rio Grande do Norte. Pesquisador incansável, trabalhou muito no Arquivo Imperial do Castelo D'Eu. Contou com muitos auxiliares, sabia organizar seu tempo e tarefas: na Europa, onde esteve algumas vezes, teve a ajuda de Alberto Rangel (que tinha como ele o gosto da história de intimidades); no Rio, a preciosa assistência de Rodolfo Garcia, profundo conhecedor da história nacional e

suas fontes. Contou ainda com a colaboração de jovens pesquisadores, que depois se afirmariam em obras próprias, como Américo Jacobina e Lourenço Lacombe, Hélio Viana e outros. Teve amplo conhecimento de arquivos europeus, mais os franceses e os austríacos. O conhecimento dos arquivos nacionais era incompleto. Usou bastante da correspondência diplomática e textos de viajantes.

O gosto da *petite histoire*, até escandalosa às vezes, não lhe deu popularidade: nunca a cortejou, diga-se a seu crédito. Fazia-o por temperamento, apenas. Homem importante, não era nada promocional, de modo que pouco aparecia e pouco se sabe sobre ele. Oliveira Lima nas *Memórias* censurou-o bastante por essa história de intimidades, negando que tais aspectos tivessem significado maior: teriam algum em d. Pedro I, mas pequeno em d. João VI e nulo em d. Pedro II. Nas *Memórias* fala na "pressurosa lascívia" do historiador, no "cronista complacente de supostos vícios" produzindo "livros que quis literários e ficaram sendo apenas pornográficos". Em juízo severo, chega mesmo a falar em "alma de um criado de quarto".

De feitio conservador, como se vê em ranços monarquistas e racistas, na falta do mínimo de compreensão do povo (daí não ter sido mais completo no caso da Confederação do Equador, que tão bem estudou), explicáveis mas não defensáveis em homem refinado e quase aristocrata, rico e distante, quase misantropo. Impôs-se pela obra, pela faina pesquisadora, que o levava a devorar documentos e livros (lembre-se a epígrafe de Sainte Beuve), a conversar com protagonistas de episódios relevantes, que entrevistou em todas as oportunidades. Impôs-se também por qualidades de escritor. Compensava assim a falta de visão do conjunto, uma teoria para o trabalho, certa insensibilidade para o social e o econômico. É importante destacar que Tobias Monteiro prova ser possível fazer historiografia valiosa mesmo com a metodologia antiquada. Lamenta-se não se tenha posto

em dia com o que era a sua ciência na época em que produziu. É pouco conhecido, suas obras não foram reeditadas. Não teve ainda, enfim, a atenção que merece. Daí o realce que se lhe concede aqui.

Tema só intensamente explorado neste século é o do devassamento ou ocupação do território. O português custou a deixar o litoral, penetrando pelo sertão. Sabe-se da pobreza da bibliografia dos séculos anteriores a respeito, em contraste com a rica documentação deixada pelo colonizador espanhol. O chamado bandeirante era pobre e analfabeto, não cuidou de registrar seus feitos: não só por não saber escrever, como talvez por não considerar significativo o esforço na caça ao índio para reduzi-lo ao trabalho, no que entra em choque com os espanhóis no sul, bem como depois na busca de ouro e pedras preciosas ou na guerra aos índios ou aos negros, convocado pelo administrador português, ante a eficácia de sua ferocidade na ação. A bibliografia do bandeirismo é ampla, apesar de tudo, tendo sido estudada com acuidade por Alice Canabrava, em 1949. Muito dessa bibliografia é irrelevante, pela preocupação excessiva com pioneirismo de chegada de tal ou qual figura, roteiro seguido. Como diz a conhecedora do assunto, "questiúnculas estereis ou fatos de importância remota. Exemplo: os de reconstrução de itinerários, que constituem antes mostras de erudição do que propriamente trabalho profícuo de reconstrução histórica"

O estudo das bandeiras precisava ser feito, pois o país não era só o litoral, mas, sobretudo, o sertão. Capistrano de Abreu compreendeu-o bem em seus *Capítulos de história colonial*, de 1907. Estudava-o longamente em artigos desde 1884, reunidos no volume póstumo *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, de 1930. Gente como Diogo de Vasconcelos ou Calógeras, entre outros, entendeu a necessidade de trabalhar nesse sentido.

O esforço maior foi desenvolvido por Afonso de E. Taunay, autor de obra imensa e representativa de mentalidade mais es-

forçada que lúcida. Coube-lhe pesquisar intensamente não só nos arquivos brasileiros, mas também nos espanhóis, que deram maior dimensão a quanto produziu. Taunay escreveu dezenas de títulos, em labor infatigável. Basta que se lembre algumas linhas seguidas, desde o livro de 1916 — *Nicolau Antônio Taunay: documentos sobre sua vida e sua obra* (sua estréia deu-se em 1910, com o romance histórico *Leonor de Ávila*). E os escritos se multiplicam, em vários livros sobre a história da vila de São Paulo, sobre São Paulo, além das edições que promoveu de obras de outros sobre os mesmos assuntos, como a de frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques, sem falar em outros de tema diverso, como Antonil, de cujo livro foi o primeiro editor criterioso, em 1923, ou Bartolomeu de Gusmão; sobre viajantes estrangeiros em São Paulo, no Rio, Minas, Bahia. Escreveu biografias: além da já citada, Pedro Taques e Bartolomeu Pais de Abreu, em 23; Bartolomeu de Gusmão, em 38 e 42; Fernão Dias Pais, em 55.

O principal de sua obra está em dois grandes empreendimentos: a *História geral das bandeiras paulistas*, em 11 volumes, entre 1924 e 50, e *História do café no Brasil*, em 15 volumes, entre 1939 e 43. Faltava-lhe o sentido de síntese, de modo que falava de quanto achava, sem seleção ou interpretação. A dedicada ao café é mais alongada, com simples transcrição de documentos, às vezes relatórios de dezenas de páginas. O próprio autor percebeu o equívoco, publicando em 45 *Pequena história do café*, volume alentado de centenas de páginas. Tanto a das bandeiras como a do café perfazem milhares de páginas, pois todos os volumes são excessivamente grandes. Como resultado, produziu obra que não se lê, pela falta de método e de mínimo critério seletivo. Pena, pois Taunay trabalhou muito e essas obras têm o mérito de estudar esforços coletivos, ambiciosos, como as bandeiras, não só em sua nominata, caminhos ou datas, mas no afã devassador de terras por multidões anônimas. Faltou-lhe a síntese, não distinguia o essencial do acessório. Demais, por não dispor de mé-

tudo nem rigor, quase não citava as fontes, ou o fazia de modo impreciso. Frequentemente o leitor fica em dúvida se lê palavras do autor ou transcrição de documento, como se dá mais acentuadamente na obra sobre o café.

Taunay escreveu ainda trabalhos interessantes sobre a escravidão, como *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, em 1941. Aí, como em outros textos, não primava pelo cuidado na transcrição, interpretava às vezes erradamente os documentos, por leitura apressada ou até por falta de domínio do assunto. Deixou dezenas de prefácios, sem falar em caudalosos artigos no *Jornal do Comércio* e em revistas do Instituto Histórico e de institutos históricos estaduais, ou nos *Anais do Museu Paulista*. Edição de suas obras completas exigiria pelo menos cem volumes. Lembrem-se ainda escritos sobre artistas, obras de arte, com biografias ou históricos de cidades. Dedicou-se também ao estudo dos dicionários, enveredando pela filologia. Quando editou *A grande vida de Fernão Dias Pais*, em 1955, apresentou relação de volumes editados: ficção — um título; história do Brasil — 93; da arte, ciência e literatura no Brasil — nove; lingüística — oito; assuntos científicos — dois; edições comentadas — dez; traduções — quatro. Informava ainda ter no prelo três títulos e já preparados para o prelo, sete. Deve ter sido dos escritores mais operosos do país.

O certo é que realizou obra a ser considerada: seria o caso de falar de situação em que a quantidade vem a significar qualidade. É que ele fornece considerável massa de informações, enriquecendo, como poucos, o conhecimento factual da trajetória nativa. Foi muito ajudado por Capistrano, que lhe deu conselhos preciosos, nem sempre seguidos. Eram, aliás, duas personalidades bem diferentes: Capistrano, contido, pouco publicou; Taunay, prolífico, publicou demais. Não tinha o rigor do amigo cearense, nem a sua lucidez. Era afoito no trabalho. Não tinha método seguro nem sua formação teórica, conhecedor de economia, antropologia ou sociologia, que lhe embasavam superior-

mente os trabalhos. Taunay não estava em consonância com a sua época, eis tudo, praticando uma historiografia quase sempre obsoleta, que já nascia velha.

Afonso de E. Taunay nasceu em Santa Catarina, em 1876, quando o pai, o romancista e político visconde de Taunay, aí foi governador da província. Estudou engenharia no Rio, foi professor na Escola Politécnica, mas empenhou-se mesmo em estudos de história, matéria da qual foi professor na Faculdade de Filosofia de São Paulo. Catarinense de berço, ninguém foi mais paulista que este descendente de franceses. Morreu em São Paulo, em 1958.

Na bibliografia bandeirante devem ser assinalados ainda: Capistrano de Abreu, com *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, reunião de estudos divulgados em revistas, aparecidos em livro em 1930. As partes foram editadas ao longo dos anos, desde 1884. O mais importante é o que dá nome ao livro, aparecido em 1899, em três artigos do *Jornal do Comércio*, e de novo, bem ampliados, em *América Brasil*, em 1924. Basílio de Magalhães, mineiro operoso, com *Expansão geográfica do Brasil colonial*, espécie de síntese, tentativa abrangente de marcar todos os movimentos de penetração. Foi memória ao I Congresso de História Nacional, em 1914, muito ampliado em livro de 1935. Outro benemérito, mais criterioso, foi o português Jaime Cortesão, editor de importantes volumes de documentos e obras elaboradas, como *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, em 1958.

Historiador incansável e erudito foi Rodolfo Garcia, que se dedicou também a estudos lingüísticos. Nascido no Rio Grande do Norte, em 1873, estudou na Faculdade de Direito de Recife, mas se empenhou sobretudo na história. Morreu no Rio, em 1949. Trabalhou no Instituto Histórico e na Biblioteca Nacional, da qual foi diretor por muitos anos: operoso, publicou cinquenta volumes da coleção *Documentos históricos* e 15 volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Além dos textos lingüísticos (tupi e brasileirismos), editou outros bem valiosos no campo da histó-

ria. No *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, em 1922, estampou dois notáveis textos: *Etnografia indígena* e *História das explorações científicas no Brasil*. Fez inúmeras edições críticas, que atestam seu labor permanente, a paciência do pesquisador, a modéstia de quem podia escrever seus próprios textos: entre outros, com prefácios ou anotações, as de Claude D'Abbeville, Gândavo, Cardim, Varnhagen (este deve ter sido seu maior trabalho, completando o de Capistrano), depoimentos da Inquisição, cartas de jesuítas, frei Vicente do Salvador, Nuno Marques Pereira, João Pedro Gay, Francisco Manuel de Melo, Basílio da Gama, Anchieta, outros ainda. Postumamente, em 1956, apareceu *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*, com as apostilas de curso de museus no Museu Histórico Nacional, em 32, revistas por Hélio Viana.

Sobrinho de Eduardo Prado é Paulo Prado, com quem apresenta muito de comum: viajante na juventude, rico, dado à leitura e às pesquisas históricas, colecionador de documentos, adquiridos em leilões ou antiquários. Fixando-se mais no país, é fazendeiro, empresário, homem de negócios. Animador da vida intelectual, promoveu edições de textos, alguns dos quais obtidos pelo tio; ajudou na realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 22. Dirigiu revistas, publicou textos. Movimentou-se bastante, ao longo da vida, de 1869 a 1943. Ocupou funções públicas. Como historiador, deixou pouco, quando podia escrever muito mais se trabalhasse a documentação adquirida no exterior (dono do *Diário*, do engenheiro francês Vauthier, deu-o a Gilberto Freire, que o publicou e fez o livro *Um engenheiro francês no Brasil* (1940); *Paulística*, de 1925, sobre a formação de São Paulo e bandeirismo, coletânea de artigos publicados antes em jornais. A segunda edição, de 34, é acrescida de outros estudos, alguns sobre a atualidade, com as vicissitudes da economia cafeeira — assunto bem seu conhecido, pelo estudo e por atividades profissionais. Há aí novidades sobre o bandeirismo,

tratando dos fatos geográficos e antropológicos como condicionantes. Não leva na devida conta o econômico, nota comprometida de sua obra, com o menosprezo do social e a hipertrofia do psicológico.

O livro mais importante é *Retrato do Brasil*, de 28. Trata-se de escrito provocativo e sedutor, origem de debates sem conta, mais negado que elogiado. Quando do aparecimento, Tristão de Ataíde, o crítico em evidência, escreveu artigo famoso: "Retrato ou caricatura"? Eduardo Frieiro, em 1931, lançou curioso pequeno livro sob o título *O brasileiro não é triste*. A contar da década seguinte, com historiografia mais firme e exigente, com pretensão de científica, recebe mais restrições, como é justo. O *brazilianist* Darrell E. Levi, no documentado livro *A família Prado*, de 1977, caracteriza Paulo como "penetrante e irreverente historiador amador"

O *Retrato*, como diz no subtítulo, é um "ensaio sobre a tristeza brasileira". Destaque-se a palavra "ensaio" explicadora do gênero — não pretendeu fazer ciência — ou a idéia de "tristeza brasileira" tipicamente impressionista, cabível em ensaio e não em livro de história, pelo que tem de subjetiva, inapreensível. O retrato parte de quatro elementos: luxúria, cobiça, tristeza, romantismo. Se cada um deles pretende fundamentação em fatos — o autor é erudito no domínio do passado —, a base é frágil para conclusões. A visão eminentemente psicológica da história compromete-o de modo irremediável. Os pretensos fundamentos são demasiado débeis. A melhor crítica a ser feita é o fato de o autor buscar a base quase em uma obra única — as confissões e denúncias do Santo Ofício, o Tribunal da Inquisição em funcionamento em partes do Brasil. Conhecia-as bem, pois foi um de seus primeiros editores. Pela própria natureza, porém, esses documentos são extremados, sobretudo no relativo à cobiça e à luxúria, pelos preconceitos religiosos e a visão estreita do referido Tribunal. Usou uma fonte primária, mas sem

a necessária cautela, no emprego de uma base única. Paulo Prado não teve a pretensão de retrato definitivo, válido no espaço e no tempo. Incidiu no gosto das análises de caráter nacional, antes cultivadas e já com razão desmerecidas pela ciência social da época do escrito.

É livro pessimista, embora o autor assim não pensasse: em carta de 29 ao filho assinalou "o meu livro é otimista (...), do otimismo do médico que quer curar, ou do cirurgião". Não convence, pois de sua análise do passado, do presente e perspectivas futuras, depreende-se verificação pouco construtiva. Seu pessimismo não é ingênuo, acrítico, pois há sempre lucidez — o que falta na tese oposta, simbolizada em *Porque me ufano de meu país*, de Afonso Celso, de 1900. Ora, este foi escrito para formação dos filhos, breviário de civismo, enquanto o *Retrato* não se destina a público infantil ou juvenil. Demais, é livro harmonioso, admiravelmente escrito, coisa pouco freqüente na historiografia nativa. Se como obra de história é pouco mais que curiosidade, como obra literária é consistente e duradoura. O que lhe faltou em rigor, sobra-lhe em beleza formal. Por essa qualidade e pelo verdadeiro de muito do conteúdo, explica-se sua sobrevivência, apesar de todos os ataques: querer situá-lo como ciência social, com as motivações e instrumental analítico de agora, é equívoco que não recomenda os críticos com tal nota, pois lhes falta a ótica do relativismo, indissociável das ciências sociais, sobretudo da história. Trata-se de livro importante, embora se deva acrescentar, em aparente paradoxo, um livro errado. Ele pertence à categoria das obras provocativas, que não deixam o leitor neutro. Embora com produção pequena, Paulo Prado é nome a ser inscrito em estudo como o presente, não só como valioso incentivador como também pelo legado à historiografia.

Há autores que com um livro só ganham direito à consideração mesmo em esboço como o presente. Tal é o caso de José de Alcântara Machado de Oliveira, advogado e professor: mar-

cou a historiografia com *Vida e morte do bandeirante*, publicado em 1929. Trata-se de obra admirável e pioneira: a ampla bibliografia do bandeirismo, como se viu, é marcada por preocupações com nomes de pessoas, primeiros ocupantes de tal ou qual lugar, em caráter quase sempre ingênuo, encomiástico, na linha dos genealogistas. Alcântara Machado, no entanto, seguiu outro caminho, escrevendo texto que pode ser visto como dos precursores da verdadeira história social entre nós. Não se interessou pelo lado de pretensa grandeza ou heroísmo das bandeiras, mas tratou de reconstituir o seu cotidiano e mentalidade, praticando técnica só cultivada no país agora.

Sem ser historiador profissional, fez ampla pesquisa na coleção de 27 volumes contendo 450 processos de testamentos e inventários, de 1578 a 1700, ordenada por Washington Luís. Usou fontes primárias, impressas. Alice Canabrava, melhor conhecedora da imensa bibliografia bandeirante, tachou seu livro de "magistral trabalho". Nada de epopéia nas páginas de *Vida e morte*, mas o cotidiano: basta citar títulos do índice para ver — o povoado, o sítio da roça, o mobiliário, a baixela, fatos e vestir, jóias e limpeza da casa. Ao lado do cotidiano, algo de mentalidade — educação e cultura, médicos, doenças e remédios, a justiça, o dinheiro, a família, as devoções, em face da morte, o sertão. A leitura atenta de milhares de páginas permitiu-lhe reconstituir um universo, invalidando totalmente a visão de Oliveira Viana em *Populações meridionais do Brasil*, de 1920, que interpretava de modo liberal e acrítico os genealogistas como Pedro Taques e chega mesmo à fantasia delirante de "donaires de um salão de Versalhes engastado na bruteza da floresta virgem" — uma das coisas menos sensatas já escritas na historiografia do país. Ora, se tal era inviável mesmo em Pernambuco ou na Bahia, imagine-se em São Paulo, área então carente de tudo: o bandeirante, na visão correta do texto ora comentado, era pobre e analfabeto. Não podia ter nenhum refinamento.

Trata-se de reconstrução admirável como quadro correto, bem descrito e interpretado com um vigor que parece o de obras recentes de antropologia, ou de historiadores de orientação moderníssima. O autor não os conhecia, escreveu por agudeza, intuição e apurado senso crítico, até criativo. Não leu tais estudiosos, mais de agora, posteriores a seu livro e à sua especialidade de jurista, como também não leu a *Ideologia alemã*, de Marx, escrita em 1845 mas só publicada em 1932, na qual há passagens de censura aos historiadores alemães, a seu ver inferiores aos franceses: para ele, são essenciais "o alimento e a bebida; a habitação, a roupa e ainda algumas outras coisas". Como se vê, quase o índice de *Vida e morte*, de livro de um historiador moderno em meio tão acanhado como o do Brasil de seu tempo. Ainda hoje, em 1987, seria vanguarda.

Curioso lembrar que Alcântara Machado pertencia à tradição paulista, como se vê na dedicatória do livro a parentes que enumera, "paulistas como eu e os meus antepassados, desde Antônio de Oliveira chegando a São Vicente em 1532". Amando os ancestrais e sua terra, não perdeu o senso crítico e fez obra ousada, enquanto outros, pretensamente revolucionários, nada mais fazem que contribuir para perpetuar a velha ordem, pois não ultrapassam radicalismo meramente retórico. O autor viveu de 1875 a 1941, na sua São Paulo, participante da chamada revolução constitucionalista de 32 e constituinte em 33-34. Além de discursos e uma biografia do pai — *Brasílio Machado*, em 1937 — escreveu breve e curioso estudo literário — *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido*, editado em revista em 33-34 e em livro em 36. Alcântara Machado, com um título, contribuiu com algo marcante para a historiografia brasileira.

Obra curiosa e digna de exame é a de José Maria dos Santos, pouco conhecido. Jornalista e historiador, nasceu na capital da Paraíba, em 1877 e morreu em São Paulo, em 1954. Pouco se sabe a seu respeito: sua produção quase não é lem-

brada e não se conhece nenhum estudo de quanto fez. Devia ser pouco promocional. Oficial do Exército, participou da campanha de Canudos e do Acre (curiosamente, não fala delas nos livros). Participou da conferência da Paz em 1919. Escreveu pelo menos três livros de história. O primeiro é o principal: *A política geral do Brasil*, editado em 1930. É alentado, de 567 páginas, dividido em duas partes: a obra do Segundo Reinado, em dez capítulos e 185 páginas; a deformação republicana, em 14 capítulos e 299 páginas, mais um capítulo de conclusão de oitenta páginas. Os títulos das partes já definem o sentido, ao falar na deformação republicana. Tem certo saudosismo do Império: admirador do sistema parlamentar, tem horror ao presidencialismo. Reconstitui a vida imperial em nove capítulos, nos quais demonstra apoio à obra feita. Há aí um capítulo — o IX —, de vinte páginas, em que dá uma visão do período colonial.

A primeira parte termina: "e sobreveio o acidente de 15 de novembro..." E passa-se ao estudo da deformação republicana. Esta lhe desagrade por sua origem como golpe militar — as questões militares são minuciosamente reconstituídas. A seu ver, os "males começam com a Constituição de 24 de fevereiro", diz nas primeiras páginas (a Constituição é objeto de lúcido capítulo). Sua tese é que os constituintes, organizando o país à maneira dos Estados Unidos, só fizeram conduzi-lo à ordem das nações hispano-americanas — a seu ver uma desordem. O autor é erudito, tem muita leitura, embora não revele pesquisas em fontes primárias. Apesar dos males, é otimista, como se vê na conclusão, evocando razões errôneas ou discutíveis: "o Brasil não se perderá". Para comprovar o otimismo, diz nas últimas páginas uma série de coisas contestáveis. Não há analfabetismo — no Mato Grosso, não vai além de 15, em Goiás de 20, deduzindo que nos Estados mais evoluídos a taxa seja ínfima. Ora, tais percentagens para 1930 são fantasiosas. Mais: "Socialmente, não temos problemas profundos a resolver (...), não há aqui nenhum problema eco-

nômico". São afirmações ocas e que poderiam comprometer o estudo: admite-se que o autor as tenha feito para não ser derrotista, pois as análises dos capítulos são lúcidas e objetivas, embora seja possível discordar de interpretações ou mesmo informações. O autor é contraditório, mesmo na conclusão, com a nota pessimista "de que o nosso povo ainda não apresenta os requisitos indispensáveis à posse de um muito adiantado sistema de governo". Como se vê, a fidelidade à linha conservadora da historiografia nativa.

O livro é bem estruturado e tem boa língua. É minucioso demais. Na conclusão é digressivo, teorizante: em oitenta páginas, só poucas se referem ao Brasil e suas coisas: setenta são digressões históricas e políticas, no plano universal, sem nada a ver com o Brasil. Às vezes, é reacionário e racista. Ora, José Maria dos Santos o publicou em 30, ano da revolução. Terá escrito nos dois ou três anos anteriores, quando a ciência social já superara preconceitos de gente que ele cita com admiração (James Bryce, Ingenieros, um quase anônimo Lothrop Stoddart). O autor não tomava conhecimento da renovação dos estudos históricos feita desde o começo da década de 1920. Tanto que o incluímos aqui, quando, pela data de sua produção, deveria estar no capítulo seguinte. Não renovava seus métodos, eis tudo.

A política geral do Brasil é obra meritória, apesar de aquém de sua época. Lamenta-se não tenha sido objeto de comentários, não tenha repercutido. O volume tem péssima edição, devia ser muito corrigido — promessa feita para a segunda edição, até hoje, mais de cinquenta anos passados, não cumprida.

José Maria dos Santos deixou ainda *Os republicanos paulistas e a abolição*, de 42, útil e interessante: de bela estruturação, a leitura é sempre instrutiva e agradável. Pouco depois, em 1944, *Notas à história recente*, coletânea de artigos de 1931 a 35. É a fase do Governo Provisório, com atenções sobretudo à reconstitucionalização do Estado, lei eleitoral, funcionamento da Constituinte. Jornalismo, sem pretensão histórica, mas boa fonte para o período. Pós-

tumo é Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista, de 60. Não o completou, mas o texto, pouco biográfico e muito de história política, já estava no final. Nada acrescenta ao texto de 30 — síntese de seu pensamento, nos alcances e limites. Interessante notar que o autor insiste aí em exposição por demais minuciosa, alongando-se em pormenores inúteis, até grotescos, como os diálogos de breve reunião de próceres paulistas logo nos primeiros dias do regime, a sala, a disposição das cadeiras e até o fato de um vereador encolher a perna sob a poltrona e coçar o tornozelo apertado pelo cadarço da ceroula. São aspectos que chegam a comprometer uma narrativa de bom nível, embora não vá além da exposição próxima da crônica e, às vezes, distante da história.

TERCEIRO MOMENTO

1931...

Na exposição até agora há uma tentativa de história da historiografia. Mesmo sem ser exaustiva, procurou-se fixar a sua imagem, com evidência de alguns nomes e obras notáveis e uma produção média de relativo ou pequeno valor, com o predomínio da crônica sobre a parte densa e consistente. Apesar do tom menor, essa é a tônica e como tal tem de ser considerada. Como é fase menos conhecida — exatamente por sua falta de expressão, responsável pelo justo esquecimento —, apesar dos limites impostos a esta obra, deu-se-lhe algum desenvolvimento. Assim foi nos dois primeiros momentos. O vulto do comentário varia: se em regra se concede mais a autores de maior significado, por vezes se concedeu espaço igual ou superior a gente de obra menos qualificada, pelo fato de ser pouco ou mal conhecida: caso de Manoel Bomfim, por exemplo.

A contar de agora, tem-se o terceiro momento. Por várias razões mais digno de nota, dedicar-lhe-emos, no entanto, espaço menor. Em primeiro lugar, reduzindo o número só às figuras de fato excepcionais, marcantes de rumos. Depois, por serem conhecidas, exigindo menos apresentação. Por último, o fato de o livro ter tamanho limitado: embora aparente a anomalia, sacrificando o mais importante, o procedimento parece-nos válido. Deu-se mais a quem é menos conhecido, dá-se menos a quem já o é razoavelmente. Pode-se estranhar o fato, mas ele é explicável e correto: caso de um Manoel Bomfim ter mais espaço que um Caio Prado Júnior, enquanto este produz obra historiográfica significativa e marcante, o outro, se digno de nota, é mais por seu desconhecimento ou injusta negação. Mais ainda, pensando na trajetória do século XVI ao atual, parafraseando ensaio de

Ortega y Gasset sobre a história da filosofia (prefácio à tradução espanhola da conhecida obra de Émil Bréhier), pode-se afirmar que a história da historiografia não é feita só de cumes ou picos, mas também de planícies e até depressões: a orografia filosófica é constituída pelo todo, não pelas culminâncias. O mesmo se dá no tema aqui considerado. Assim tem de ser, pois se cogita de manual para panorama de quanto foi e é a história do Brasil, não se cogitando de exaustiva história da historiografia nacional.

Tratamento conciso deve ter o presente momento — o terceiro —, quando a produção tem já nível mais elevado, distinguindo-se não só pela qualidade como pela quantidade. O autor preferia dar às várias partes — autores e obras — o trato e o espaço condizentes com a sua importância e com o interesse de tais trabalhos para ele e para a historiografia nativa, mas não lhe é possível, tendo de seguir orientação mais enxuta. É o primeiro a criticar a linha seguida e a lamentar o fato, pois se sentiria mais à vontade e feliz tratando de algo com o qual se identifica mais — o período atual —, identificado sempre com o contemporâneo.

Cabe falar agora de produção envolvendo nomes e títulos de significado superior à média antecedente. Selecciona apenas alguns, a seu ver mais dignos de realce. Falar de todos, convenientemente, exigiria volume alentado, aqui impossível. Referir-lhes apenas os nomes e títulos fica parecendo catálogo, inconveniência a ser evitada. A análise mais ampla é sedutora e fica para outra oportunidade.

Na periodização aqui adotada, viu-se a existência de três momentos, dois dos quais já brevemente expostos. Tem-se agora o terceiro, de 1931 aos dias de hoje. A data é a da reforma do ensino de Francisco Campos. Sabe-se do significado do movimento de 30 — indevidamente chamado de revolução, pelo abuso da palavra, pois o país não a conheceu: a independência não o foi, tampouco a República (apesar de precedida no ano anterior pela supressão do trabalho escravo, quando o processo produtivo necessariamente se altera; ainda assim não se chegou à revolu-

ção, pois os grupos dominantes souberam compor-se, de modo a não mudar fundamentalmente o sistema de poder); no mais, houve simples motins, quarteladas, trocas de pessoas no governo. Trinta foi algo mais — o revisionismo de alguns historiadores recentes, negando-lhe tudo, é sem consistência, alguns não passando mesmo de curiosos exercícios. Em 30, como nas épocas de sucessão presidencial, tenta-se sacudir o marasmo, na maioria das vezes não se passa de arreganho, a não ser em 1910, em 22 e 30. Esta campanha foi a mais intensa, pelo excessivo desgaste da República. Se o regime de 89 estava longe de realizar o ideal proposto, parecia fazê-lo no primeiro instante, sob o governo dos marechais, mas já em 94 se dá a retomada do poder pelas oligarquias, fortalecidas no segundo governo civil com a chamada política dos estados ou dos governadores. É a plenitude do sentido conciliador e acomodatório da política nacional e vai durar, com pequenos sustos, até 30: nega-se o federalismo da Constituição de 91, o povo é definitivamente afastado, de pouco valendo episódicas revoltas.

O país cresce, contudo, demográfica e socialmente. Há um processo de caracterização de classes, com a incipiente industrialização. O operariado, de origem rural — ex-escravos ou imigrantes —, tem dificuldades de organizar-se. A falta de preparo em muitos para atividades urbanas, no caso daqueles; as tentativas de associações sindicais entre estes, pela tradição da ideologia anarquista dominante em seus países de origem (Itália, Portugal, Espanha) torna difícil a consciência de classes, de caráter enérgico e lucidamente reivindicativo. Demais, a consciência que falta aqui sobra no grupo dominante, bem constituído e instalado no poder, servindo-se de esquema de repressão. Já há uma apreciável bibliografia sobre movimentos operários, evidenciando tentativas de greves, algumas até bem sucedidas, mas o *establishment* permanece. O país aos poucos se transforma. A história no plano internacional entre as grandes forças abala o capi-

talismo: o britânico já não é mais soberano, pois ganham corpo o norte-americano e o alemão. A guerra de 14 assusta a velha ordem econômica, provocando o surgimento do fascismo direitista, ante a evidência de fim próximo com a revolução russa de 1917. O brasileiro de mínimo sentido crítico não pode deixar de perceber o quadro nacional desgastado, injusto, atrofiante de tudo. Reconhece-se a falência do velho sistema, sua vulnerabilidade, confirmada na crise de 29. O fim do liberalismo, político e econômico, é reconhecido por todos: o texto de Keynes em 26, *The End of Laissez-Faire*, é o mais vivo sintoma.

A campanha de sucessão presidencial em 21 vai precipitar o processo: 1922 não é um ano comum, pois lembra o centenário da independência, quando a *intelligentsia* mais responsável faz sentir a sua ação, partindo do exame de consciência que leva a inventários e balanços a comemoração de datas fundamentais na vida de povos ou nações. Caso de 22: há cem anos o país adquirira a independência apenas política, só para poucos, não para a nação; era preciso completá-la. E assiste-se ao ciclo revolucionário iniciado em 22 com o movimento dos tenentes no Forte de Copacabana. E começa uma série: 23, no Rio Grande do Sul; 24, em São Paulo; conjunção dos remanescentes batidos do Rio Grande e São Paulo origina a Coluna Prestes, de 24 a 27; e 30. Depois, 32, 35, 37, 38, 45, 54, 61, 64, 85, em conjunto que Nelson Werneck Sodré chamou com justeza de "revolução brasileira". Se assim é no plano da política, com o tenentismo, no ideológico vê-se o aparecimento organizado da direita com o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, fulcro de ação mais decidida, como se dá em 32 com o integralismo; ou da esquerda, com o grupo Clarté e a fundação do Partido Comunista. É tímido e de pouco alcance o trabalho de ambos na década, mas já é a superação da política destituída de programas de antes.

No plano intelectual, há o modernismo: se no primeiro instante parece uma piada, atuou como festa, na verdade tradu-

zia a insatisfação ante quadro convencional e medíocre da atividade artística. Mais: era marcado por forte palavra crítica, contestadora dos valores consagrados. Seu expoente, Mário de Andrade, sintetizou-o bem em conferência de 42, falando "na fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética, a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional". Além de impor novos padrões artísticos, o modernismo, em sua feição profunda, tem outra imagem do Brasil e quer vê-lo mudado. Os estudos da chamada realidade vão ser atingidos, em processo lento, de pequenos mas crescentes frutos.

A conjugação de todos esses fatores explica a campanha sucessória de 29 e seu desfecho em 30, com um protesto armado contra a farsa eleitoral. Este tem êxito pela aliança dos políticos dissidentes da presidência com os militares do tenentismo. Daí a ascensão de Vargas ao poder, no Governo Provisório e depois, eleito indiretamente em 34. A economia, já bem diferenciada, exige outra ordem, na superação do essencialmente agrícola. A contar da quarta década o Brasil entra em nova fase, apesar de manter muito do pior do velho sistema. Não era uma revolução, mas outra fisionomia, com lentas e graduais mudanças, de largo alcance a longo prazo.

Entre elas, assinala-se a reforma educacional feita pelo ministro Francisco Campos. Se começara ainda em 30, poucos dias após a conquista do poder, a novidade do assistencialismo, com a criação do Ministério do Trabalho — em uma linha de tutela, cooptação do operário através de ínfimas concessões, na linha positivista trazida do Rio Grande do Sul de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, no fundo um modo de evitar o verdadeiro movimento operário pregado pelo marxismo, outra novidade é uma política voltada para a educação. A reforma Campos opera no ensino primário, secundário, superior, técnico. Atente-se para o superior: seguia-se a velha crença de que este se

resumo no direito, na medicina e na engenharia, com o desconhecimento de novas necessidades técnicas e especializadas, fruto de outro estágio social e econômico. Criam-se os cursos de ciências sociais, nas faculdades de filosofia e de ciências econômicas. Naquelas, existe o curso de história, experiência válida e seminal. Surge a universidade, uma vez que a assim chamada antes não o era. São Paulo teria experiência importante em 34, o Distrito Federal em 35 (logo abafada pelo autoritarismo oficial). Começa a desaparecer o mito das profissões liberais antigas — únicas reconhecidas e conferidoras de *status* —, com o economista, o pedagogo, o sociólogo, o antropólogo, o historiador, outros ainda, exigidos pela diversa situação.

Fixemo-nos no curso de história; este vai formar profissionais, dedicados antes ao ensino que à pesquisa, em vício de origem. De qualquer modo, formam-se grupos de autores de história de preparo especializado; abandona-se o amadorismo ou beletismo, quando história era lazer de intelectuais sem forma de expressão um culto do passado, patriótico ou genealógico, em falta de entendimento do real sentido da história. Cresce o número dos formados em tal curso. Se parte mínima se dedica à pesquisa — a maior parcela é para o ensino ou nada faz, apenas deseja a conquista de título universitário —, esta aos poucos passa a contar. Se ainda hoje tais cursos são precários, não encontraram seu caminho e não têm a estrutura requerida — imagine-se o que eram nos primeiros anos. São Paulo com seus professores estrangeiros, o Distrito Federal com seu vanguardismo, sacudindo o pó do velho ensino universitário, inauguram algo novo. Daí adotar-se a data de 31 para início do terceiro momento da historiografia brasileira. Passa a haver uma produção com gente preparada com esse fim.

Nessa nova fase, parece-nos razoável começar por Oliveira Viana. Se ele está longe da tônica científica da historiografia moderna, poderia ser enquadrado no período anterior, no qual

alguns nomes se lhe avantajam com realizações mais técnicas e de melhor nível. Quase nada tem da fase universitária, mas como é sempre associado a ela, não importa se indevidamente, com seu nome começa o exame do novo período. Se sua obra tem início em 1920, seus traços mais marcantes não o filiam a uma linha moderna. Trata-se de autor curioso, pela ampla obra produzida e por algumas de suas características paradoxais: profundamente influenciado por preconceitos e autores já superados, conservador e até reacionário, com indisfarçável má vontade para quase tudo contemporâneo, mesmo assim deixou obra digna de referência. Formado em direito, jurista, cultor da sociologia, política e antropologia, exerceu funções públicas eminentes: foi um dos ideólogos do Estado Novo, em consonância com o nunca negado autoritarismo. Aí, especializado em direito trabalhista, foi o principal autor da Consolidação das Leis do Trabalho, de 43, um dos fundamentos do regime e da força de Vargas — no fundo um equívoco, pois é legislação consagradora da tutela do trabalhador pelo governo.

Curioso, uma das notas constantes dos escritos de Oliveira Viana — como de seu mestre Alberto Torres — era a condenação do sentido livresco da política nativa, imitação de formas provenientes do exterior, sua alienação, por ele impropriamente chamada de idealismo, sempre por ele condenada, acabou fazendo legislação trabalhista em grande parte calcada no modelo italiano, no corporativismo fascista, como se sabe. É lei ainda em parte vigente, pois não se remove o chamado "entulho autoritário", por mais que seja verbalmente condenado.

Outro traço negativo do autor é o preconceito racial. Defendeu em todas as obras teses irremediavelmente destruídas pela antropologia moderna, ou por uma psicologia social também caduca. Não teve compreensão das classes sociais no país — o que também lhe compromete a obra. Nega a existência da luta de classes, enquanto a leitura de seus textos a confirma,

como demonstrou Astrogildo Pereira em crítica lúcida. Seu racismo, na incompreensão do índio, do negro e mesmo do branco, leva-o ao desprezo pelo povo, à apologia das elites. Natural, pois, descambe para o autoritarismo de corte fascista, tão em moda em época marcada pela sedução da direita. O interessante é que com tantos dados negativos tenha produzido algo digno de nota. Além do mestre Alberto Torres, guiou-se pelos conservadores fluminenses do Império, os chamados saquaremas, além dos teóricos da ciência social européia e americana, muitos de segunda extração.

Jurista, sociólogo, político, sua obra tem certo interesse para a história, embora suas interpretações sejam freqüentemente falhas e denunciadoras da falta de entendimento do processo, da mudança. Começou em 1920, com o primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil (Paulistas, fluminenses, mineiros)*, cujo prefácio é de novembro de 1918. O segundo volume, dedicado ao "campeador riograndense", é póstumo, de 1952. Já no primeiro há o autoritário, o racista, o idealizador de uma sociedade nobre, com requintes de corte européia, em equívoco que nenhum documento pode confirmar. Teimoso ou obstinado, manteve o mesmo modo de ver em livros subseqüentes: no prefácio da 4ª edição, vários anos depois, diz não haver o que modificar, pois suas teses e conclusões tiveram "esplêndida e integral consagração". Ora, já em 1918 — data da redação — eram desabonadas pela ciência, mesmo por alguns autores brasileiros de compreensão bem superior. *Pequenos estudos de psicologia social* é de 21, também com material de interesse histórico. Mais pronunciadamente ainda ele está em *Evolução do povo brasileiro*, de 1924 (o título já é expressivo).

De 25 é sua obra eminentemente historiográfica, *O ocaso do Império*, análise comprovadora do historiador que poderia ser; o texto ressuma saudosismo da monarquia, como é quase norma entre seus estudiosos. Poderia ser, se tivesse apreço a documen-

tos, fontes comprobatórias, às quais não ligava, como diz candidamente no prefácio de *Populações*: "o culto do documento escrito, o fetichismo literalista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pela contribuição que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade". Quem acredita mais nas teorias — e quais as arroladas por ele e suas preferidas — que nas fontes é pouco indicado para historiador. Outro texto é *O idealismo da Constituição*, de 1927. *Raça e assimilação*, de 32, é ousada e malsucedida obra, pelos preconceitos racistas, que lhe dão mais erros que acertos. O racismo viciaria inapelavelmente o trabalho do autor, pela incompreensão do índio e do negro e pelas fantasias relativas aos brancos — a riqueza, o luxo, a finura, o bem falar e escrever que encontra não têm confirmação em qualquer documento. Resultam de leitura acritica dos textos genealógicos de Pedro Taques. Nasce de certo delírio imaginativo, projeção de desejos. Como se lembrou antes, o texto *Vida e morte do bandeirante*, escrito pouco depois, em 29, basta para derrubar todo esse edifício de ficção, não abonado por um documento sequer. Escreveria ainda outros volumes, mais de direito, sem interesse aqui.

Sua obra mais importante é *Instituições políticas brasileiras*, em dois volumes, de 49. É uma espécie de síntese de suas idéias sobre a vida brasileira, notadamente aspectos políticos. Tem capítulos sugestivos, apesar de fundados em ciência social quase sempre superada e preconceitos pessoais de efeitos negativos. Apesar de tudo, tem lugar na bibliografia da história política. De edição póstuma é *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*, de 58. De interesse reduzido, pois a economia era a parte mais frágil de sua cultura. Anuncia-se há muito, mas ainda não apareceu, uma *História social da economia capitalista no Brasil*, em dois volumes. A prevalecer a observação anterior — e como negá-la? —, é pouco provável seja significativa para o enriquecimento da bibliografia histórica.

Oliveira Viana nasceu na província do Rio de Janeiro, em Saquarema — predestinação ou mera coincidência? —, em 1883; morreu em Niterói, em 1951. Orgulhoso, quase arrogante — também aí discípulo de Alberto Torres —, não corrigia seus textos, não alterava o pensamento adotado. Coerente, sem dúvida. Ignorou ou menosprezou a produção dos autores novos, de diferentes linhas. Assim com o modernismo, com uma renovação da história e da ciência social importante, como a de Gilberto Freire e outros. Era um solitário, acreditando em sua obra e sem nada de promocional. Teve repercussão, mas jamais corretejou a popularidade. Um intelectual puro, um *clerc*, em suma. Escrevia com correção e elegância, em estilo com marcas de textos clássicos. Estilo tendendo a certa nota oratória, por ele às vezes sustentada. Se teve relativo êxito com seus textos, na sua época, está hoje relegado a segundo plano, com justeza. Excluí-lo do estudo é demasia a ser evitada. Decerto, exige muita cautela na leitura; para gente desprevenida ou sem preparo representa mais um mal que um bem. Entre seus críticos, o mais completo é Nelson Werneck Sodré, em *A ideologia do colonialismo*, em 1965, em retomada de idéias anteriores. O último título, *Instituições*, foi escalpelado, quando de seu aparecimento, em série de artigos de Sérgio Buarque de Holanda, facilmente lidos na sua coletânea *Tentativas de mitologia*, de 1979, exemplo superior e raro de crítica a obras historiográficas.

Gilberto Freire é autor de ampla obra de dezenas de títulos. Estes conhecem inúmeras edições, traduzidos para várias línguas — nas quais também são muito reeditados —, alguns viraram peças de teatro, serviram de motivos para composições musicais e já se cogitou até de sua adaptação ao cinema: Rossellini pensou em fazer filme de *Casa-grande & senzala*. Objeto de centenas ou milhares de artigos de crítica, ensaios, conferências e livros, seminários no Brasil e no exterior, alguns reuniram figuras de expoentes das ciências sociais de nossa época. Ninguém teve

repercussão igual. Não só a crítica se ocupou e se ocupa dele: o próprio também o faz, talvez até em maior escala. Vejam-se os prefácios aos seus livros. Poder-se-ia fazer um volume alentado só com os já escritos. Nesses estudos o autor se analisa e muitas vezes reivindica prioridades não só brasileiras, mas universais. Veja-se o prefácio de seu livro de *Sociologia*, de 45 — sua principal e das poucas obras teóricas —, na qual se avoca várias das idéias hoje dominantes na ciência: “Sorokin escreveu (...) nós, aliás, em artigo muito anterior, já exprimíamos tal pensamento ou teoria”. Passagens do gênero se multiplicam em seus textos, não só nos prefácios ou em entrevistas, mas ao longo dos volumes. Se é muito admirado e reverenciado, o certo é ser ele seu mais ardoroso admirador — coisa aliás não rara entre artistas e intelectuais, velhos e jovens, só que nele com mais desenvoltura. Por tudo, pela obra e pela personalidade interessante, o “mestre de Apipucos” é figura única na cena brasileira. Nasceu em Recife em 1900 e lá passou a maior parte de sua vida. Cosmopolita, formado nos Estados Unidos e na Europa, editado no mundo inteiro, viajou e expôs quanto pensou por todos os continentes mas não deixou sua cidade. Recife, Pernambuco, o Nordeste foram suas paixões; como homem vibrante, chegou ao resto do Brasil, alcançou o mundo ibérico, notadamente “o mundo que o português criou”.

Fez seus estudos na cidade de nascimento, no colégio Americano, o que explica as marcas inglesas em sua cultura. Aos 18 anos foi para os Estados Unidos, bacharelando-se, em 1920, na Universidade de Baylor, no Texas. Passa depois a Columbia, para o nível superior. Aí tem mestres que figuram entre os maiores cientistas sociais. Um o marcará de modo definitivo — Franz Boas. Já em 22 defende tese, com um trabalho que será o germe de seu livro-chave — *Casa-grande & senzala* — estudo sobre a vida social no Brasil em meados do século XIX. De lá vai para a Europa, mais França, Portugal e Inglaterra. Volta em 24 e começa

atividades sem pausa. Funda o Centro Regionalista do Nordeste; atuando no *Diário de Pernambuco*, empreende, em 1925, o *Livro do Nordeste*. No ano seguinte, promove congresso regionalista, no qual teria apresentado *Manifesto*, só editado em 52, embora com a declaração de escrito em 26. Pouco provável, pois não era de guardar textos quem os editava tão facilmente. O importante é a promoção do encontro, com o realce do regionalismo, cujos valores exalta — cozinha, casa, hábitos, folclore, tradições, costumes, ante a ameaça de valores desfigurantes, seja do resto do Brasil, seja dos centros dominadores do mundo. Estará aí uma das notas profundas de sua pregação — Gilberto é mais que estudioso ou escritor, mas apóstolo de suas causas. Na verdade, o labor desde 1924 até aí é parte da procura de algo equivalente à fermentação de idéias e palavras inovadoras do modernismo de São Paulo e do Rio.

Entra na política, no governo de Pernambuco. Sempre conservador, não adere às pretensas mudanças de 30; com seu chefe Estácio Coimbra vai para a Europa, em doce exílio no qual aprofunda estudos. Começa a redigir *Casa-grande*, a ser publicado em 33, com ressonância vinda até hoje. Voltará à política bem mais tarde, como deputado e constituinte em 46, com atuação apagada. Não se transferiu para o Rio, firmando seu culto da região. Viajou muito pelo Brasil e pelo mundo, estudando, informando-se. Nunca parou de escrever, deixando obra vastíssima. Não foi professor de universidade, não quis pertencer à Academia Brasileira de Letras, não quis ser ministro. Nem governador de Pernambuco, singularidade especial, pois parece ser a nota de todos os políticos e intelectuais de seu estado. Manteve-se solitário, participando de tudo e recebendo as homenagens que lhe são devidas, mas orgulhoso de seu trabalho, cujas virtudes não cessa de proclamar. Talvez a exceção como homem público tenha sido criar e dirigir o Instituto Joaquim Nabuco e participar do Conselho Federal de Cultura.

Não é fácil catalogar tão ampla obra. Se visto mais frequentemente como sociólogo, o autor mesmo fala pretender uma história sociológica ou uma sociologia genética. Gilberto não tem rigor de método, não adota nenhuma etiqueta, gabando-se de uma ciência eminentemente humanista, com muito de ficção, de mito e até de poesia, para escândalo dos ortodoxos. E nosso interesse aqui é a historiografia, não nos parece forçado vê-lo como historiador. Sem rigidez, é claro — não o pretende, recusa-o até —, seus principais livros têm muito de historiográfico. De sua vasta obra, a parte mais significativa e responsável por sua notoriedade é constituída pelo trio *Casa-grande & senzala*, de 33, *Sobrados e mocambos*, de 36, *Ordem e progresso*, de 59. Ora, elas se colocam sob o título geral de *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. O primeiro trata, eminentemente, da formação da família sob o regime patriarcal, vindo até o século XIX; o segundo estuda a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano; o terceiro ocupa-se do processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal sob o regime do trabalho livre: aspectos de quase meio século de transição do trabalho escravo para o livre; da monarquia para a República. Se em sua típica falta de rigor não há datas definidas, pode-se dizer que o primeiro trata da Colônia; o segundo, de meados do Império; o terceiro, já datado, de 1870 a 1920. São textos de história, portanto, embora o autor assim não os rotule com ortodoxia. Demais, na sua elaboração, usa-se uma técnica que é bem de história, com documentos, livros de todo tipo — historiadores, viajantes, crônicas descritivas da realidade; no terceiro, além dessas e de anúncios de jornais (já usados também no segundo), há uma pesquisa gigantesca, com inquérito feito entre centenas de pessoas de todas as condições, tendo de comum a vida entre 1870 e 1920, espectadoras ou protagonistas com seus depoimentos. E há o uso de fontes originais em todos eles, não só de arquivos, mas de conventos, hospitais, colégios, papéis particu-

lares. Poucas obras de bibliografia patricia supõem pesquisa tão dilatada e bem conduzida.

O volume principal, sem dúvida, é o primeiro: o autor lança temas originais de pesquisa; faz o estudo do cotidiano e das mentalidades, em prática só preconizada depois e modismo no país agora. Nos três livros há, a nosso ver, um plano inclinado: o primeiro é o mais rico, espécie de síntese dos outros; o autor se identifica com o tema, pois é um tradicionalista, apaixonado pela casa-grande e pelo que supõe ser a aristocracia rural, de suas janelas e interesses vendo a senzala. Importante também por valorizar coisas até aí menosprezadas: o papel do negro e do mestiço, sua importância no processo, embora o veja mais nas ligações com a família que como força produtiva de trabalho (Gilberto é pouco sensível ao econômico); destaca os aspectos afetivos, psicológicos, não suficientemente os sociais e menos ainda o econômico. Comete ingenuidades, como a de proclamar seu bom padrão de vida, o tratamento generoso dos senhores e outras falsidades, esquecido ou insciente que em qualquer sistema do gênero não há bons e maus senhores ou escravos, o que há é o mal da escravidão. Além da temática original, assinalem-se os instrumentos usados na pesquisa, até aí não praticados.

Sobrados e mocambos é mais enxuto, apesar de ainda digressivo e até enxundioso. De certo modo, é o de melhor realização. Já *Ordem e progresso* é mal composto, valendo como conjunto de crônicas — algumas admiráveis —, mas sem fio condutor. De posse de precioso material de pesquisa, deixou-se afogar por ela, como é compreensível, mas não justificável, de modo que a obra se perde. Demais, o intérprete é menos seguro, sente-se menos à vontade, pois ama o passado rural, não o mundo urbano; as formas de dominação dos senhores, não a consciência reivindicativa crescente do cidadão do labor industrial. O ciclo da sociedade patriarcal não está concluído, pois se anunciou ainda a quarta parte — *Jazigos e covas rasas*. Como se vê, sempre a anti-

nomia dominador-dominado; casa-grande, sobrado; senzala, mocambos; jazigos, covas rasas. O tradicionalismo dá-lhe visão especial da sociedade, sem boa apreensão global. Demais, faz que se perca em pormenores, no anedótico, na crônica, deixando escapar aspectos bem mais vivos e importantes. O autor é o melhor representante do antigo, do aristocrático, que o leva a equívocos comprometedores. Ilustra o conhecimento histórico, mas não enfrenta as questões fundamentais, não dá contribuição ao melhor encaminhamento dos problemas de mais urgência do país.

Haveria outros títulos bem historiográficos a lembrar: é o caso de *Nordeste*, de 37; *Um engenheiro francês no Brasil*, de 40; *Região e tradição*, de 41, *Perfil de Euclides e outros perfis*, de 44; *Interpretação do Brasil*, de 47 (tradução; o original é inglês e data de 45); *Inglêses no Brasil*, de 48. Sem falar em *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, traduzido em 64, original em inglês de 22, sua primeira obra, escrita como tese e contendo a primeira forma de suas idéias principais.

Há outros títulos não propriamente historiográficos, muitos, de modo que fica difícil arrolá-los, pelo espaço em obra de dimensões reduzidas como esta: entre outros, *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, de 34, de *Olinda*, de 39; *Problemas brasileiros de antropologia*, de 43; alguns dos textos sobre Portugal — *O mundo que o português criou*, de 40; *Um brasileiro em terras portuguesas*, de 53; *Aventura e rotina*, de 53. E os textos mais recentes, de pequena repercussão, tipo *Como e por que sou e não sou sociólogo*, de 68; *O brasileiro entre outros hispanos*, vários mais. Sem falar nos romances *Dona Sinhá e seu filho padre*, em 54, ou *O outro amor do doutor Paulo*, em 71, experiências de ficção cujo interesse é serem de um sociólogo, não se impondo como romances propriamente. E há ainda dezenas de opúsculos, nem todos reunidos em volumes maiores. O mais significativo deve ser a conferência *Uma cultura ameaçada*, de 1940.

A parte mais importante dessa ampla obra, sem dúvida, são os três volumes sobre a sociedade patriarcal. Aí aparecem teses novas e pioneiras sobre o problema racial, na valorização do negro; aspectos sociais como a família, o patriarca, a mulher, a moça, o menino, as mucamas, os padres de vida solta, a presença obsessiva do sexo (uma das notas predominantes de toda a sua produção: deve ser fácil sua análise freudiana, tão óbvia é, não só nos textos supostamente científicos como nos romances); a cozinha, a casa, a indumentária, os costumes. Aparece também, pelos estudos constantes do problema étnico, a idéia frágil de democracia racial, hoje completamente desacreditada — um dos desserviços do autor para uma ideologia, conservadora reacionária e até fraudulenta da sociedade brasileira. Também destituída de base e fruto de visão estática do processo, com perniciosas repercussões, é a idéia de uma história pacífica, ausência de rupturas na trajetória nativa. Por conciliação ou certeza nos acertos de quanto houve ou se fez, no desconhecimento do protesto, da luta, da recusa do grupo dominante que apelava para métodos falseadores ou repressivos até com eliminação do elemento oposto.

Outra nota viva é a do regionalismo, visto no que tem de positivo, não como provincianismo ou separatismo — embora seja também mais um dado da totalidade conservadora. Gilberto ajuda a fortalecer as oligarquias e a reação, no tratamento que lhe dá, que vai além da empatia e chega à defesa e adesão.

O autor passa a insistir depois no lusotropicalismo — a parte menos interessante. Sem sofrer de lusofobia — parecidos, a lusofilia de Gilberto, como a de outros brasileiros de sua geração — lembre-se Pedro Calmon, por exemplo —, é excessiva. Demais, confundiu-se por muito tempo com o salazarismo. O trópico é nota constante no estudioso pernambucano: cuidou de reabilitá-lo, contra falsas idéias deterministas do século anterior, conseguindo-o superiormente, como o conseguiu do mesmo modo com outra mais freqüente e fecunda — a valorização

do mestiço. Teve aspectos positivos, revelando uma consciência ecológica vanguardista, quando a ecologia não era modismo como agora, mas o estudioso exagerou nas medidas. Lusotropicalologia ou hispanotropicalologia — a idéia não pegou, felizmente, pois seria mais um aspecto alienante da realidade mais viva, social, econômica e politicamente avançada, para a qual o autor não dá contribuições, preso ao tradicionalismo. Tal atitude foi sendo agravada com a idade, como se vê nas posições retrógradas e antipopulares assumidas em seus artigos de revistas ou jornais, responsáveis por certa justa marginalização de sua figura. Não lhe enriquecem a obra, antes a comprometem. É preciso, contudo, não confundir tal atividade episódica com quanto realizou, de sentido inovador e em certo momento avançado. Seu julgamento por uma fase — como se tem feito, com injustiça e despreparo — revela limitação crítica, preconceito ou falta de sensibilidade histórica.

Uma última palavra sobre o escritor. Gilberto distingue-se pela linguagem própria, um estilo que criou. Este era mais sedutor nas primeiras obras; as últimas já não revelam maior garra. Demais, análise isenta mostra aspectos menos recomendáveis, com o excesso de intercaladas, parênteses, travessões, dificultando a leitura. Será essa peculiaridade a marca pessoal de um estilo no qual Álvaro Lins julgou ver algo de proustiano? Gilberto, aliás, deve gostar da observação, pois falou inúmeras vezes em traços proustianos de seus escritos ou idéias. O certo é que sua leitura cansa um pouco, pois o autor se repete demais em seus recursos. Reconhece-se facilmente uma página sua. Se aí está a marca pessoal, está ainda certa pobreza, com cacoetes de fácil identificação e até imitação. Se é agradável ler algumas páginas de *Sobrados e mocambos*, por exemplo, um volume alentado cansa, desnudando a armação sempre reiterada, com modismos pessoais repetidos até a monotonia. Nas últimas obras então, quando certa graça e espontaneidade já desapareceram, a leitura

chega a ser penosa. Um escritor poderoso, sem dúvida, mas por vezes entediante. Pela linguagem, pelas reiteraões, por posiões discutíveis ou contestáveis. No país moderno, dinâmico e arrojado de hoje, a palavra de Gilberto Freire é pouco ecoante. Sua contribuição para a historiografia fica assinalada, é posição firme, por obras mais antigas, o que não é pouco, convenha-se. De quantos autores se poderá dizer o mesmo?

Ainda na década de 1930 aparecem em livro os dois maiores historiadores de sua geração: Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Caio nasceu em São Paulo em 1907 e morreu também em São Paulo, em 1990. De família tradicional, rica e influente na política, tinha entre os ancestrais historiadores como Eduardo e Paulo Prado. Fez estudos de modo assistemático, ora em São Paulo, em casa, ora na Inglaterra (Colégio Chelmsford Hall, em Eastborn). O curso de direito, na Faculdade de São Paulo, pouco lhe valeu, pois não se dedicou à advocacia. Viajou muito, como Eduardo e Paulo, até com longos períodos em diferentes centros. Visitou a União Soviética, quando era perigosa e rara a visita. Atraído pela política, depois de rápida passagem pelo Partido Democrático, militou muitos anos no Partido Comunista, desde 31, com intensa atividade; foi deputado estadual em 47, com o mandato cassado em decorrência da lei que colocou o órgão na ilegalidade, na qual quase sempre estivera. Com o degelo provocado pelo XX Congresso do Partido Bolchevista, em 56, há um abalo nas organizações comunistas no mundo inteiro, com críticas ao centralismo, ao culto da personalidade, em começo de abertura muito lenta, de avanços e recuos. Se antes não havia crítica interna, debate, este começa. E Caio escreveu livro rumoroso, no qual expõe sérias reservas à atuação do organismo no Brasil, como o fazia antes, mas sem divulgar, para não fortalecer o policialismo repressivo. Divergiu, como outros, da orien-

tação seguida, mas não abandonou oficialmente as fileiras partidárias. Estas se fragmentaram naturalmente, eco do clima mundial, como a linha teórica também deixou de ser monolítica, de modo a ser difícil hoje, senão impossível, dizer o que é o partido e quem a ele pertence, tantas são as suas alas, como não se pode dizer, com a generalidade vazia de antes, quem é ou não marxista, dada a natural multiplicidade de interpretações. Como qualquer outro pensamento, esta é obra aberta a diferentes leituras, como se vê na variedade de correntes, todas supostamente representativas da verdade, excomungando umas às outras, como é compreensível em seitas religiosas. A denúncia do sectarismo é feita por Caio em *A revolução brasileira*, de 66, um dos textos mais importantes da vida política nacional. Em 35 participara ativamente da Aliança Nacional Libertadora. Preso por dois anos — era a segunda vez —, livremente exilou-se na Europa, lá permanecendo até a guerra de 39. Talvez por influência de Monteiro Lobato, de quem foi amigo íntimo, dedicou-se a atividades empresariais, com a livraria e a editora Brasiliense, depois com a gráfica Urupês e a *Revista Brasiliense* — 51 números, de 1955 a 64.

Firmou o nome, de fato, como historiador. A estréia, em 33, dá-se com *Evolução política do Brasil*, texto breve mas profundo, marcando um rumo na historiografia. É dos poucos livros justamente chamados de seminais. A primeira edição tinha o subtítulo de "Ensaio de interpretação materialista da história do Brasil", corretamente suprimido nas subseqüentes: o importante é aplicar o método, não colocar uma etiqueta. Já se escrevera em nome do marxismo entre nós, mas de modo frouxo, ingênuo ou mecanicista. Caio é o primeiro a fazê-lo com critério e sem simplificações — um título para essa publicação pioneira.

O importante é a maturidade aí revelada: percebe-se no autor pleno domínio da trajetória nativa, em visão original. Sintético, apreende o essencial do processo da Colônia, da transição e do Império. Há aí achados brilhantes e definitivos. Não se

fala em feudalismo, como era comum — fala um pouco, de modo atenuado e de todo revisto em textos posteriores —, pela aplicação de categorias do mundo europeu. Esta será uma das idéias básicas, muito repetida em outros escritos e uma das origens de suas discordâncias com os rotulados marxistas locais. Compreende o problema da terra, o latifúndio, outro tema ao qual dedicará livros especiais. Na Colônia, vê a passagem do poder dos senhores para o governo metropolitano, fortalecido no século XVIII com os mascates e os emboabas, a imporem de vez o Estado. Se tem muito de novo para a Colônia, pouco acrescenta à independência, mas enriquece o conhecimento do período regencial, no justo papel concedido às rebeliões então verificadas. Enriquecedor também é o exame do Império no seu todo. Síntese poderosa, revela apreensão do essencial. Exerceu influência considerável, embora muitas vezes sem referência à fonte. Mais de cinquenta anos depois ainda mantém viço e vigor.

Passou a ser editado com o título *Evolução política do Brasil e outros estudos*, juntando ao texto inicial, não tocado, importantes trabalhos historiográficos: "O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo", "Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo". Foi sempre vivo o seu gosto pela geografia: a revista *Geografia*, na década de 1930, teve nele um de seus fundadores. Outros estudos, mais historiográficos: "Formação dos limites meridionais do Brasil", "Aires do Casal, o pai da geografia brasileira e sua *Corografia brasílica*", "O Tamoió e a política dos Andrada na independência do Brasil", "Roteiro para a historiografia do Segundo Reinado", "Cipriano Barata". Apareceram antes em revistas, livros de vários autores ou como prefácios a publicações de acesso difícil. Há ainda os "estudos demográficos", com "Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural", "A imigração brasileira no passado e no futuro", de alto valor sociológico e só possíveis por quem

dominasse bem a história. Uma das razões da densidade dos textos é o entendimento da ciência social com caráter de interdisciplinaridade, como não é raro entre os verdadeiros marxistas. O livro está na 16ª edição.

Seu segundo texto é o mais importante que produziu — *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942 — e uma das obras-primas de nossa historiografia. Anunciava mais dois volumes. Não os fez, infelizmente, desviado para a filosofia e a economia. Já insinuara a idéia de uma *História do Brasil* na obra anterior. Caso cumprisse a promessa, teria produzido talvez a obra mais valiosa sobre a nossa história. *Formação* teve enorme êxito, contando já com várias edições. Sua influência é enorme. O plano é sugestivo e eficiente: faz um corte na realidade, considerando o fim do século XVIII e a primeira década do XIX, ou seja, a superação do estatuto colonial e o estabelecimento da nacionalidade. Não faz quadro evolutivo, do século XVI ao XIX, mas, através de seus capítulos em três partes — "Povoamento", "Vida material" e "Vida social" —, dá visão do que foram os trezentos anos de domínio português. Abre o volume o capítulo "O sentido da colonização", uma das páginas mais densas de toda a historiografia. É a chave para a compreensão da análise, vista no quadro geral do sistema em que se integra o Brasil, na época do expansionismo marítimo imposto pelo comércio. O capitalismo incipiente explicaria a trajetória colonial. Se é magnífica a parte do "Povoamento" — a primeira, em quatro capítulos —, a "Vida material" — a segunda, em nove capítulos — trata da economia, da grande lavoura, da agricultura de subsistência; notável, pela originalidade, pois leva em conta o todo nacional, não uma área; o conjunto da produção, não só os sucessos da economia exportadora; o povo, na sua totalidade, precisado de produzir para sobreviver, em atividades de aparência menor, no cotidiano de grupos dominantes, de escravos, de gente livre, mas pobre e de mínima expressão. Já não é mais o estudo com base na raça ou no clima,

em caracteres nacionais estabelecidos pelo subjetivismo dos autores, mas rica compreensão da totalidade, em sua dinâmica social, de delicada e profunda apreensão. O historiador ganha uma força e uma garra explicativa até aí ignoradas.

A leitura do conjunto seria facilitada com capítulos mais curtos ou subdivisões e subtítulos a orientarem o leitor. Como está, a leitura é por vezes árida, como no longo capítulo sobre a administração. Justo e rigoroso quase sempre, comete pequenos deslizes como ao falar em "raça bastarda" e "pureza racial", embora o capítulo sobre raça tenha entendimento irrepreensível. Pequenos cochilos de linguagem não o invalidam.

O texto é fruto de muita reflexão e pesquisa. Esta faz uso farto de fontes primárias, na quase totalidade já impressas. Dois documentos sobrelevam os demais e explicam a qualidade do escrito: a *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, livro de fim do século XVIII e pronto em 1802, de Luís dos Santos Vilhena — já examinado em lugar próprio — e "Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí", publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, de autoria desconhecida. *Formação* é marco na bibliografia, bastando, só ele, para garantir a Caio Prado Júnior a posição de historiador de primeira grandeza. É o texto mais importante até hoje produzido sobre a Colônia. Editado quase 35 anos depois de *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu, este, apesar de sua importância, passou a segundo plano, pois menos abrangente, embora, é claro, sem perder sua alta categoria. Capistrano dominou sem contraste período menos longo que o de Caio, ainda o mais significativo. Ao tema se dedicaram com êxito e contribuições dois outros autores: Sérgio Buarque de Holanda no capítulo "A herança colonial — sua desagregação", de 1962, do primeiro volume do segundo tomo da *História geral da civilização brasileira*, por ele coordenado, bem como Fernando Antônio Novais em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, em 79.

De 45 é *História econômica do Brasil*, com êxito imediato. Atendia às necessidades da cadeira de história econômica, até aí de ínfima bibliografia. Estuda o processo dos primeiros dias aos atuais, acrescentando capítulos atualizados em suas sucessivas edições. Um terço é reaproveitamento de passagens do livro anterior. A contar da parte "A era do liberalismo" (1808-50) é todo novo. Excelente, preocupa-se mais em interpretar que em informar, mas não é seco em dados e permite ao leitor médio acompanhar a trajetória econômica. Há matérias antes não vistas em livro, como os capítulos sobre a industrialização e o imperialismo. Na última edição chega a 1970, não avançando até nossos dias.

Curioso — e lamentável para os estudiosos de história — é que autor tão soberbamente realizado deixasse a história, enveredando para a filosofia, na qual produz *Dialética do conhecimento*, em dois volumes, em 52; *Introdução à lógica dialética*, em 59; *Estruturalismo de Lévi-Strauss — O marxismo de Louis Althusser*, de 1971. Em economia, *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, em 54, e *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, em 57. Fez dois volumes de viagens, de interesse apenas relativo: *URSS, um novo mundo*, em 34; *O mundo do socialismo*, em 62. Voltaria à história em 68, com breve texto — *História e desenvolvimento*, sugestivo e instigante, mas sem a força dos anteriores. Mais valiosos e de interesse para a história são *A revolução brasileira*, de 66, e *A questão agrária no Brasil*, em 79.

Os textos de Caio são sempre sólidos. Os melhores são os de história, ligeiramente analisados aqui. Sobre os de filosofia preferimos não falar, por fugirem ao tema considerado. Nos históricos, os mais significativos, a estrutura nem sempre é a ideal — caso de *Formação*, como se viu. A escrita é às vezes árida. O autor não corteja a popularidade e é destituído de interesse literário. Seus livros não procuram o brilho, mas a densidade. E a conseguem superiormente, colocando-lhe o nome entre os maiores historiadores brasileiros de todos os tempos, um dos mais

importantes de hoje. Deu uma contribuição definitiva para melhor conhecer e pensar o Brasil, que ele tanto conhece e sobre o qual tão serena e severamente pensou, muito acrescentando ao já sabido: um inovador, um ponderável cientista social.

Sérgio Buarque de Holanda deixou obra de muitos títulos. Foi crítico e historiador da literatura, culto e de refinado gosto, com obras definitivas na especialidade. A maior parte das atenções dedicou à história, com vários livros, assinaláveis pela erudição, temática e interpretação quase sempre feliz. Refletiu sobre o país, com conhecimento profundo, de modo a marcar o pensamento e a historiografia. Seus livros distinguem-se também pela excelência da forma, como escritor forte, estilista: pode-se dizer, enfaticamente, ser o historiador nativo mais artístico em sua prosa, distinguindo-se não só entre os contemporâneos como entre os anteriores. Na vida intelectual do país é dos raros a serem apontados como verdadeiro *clerc*: exerceu algumas funções públicas, na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional do Livro, no Museu Paulista. Foi professor em escolas do Rio e São Paulo (Universidade do Distrito Federal, Escola de Sociologia e Política e Faculdade de Filosofia da USP, de 56 a 69); exerceu o magistério no exterior (Europa, Estados Unidos, alguns países da América Latina). Participou de dezenas de congressos aqui e no exterior. Não estará na cátedra sua principal atividade, mas na obra de historiador. Dedicou-se ainda ao jornalismo, como agente de órgão brasileiro na Alemanha de 29 a 30, representante da Associated Press, crítico literário em folhas do Rio e São Paulo, por dilatado tempo. Publicou o primeiro artigo aos 18 anos, no *Correio Paulistano*. Toda essa atividade é pouco conhecida. Entretanto, já então escrevia artigos notáveis, a serem colhidos um dia em livro. Em conferência de agosto de 86 na Universidade de Campinas, Alexandre Eulálio revelou muito desse material. O historiador não o publicou em livro, como não o fez com a maior parte de muito da imprensa em décadas subseqüentes, pela modéstia e seu caráter nada pro-

mocional, em terra em que muitos colocam em livro resenhas de uma lauda, simples registro de livros.

Sérgio nasceu em São Paulo em 1902 e aí morreu em 82. Na sua cidade, fez os cursos de primeiro e segundo graus. Já o superior seguiu na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, formando-se em 25. O período passado no Rio coincide com a efervescência do movimento modernista, no qual participou intensamente, representando a revista *Klaxon* ou dirigindo com Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas) a revista *Estética*, uma das mais expressivas do movimento, pela identificação entre o intento renovador da arte e suas convicções pessoais; tinha gosto pelo lúdico e pela iconoclastia, daí sua adesão ao período inicial, o mais vivo na destruição dos falsos valores consagrados e combatidos por quantos desejavam outra coisa. Também se identificou com os modernos em seu anseio de aprofundar o que o país tem de autêntico. Com alguns outros, saberá detectar no passado o melhor a ser defendido. Daí a linha crítica de seus escritos, com a colocação de nova temática e o uso de eficaz metodologia para estudar o Brasil, repensando-o e apontando-lhe caminhos, como se verá em seus escritos historiográficos. Ao longo desses anos leu muito, adquiriu cultura profunda em sociologia, antropologia, etnologia, história, literatura. O período passado na Alemanha revelou-lhe a importância da contribuição daquele país, com o conhecimento da ciência social ali praticada e não conhecida entre nós. Trouxe o mais moderno feito e usou com critério e lucidez, sem mimetismo, esse patrimônio cultural.

Teve militância política no Partido Socialista, assinou todos os manifestos em favor da liberdade na época do fascismo de guerra de 39-45, como depois, na ditadura militar, em 1964. Foi um dos fundadores do PT — Partido dos Trabalhadores.

A obra de Sérgio distingue-se mais pela qualidade que pela quantidade. Se não editou muitos livros, poderia ter feito mais, reunindo artigos ou estudos críticos, conferências e prefácios,

em volumes substanciosos. Dezenas de conferências escritas encontram-se esparsas por aí e precisam ser enfeixadas em volume. O mesmo se pode dizer de prefácios, às vezes amplos e sempre profundos, como os da reedição de *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, de 36, análise densa do romantismo; o da tradução de *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz, de 41; o de *Etnologia sul-americana*, de Wilhelm Schmidt, de 52; o das *Obras econômicas*, de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho, de 66. Sem falar em muitos outros, às vezes menores mas não sem mérito, a livros que foram teses de concursos por ele orientadas. Desses artigos publicou apenas dois pequenos volumes — *Cobra de vidro*, de 44, e *Tentativas de mitologia*, de 79, quando poderia publicar mais alguns. Não o fez, pela modéstia e caráter antipromocional. Não que não tivesse apreço por quanto fazia: tinha, defendendo com vigor suas idéias quando atacado. Só não tinha fatuidade, traço comum entre seus patrícios e colegas historiadores.

Sua obra tem títulos diversificados e todos de valor. Começou por um estudo de síntese, ensaio impressionista em 36, no qual estuda sucintamente aspectos da formação nacional, bem como a crise das instituições em seu tempo, o Brasil na conjuntura de então. Deu muito que falar, sobretudo pelo capítulo sobre “o homem cordial”, depois por ele mesmo melhor explicado e situado. O livro começou a ser feito na Europa, em 1929 e 30, como *Teoria da América*. Redigiu algumas partes, não as completou. Depois, aqui, redigiu capítulos com a análise das indecisões do movimento de 30, com o debate das ideologias da esquerda e da direita, denunciando o crescimento desta, o liberalismo oficial e frágil, a Constituição de 34, como se dá sobretudo nos capítulos “Novos tempos” e “Nossa revolução”. *Raízes do Brasil* não é fácil, a começar pelo rótulo a ser-lhe dado: história, antropologia, etnologia, psicologia social. Parece-nos merecer o de história. Autor sutil, requintado e metafórico, requer

muito do leitor, escapando aos sem hábito de leitura e sem conhecimento de bibliografia mais ampla, interdisciplinar, dados só aos textos lineares. É para quem conhece a história factual, já iniciado em ciência social, pois uma e outra estão implícitas ao longo do volume. É quadro vivo do Brasil da virada pós-30, na denúncia de vícios da República oligárquica e estagnante. Não idealiza o passado, aponta para o futuro. Certo acento demasiado psicologizante compromete-lhe às vezes a visão. Superaria a falta nos volumes seguintes.

Depois da ecoante estréia em 36, fez livro didático com Otávio Tarquínio de Sousa, sem maior repercussão. Voltaria ao gênero em 72-74, orientando uma *História do Brasil* com outros colaboradores, entre os quais Virgílio Noya Pinto. Também sem maior repercussão, pois no gênero só pegam livros fáceis ou facilitados, para consumo acrítico.

O importante são os títulos originais que produziu: assim em 45, com o admirável *Monções*, pequeno grande livro, fundamental na imensa e desigual bibliografia do bandeirismo, fugindo às suas características convencionais. Pesquisou muito então e depois, no Rio, em São Paulo, Mato Grosso, Portugal: preparava outra edição, várias vezes ampliada, como dizia. Não chegou a publicá-la. E a segunda edição saiu como a primeira. Póstumo, em 86, apareceu *O Extremo-Oeste*, fruto de pesquisas originais em arquivos virgens, como os do Mato Grosso. Ainda sobre o bandeirismo — era fascinado pelo século XVII —, deixou mais dois textos fundamentais, até agora escondidos em revistas: em 48, “A expansão paulista no século XVI e começo do XVII”, em 49, “Índios e mamelucos na expansão paulista”. Alen⁸ tados, juntos, dariam livro de êxito e influência. Espera-se ainda por esse volume.

De 57 é um de seus melhores títulos: *Caminhos e fronteiras*. É história e etnologia, pouco freqüente entre nós. Liga-se a *Monções* e aos textos citados sobre o bandeirismo, de certo modo, na

análise de técnicas primitivas e adaptação do homem a situações novas. É a história econômica e social compreendida em sentido mais alto e amplo, supondo leituras diversificadas, pesquisas, conversas, viagens — observador atento e voltado para o cotidiano. Se *Raízes do Brasil* só poderia ser escrito por ele, também *Caminhos e fronteiras*, por características de originalidade não encontradas em seus colegas de ofício.

Segue-se *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, de 58. Supõe erudição em filosofia, literatura, sociologia e tudo mais que no país dificilmente se encontra em uma só pessoa. Saber culto e saber erudito, para usar a distinção de Max Scheler. Ao conhecimento obtido nas leituras e pesquisas some-se a inventiva, aqui muito acentuada. A imaginação criadora tem na análise papel decisivo. Será editado em português e em muitas outras línguas, mesmo daqui a decênios. Dos poucos livros patricios com as características das grandes obras universais, honraria qualquer bibliografia. Como em casos anteriores, poderia dizer-se que só Sérgio poderia escrevê-lo entre nós.

Dedicou-se então, de 1960 a 72, a dirigir a *História geral da civilização brasileira*, na qual ficou com as partes referentes à Colônia e ao Império. Devia ser orgânica, como a dedicada às civilizações, editada na França sob a direção de Maurice Crouzet. Convocou, como aquele, um grupo de colaboradores, mas, a nosso ver, em número excessivo, resultando obra necessariamente fragmentária. Tem capítulos notáveis e outros fracos. O principal colaborador é o diretor, redigindo as melhores partes. Se todas que faz são boas, algumas são ótimas. Incumbiu-se, só, do volume *Do Império à República*, de 72. Confirmam-se aí suas grandes qualidades de historiador. Nada de tão importante se escrevera sobre fase já inspiradora de muitos textos. Vai exercer influência, apesar do deplorável silêncio da crítica, que não lhe dedicou uma linha. A fase republicana será dirigida por outro. Segundo o autor, ele pensava dirigir a coleção para escrever

uma *História do Brasil*, trabalho necessário e meta de todo historiador. Não o fez e foi pena, pois tinha o conhecimento indispensável e o sentido de síntese, apesar de seu tom digressivo — um de seus encantos.

Publicou ainda, na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, coordenada por Florestan Fernandes, o volume dedicado a Ranke, em 79, confirmando sua superior formação teórica.

Pelo conjunto da obra, pelo rigor de pesquisa e lucidez do entendimento do processo, superioridade de estilo e beleza de elaboração, forma no primeiro plano da historiografia de hoje ou de ontem. É um dos maiores nomes a serem reverenciados.

Roberto Simonsen ilustra aspecto significativo de nossa vida intelectual: como resulta de acasos. O estudioso não pode viver de suas atividades, pois nem as universidades as atendem nem há outras instituições com papel de aproveitamento e apoio. Simonsen nasceu em São Paulo em 1889, poucos meses antes da República; morreu no Rio em 1948. Formado em engenharia, tornou-se empresário poderoso, fez fortuna. Líder de seu grupo, teve posições de relevo na direção de órgãos econômicos, financeiros, industriais. Encarnou como ninguém a iniciativa privada com ligações com o Estado, defendendo a industrialização, o nacionalismo econômico. Na época do Estado Novo, Getúlio viu nele o agente ideal para defesa de seus programas industrialistas, favorecidos pela guerra de 39-45. Vargas assumiu empreendimentos fundamentais, como a siderurgia e a exploração de minérios, a Usina de Volta Redonda para aquela e a Companhia Vale do Rio Doce para esta. Criou inúmeros serviços públicos com vistas à economia. Foi o verdadeiro agente de amplo debate entre o velho liberalismo e o intervencionismo. Este se verificou em 44 e é conhecido como “a controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico”. As duas posições polares foram representadas por Eugênio Gudin, do lado liberal, e Roberto Simonsen, pelo intervencionismo. O debate

teve ecos que se prolongam, e Simonsen, a longo prazo, foi o vitorioso.

Homem seguro e brilhante, teve trajetória espetacular como empresário. Depois, político, foi constituinte em 34, senador em 47, sempre à frente de entidades de classe. No quadro de suas relações pessoais, contou com amigos como Capistrano, Taunay, Calógeras, e historiadores. Estes lhe despertaram o gosto por tais estudos (Calógeras, quando ministro da Guerra, contribuiu também para impulso do empresário), aos quais se dedicou com lucidez e decisão, formando grupo particular de trabalho para pesquisas e discussões. Via na história não o lazer intelectual, mas a orientação para melhores rumos da vida econômica. Assim, quando em São Paulo se criou a Escola Livre de Sociologia e Política, participou ativamente. Coube-lhe reger a cadeira de história econômica do Brasil. Como não houvesse livro especializado, passou a escrevê-lo. A bibliografia até aí era restrita e de acesso difícil, além de insuficiente como conteúdo: havia *Histórico da formação econômica do Brasil*, de Vítor Viana, de 22, e, sobretudo, o inteligente *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, de Lemos Brito, de 23. O resultado foi a edição em 37 de *História econômica do Brasil*, em dois volumes. Trata-se de obra altamente informativa, reveladora de pesquisa feita em documentos já editados ou livros. O critério e a inteligência do autor explicam sua alta qualidade. Estuda, na linha tradicional, os impropriamente chamados ciclos, apresentando quadro quando possível completo sobre o açúcar, o ouro, o gado, as especiarias do sertão. O capítulo sobre a Amazônia era original para a época. Pena ficasse só no período colonial, detendo-se em 1820. Objetivo, sem digressões teorizantes, informa e dá quadro básico para desenvolvimentos posteriores. A obra frutificou, exercendo ampla influência. Inexplicavelmente esgotada por longos anos, foi reeditada várias vezes, em justo êxito.

Simonsen escreveu ainda outros textos marcantes, como *As consequências econômicas da abolição*, em 38. Eram provocados por alguma convocação. Tal é o caso, em 39, de *A evolução industrial do Brasil*, a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior — breve, mas sugestivo; *As crises do Brasil*, também de 39, relatório para a Federação das Indústrias de São Paulo, pelo susto causado pela crise de 29; *Aspectos da história econômica do café*, de 40, com muito sobre a cultura, comércio e preços, escrito para o Terceiro Congresso de História Nacional. Simonsen foi homem de ação, um pragmático, não-intelectual dado à história. Cultivou-a com o pensamento em problemas imediatos. Assim mesmo escreveu trabalhos importantes, por sua inteligência, visão global e superior senso crítico.

Quem também estréia na década de 1930, com obra fecunda e às vezes fecundante, é Nelson Werneck Sodré. Se lhe falta originalidade ou o talento de composição dos três anteriores — Gilberto, Caio e Sérgio —, é operoso, coerente e tem momentos felizes em suas obras. Nelson nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1911. Militar, foi chefe do curso de história militar da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, chefe do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), professor visitante da Universidade de Brasília. Mais vida de intelectual que militar, embora as duas atividades nele se entrelacem. Radical de esquerda, nacionalista empenhado nas grandes causas de seu tempo, que contaram com a participação decisiva das Forças Armadas, deve ter sido visto muitas vezes como estranho ou suspeito entre seus colegas de farda, entre os quais o esquerdismo nunca foi a nota mais forte. Por outro lado, entre os intelectuais nem sempre teve melhor conceito, pois lhe apontavam certo esquematismo mecanicista na adoção e prática do pensamento marxista, que sempre proclamou — sem falar em outros que o recusavam de todo, pelo fato de o verem como marxista. Teve e tem posição difícil e contro-

vertida. Decerto é um puro intelectual, um *clerc*, pois sempre foi estudioso dedicado de todo à sua obra. Sem ambições, ele, um esquerdista, não namorou o poder na época de João Goulart, quando muitos aderiram à esquerda por oportunismo. Ao contrário até, por discordâncias com o sistema de então, foi para a reserva, como general de brigada, dedicando-se apenas aos estudos, seu forte. Nada promocional, não pertenceu a grupos, seguindo solitário a carreira de escritor, meritória e respeitável.

Sob tal prisma interessa-nos aqui. Sodré foi e é eminentemente historiador, dedicando-se também à crítica literária, à estética marxista, ao materialismo histórico. Sua bibliografia é ampla e desigual. Começou com *História da literatura brasileira*, em 38. Se anuncia em subtítulo seus fundamentos econômicos, na verdade o faz insatisfatoriamente. Demais, a estrutura e composição do livro não são as melhores. Cumpriu um papel, contudo. No ano seguinte apresentou *Panorama do Segundo Império*, erudito, mas sem relevo mesmo em sua obra. De 41 é *Oeste, ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de temática de pouco cultivo e até instigante. Publica depois, em 42, *Orientações do pensamento brasileiro*, seguido, em 43, de *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil*. Em 45, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de várias edições e todas aprimoradas. Cumpriu útil papel de obra de referência. Está aí uma das vertentes de sua produção, na linha do livro de 38, que prosseguiu com *A ideologia do colonialismo*, em 61, um de seus melhores títulos; *O naturalismo no Brasil*, em 65; *Síntese da história da cultura brasileira*, em 70. Do mesmo ano é o interessante *Memórias de um escritor*, do qual só se tem até agora o primeiro volume, sobre a formação. A parte mais substantiva de seu trabalho começa em 44, com *Formação da sociedade brasileira*, prosseguida em 62 com *Formação histórica do Brasil*; *História da burguesia brasileira*, de 64; *História militar do Brasil*, de 65; *História da imprensa no Brasil*, de 67. São livros de muita coerência, mas de leitura às vezes penosa pela composição, com

excesso de notas de citações longas de muitos autores; embora apareçam como apêndice a cada capítulo, perturbam a leitura, quebrando-lhe o fluxo. Ainda a ser assinalado: são, no fundo, o mesmo livro, com pequenas variações. Se revelam reflexão amadurecida, não revelam pesquisa original, frequência aos arquivos, uso de fontes primárias. O autor há muito anuncia uma *História da propriedade no Brasil*, obra esperada com ansiedade. Se feita nos moldes das anteriores, dificilmente terá muito sentido, pois o assunto requer pesquisas ainda não feitas. A bibliografia existente é precária, não permite síntese. Será apenas mais um título à série repetitiva.

Além dessas duas vertentes, ligadas ora a uma ou a outra, há mais livros, de interesse variável: o mais significativo é *Introdução à revolução brasileira*, de 58, com muito de discutível, mas, no conjunto, estudo de significado, talvez o mais importante do autor. Há mais: *Quem matou Kennedy*, 63; obras do gênero *Ofício de escritor*. *Dialética da literatura*, 65; *Fundamentos da estética marxista*, 68; *Da economia marxista*, 68; *Do materialismo histórico*, 68; *Do materialismo dialético*, 68. Destaque-se, pelo depoimento pessoal, *Memórias de um soldado*, 67, de muita riqueza como fonte. Mais recentes, com a visão de quem participou ativamente do processo, ao menos como observador e vítima, *Brasil, radiografia de um modelo*, de 75, com muita repetição de teses de livros anteriores, sem mais, acrescentando algo sobre a atualidade, em perspectiva eminentemente econômica. *Vida e morte da ditadura*, de 84, análise dos últimos vinte anos. *História e materialismo histórico no Brasil*, de 85, é análise da produção sobre o Brasil mais recente: reúne artigos em jornais e revistas, com críticas às vezes contundentes e injustas, na tentativa de desnudar obras de repercussão. A nota de ressentimento, aí visível, prejudica-lhe as análises. O mesmo se dá em *História da história nova*, de 86, valendo como depoimento de quem atuou, viu e sofreu, com estudos sobre o ISEB, o terrorismo cultural da ditadura militar, a história da His-

tória nova, empreendimento do qual foi o coordenador. Será consultado com proveito no futuro pelos interessados nesses anos tão importantes, embora negativos. Há aí muita injustiça em julgamentos ou narrativa de fatos, obliterados pela paixão do instante, compreensíveis mas não justificáveis. Outros títulos poderiam ainda ser lembrados, comprovando a operosidade do autor.

Nelson Werneck Sodré tem obra de vários aspectos, como se viu: de estudos da vida intelectual do país, de sua produção bibliográfica e sobretudo historiográfica, análise do pensamento brasileiro sobre o Brasil. Historiador de diferentes aspectos do processo nacional, com livros algo repetitivos; dos anos mais próximos de nós, em que a análise é mais viva e algo apaixonada, como é razoável. De eco entre os leitores, suas edições se multiplicam. Nunca fez promoção pessoal e nem foi promovido por ninguém. Decerto não está ainda devidamente colocado pela crítica, que o ignora ou lhe nega tudo, em atitude incorreta. Respeite-se essa produção, pela sinceridade de sua base.

Compreende-se, contudo, a crítica freqüente entre os esquerdistas de certo mecanicismo em sua aplicação das teses marxistas, que lhe diminuem o rigor ou a lucidez das análises. Certa passagem pouco feliz e repetida pelo menos duas vezes comprova-o. Está na primeira página da *Formação histórica do Brasil*, como em um volume da *História nova*. Trata da colocação da atitude de quem vai analisar o processo histórico, síntese do materialismo baseado nas formas de produção:

o grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sobre a natureza, o seu grau de desenvolvimento. As épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem mas como produzem. (...) Produzimos, hoje no Brasil, o milho e a mandioca e deles fazemos uso variado (...); o indígena também produzia o milho e a mandioca (...). O que distingue os brasileiros de nosso tempo dos indígenas do século XVI é a maneira diversa de produzir o milho e a mandioca (...).

Francamente, não se pode imaginar forma tão simplista de explicar o marxismo. Parece até caricatura.

Passagens assim provocaram críticas à obra de Sodré, nas quais há às vezes o justo rigor dos estudiosos, mas nas quais há sobretudo a má vontade pela posição ideológica por ele assumida. O autor merece mais respeito, pela coerência, pela operosidade de uma vida dedicada à historiografia. Respeito e isenção de paixões, como ele revela quase sempre em *O que se deve ler para conhecer o Brasil* e às vezes lhe falta em *História e materialismo histórico no Brasil*.

José Honório Rodrigues exerceu influência pela amplitude de sua obra. Nascido no Rio de Janeiro em 1913, aí viveu quase sempre, com exceção de breves períodos na Europa ou nos Estados Unidos. Formado em direito, não se dedicou à advocacia, mas ao labor historiográfico, de modo direto ou indireto. Funcionário público do Instituto do Açúcar e do Alcool, aí começou a pesquisar a história do açúcar, sobre a qual escreveu valiosa obra, ainda perdida em fascículos da revista do órgão, exigindo aparecimento em livro. Trabalhou depois no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional, dirigindo a Divisão de Obras Raras de 46 a 58; ao mesmo tempo, entre 48 e 51, dirigiu a Secção de Pesquisa do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores). Ocupou a chefia do Arquivo Nacional, de 58 a 64, em gestão admirável: em breve exercício, transformou organismo apático em algo muito vivo — remodelou a casa, alterando sua estrutura; atraiu técnicos em arquivística de vários países, que lhe deram novas diretrizes ao trabalho, promovendo cursos para preparo de pessoal, escrevendo livros sobre arquivos e suas técnicas, logo traduzidos e editados. O Arquivo Nacional tem em sua administração momento decisivo: é um antes e outro depois. Demais, esse trabalho repercutiu em alguns Estados, que acorreram à sua convocação para cursos (nem todos o fizeram, em deplorável omissão), além de editar livros

especializados, à disposição do público. Antes, tivera bolsas para aprimoramento no exterior: em 43-44 nos Estados Unidos, pela Fundação Rockefeller; em 50 e 68 na Inglaterra, pelo Conselho Britânico.

Leitor constante, formou conhecimento sedimentado em arquivística e historiografia até aí não verificado em nenhum de seus patrícios. Teve missões no exterior: de uma delas resultou o importante relatório *As fontes da história do Brasil na Europa*, em 1950. Dedicou-se ao magistério: no Itamarati, no Instituto Rio Branco, deu aula de história diplomática de 46 a 56. Professor na Universidade de Brasília, eventualmente em outras universidades, como na Fluminense. Lecionou também no exterior: nos Estados Unidos, em Austin (63-4 e 66) e em Columbia (70). Fez conferências e participou de congressos de história, sempre com viva atuação, nos Estados Unidos, em países da América Latina, na Europa e em muitos estados brasileiros. Vida profícua, portanto, dedicada exclusivamente ao estudo e divulgação da história.

Refira-se agora o básico em toda essa atividade — a produção historiográfica. Ampla, parece-nos possível dividi-la em cinco grupos: o da teoria, metodologia e historiografia, em obras sistemáticas; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; edições de textos. Em perspectiva sumária, lembrem-se alguns títulos: Teoria, metodologia e historiografia — *Teoria da história do Brasil*, 49; *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, 49; *A pesquisa histórica no Brasil*, 52; *História da história do Brasil, a historiografia colonial*, 79. Três desses títulos são fundamentais para todo estudioso. Pode-se dizer que no gênero ninguém produziu tanto quanto ele. Se não foi o criador, foi quem mais fez e marcou rumos. Na segunda categoria — história de temas: *Civilização holandesa no Brasil*, 40, juntamente com Joaquim Ribeiro. Foi o principal autor, como reconhece seu parceiro. Bem mais importantes são: *Brasil e África, outro horizonte*, 61; *O Parlamento e a evolução nacional*, 72; *Independência:*

revolução e contra-revolução, em cinco volumes, 76; *O Conselho de Estado: quinto poder?*, 78. Na categoria de ensaios historiográficos: *Aspirações nacionais*, 63; *Conciliação e reforma no Brasil*, 65; *História e historiadores do Brasil*, 65; *Vida e história*, 66; *História e historiografia*, 70; *História, corpo do tempo*, 76; *História combatente*, 82; *História viva*, 85.

Entre obras de referência, de certo modo podem ser consideradas as do primeiro grupo, mais os índices anotados da *Revista do Instituto do Ceará*, 59, e da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 61. Na última categoria da classificação aqui proposta, estariam as edições de textos, com dezenas de volumes: entre outros, *Anais da Biblioteca Nacional* (volumes 66 a 74, entre 1948 e 63, sempre com substanciosos prefácios); *Documentos históricos da Biblioteca Nacional* (volumes 71 a 110, 1945-55); *Cartas ao amigo ausente*, de José Maria da Silva Paranhos, 53; *Correspondência de Capistrano de Abreu* (três volumes, 54-66); *O Parlamento e a evolução nacional, 1826-40* (sete volumes, 72); *Atas do Conselho de Estado* (13 volumes, 78). Todos com prefácios, às vezes anotações e índices especiais. Há reedição de vários livros de Capistrano de Abreu. Sem falar em muitos outros prefácios e notas para originais ou reedições, de diferentes autores, épocas e dimensões. Esse conjunto de trabalhos coloca José Honório na linha dos mais incansáveis historiadores do país, como Varnhagen e Capistrano.

Examinando a obra sob o aspecto qualitativo, tem-se que é valiosa, pela lucidez, dedicação contínua, sentido do verdadeiro trabalho historiográfico, que o leva a compreender a atividade como coisa viva, atuante, ligada ao país e à época, como se vê até por alguns dos títulos citados. Sua maior contribuição é à história da historiografia, com títulos como os anunciados. Entre eles, as bibliografias, os levantamentos de assuntos, estudos de historiadores de sua preferência, a contribuição dos *brazilianists*, o levantamento de arquivos, a evolução da pesquisa, as missões

brasileiras no estrangeiro e muitos outros assuntos. A parte mais essencialmente teórica é menos valiosa, como se dá em capítulos de *Teoria da história do Brasil* ou no livro *Filosofia e história*, de 81. Os dedicados a temas são variáveis: o de estréia, em 40, é apenas promissor; os seguintes seriam bem superiores. O mais importante, pelas dimensões, é o dedicado à independência. Pesquisa notável, ressentido-se na apresentação de certa falta de síntese. O mais completo sobre o assunto, é a melhor contribuição do muito escrito na comemoração dos 150 anos da independência. Falou-se na falta de sentido de síntese. Ela é real, o autor é melhor nos ensaios que nas análises minuciosas de temas. Como todo historiador patricio, pensou em fazer uma *História do Brasil*. Contratado por editora inglesa, pensou ter chegado o seu momento e se propôs a fazê-la. Anunciou-a em várias ocasiões, mas desistiu da tarefa. É uma pena, outra oportunidade perdida, pois também Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda a anunciaram e não a fizeram: dispersos por outros campos — caso de Caio —, por múltiplas tarefas e certa disponibilidade — Sérgio —, talvez por falta de sentido de síntese — caso do autor agora considerado, parece. Os ensaios às vezes são notáveis como revelação — caso dos *brazilianists* — ou como acuidade: entre outros, lembrem-se *Aspirações nacionais*, todos os de *Conciliação*, alguns perfis de historiadores — Varnhagen e Capistrano — ou políticos — visconde do Rio Branco e “os generais presidentes”.

A obra de José Honório prende por sua capacidade de pesquisa e atenção a aspectos fundamentais. É apaixonada e por vezes apaixonante. Declara a todo momento seu amor ao país — “vibro e me arrepio com as grandes causas nacionais”, escreveu em 75 no prefácio de *Independência* —, a indignação ante a incapacidade dos políticos, por vezes até mesmo a indiferença ou a traição; denuncia com rigor e vigor a incompetência dos dirigentes, bem como exalta a superioridade do povo, verdadeiro agente do processo nacional. Insiste no caráter cruento de nossa

história — tese esboçada por Capistrano, sem o devido aprofundamento —, chegando a exageros que deixam o leitor crer a trajetória nativa mais cruenta que a dos Estados Unidos ou da União Sul-africana. Há visível exagero na afirmação de que a independência brasileira foi tanto ou mais cruenta que a das antigas colônias espanholas. O tom indignado ou irado pode constituir até algum encanto nas conferências e debates, mas leva a injustiças, freqüentes em artigos de crítica bibliográfica, descambiando mesmo para o xingatório.

Em resumo, trata-se de obra valiosa, contribuição para o conhecimento do processo nacional. Muito do mais significativo pulsa em milhares de páginas que escreveu, sob certo aspecto consubstanciado em *Teses e antíteses da história do Brasil*. A bibliografia é enriquecida por esse conjunto de livros desiguais, com uma nota comum que é a pesquisa atenta, o desejo de esclarecer, interpretar, apontando rumos, com vistas a superar entraves criados pela ordem externa e muito também pela interna, pela mediocridade dos grupos dirigentes, às vezes pelo impatriotismo e até pela traição. No campo intelectual, principalmente no historiográfico, denuncia o oficialismo, a subserviência de quem devia encarnar a liberdade, com autonomia e vigor, consumindo-se na rotina, no oportunismo, no culto do convencional, quando há potencialidades a serem devidamente exploradas, rumos a serem trilhados. Além dos livros, reeditados e alguns traduzidos, José Honório exerceu e exerce influência pela renovação dos arquivos, através de escritos e do trabalho em alguns; no ensino da história, com textos decisivos — como *Teoria, pesquisa, historiografia* — e pregação de programas renovadores, referência a escolas ou autores não conhecidos, a defesa de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, críticas a práticas obsoletas ou falsas. Distinguiu-se e afirmou-se pelo vanguardismo em meio conservador e acanhado, com repercussões na universidade, a instituição mais conservadora e falida. O autor se

recomenda pela amplitude do trabalho e pelo justo entendimento do destino do país que ama, estuda e tenta acionar com sua palavra.

Merece referência especial o caso de não-historiadores, mas que realizam obra de alcance historiográfico. Caso de juristas, sociólogos, economistas que produzem livros de história dificilmente escritos por simples historiadores, pela diferença de enfoques de suas colocações por causa da formação e especialidade. Se antes, em meios pouco cultivados — caso do brasileiro —, tinha-se conceito estrito de historiografia, este é hoje muito mais amplo. Tornou-se comum a idéia de ser a ciência social uma totalidade, de modo que todas se entendem e se interpenetram. Esta foi a grande lição da escola dos Annales, desenvolvida na França por Marc Bloch e Lucien Febvre, com profunda repercussão, daí espalhando-se pelo mundo. O Brasil, com tradicional vínculo com a cultura francesa, captou bem as idéias da revista *Annales*, desde 1929. E a interdisciplinaridade tornou-se comum. Não se compreende mais uma especialização em ciências sociais sem elos com outras: com a história, por exemplo, como não se entende a história sem diálogo com as ciências sociais, pelo menos com alguma delas, que lhe reforça o trabalho com alguma teoria capaz de organizar o material recolhido pelo pesquisador. Aqui mesmo já se falou em autores de antes com o sentido da interdisciplinaridade, beneficiando a historiografia. Hoje o fato é quase regra, não é mais exceção. Contribuiu para tanto, de modo decisivo, a criação de cursos de ciências sociais, a contar da reforma Campos, em 31, por nós adotada como marco periodizador — o terceiro momento.

Citem-se agora, com brevidade, alguns exemplos. Seja Vítor Nunes Leal o primeiro, advogado e jurista, com uma tese para a cátedra de Política na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro que é valiosa obra de história: *Coronelismo, enxada e voto*, título da edição de 49, antes apresentada com o título pouco

atraente de *O município e o regime representativo no Brasil*. A análise, em cinco capítulos, é eminentemente fundada na história, com o estudo do processo do coronelismo, atribuições municipais, eletividade da administração, receita, organização política e judiciária, legislação eleitoral. Enxuto, bem estruturado e bem escrito, é trabalho modelar. Aprofunda a história política, quase sempre restrita a aspectos externos mais vistosos e insuficientemente entendidos e explicados. Só escreveu esse livro — o mais é produção de natureza jurídica —, que pode ser discutido e até contestado — não lhe faltaram críticas —, mas é um clássico na ciência política e na historiografia. Notável exemplo de eficácia da interdisciplinaridade.

Em 49 começava a sua atividade como sociólogo Florestan Fernandes, formado pela Faculdade de Filosofia da USP. Vem realizando desde então obra admirável e de muito eco, pelos livros e gente que formou. Apareceu nesse ano *A organização social dos Tupinambá*, seguido pouco depois por *A função social da guerra na sociedade dos Tupinambá*, em 52. Fazia-se amplo uso das fontes quinhentistas e seiscentistas, em trabalho de rigor até aí desconhecido. O autor publicaria depois obras teóricas — *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista em sociologia*, em 1953. Dedicar-se-ia mais a outros estudos. Recebeu funda influência de Durkheim, Weber, dos funcionalistas, e, sobretudo, do método dialético. Marx foi e é a figura dominante em seus trabalhos. Dedicou-se a estudos sobre relações entre brancos e negros, escrevendo obra decisiva nessa direção, em 55, junto com Roger Bastide, culminando essa vertente de seu labor com *A integração do negro na sociedade de classes*, em 65. Fundamentais para a história, embora fossem textos de sociologia. É imensa a sua bibliografia. Produziu mais livros teóricos, como *A condição de sociólogo*, 78, *A natureza sociológica da sociologia*, 80. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, 73, é um dos muitos na direção do estudo das classes e da natureza do capitalismo.

A revolução cubana, de 79, é título expressivo. O autor se distingue pela militância política, pelo engajamento no processo social, consciente de que não há neutralidade científica. Para resumir sua contribuição à história, assinale-se *A revolução burguesa no Brasil*, de 75, talvez seu título mais abrangente. Se é um “ensaio de interpretação sociológica”, é também um texto eminentemente historiográfico, ao qual os historiadores devem recorrer para maior proveito nos trabalhos de sua área.

Também formado em ciências sociais, mas com dedicação maior à leitura, como crítico, é Antonio Candido. Sua primeira ajuda à história está com o estudo “The Brazilian Family”, editado em *Brazil*, de 51, sob a coordenação de Linn Smith e Alexander Marchant. Devia ser mais conhecido esse capítulo de forte conteúdo histórico. *Os parceiros do Rio Bonito*, tese de concurso editada em 64, trata do “caipira e a transformação dos seus meios de vida”. Em coletâneas de artigos e ensaios, como *Literatura e sociedade*, de 65 (“Letras e idéias no período colonial”, “Literatura e cultura de 1900 a 45”), *Vários escritos*, de 70 (“Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”), em mais ensaios como “Dialética da malandragem”, de 70, “A literatura durante o Império”, de 65, há outros exemplos. Sua contribuição definitiva, porém, é *Formação da literatura brasileira*, em dois volumes, de 59, a mais elaborada história da literatura do país, com aguda compreensão e sensibilidade histórica. Vê a literatura como um sistema, apreendendo seus “momentos decisivos” nos séculos XVIII e XIX. Esse longo período tem aí subsídios fundamentais para entender a história brasileira em sua totalidade, não só no assunto especial que se propõe. É um dos melhores exemplos da eficácia da interdisciplinaridade.

Na categoria aqui considerada — textos significativos de história não escritos por historiadores —, ocupa lugar proeminente Raimundo Faoro, com *Os donos do poder*, livro já clássico na bibliografia, notadamente na historiográfica, desde seu apare-

cimento em 58. O autor gaúcho era uma revelação. O texto repercutiu entre os estudiosos, mas não tanto quanto devia — falta crítica em jornais e revistas. Ficou apreciado e até amado por poucos, de uso constante nos cursos de ciências sociais; se a edição se esgotou logo, não se entende não tenha aparecido outra. É que o autor se dispôs a rever e fez bem mais, reescrevendo-o. De fato, na segunda edição, de 75, a obra é “revista e aumentada”. Aumentada o foi, e muito, além de bastante revista. O texto de 58 tinha 271 páginas, enquanto o novo, em dois volumes, tem 750, de composição mais compacta. Foi mais que triplicado. Se trata da “formação do patronato político brasileiro”, vem do exame do Estado português até a República, com a síntese de seis séculos em 16 capítulos: três cuidam do quadro político português, três sobre a colonização, um sobre a independência, cinco sobre o Império, três sobre a República e o final, com a visão do conjunto. Foi aumentado: a República passou de 19 páginas a 271; as notas eram 140, agora são 1.335.

Se “a tese deste ensaio é a mesma de 58, íntegra nas linhas fundamentais”, a forma está refundida. Era um ensaio interpretativo, enxuto, agora as teses não são apenas enunciadas, mas explicitadas. Suas virtudes são a extraordinária erudição, o conhecimento de ciências sociais que lhe dão instrumental interpretativo e originalidade de vistas, cujas “hipóteses e conjeturas” — diz — estão “em aberta rebeldia aos padrões consagrados”. Trata-se da onipresença do Estado no Brasil, dirigido por um “estamento burocrático”. *Os donos do poder* é análise sutil, em parte fundada em Weber e em Marx, além do domínio da melhor ciência política contemporânea. Sem falar no conhecimento da bibliografia de história do país, familiar ao autor. Embora escrito por um jurista também cientista político, é obra eminentemente historiográfica, um dos exemplos mais notáveis de ciência social bem compreendida como totalidade. De fato, Raimundo Faoro é um historiador de primeira grandeza no limitado universo

patricio. Mais que cientista social que faz história, é um historiador no cultivo da ciência social no seu todo. Advogado e escritor, ganhou justa notoriedade com o exercício da presidência da OAB; transformou o órgão, erguendo-o à posição de força decisiva no encaminhamento do impasse gerado pelo malogro da ditadura militar — político, econômico, ético. Poucas vezes um homem se projetou tanto, pela inteligência e pela coragem. De volta a seu estilo antigo de vida, muito ainda se espera dele: outros livros com o alcance do editado em 58 e reescrito em 75. Sua influência deve incentivá-lo a mais.

O ano de 59 assinala o aparecimento do livro mais ecoante dos últimos tempos no campo das ciências sociais e no da historiografia: *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado. Não era sua estréia: em 54 publicara *A economia brasileira*, contendo muito do que será mais desenvolvido no novo texto. Este significa contribuição singular, raramente verificada no país. O autor estuda o processo econômico dos primeiros tempos a seus dias — quatro séculos e meio de trajetória econômica. Formado em direito, não se dedicou à profissão, trilhando outros caminhos. Estudou economia na França e sua tese é um trabalho de história econômica: *L'Économie coloniale brésilienne*, de 48. Absorveu as melhores lições da historiografia de seu tempo, trabalhando com o pleno domínio da ciência econômica mais avançada, que lhe deu modelos de análise seguidos com alto sentido crítico, não mimetismo ou aplicação arbitrária. O resultado foi a qualidade superior de *Formação*, um livro seminal na bibliografia nativa: quanto se produz em ciência social o leve em conta.

Celso exerceu cargos importantes no Brasil e fora: trabalhou desde os primeiros anos na CEPAL, no Chile, com Raul Prebisch — uma de suas admirações —, dando contribuição pessoal a esse pensamento de tanto eco na América Latina e mesmo na ciência econômica. A teoria do desenvolvimento, com a compreensão exata do subdesenvolvimento, é devida sobretudo a

ele. Depois, no Brasil, dirigiu a SUDENE, foi ministro do Planejamento. Teoria e ação se fundem no trabalho desse economista que fez mais por sua ciência que qualquer um de seus patricios em qualquer tempo. Deu-lhe projeção universal, escrevendo obras teóricas de repercussão no mundo da economia. Mais, pelo entendimento largo da ciência social, não foi um rígido economista, escrevendo com erudição e inventiva sobre a realidade social no seu todo, como atestam estudos como *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 78. Contribuição decisiva para a ciência neste quase fim do século, com a devida repercussão nos grandes centros.

Para a história, o fundamental é *Formação*. Enxuto, objetivo, direto, fez síntese da trajetória econômica nacional. Sem ser historiador, sem pesquisas originais, viu nos textos de história o que os próprios autores não percebiam, por falta de formação, compondo livro harmonioso e denso. É para nível superior, pois não explicita didaticamente a história nem a teoria econômica, aplicando-as no suposto de que o leitor as conhece. Como escreve na introdução, o “presente estudo é simplesmente a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos”. Apreende a trajetória no seu todo, às vezes com análises extremamente originais, de largo alcance para a história, que delas sai enriquecida e aprofundada. Teve muitas críticas, como também suas obras posteriores (muitas, o autor é incansável), mas os corretos ou lúcidos nunca deixaram de reconhecer-lhe os méritos. Entre seus estudiosos, o mais exato foi Francisco de Oliveira, economista de grande sensibilidade social, que trabalhou com ele e já lhe dedicou vários exames, todos excelentes. Celso é uma das maiores expressões do pensamento nacional, em cuja história já se inscreve como nome definitivo. Inclusive na historiografia, pela superioridade de *Formação*, um dos grandes livros brasileiros.

Um organismo oficial foi criado em 55, no frágil governotampão de Café Filho, em 55, para dedicar-se à ciência social na perspectiva do país, com vistas mais prospectivas que retrospectivas — o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, mais uma sigla famosa, o ISEB. Reunindo intelectuais de várias especialidades — filosofia, sociologia, antropologia, direito, política, história — e origens, devia realizar estudos, mas, na verdade, em seu funcionamento, propôs-se sobretudo dar base à política do desenvolvimento econômico, para superar o atraso das nações tidas por subdesenvolvidas. Aproveitava a conjuntura pós-guerra de certas dificuldades nos centros dominantes e o movimento de descolonização, avassalador na África, na Ásia e, em menor escala, na América. Queria ser uma réplica da Escola Superior de Guerra, também dedicada a estudos, dirigida sobretudo por e para militares. Chegou a ser conhecida, não sem certa ironia, como a Sorbonne militar. O ISEB aproveitou a oportunidade e herdou um programa e uma ideologia — para a qual contribuirá intencionalmente — a do desenvolvimento econômico, que vinha do governo Vargas e se acentua com o de Kubitschek.

Já se falou muito na instituição, apologética e depreciativamente. Há principalmente os depoimentos de seus protagonistas. Entre eles, destaquem-se Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodré. Costumam associar-lhe outros nomes, como Celso Furtado, Roberto Campos, Miguel Reale, Rômulo de Almeida, Inácio Rangel, Gilberto Paim, Gilberto Freire, José Honório Rodrigues, Anísio Teixeira, Hermes Lima, que na verdade atuaram: fizeram parte de seus conselhos, por formalismos legais, mas nada lhe deram, não o exprimem e nem se identificam com ele. Demais, os de mais presença tinham já o seu perfil, não alterado pela atuação no órgão: caso de Hélio Jaguaribe, por exemplo, autor de vasta obra de sociologia, política, filosofia e história; de Nelson Werneck Sodré, de história-

dor já bem definido; de Guerreiro Ramos ou Álvaro Vieira Pinto — filósofo que se apaixona pela política e passa a atuar com entusiasmo juvenil, produzindo escritos importantes. O ISEB nunca teve homogeneidade, seus membros se ligavam por algumas idéias comuns — nacionalismo, desenvolvimento econômico, novo perfil para o país, afirmativo e independente. No mais, pouco se entendiam.

Depois de uma fase de estudos — em que seguem a linha anterior do chamado grupo de Itatiaia, estudiosos do centro e até da direita, criador de um instituto e de publicação que marcou época — os *Cadernos de Nosso Tempo*, dirigidos e redigidos em grande parte por Hélio Jaguaribe —, o ISEB foi uma espécie de porta-voz do governo Kubitschek; depois, no governo Goulart, tendeu para um radicalismo de esquerda, na mistura de esquerdismo e fisiologismo, no clima confuso e indefinido daquela presidência. Com o golpe militar de 64, foi dissolvido e perseguido, com a brutalidade e a obtusidade característica de então. Entre os livros deixados pelo ISEB, distinguem-se os de Álvaro Vieira Pinto — *Consciência e realidade nacional*, 60 —, os de Hélio Jaguaribe, sobretudo *O nacionalismo na atualidade brasileira*, 58, gerador de crise interna que inicia a desagregação do instituto; os de Guerreiro Ramos — *A redução sociológica*, 58, por exemplo. Esses autores têm mais títulos, alguns anteriores, outros posteriores. Caso de Jaguaribe, por exemplo, que escreveu muito em jornais e revistas e publica livros significativos; caso de Guerreiro Ramos, autor de textos polêmicos e revisionistas da produção da ciência social nativa, dignos de estudo, mesmo sabendo-se de suas premissas discutíveis e personalistas. Sodré continuou no ISEB sua obra, na mesma linha, como estudioso coerente e sincero, mantendo-a até hoje.

Do ângulo de nosso interesse, o ISEB não tem maior significado, a não ser como expressão de momento decisivo. Aparece mais como protagonista da história, que exprime e ajuda a

construir, que como produtor de historiografia. Nem podia ser de outro modo, pois o órgão era eminentemente pragmático e ideológico. Se contribuiu em algo para outras ciências sociais, não o fez para a história, pois não se dedicou a ela como análise (Sodré, por exemplo, pois, como se disse, continuou aí o empenho anterior). O ISEB deve ser lembrado de qualquer modo, pela tentativa de esforço interdisciplinar. Lembrado também por ter produzido algo revelador de senso crítico e certa inventiva.

A contribuição da universidade⁶

Deve-se procurar agora a contribuição do curso de história das Faculdades de Filosofia, se a reforma que os propiciou foi o marco inicial do período. O curso ainda procura os seus caminhos, não firmou um currículo mínimo, fez mais pela formação de professores para o curso médio que para a pesquisa. De qualquer modo, realizou trabalho apreciável, pois o nível docente dos cursos de segundo grau melhorou bastante; o número de gente dedicada à pesquisa e à produção historiográfica é bem superior ao de antes, e, o mais assinalável é a sua formação, já profissional, quando o ofício não é mais distração, lazer ou equívoco beletrista, de endeusamento de grupos, classes ou pátria, como se dava antes, mas o estudo — ou a tentativa — de modo direto, seguro, com uso de fontes comprobatórias, busca de sentido explicativo da trajetória de um povo ou nação. Falta-lhe muito, contudo, uma vez que o de qualidade é ainda em número reduzido e excepcional. Muito do melhor é feito até agora fora do quadro dos chamados historiadores de formação especial. É explicável o fato, uma vez que não é o curso a garantia de validade de produção. Ele é recente e nunca faltou historiogra-

⁶ Subtítulo do editor. (N.E.)

fia, às vezes do melhor nível. Algumas de suas obras-primas são mesmo antigas, fruto do talento ou do gênio, da criação ou da garra de autores de sensibilidade para a mudança, para a história.

Há turmas graduadas desde meados dos anos 30. Entre os nomes mais distintos saídos dos cursos de história há gente dessa década e das posteriores. Decerto, o número vem aumentando, pois as orientações se aprimoram, há melhores condições para a pesquisa, suas técnicas se apuram, os objetivos ganham vigor e rigor. Não vem ao caso citar autores e obras, para fugir do catálogo — perigo aqui já denunciado mais de uma vez. A título ilustrativo, lembrem-se apenas os que mais nos falaram, pelo labor e lucidez, pelos acertos mais notáveis.

O primeiro nome a ser citado, a nosso ver, é o de Alice P. Canabrava, da primeira turma da Faculdade de Filosofia da USP, na qual fez doutorado e livre-docência, até tornar-se catedrática na Faculdade de Ciências Econômicas, da mesma universidade. Dedicou-se à história econômica, fonte de seus mais notáveis trabalhos, como *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, de 1944 (já uma afirmação de historiadora, com pesquisa exemplar, elaboração superior, tema ainda não cultivado). Seguiu-se-lhe *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas (1697-55)*, de 1946. Depois, *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-75)*, de 1951. Escreveu com superioridade sobre a historiografia, como a das Bandeiras, no *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, de 1949. Preparou exemplar edição da obra de Antonil, em 1967. Na *História geral da civilização brasileira*, escreveu dois capítulos, entre os melhores da obra, sabidamente desigual (só igualados por alguns do diretor, Sérgio Buarque de Holanda): "A grande propriedade rural", em 1960, e "A grande lavoura", em 1971. Amplos e admiravelmente desenvolvidos, podem dar volume decisivo para o esclarecimento de problema básico da economia. Vem escrevendo (já publicou capítulos em revistas) sobre os níveis da ri-

queza e da pobreza na capitania de São Paulo: virá a ser sua melhor obra, pela densidade e riqueza da pesquisa, na qual se aplicam com rigor as técnicas da história quantitativa. Dará revisão depurada de Alcântara Machado em *Vida e morte do bandeirante*, já examinado aqui. Possivelmente a história demográfica e a produção econômica não tiveram entre nós até hoje trabalho desse nível. Autora ainda em atividade, pode-se esperar mais de seus esforços.

A título de exemplo citou-se um nome da primeira turma. Haveria muito que falar de turmas posteriores, mas a cautela pelo perigo de omissão e o desejo de evitar catálogos sugere ser melhor verificar apenas que há muito a ser dito da historiografia de jovens, em teses de mestrado, doutorado, livre-docência ou outras, além da produção natural de quem trabalha e se comunica. A título de exemplo, cite-se apenas um autor e um livro: Fernando Novais, com *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, 1979.

Já é grande a bibliografia sobre escravidão. Se antes se pensava mais no abolicionismo e em seu processo político — bem examinado por Paula Beiguelman, em perspectiva moderna —, cuida-se agora mais de aspectos fundamentais, como o escravo como agente de produção, sua organização social, suas lutas (nesse particular importante, desmistificador, assimilem-se textos de Décio Freitas, Clóvis Moura, José Alípio Goulart). Ultrapassa-se o estudo das leis abolicionistas — tônica antes dominante — ou das marcas do africano em nossa cultura, ou mesmo de alguns traços vistos como exotismo e folclore — como dizia Sérgio Buarque de Holanda, via-se o negro como espetáculo —, para chegar às análises vigorosas de vários autores, entre os quais avultam Florestan Fernandes e, sobretudo, pela abrangência da análise, Jacob Gorender, com *O escravismo colonial*, de 1978, em um dos livros mais consistentes da historiografia nativa.

A produção é quase gigantesca: há história social, política, econômica, das idéias; regional, de cidades, estados, áreas mais

dilatadas. Observam-se aí quase sempre as técnicas e temáticas tradicionais, como também as recentes. Aos poucos, impõem-se as práticas da quantificação, aplicáveis não só à história econômica como a todas as outras, inclusive à das idéias. Na linha de novos temas, impõem-se principalmente a história do cotidiano e a das mentalidades. Umas e outras chegam a constituir modismos, pois certa preocupação quantificadora não é de agora, mas pode ser encontrada em obras mais antigas. Cotidiano e mentalidade convocaram atenções de historiadores de há algumas décadas, como se lembrou mais de uma vez, em lugar próprio. Decerto hoje o trabalho tem mais rigor e metodologia mais firme. Nomes de obras e autores valiosos ficam omitidos, não só para não alongar o texto como para evitar as faltas fatais, uma vez que seria inviável a pretensão de ser completo. Fixaram-se apenas alguns, a título exemplificativo, ou por nos parecerem mais originais ou completos, abridores de caminhos. Afinal, escreve-se um capítulo sobre a historiografia em obra de ambição maior a de fixar qual a situação dos estudos de história do Brasil, em seus vários aspectos, para informação de quem se dispõe a frequentar a universidade e opta pelo curso de história: pretende-se dar-lhe visão de conjunto do que vai estudar, estágio atual do conhecimento e do curso, da profissão a ser seguida, suas possibilidades e limites. Com esse propósito, se a historiografia ocupou espaço muito maior que outros aspectos, a obra não pode resumir-se a ele, mas tem de ver outros ainda, embora de forma breve e às vezes até esquemática.

Não se pode tratar nem mesmo de todas as obras intituladas *História do Brasil*, escritas com o propósito de síntese. Viu-se que houve algumas, desde a primeira, de 1627, de frei Vicente do Salvador; a de Rocha Pita, em 1730; a de Robert Southey, entre 1810 e 19, em inglês; a primeira sistematização mais severa, pecando por oficialismo, mas de pesquisa ampla e com originalidade, por Varnhagen, em 1854; o *Compêndio de história do Brasil*, de

general José Inácio de Abreu Lima, em 1843, em dois volumes, obra com alguns *insights* originais, em parte cópia de Southey, através do seu plagiador francês Beauchamp, como apontaram críticos eruditos; a de Handelman, em alemão, em 1860; a breve, mas segura, de José Maria da Silva Paranhos, de 1884; o belo compêndio de João Ribeiro, de 1900; a enorme e discutível de Rocha Pombo, em dez volumes, entre 1900 e 1917. Passaram-se anos sem que nada do gênero se produzisse. Houve algumas, é claro, com eventual merecimento, mas não marcantes de rumos.

Na última fase fixada aqui, de 1931 em diante, há várias: algumas quase sem valia, como a de Afrânio Peixoto, pelas proporções reduzidas, visão excessivamente convencional e mesmo certa ligeireza. Pedro Calmon escreveu uma bem alentada, aparecida na coleção Brasiliense, em cinco volumes, depois reeditada em sete volumes. Apesar de desenvolvida, fruto de muito estudo, não dá enfoques desconhecidos. Caso também da de Hélio Viana, em 1961, em dois volumes: autor minucioso e correto nas informações, é excessivamente convencional e deixa de lado aspectos fundamentais. Supervaloriza nomes e datas, menospreza ou ignora aspectos econômicos, sociais, ideológicos. Para exemplo de limitação, lembre-se que faz a história da República por governos, quadriênios ou outros critérios assim, de mínimo poder explicativo.

Experiência que poderia ser interessante foi feita com a publicação em março de 1964, da chamada *História nova*. Reunindo vários autores, o mais experiente era Nelson Werneck Sodré, com o auxílio de jovens professores, estagiários do ISEB — Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro C. Uchoa Cavalcante Neto e Rubem César Fernandes. Não se completou. Os volumes publicados não representam uma contribuição realmente valiosa. Nem podia ser de outro modo, pois era dedicada ao curso médio. Não era tão nova como o título prometia: apenas dava visão sistemática de

teses caras a certo pensamento, em sentido oposto ao mais comum nos manuais ou compêndios. A maior parte dessas teses não vai além do enunciado, pois não há dados empíricos que as comprovem, falta-lhes a indispensável pesquisa. Demais, tinha o defeito de ser editada oficialmente, em período de efervescência política, de modo a fornecer uma visão sacramentada pelo poder de certo entendimento do processo — coisa inaceitável, por supor uma visão oficial, a ser adotada quase por decreto. Com certo charme pela novidade, acabaria por fazer mais mal do que bem. Perseguida e destruída pela repressão obtusa e brutal, essa atitude da ditadura nos impede de falar dela, cabendo aqui apenas uma palavra de respeito pelo trabalho, que se acreditava sério e bem-intencionado. O certo, em resumo, é que pelas próprias características de obra didática e direcionada em mais de um sentido, não enriqueceria a historiografia.

Muito desse sentido, com tratamento mais elaborado, aparece na *Pequena história da formação social brasileira*, de Manoel Maurício de Albuquerque, em 1981. Tem plano inteligente e realização apreciável. Como a anterior, era didática, não comportando aprofundamento. Pode e deve ser lida com proveito, embora se advirta que a muitas de suas teses mais caras falta a fundamentação de fontes. A pesquisa ainda não as comprovou, de modo que ficam no plano mais do processo desejado que do processo realmente vivido. Manuel Maurício tinha imensa erudição, conhecia talvez todas as obras encontráveis sobre o tema; tinha exposição clara e coerente, fruto de longo amadurecimento, reflexão sobre o país e o povo, com os quais se identificava, bem como da prática didática: segundo quantos o conheceram, era admirável professor. Daí a qualidade de seu texto; forte e belo. Prometia muito, mas, desgraçadamente, morreu jovem, sem realizar a obra que bem se poderia esperar dele. De qualquer modo, é leitura recomendável, contanto o leitor não pense ter encontrado a fórmula definitiva. Afinal, esta nunca existe,

pois todo o texto admite muitas leituras. Sobre tudo em história. Mais ainda no caso brasileiro, quando há tanto a ser esclarecido, à espera de labor mais profundo e continuado. Para suprir a falta, criaram-se as grandes coleções de estudos sobre o Brasil. Várias editoras tiveram e têm as suas. É o caso da *Brasiliense*, da Companhia Editora Nacional, que começa em 1931 e vem até os nossos dias. Publicou títulos, de valor desigual, obviamente. Outra é *Documentos brasileiros*, da Editora José Olympio, começada em 1936. Mais algumas poderiam ser citadas: a *Biblioteca brasileira histórica*, da Martins Fontes. A Itatiaia tem a *Reconquista do Brasil*, já com quase duzentos títulos. A Civilização Brasileira a sua *Retratos do Brasil*. Tem-se centenas de volumes, uma visão do país, com autores patrícios e estrangeiros, na abordagem praticamente de todos os assuntos. Falta ainda, contudo, a obra de síntese. Parece que a produção já permite uma realização do gênero, nada fácil, exatamente pela riqueza das partes já bem elaboradas. Não é fácil também pela quantidade de temas fundamentais, não esclarecidos. Abundância e carência, em aparente paradoxo.

Lembre-se a tentativa mais ousada até agora feita: a *História geral da civilização brasileira*, iniciativa da Difusão Européia do Livro, depois DIFEL. Essa editora fez traduzir e publicou a bela *História geral das civilizações*, da Presses Universitaires de France, dirigida por Maurice Crouzet. O diretor convocou alguns dos mais eminentes de seus colegas de ofício para a obra, seguindo plano harmonioso, de bom resultado. A iniciativa brasileira procurou seguir-lhe os passos. Teve a dirigi-la, para as fases colonial e monárquica, Sérgio Buarque de Holanda; para a republicana, Boris Fausto. A parte de Sérgio deu sete volumes: dois para a Colônia e cinco para o Império, num total de 907 páginas, 31 autores e 42 capítulos para a Colônia e 2.282 para a Monarquia, com 54 autores e 79 capítulos. A República deu quatro volumes, em 2.121 páginas, 49 autores e 165 capítulos. Foi apresen-

tada entre 1960 e 84. Fragmentação excessiva, é evidente. Só o último volume da monarquia — *Do Império à República* — foi escrito por um autor só — o próprio Sérgio —, em volume de 435 páginas. Devem-se a ele, nos dois primeiros períodos, 33 capítulos no total de 121. São os melhores dessa parte, seguidos, em qualidade, por dois de Alice Canabrava. Boris Fausto convocou menos gente e também dividiu menos a matéria; entre seus colaboradores há alta presença de estrangeiros e de cientistas sociais não especificamente historiadores.

Esta *História* é uma espécie de balanço do que se sabe da trajetória nacional. Evidentemente, em alguns capítulos está aquém do conhecido, pois outro mais habilitado poderia fazer melhor. O importante é dar uma visão abrangente, realçando o que há a ser pesquisado. Dentro de alguns anos outra obra do gênero será feita. A presente vai ser tida em conta, ponto de partida. Impõe-se nova síntese, repita-se, pois as existentes não respondem ao desejado: caso de algumas referidas, apegadas a fórmulas antigas e gastas, enquanto as de radicalismo esquerdista não tiveram resultado ponderável, pois, em grande parte, com teses carentes de base insofismável. Do conjunto de centenas de títulos — livros, teses — deve surgir a desejada síntese. Desafio, provocação, atração. Os cursos de história ainda não deram a devida obra esperada sobretudo deles, mas já o anunciam, como se vê na iniciativa da DIFEL. É continuar. Da contribuição de milhares surge uma dia alguém com mais força, garra e lucidez, reúne o esforço dos antecessores englobando-os. O trabalho no campo das ciências sociais, hoje — sobretudo na história —, é esforço modesto. Será difícil alguém repetir agora a façanha dos construtores da ciência social do século passado, com suas sínteses audaciosas; com base em análise precária faziam monumentos de síntese, enquanto agora a riqueza analítica torna temerário o labor sintético. O desafio e o desejo de enfrentá-lo alimentam o historiador, apesar de tudo.

Houve outras tentativas de surpreendimentos do grupo, como a *História administrativa do Brasil*, em alguns volumes e com vários colaboradores. Obras comemorativas de certos momentos, como a coordenada por Josué Montello, a propósito do centenário da independência, de pequeno alcance, pois não fruto de estudos sistemáticos e pesquisa programada, como se vê em iniciativas do gênero levadas a cabo em países de consciência histórica mais madura.

Alguns autores tentaram, individualmente, realizar estudo sistemático de um período, como se deu com Edgar Carone, dedicando-se à República. Publicou alguns volumes, desde *Revoluções do Brasil contemporâneo*, 1966, ao qual se seguiram outros sobre *A primeira República (Texto e contexto, 1889-1930)*, 1969, coletânea de documentos; em seguida, dois volumes sobre *A República Velha*, 1970 e 1971; *A segunda República (1930-37)*, 1974, *O tenentismo*, 1975; *A terceira República*, 1976; *O Estado Novo*, 1976 e, possivelmente, outros volumes. Entre eles, *Movimento operário no Brasil (1964-84)*, 1984; *O Partido Comunista Brasileiro*, três volumes; *O marxismo no Brasil (das origens a 64)*, 1986. O mérito é a análise dos períodos, às vezes de modo sumário, e, sobretudo, a coleta de livros, volantes, folhetos, artigos, em levantamento quanto possível completo. Trabalho meritório como documentação e estudo crítico. Acrescido pela dedicação absorvente ao tema por parte de Carone, que procurou conhecer as fontes primárias, reunindo-as ou anotando-as bem como pelo convívio pessoal com protagonistas do largo momento, sobretudo líderes sindicais ou gente do período, entrevistando-as e retendo a memória de muito condenado a ser esquecido, não fosse o seu registro.

Tal é o caso também de Hélio Silva, dedicado exclusivamente à República. Jornalista da velha-guarda, testemunhou Constituintes e muitas legislaturas, sucessão de governos, em convívio com algumas das principais figuras, pela entrevista, amizade

pessoal. Reuniu imensa documentação e publicou apreciável parte. Escreveu muitos volumes, de modo despretensioso, sem o tom de derradeira palavra, comum entre universitários. Obra simples, mas ampla, pois tirou do olvido muito que estava condenado. Impossível arrolar seus livros, pois ascendem a dezenas. Agrupando-os, pode-se falar na série *Os presidentes*, em 27 volumes, publicados em 1983 e um em 1985; *O ciclo de Vargas*, em 15 volumes, entre 1964 e 1978; 22 volumes de *História da República brasileira*, de 1989 ao governo Geisel, vinte editados em 1975 e dois em 1979 e 1985. Avulsos, talvez dez. Em todos, farta documentação, pouca análise ou comentário. Se sua transcrição nem sempre obedece a critérios severos, sem referência à origem ou outros requisitos de boa técnica, valem pelas abundantes fontes agora impressas, para uso do leitor interessado, que as aproveitará na medida de seus interesses. É obra de muita operosidade. Êxito editorial, como a de Carone, pelo crescente interesse de conhecimento e população estudiosa.

Antes, publicavam-se documentos, como se vê nas coleções *Anais da Biblioteca Nacional* ou *Documentos históricos*, quase sempre com muito boa técnica, ou nas edições feitas em São Paulo de *Inventários e testamentos, documentos interessantes para a história de costumes*, as *Atas da Câmara de São Paulo*, como se vê também na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* e nas de Institutos Históricos estaduais, divulgadores de documentos. Há muita edição do gênero feita por serviços como o Instituto do Açúcar e do Alcool. O mal das edições oficiais, quase sempre mais criteriosas, é a falta de distribuição. Texto editado oficialmente é em geral desconhecido, pois é dado para os amigos dos responsáveis, para as autoridades, que com elas enfeitam bibliotecas ou nem as conservam. Se hoje se editam por casas particulares, é que já há um público para elas. Prova de que a situação da história melhora, como decorrência de já existir muita gente formada em cursos de ciências sociais — não só de história — e

dedicada a estudos, à produção de teses e livros. Apesar dos embaraços de toda ordem, o país avança intelectualmente.

Foram lembrados alguns livros de história da literatura, parte importante da história do Brasil. Poderiam ser lembrados também alguns de história das idéias. O mais significativos é o de João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 1956 (antes, como tese, em 1950). A tônica é historicista: o autor se detém menos nas idéias — em geral mimetismo da produção externa — que na sociedade, condicionadora desse ou daquele pensamento. Daí seu significado especial para a historiografia, mais vivo que em outros que tratam do mesmo tema das idéias, sejam filosóficas, religiosas, estéticas, econômicas. Sílvio Romero escrevera alguns volumes sobre o assunto, ainda no século XIX: *A filosofia no Brasil*, em 1878, entre outros estudos. Leonel Franca em *Noções de história da filosofia* dedicaria capítulo apaixonado e sectário à análise. A ela volta agora Antônio Paim, com *História das idéias filosóficas no Brasil*, de 1967, em coleção que conta ainda com uma *História das idéias estéticas*, de José Antônio Tobias, em 1967; das religiosas, de João Camilo de Oliveira Torres, em 1968; políticas, de Nelson Saldanha. Um dos títulos mais completos é o de Ivan Lins, *História do positivismo*, 1964. Assinale-se a das idéias socialistas, de Vamireh Chacon, de 1965; e das idéias sociológicas, do mesmo autor, em 1978. Há muitos ensaios sobre a matéria, em livros por vezes valiosos — seria longo enumerá-los. Entre outros, os de Evaristo de Moraes Filho, cultor do tema, além de escrever sobre a sociedade e movimentos sociais, sindicatos, na sua especialidade de direito do trabalho, em que é mestre, herança paterna (a quem se devem, também estudos de história).

Outro setor ainda não devidamente explorado é o da história da educação, já com vários títulos. Ou o da história das ciências, que tem na obra coordenada por Fernando de Azevedo — *As ciências no Brasil*, não datada, provavelmente de 1955, e

em dois volumes —, importante conjunto de estudos escritos por autoridades em muitas especialidades. Outra iniciativa digna de nota é *História das ciências no Brasil*, de Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama, em três volumes, em 1981, ainda mais diversificados. Tal como nos casos anteriores, o mais amplo está em livros sobre cientistas, pesquisadores, instituições — de impossível enumeração aqui. De história das artes também há vários textos, como por exemplo *O panorama do teatro brasileiro*, de Sábato Magaldi, de 1962⁷.

⁷ Fim do manuscrito. (N.E.)

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Abreu, Bartolomeu Pais de, 169
 Abreu, Casimiro de, 107, 119
 Abreu, João Capistrano de, 11, 20,
 28, 30, 31, 32, 35, 37, 47, 48,
 64, 71, 76, 85, 86, 91, 92, 99,
 103, 114, 116, 117, 118, 119,
 120, 121, 122, 123, 124, 125,
 132, 135, 136, 141, 155, 156,
 160, 168, 170, 171, 172, 204,
 212, 219, 220, 221
 Abreu, José de (barão do Serro Largo),
 116
 Acuña, Cristóbal de, 102
 Adalberto, príncipe da Prússia, 99
 Afonso Celso, conde de (Afonso Celso
 de Assis Figueiredo), 132, 174
 Albuquerque, Manuel Mauricio de, 235
 Aleijadinho (Antônio Francisco
 Lisboa), 133
 Alemão, Francisco Freire, 67, 71
 Alencar, Mário de, 123
 Almeida, Cândido Mendes de, 86, 92,
 98, 101, 103, 228
 Almeida, Rômulo de, 228
 Alvarenga, Manuel Inácio da Silva, 107
 Amado, Gilberto, 131
 Amaral, (Hermenegildo) Brás do, 44
 Amaral, Azevedo, 111
 Amicis, Edmundo de, 147
 Anchieta, José de, 119, 133, 172
 Andrade, Mário de, 187
 Andreoni, João Antônio: ver Antonil,
 André João, 36, 37, 120
 Angelis, Pedro de, 86
 Antonil, André João (pseud. de João
 Antônio Andreoni), 20, 36, 37,
 114, 120, 123, 131, 169, 231
 Aranha, José Pereira da Graça, 132,
 135
 Araripe Júnior, T. A., 72
 Araújo, (José de Sousa Azevedo)
 Pizarro e, monsenhor, 52
 Araújo, José Tomás Nabuco de, 101,
 128, 129, 130
 Armitage, John, 57, 58, 98
 Assis, Joaquim Maria Machado de, 141
 Assunção, Lino de, 122
 Ataíde, Tristão de, 173
 Azevedo, Fernando de, 240

Azevedo, João Lúcio de, 122, 123
 Azevedo, Manuel Duarte Moreira de,
 156

B

Baena, Antônio Ladislau Monteiro de,
 53
 Barbosa, Januário da Cunha, 61, 66
 Barbosa, Valdemar de Almeida, 107
 Barreto, Luís Pereira, 133
 Barreto, Tobias, 143
 Barros, João de, 27, 67
 Bastide, Roger, 223
 Beauchamp, Alphonse, 234
 Beiguelman, Paula, 127, 232
 Berr, Henri, 42
 Berredo, Bernardo Pereira de, 39
 Berrien, William, 20, 88
 Bilac, Olavo, 150
 Blasco Ibañez, Vicente, 155
 Bloch, Marc, 43, 222
 Boas, Franz, 193
 Bomfim, Manoel, 94, 96, 109, 111,
 149, 157, 162, 183
 Bomfim, Manuel, 31, 150, 151, 152,
 153, 154, 155, 156, 157, 158
 Bonaparte, Napoleão, 59
 Bonifácio (de Andrada e Silva), José,
 57, 89, 90
 Boxer, C. R., 87
 Braga, Teófilo, 152
 Brandão, Ambrósio Fernandes, 32, 36,
 120
 Brasil, Joaquim Francisco de Assis, 140
 Bréhier, Émil, 184
 Brito, Lemos, 212
 Brito, Paulo José Miguel de, 52
 Bryce, James, 178

Bücher, 118
 Buckle, Henry Thomas, 118
 Burckhardt, Jacob Christoph, 10
 Burton, Richard, 92
 Byron, lorde (George Noel Gordon),
 48, 50

C

Cabral, Alfredo Vale, 118, 124
 Café Filho, João, 228
 Calmon, Pedro, 198, 234
 Calógeras, João Pandiá, 8, 122, 123,
 124, 159, 160, 161, 162, 168,
 212
 Câmara, Manuel Ferreira da
 (intendente Câmara), 9, 77, 78
 Caminha, Pero Vaz de, 31
 Camões, Luís Vaz de, 28, 151
 Campos, Francisco, 23, 184, 187
 Campos, Pedro Moacyr, 22
 Campos, Roberto, 228
 Canabrava, Alice P., 20, 37, 168,
 175, 231, 237
 Candido (de Melo e Sousa), António,
 8, 73, 224
 Caneca, frei (Joaquim do Amor Divino
 Rabelo), 90
 Cardim, Fernão, 28, 71, 72, 119, 172
 Cardoso, Manoel da Silveira, 141
 Carlota Joaquina, rainha de Portugal,
 162
 Carone, Edgar, 238, 239
 Carpeaux, Otto Maria, 20
 Carvalho, Alfredo de, 99
 Carvalho, José Alberto Magno de, 14
 Carvalho, Ronald de, 143, 145
 Castilho, José Feliciano de, 32
 Castilhos, Júlio de, 187

Castro, Francisco José Viveiros de, 64, 65
 Cavalcante Neto, Pedro C. Uchoa, 234
 Caxias, duque de (Luís Alves de Lima e
 Silva), 144
 Chacon, Vamireh, 157, 240
 Cintra, Francisco de Assis, 155
 Coelho, José João Teixeira, 39, 40, 47
 Coelho Neto, Henrique Maximiano, 131
 Coimbra, Estácio, 194
 Coleridge, Samuel Taylor, 48
 Colombo, Cristóvão, 75
 Conceição, Cláudio da, frei, 46
 Conselheiro, Antônio, 148
 Corbisier, Roland, 228
 Correia, Serzedelo, 163
 Cortesão, Jaime, 171
 Costa, Cláudio Manuel da, 37, 38, 46,
 63
 Costa, Hipólito José da, 89
 Costa, João Cruz, 240
 Coulanges, Numa Denis Fustel de, 10
 Coutinho, Azeredo, 89
 Coutinho, Joaquim José da Cunha
 Azeredo, 208
 Coutinho, Rodrigo de Sousa, dom, 77
 Coutinho, Rodrigo de Souza, dom, 44,
 46, 77, 111
 Couto, Domingos do Loreto, frei, 64
 Crouzet, Maurice, 210, 236
 Cunha, Celso, 127
 Cunha, Euclides da, 128, 143, 145,
 147, 148, 149, 156

D

D'Abbeville, Claude, 172
 Dantas, Pedro (pseud.); *ver* Moraes
 Neto, Francisco, 207
 Dantas, Rodolfo, 114

Davatz, Thomas, 208
 Denis, Ferdinand, 86, 92
 Dias, Antônio Gonçalves, 97, 107, 108
 Dias, José Custódio, padre, 57
 Dias, Maria Odila da Silva, 50
 Diniz, Clélio Campolina, 14
 Droysen, Johann Gustav, 99
 Drummond, Antônio de Menezes
 Vasconcelos, 79
 Durão, José de Santa Rita, frei, 62
 Durkheim, Émile, 223

E

Ehrenreich, Paul, 120
 Eschwege, Ludwig von, 77, 78
 Eulário, Alexandre, 206

F

Faoro, Raimundo, 224, 225
 Faria, Manuel Severim de, 29, 30
 Fausto, Boris, 236, 237
 Febvre, Lucien, 8, 43, 222
 Feijó, Diogo Antônio, 57
 Fernandes, Florestan, 127, 211, 223,
 232
 Fernandes, Rubem César, 234
 Fernando (filho de Capistrano de
 Abreu), 124
 Ferreira, Domingos José, 108
 Ferreira, José Gonçalves, 102
 Ferri, Mário Guimarães, 241
 Fico, Carlos, 22
 Figueira, Pedro de Alcântara, 234
 Figueiredo (Martins), Jackson de, 8, 9
 Fleiuss, Max, 99
 Fonseca, Antônio José Victorino
 Borges da, 64
 Franca, Leonel, 240

Franco, Afonso Arinos de Melo, 22
 Freire, Gilberto, 140, 172, 192, 200, 228
 Freire, Luis José Junqueira, 119
 Freitas, Décio, 232
 Friero, Eduardo, 108, 173
 Furtado, Celso, 8, 226, 227, 228

G

Gaffarel, 92
 Gaio, Raimundo José de Sousa, 52
 Gama, Basílio da, 172
 Gama, J. B. Fernandes, 95
 Gândavo, Pero de Magalhães, 27, 28, 29, 31, 36, 172
 Garcia, Rodolfo, 20, 28, 78, 85, 114, 135, 166, 171
 Gay, João Pedro, 172
 Glénisson, Jean, 22
 Glicério, Francisco, 140, 163
 Goeldi, Emilio Augusto, 120
 Gomes, João Coelho, 110, 111, 138
 Gonzaga, Tomás Antônio, 38, 46, 62, 107
 Gorceix, Henri, 113
 Gorender, Jacob, 232
 Goulart, João (Belchior Marques), 214
 Goulart, José Alípio, 232
 Grant, Andrew, 48
 Gravatá, Hélio, 7
 Guðin, Eugênio, 211
 Guizot, François, 43
 Gusmão, Bartolomeu de, 169

H

Handelmann, Gottfried Heinrich, 86, 98, 99, 100, 101, 234
 Henderson, James, 48

Herculano, Alexandre, 43
 Holanda, Sérgio Buarque de, 8, 11, 20, 192, 200, 204, 206, 207, 210, 213, 220, 231, 232, 236, 237
 Homem, Francisco de Sales Torres (visconde de Inhomirim), 57
 Humboldt, Alexander, 66, 77, 86

I

Iglésias, Francisco, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 94
 Ingenieros, José, 178

J

Jaboatão, Antônio Santa Maria, frei, 63
 Jaguaribe, Hélio, 228, 229
 João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarve, 44, 51, 77, 84, 89, 100, 111, 138, 139, 162, 164, 167

K

Keynes, John Maynard, 186
 Kirchhoff, Alfredo, 120
 Klinger, Bertoldo, 99
 Kubitschek (de Oliveira), Juscelino, 228, 229

L

La Figanière, 137
 Lacombe, Américo Jacobina, 22, 34, 35, 54, 167
 Lacombe, Lourenço, 167
 Lahmeyer, Lúcia Furquim, 99
 Lapa, José Roberto do Amaral, 22
 Leal, Antônio Henriques, 97
 Leal, Aurelino, 64

Leal, Vítor Nunes, 222
 Leão, Múcio Carneiro, 146, 147
 Leite, Dante Moreira, 157
 Leite, Serafim, 123
 Leopoldina (de Habsburgo), imperatriz do Brasil, 66, 164
 Lessa, Clado Ribeiro, 81
 Levasseur, E., 113, 132
 Levi, Darrell E., 173
 Lima, Hermes, 228
 Lima, José Inácio de Abreu, 93, 234
 Lima, Manuel de Oliveira, 48, 65, 97, 99, 100, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 156, 167
 Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa, 140, 141
 Lins, Álvaro, 199
 Lins, Ivan, 240
 Lisboa, Baltazar da Silva, 52
 Lisboa, João Francisco, 86, 92, 97, 123
 Lisboa, José da Silva (visconde de Cairu), 51, 70, 89, 103, 109
 List, Friedrich, 110
 Lobato, José Bento Monteiro, 201
 Lucena, barão de (Henrique Pereira de Lucena), 163
 Luís (Pereira de Sousa), Washington, 175

M

Macedo, 156
 Macedo, Joaquim Teixeira de, 58
 Madre de Deus, Gaspar da, frei, 33, 35, 38, 63, 169
 Magaldi, Sábato, 241
 Magalhães, Basílio de, 64, 99, 171
 Magalhães, Domingos José Gonçalves de, 208
 Mairinius, Rafael de, 99

Malheiro, Agostinho Marques Perdigão, 105
 Mallet, 163
 Mann, Thomas, 162
 Mansuy, André, 37
 Marchant, Alexander, 224
 Marinho, José Antônio, padre, 8, 95
 Marlene (irmã de Francisco Iglésias), 7
 Marry, Paul, 113
 Martins, Joaquim Pedro de Oliveira, 132, 152, 155
 Martins, Roberto Borges, 14
 Martins, Wilson, 91
 Martius, Karl Friedrich Philipp von, 54, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 82, 86, 98, 147
 Marx, Karl, 156, 157, 176, 223, 225
 Matos, Gregório de, 73
 Matos, Raimundo José de Cunha, 61, 163
 Maul, Carlos, 155, 158
 Maximiliano (de Habsburgo), imperador do México, 134
 Maximiliano José I, rei da Baviera, 66
 Medeiros, Antônio Augusto Borges de, 187
 Melo, Evaldo Cabral de, 87, 88
 Melo, Francisco Manuel de, 172
 Melo, Maurício Martins de, 234
 Melo Neto, José Antônio Gonçalves de, 37, 87, 104
 Menezes, Luís da Cunha (visconde de Barbacena), 48
 Michelet, Jules, 10
 Miguel, rei de Portugal, 78
 Mirabeau, conde de (Honoré Gabriel Riqueti), 8
 Mirales, José, 63

Monglave, Eugène de, 62, 63
 Montaigne, Michel Eyquem de, 8
 Monteiro, Tobias, 90, 140, 162, 163,
 164, 165, 166, 167
 Montello, Josué, 238
 Montesquieu, barão de Brède e de
 (Charles Louis de Secondat), 10
 Montoya, Antonio Ruyz de, 83
 Morais, Alexandre José de Melo
 (filho), 96, 152
 Morais, Alexandre José de Melo (pai),
 96, 152
 Morais, José de, 102
 Morais, Manuel de, 134
 Morais, Melo, 152
 Morais, Rubens Borba de, 20, 88
 Morais Filho, Evaristo de, 240
 Morais Neto, (Francisco de Paula)
 Prudente de, 207
 Moreira, Thiers Martins, 131
 Moreno, Diogo Campos, 102
 Mossé, Benjamin, 113
 Mota, Carlos Guilherme, 45
 Motoyama, Shozo, 241
 Moura, Clóvis, 232
 Müller, Lauro, 114

N

Nabuco, Joaquim, 8, 22, 115, 125,
 126, 127, 128, 129, 130, 131,
 132, 134, 140, 141, 194
 Nava, Pedro, 9, 131
 Nery, J. F. de Sant'Ana, 113, 132
 Netscher, Petrus Marinus, 87, 88
 Niebuhr, Barthold Georg, 41
 Nogueira, Batista Caetano de Almeida,
 28
 Nogueira, Manuel Tomás Alves, 115

Nora, Pierre, 43
 Nordau, Max, 152, 155
 Novais, Fernando Antônio, 14, 204, 232

O

Odália, Nilo, 74
 Oliveira, Antônio de, 176
 Oliveira, Francisco de, 227
 Oliveira, João Alfredo Corrêa de, 163
 Oliveira, José de Alcântara Machado
 de, 155, 174, 175, 176, 232
 Ortega y Gasset, José, 184
 Ortigão, José Duarte Ramalho, 114,
 132
 Otoni, Teófilo, 57
 Ourém, visconde de (José Carlos de
 Almeida Arêas), 113
 Ouro Preto, visconde de, 163

P

Paim, Antônio, 240
 Paim, Gilberto, 228
 Pais, Fernão Dias, 169
 Palmeira, José Carlos, 163
 Paranhos, José Maria da Silva (filho),
 219, 234
 Patrocínio, José do, 163
 Paul, Bojas, 140
 Pedro I, imperador do Brasil, 51, 62, 66,
 78, 89, 139, 154, 162, 164, 167
 Pedro II, imperador do Brasil, 62, 64,
 75, 79, 81, 103, 109, 113, 116,
 139, 154, 160, 167
 Peixoto, Afrânio, 234
 Peixoto, Floriano (dito Marechal de
 Ferro), 128, 166
 Peixoto, Inácio José de Alvarenga, 38,
 107

Pereira, Astrogildo, 190
 Pereira, José Higino Duarte, 104
 Pereira, Nuno Marques, 172
 Peretz, G.H., 41
 Pessoa, Fernando, 8, 9, 145
 Pessoa, José Maria, 163
 Pinheiro, José Feliciano Fernandes
 (visconde de São Leopoldo), 52,
 156
 Pinto, Álvaro Vieira, 228, 229
 Pinto, Virgílio Noya, 209
 Pita, Sebastião da Rocha, 33, 34, 35,
 36, 61, 63, 75, 233
 Polito, Ronald, 22
 Pombal, marquês de (Sebastião José de
 Carvalho e Melo), 49
 Pombo, José Francisco da Rocha, 152,
 234
 Pompéia, Raul, 123
 Pontes, Felisberto Caldeira Brant
 (marquês de Barbacena), 161
 Prado, Eduardo, 89, 113, 131, 132,
 134, 135, 137, 139, 142, 172, 200
 Prado Júnior, Caio, 8, 20, 45, 122, 183,
 200, 201, 204, 205, 213, 220
 Prado, Paulo, 122, 123, 135, 142,
 155, 172, 173, 174, 200
 Prebisch, Raul, 226
 Purchas, Samuel, 28

Q

Queirós, Eça de, 114, 132, 134, 142

R

Rabelo, Laurindo, 107
 Raiol, Domingos Antônio, 95
 Ramiz Galvão, barão (Benjamim
 Franklin de Ramiz Galvão), 58,
 118

Ramos, Alberto Guerreiro, 228, 229
 Rangel, Alberto, 64, 166
 Rangel, Inácio, 228
 Ranke, Leopold von, 10, 41, 42, 211
 Ratzel, Friedrich, 117
 Reale, Miguel, 228
 Ribeiro, João, 71, 72, 99, 143, 146,
 147, 156, 234
 Ribeiro, Joaquim, 87, 218
 Rio Branco, barão do (José Maria da
 Silva Paranhos Júnior), 89, 105,
 111, 113, 114, 115, 116, 117,
 121, 122, 124, 126, 132, 134,
 139, 140, 141, 160
 Rio Branco, visconde do (José Maria da
 Silva Paranhos), 101, 104, 112,
 115, 220
 Rocha, José Joaquim da, 46
 Rodrigues, José Honório, 20, 34, 35,
 53, 65, 85, 86, 87, 90, 104, 122,
 125, 165, 217, 219, 220, 221,
 228
 Romero, Nelson, 143
 Romero, Sílvio, 21, 71, 73, 82, 83,
 92, 98, 107, 143, 145, 151, 240
 Rossellini, Roberto, 192

S

Saint-Hilaire, Auguste de, 66
 Sainte Beuve, Charles Augustin, 165,
 167
 Saldanha, Nelson, 240
 Salema, Antônio, 29
 Sales, Manuel Ferraz de Campos, 120,
 165, 166
 Santos, Joaquim Felício dos, 86, 106
 Santos, Joel Rufino dos, 234
 Santos, José Maria dos, 176, 178

Santos, Lúcio José dos, 107
 Santos, Luís Gonçalves dos (dito padre Perereca), 51
 São Lourenço, barão de (Francisco Gonçalves Martins), 102
 Scheler, Max, 210
 Schmidt, Wilhelm, 208
 Schmoller, Gustav, 118
 Schneider, L., 115, 116
 Scott, Walter, 50, 76
 Seignobos, Charles, 42
 Sellin, A. W., 119
 Sérgio (de Sousa), Antônio, 8
 Serrão, Joaquim Veríssimo, 27, 29
 Silva, Hélió, 238
 Silva, Inácio Acioli Cerqueira e, 53
 Silva, João Manuel Pereira da, 96, 152, 156
 Silva, Joaquim Caetano da, 86, 87, 98, 103, 104, 105
 Silva, Joaquim Norberto de Sousa e, 73, 107, 108
 Silva, Luís Augusto Rebelo da, 86
 Silveira, Simão Estácio da, 102
 Simonsen, Roberto, 211, 212, 213
 Smith, Linn, 224
 Sodré, Nelson Werneck, 19, 73, 93, 100, 186, 192, 213, 214, 216, 217, 228, 229, 230, 234
 Sorokin, Pitirim, 193
 Sousa, Gabriel Soares de, 28, 29, 36, 73, 74, 79
 Sousa, Otávio Tarquínio de, 20, 22, 59, 90, 138, 209
 Southey, Robert, 48, 49, 50, 57, 75, 86, 98, 100, 155, 233, 234
 Spencer, Herbert, 118
 Spix, Johann Baptist von, 66
 Stoddart, Lothrop, 178

Studart, Guilherme (barão de Studart), 97, 122
 Süsskind, Flora, 157

T

Tácito, 10
 Taine, Hippolyte Adolphe, 118
 Taques, Pedro, 35, 169, 175, 191
 Taunay, Afonso d'Escagnolle, 35, 37, 123, 168, 169, 170, 171, 212
 Taunay, visconde de (Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle), 171
 Tavares, Francisco Muniz, 95, 139
 Teixeira, Anísio, 228
 Teixeira, Bento, 73
 Teresa (irmã de Francisco Iglésias), 7
 Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier), 47, 107, 154
 Tobias, José Antônio, 240
 Torres, Alberto, 111, 151, 162, 189, 190, 192
 Torres, Antônio, 155
 Torres, João Camilo de Oliveira, 240
 Torres, Joaquim José Rodrigues (visconde do Itaboraí), 57
 Trouessart, E., 113
 Tucídides, 10, 148

V

Vauthier, 172
 Vargas, Getúlio Dornelles, 187, 189, 211
 Varnhagen, Francisco Adolfo de, 11, 20, 23, 28, 32, 40, 44, 49, 50, 52, 57, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 104, 119, 120, 121, 123, 137, 141, 155, 172, 219, 220, 233

Varnhagen, Frederico Luís Guilherme de, 77, 78, 90
 Varnhagen, Karl August de, 77
 Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 46, 57
 Vasconcelos, Diogo Pereira Ribeiro de, 8, 46, 47, 97, 168
 Veiga, Evaristo da, 57, 58
 Ventura, Roberto, 157
 Veríssimo, José, 73, 141, 143, 145
 Vespúcio, Américo, 74, 80, 90
 Viana Filho, Luís, 22, 131
 Viana, Francisco José Oliveira, 8, 9, 175, 188, 189, 192
 Viana, Hélió, 78, 89, 125, 167, 172, 234
 Viana, Vitor, 212
 Vicente do Salvador, frei, 29, 30, 31, 33, 36, 73, 75, 119, 152, 153, 155, 172, 233

Vieira, Antônio, padre, 102, 134
 Vilhena, Luís dos Santos, 44, 45, 46, 204
 Voltaire (pseud. de François-Marie Arouet), 10, 69
 Von Stein, barão, 41

W

Wallenstein, Júlio de, 67
 Wappaeus, J. E., 119
 Watjen, Hermann, 87
 Weber, Max, 223, 225
 Willeke, Venâncio, frei, 31

Y

Yapuguay, Nicolas, 82

Z

Zaborowski, 113